



**UFPB**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**OS DRAMAS DA MOBILIDADE SOCIAL:**

Mal-estar, Moralidade e Classe social

ALYSON THIAGO FERNANDES FREIRE

**João Pessoa, PB**

**2023**

ALYSON THIAGO FERNANDES FREIRE

**OS DRAMAS DA MOBILIDADE SOCIAL:**

Mal-estar, Moralidade e Classe social

Tese Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e  
Artes da Universidade Federal da Paraíba como requisito  
para obtenção do Título de Doutor em Sociologia.

Linha de Pesquisa: Teoria Social.

Orientadora: Profa. Simone Magalhães Brito

**João Pessoa, PB**

**2023**

ATA Nº 9/2023 - PPGS (11.01.15.73)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

João Pessoa-PB, 28 de Fevereiro de  
2023

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA BANCA EXAMINADORA COMPOSTA  
PARA AVALIAR O ALUNO ALYSON THIAGO FERNANDES FREIRE

Aos 28 dias do mês de fevereiro de 2023, às 14 horas, por videoconferência, realizou-se a sessão pública de defesa de Tese, intitulada: "**O dramas da mobilidade social: mal-estar, moralidade e classe**", apresentada pelo discente Alyson Thiago Fernandes Freire, estando a Comissão Examinadora composta pelos docentes: Simone Magalhães Brito (Orientadora - PPGS/UFPB), Miqueli Michetti (PPGS/UFPB), Rogério de Souza Medeiros (PPGS/UFPB), Alexandre Viera Werneck (PPGSA/UFRJ) e Carlos Eduardo Freitas (PPGCS/UFRN). Dando início aos trabalhos, a professora **Simone Magalhães Brito**, na qualidade de Presidente da Comissão, convidou os demais integrantes da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida foi concedida palavra ao defendente para expor uma síntese de sua Tese que, após, foi arguida pelos membros da Comissão Examinadora. Encerrados os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Tese, à qual foi atribuído o seguinte conceito de APROVADA. A seguir foi encerrada a reunião, devendo a Universidade Federal da Paraíba, de acordo com a Lei, expedir o respectivo Diploma de **DOCTOR EM SOCIOLOGIA**.

OBSERVAÇÕES DA BANCA EXAMINADORA: A banca indica o trabalho para publicação. Além disso, também foi sugerido que seja considerado como representante da produção do Programa em concursos nacionais de tese.

Simone Magalhães Brito (Orientadora PPGS/UFPB)

Miqueli Michetti (PPGS/UFPB)

Rogério de Souza Medeiros (PPGS/UFPB)

Alexandre Viera Werneck (PPGSA/UFRJ)

Carlos Eduardo Freitas (PPGCS/UFRN)

Alyson Thiago Fernandes Freire (Defendente)

*(Assinado digitalmente em 14/03/2023 16:34)*

MIQUELI MICHETTI  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: 2425306

*(Assinado digitalmente em 14/03/2023 10:38)*

ROGERIO DE SOUZA MEDEIROS  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: 2679192

*(Assinado digitalmente em 01/03/2023 00:15)*

SIMONE MAGALHAES BRITO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Matrícula: 1363922

Processo Associado: 23074.017535/2023-73

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: 9, ano: 2023, documento (espécie): ATA, data de emissão: 28/02/2023 e o código de verificação: **fa6310d4bc**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

F866d Freire, Alyson Thiago Fernandes.

Os dramas da mobilidade social : mal-estar,  
moralidade e classe social / Alyson Thiago Fernandes  
Freire. - João Pessoa, 2023.

296 f. : il.

Orientação: Simone Magalhães Brito.  
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Sociologia. 2. Classe social. 3. Teoria social.  
I. Brito, Simone Magalhães. II. Título.

UFPB/BC

CDU 31(043)

## FOLHA DE AVALIAÇÃO

A tese intitulada *Os dramas da mobilidade social: mal-estar, moralidade e classe social*, de autoria de Alyson Thiago Fernandes Freire, sob orientação do Profa. Dra. Simone Magalhães, apresentada em sessão pública ao Programa Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia, foi aprovada em 28/02/2023, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:



---

Profa. Dra. Simone Magalhães Brito  
Doutorado em Sociologia pela Lancaster University – Reino Unido  
Orientador (PPGS-UFPB)

---

Profa. Dra. Miqueli Michetti  
Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)  
Examinadora Interna 01 (PPGS-UFPB)

---

Prof. Dr. Rogério de Souza Medeiros  
Doutorado em Sociologia pela Boston University – Estados Unidos  
Examinador Interno 02 (PPGS-UFPB)

---

Prof. Dr. Alexandre Vieira Werneck  
Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
Examinador Externo 01 (PPGSA-UFRJ)

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Freitas  
Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)  
Examinador Externo 02 (PPGCS-UFRN)

Com amor, gratidão e saudade, à Eliane Fernandes Freire (*in memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

Realizar uma pesquisa que tematiza o mal-estar e as dificuldades vividas pelas pessoas em trajetória de ascensão social, e escrevê-la durante um período globalmente sombrio (a pandemia de Covid-19) e nacionalmente conturbado por ameaças de ruptura democrática, teria sido extremamente árduo, senão emocionalmente adoecedor, não fosse a existência, a colaboração, compreensão, comprometimento e afeição de algumas pessoas e instituições. Convém, assim, externar sincera gratidão pelo seu inestimável suporte.

Desse modo, gostaria de agradecer ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), instituição da qual sou professor, pelo inestimável suporte e incentivo que viabilizaram a realização desta pós graduação em um outro estado. Agradeço, em particular, aos professores Edmilson Barbalho e Fabrícia Abrantes pelo apoio institucional ofertado durante este período.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS-UFPB) e aos servidores administrativos do mesmo pelo compromisso e trabalho em oferecer e manter um espaço acadêmico elevado e encorajador. Especialmente, gostaria de exprimir minha gratidão e admiração à professora Simone Brito. Foi um privilégio pedagógico ímpar usufruir de sua orientação respeitosa e intelectualmente afirmativa, assim como poder ouvir e acompanhar, seja em sala de aula ou pelos corredores do CCHLA, sua estimulante, afiada e sagaz ironia.

Ainda no âmbito do PPGS-UFPB, meu apreço aos colegas de turma, Paulo e Rodrigo, com os quais compartilhei momentos divertidos e troca de ideias que fizeram da estadia em João Pessoa uma alegre ocasião. Agradeço, ainda, ao colega de Instituição e também de turma no PPGS-UFPB, José Cleyton, com quem dividi as idas e voltas entre Natal e João Pessoa sempre permeadas por longas e esclarecedoras conversas e debates que, acredito, mutuamente serviram para aclarar e precisar nossas próprias ideias sobre nossas pesquisas e seus rumos.

Aos professores que participaram das bancas de qualificação e de defesa desta tese: agradeço à professora Miqueli Michetti, que, desde a qualificação, contribuiu com sugestões valiosas e apontamentos de caminhos para tornar o presente trabalho mais preciso e consistente; ao professor Alexandre Werneck, pela generosidade intelectual com a qual pautou seus comentários críticos e proposições conceituais; agradeço ao professor Rogério de Souza por aceitar o convite de participar da avaliação deste trabalho e por se dispor a comentá-lo, o mesmo também em relação ao professor Carlos Eduardo Freitas, cuja presença nesta banca me traz

particular alegria e satisfação pela história comum que temos com as ciências sociais e a UFRN e por seu papel e influência em minha formação como sociólogo.

Gostaria de agradecer também aos meus pais, José Ronaldo Freire e Eliane Fernandes Freire (*in memoriam*), cujos exemplos de dedicação e doação persistentemente me inspiram. Aos meus irmãos, Anderson, Bruno e Diego, que, com o espírito de paixão pelo conhecimento, tornam nossa convivência um ambiente prazeroso de conversas e debates sobre música, livros e política. Agradeço, carinhosamente, à Dayana, Matheus e Clara, minha esposa e filhos, respectivamente, por sua paciência, compreensão e ternura durante os momentos mais desafiadores e reclusos dessa jornada. Sou profundamente grato e afortunado por ter vocês em minha vida.

Por fim, agradeço aos trinta e seis interlocutores que aceitaram e confiaram em mim para ouvir e escrever sobre suas histórias, dores e aspirações. Sem sua franqueza e envolvimento para refletir e repisar sobre assuntos, muitas vezes, pessoalmente sensíveis e intrincados as páginas a seguir não seriam possíveis.

## RESUMO

Esta tese investiga a experiência de mobilidade social ascendente a partir das conexões entre emoções, moralidade e classe social. Nesse sentido, ela está inserida em um conjunto de trabalhos contemporâneos em ciências sociais que tem se empenhado no avanço de uma abordagem multidimensional e qualitativa da mobilidade social, investigando-a a partir das experiências e representações subjetivas dos atores e dos efeitos dos deslocamentos sociais sobre diferentes aspectos de suas vidas cotidianas (BERTAUX; THOMPSON, 1997; PAYNE; LAWLER, 2018). A hipótese explorada ao longo da pesquisa consiste na ideia segunda a qual a experiência de mobilidade social é vivida e significada, do ponto de vista dos atores, como uma experiência afetiva e moralmente controversa, difícil e de crise. Suas implicações geram conflitos internos e tensões relacionais que, a um só tempo, afetam a relação dos indivíduos consigo mesmos e seu ajustamento aos ambientes sociais de origem e de destino e expõem suas preocupações normativas mais caras com os significados, julgamentos e avaliações morais de suas histórias de vida, identidades, pertencimentos, aspirações e merecimento. Abordo as trajetórias subjetivas de homens e mulheres com o objetivo de compreender não só uma economia afetiva da mobilidade social e suas “feridas ocultas” de classe (SENNETT; COOB, 1977) mas os modos pelos quais os atores socialmente móveis tentam se apropriar de sua ascensão social, construindo e mobilizando narrativas e repertórios para atribuir significado moral e reivindicar valor àquilo que eles estimam e admiram com respeito a si mesmos e a suas histórias de vida. Como uma investigação empírica da experiência subjetiva de mobilidade social e de suas tensões internas e normativas, utilizo o procedimento das entrevistas em profundidade com perspectiva retrospectiva e biográfica e com ênfase na estratégia metodológica das narrativas de vida (BERTAUX, 2005). O campo de interlocutores estudado é composto por trinta e seis indivíduos, residentes na cidade do Natal/RN e região metropolitana, e que podem ser descritos e se autopercebem como tendo vivenciado trajetórias de ascensão social, consideradas comparativamente em relação à escolaridade, ocupação e localização residencial dos seus pais. O quadro teórico-analítico construído adota, seguindo um esforço de complemento e de crítica mútua entre as perspectivas, as seguintes coordenadas teóricas: a praxiologia de Pierre Bourdieu, a sociologia dos momentos críticos de Luc Boltanski e Laurent Thévenot e a sociologia da moral e dos valores contemporânea em seu diálogo com a experiência de classe e das desigualdades, realizada, principalmente, por nomes como Michéle Lamont e Andrew Sayer.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mobilidade social. Classe social. Experiência Moral. Emoções.

## ABSTRACT

This thesis investigates the experience of upward social mobility based on the connections between emotions, morality and social class. In this sense, it is part of a set of contemporary works in social sciences that have been engaged in advancing a multidimensional and qualitative approach to social mobility, investigating it from the experiences and subjective representations of actors and the effects of social displacements on different aspects of their everyday lives (BERTAUX; THOMPSON, 1997; PAYNE; LAWLER, 2018). The hypothesis explored throughout the research consists of the idea according to which the experience of social mobility is lived and signified, from the point of view of the actors, as an affective and morally controversial, difficult and crisis experience. Its implications generated internal conflicts and relational tensions that, at the same time, experienced the relationship of individuals with themselves and their adjustment to the social environments of origin and destination and expose their most cherished normative concerns with the meanings, judgments and moral estimates of their life stories, identities, belongings, aspirations and merit. I approach the subjective trajectories of men and women with the aim of understanding not only an affective economy of social mobility and its “hidden injuries of class” (SENNETT; COOB, 1977) but the ways in which socially mobile actors try to appropriate their social ascension, building and mobilizing narratives and repertoires to assign moral meaning and claim value to what they value and admire with respect to themselves and their life stories. As an empirical investigation of the subjective experience of social mobility and its internal and normative tensions, I use the procedure of in-depth interviews with a retrospective and biographical perspective and with emphasis on the methodological strategy of life narratives (BERTAUX, 2005). The field of interlocutors studied is composed of thirty-six individuals, living in the city of Natal/RN and metropolitan region, and who can be felt and self-perceived as having experienced trajectories of social ascension, seen comparatively in relation to schooling, occupation and residential location from their parents. The constructed theoretical-analytical framework adopts, following an effort to complement and mutually criticize the perspectives, the following theoretical coordinates: the praxiology of Pierre Bourdieu, the sociology of critical moments by Luc Boltanski and Laurent Thévenot and the sociology of morals and contemporary values in its dialogue with the experience of class and inequalities in current societies, carried out mainly by names such as Michéle Lamont and Andrew Sayer.

**KEYWORDS:** Social Mobility. Social Class. Moral Experience. Emotions

## LISTA DE TABELAS

### Tabelas

Tabela 1.	Características sociodemográficas dos entrevistados e entrevistadas .....	51
Tabela 2.	Distribuição dos entrevistados segundo cor/raça e gênero .....	52
Tabela 3.	Distribuição dos entrevistados segundo renda familiar <i>per capita</i> em salários mínimos .....	53
Tabela 4.	Distribuição dos contextos percebidos como o principal lócus de conflitos .....	109
Tabela 5.	Mapa da experiência moral e afetiva Thaís e Geraldo .....	146
Tabela 6.	Características e comparação das narrativas de justificação da ascensão social .....	200
Tabela 7.	A estrutura cognitiva e normativa da “narrativa da conquista individual” .....	202
Tabela 8.	A estrutura cognitiva e normativa da “narrativa da ascensão social como retribuição” .....	245
Tabela 9.	A estrutura cognitiva e normativa da “narrativa da conquista individual” .....	261

## Sumário

1. INTRODUÇÃO GERAL .....	13
1.1. O problema de pesquisa .....	23
1.2. Procedimentos metodológicos .....	34
1.3. Entrevistados e entrevistadas: características sociodemográficas .....	48
2. “O LADO NÃO BRILHANTE” DA MOBILIDADE SOCIAL NO BRASI .....	55
2.1. “Muitos sobem pouco e poucos sobem muito”: Tendências de mobilidade social e a inercial desigualdade brasileira .....	59
2.2. O destino vem do berço .....	67
2.3. Mobilidade social para além dos números e tabelas .....	74
3. "O FARDOS DOS VENCEDORES": MOBILIDADE SOCIAL E MAL-ESTAR ..	89
3.1 O mal-estar como “momento crítico”: uma perspectiva pragmática .....	100
3.2. Dos “momentos críticos” aos “momentos autocríticos” .....	120
3.3. O mal-estar como habitus clivado: uma perspectiva disposicional .....	131
4. O MAL-ESTAR NA <i>CLASSE-FICAÇÃO</i> .....	144
4.1. A provação do valor pessoal em uma sociedade desigual .....	144
4.2 Thaís: o medo da inautenticidade .....	146
4.3. Uma ascensão sem vocação .....	150
4.4. Em busca de si .....	153
4.5. Geraldo: conquistar a autonomia, provar o valor .....	158
4.6. Em defesa de si .....	161
4.7. O mal-estar na <i>classe-ficação</i> : classe, significado moral e corpo .....	169
5. AS NARRATIVAS DE JUSTIFICAÇÃO DA ASCENSÃO SOCIAL: SENTIDOS DO MERECIMENTO .....	194
5.1. “A fortuna favorece os bravos”: A ascensão social como conquista individual .....	200
5.2. Algumas condições sociogenéticas da adesão à narrativa da conquista individual .....	220
5.3. Neoliberalismo como semântica moral: uma teodiceia secular dos "vencedores" .....	224
6. A FORÇA DOS LAÇOS: A ASCENSÃO SOCIAL COMO RETRIBUIÇÃO ...	243
6.1. A ascensão social como retribuição e redenção .....	245
6.2. Redes de entreatada, pertencimento e gênero .....	255
6.3. Histórias de família, classe e temporalidade .....	262
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	273
REFERÊNCIAS .....	280
ANEXO I .....	290
ANEXO II .....	294
ANEXO III .....	298

## INTRODUÇÃO GERAL

*O mundo social está tanto dentro de nós como fora de nós. Na origem de nossas desgraças e de nossa felicidade, tanto individuais como coletivas, ele se diferenciou e se tornou tão complexo que produziu o sentimento de que o íntimo, o singular, o pessoal se distinguiria por natureza da sociedade (como dois objetos claramente distintos) e até mesmo se contraporiam a ela. Em um estado de diferenciação particularmente avançado, por paradoxo ou por artimanha do mundo social, temos a sensação de uma vida subjetiva não social ou extra social. Nada é mais comum do que essa inverdade. O indivíduo, o foro íntimo ou a subjetividade como local de nossa liberdade primordial é uns de nossos grandes mitos contemporâneos (LAHIRE, 2004, p. XII).*

Na história das ciências sociais, o estudo da mobilidade social<sup>1</sup> tem se firmado como uma das mais importantes vias para compreender os processos de mudança social em uma sociedade. Cientistas sociais tem recorrido ao tema da mobilidade social para entender e explicar fenômenos sociais de diferentes ordens e escalas. Os movimentos na estrutura social tem sido, há bastante tempo, uma chave essencial para entender as mudanças nos padrões materiais de vida, na dinâmica ocupacional do mercado de trabalho, nos indicadores de saúde, nas taxas de fecundidade, nos anos de escolaridade, nas conexões sociais dos indivíduos, nas preferências eleitorais de grupos (ERICKSON; GOLDTHORPE, 1992).

A tarefa de conhecimento da pesquisa sociológica da mobilidade social não está, com efeito, encerrada na apreensão, medição e comparação de padrões objetivos que distinguem e especificam as direções e amplitude dos deslocamentos sociais em uma dada sociedade ou categoria de pessoas. O predomínio quantitativo e a sofisticação estatística alcançada, que a fazem valorizar sobremaneira aspectos metodológicos e técnicos relativos à classificação, medição, escala de análise e comparação internacional, conduziram a um certo estreitamento temático e teórico em relação à outros problemas e abordagens de estudo nesse campo. Com isso, uma dimensão crucial para a investigação sociológica da mobilidade social tem permanecido secundarizada, qual seja: como as trajetórias de deslocamento social são vividas e significadas pelos atores.

---

<sup>1</sup> Na literatura especializada (GRUSKY; WEISSSHAAR, 2014), mobilidade social é o conceito utilizado para descrever e analisar as origens e destinos sociais de indivíduos, famílias ou grupos ocupacionais, isto é, os movimentos e trajetórias ocorridos dentro de um processo de vida (intra geracional) e entre as gerações (intergeracional) em uma dada estrutura social. Eles podem ser ascendentes, horizontais e descendentes. A base comparativa e analítica das trajetórias sociais costuma ser orientada por categorias socioeconômicas estratificadas, definidas, geralmente, por indicadores ocupacionais, educacionais (diplomas) e de renda (ERICKSON; GOLDTHORPE, 1992).

Mobilidade social, classe e estratificação estão presentes e atuantes como importantes questões cotidianas na experiência vivida das pessoas. Elas não se prestam, unicamente, ao escrutínio técnico de preocupação exclusiva de especialistas que atuam e precisam “captar” e “medir” o mundo social e os seus movimentos. Mas, como escrevem os antropólogos Luiz Fernando Dias Duarte e Edlaine Gomes, a mobilidade social “instiga a reflexão de todos aqueles que, um pouco mais, ou menos, aspiram a uma estabilização ou melhoria de sua condição de vida e para tanto levam em conta suas imagens do que seja uma vida adequada, satisfatória ou legítima” (DUARTE; GOMES, 2008, p. 242).

Nesse sentido, para investigar como as pessoas vivem e compreendem suas trajetórias sociais de mudança, é preciso abrir o estudo dos deslocamentos sociais dos indivíduos e coletividades para tópicos e questões qualitativas que aprofundem a análise da mobilidade social em suas diversas dimensões. Os movimentos de mobilidade social comportam mais do que processos econômicos, ocupacionais, geográficos e demográficos. Eles suportam também processos socioculturais e relacionais heterogêneos que são vividos pelos atores e, desse modo, fundamentais para compreender as realidades humanas por atrás das tabelas, taxas e estatísticas de mobilidade social.

Esta tese se soma a este esforço teórico e empírico de pesquisar os deslocamentos de classe e as mudanças de status socioeconômicos a partir do ponto de vista dos atores, isto é, tal como subjetivamente estes concebem, negociam e narram os significados de sua própria experiência e trajetória de mobilidade social (BERTAUX; THOMPSON, 1997; FRIEDMAN, 2016, NAUDET, 2018). Isso significa abrir o horizonte temático e metodológico para outras questões e perspectivas, levando à sério os efeitos subjetivos da mobilidade social e as palavras dos atores com respeito às suas trajetórias sociais e aos significados que eles atribuem a estas.

Pesquisar a mobilidade social como experiência subjetiva e de construção de significado pelos atores que a vivem significa adotar uma perspectiva centrada na pessoa e na agência. Em outras palavras, investigar as maneiras pelas quais as pessoas articulam a mobilidade social e seus diferentes aspectos e efeitos enquanto experiência vivida; como elas tentam, situadas em diferentes contextos e lançando mão de diferentes recursos e estratégias subjetivas, se apropriar de suas experiências de deslocamento social para

defini-las e negociar e resolver questões e dilemas que são para elas, em sua experiência do mundo, com outros e consigo mesmas, relevantes e importantes.

Nesse sentido, considerada sob esse ponto de vista, a mobilidade social é, também, vivida como uma experiência moral (ZIGON; THROOPP, 2014)<sup>2</sup>. Ela lança os atores para lidar com questões, dilemas e escolhas difíceis e desconfortáveis, que surgem em determinadas situações, momentos, contextos e ações, mas que, acima de tudo, põem em jogo, em risco, aspectos valorizados e caros de suas existências. Para os que a vivem, a experiência de mobilidade social possui, com efeito, fortes conotações e implicações afetivas e morais.

Por isso, a mobilidade social é, muitas vezes, vivida como uma realidade transpassada por lutas pessoais tácitas nas quais pode-se identificar um conjunto de afetos, vulnerabilidades e dificuldades vividas que conformam a relação dos socialmente móveis com o mundo e consigo mesmos. Desse modo, considerada a partir de uma perspectiva socioantropológica fenomenologicamente inspirada (SCHUTZ, 1979; ZIGON, 2008), a mobilidade social significa algo mais do que simplesmente um processo objetivo de mudança socioeconômica e ocupacional. Ela pode trazer uma série de preocupações e conflitos que a tornam, para os atores, a experiência de uma condição existencial de mal-estar, isto é, de inquietações, tensões e afetos incômodos. Para uns, esse mal-estar é mais situado e pontual ao passo que, para outros, algo mais ou menos perene e duradouro em suas rotinas e em sua experiência com o mundo.

No entanto, a experiência moral implicada na mobilidade social não se revela somente nessa condição de mal-estar e no enfrentamento aos seus afetos e dificuldades normativas. Nas histórias de mobilidade social colhidas neste trabalho pode-se encontrar, além de um conjunto de lutas internas e tensões afetivas e normativas com as quais os atores tem de lidar, também, os modos pelos quais os próprios atores socialmente móveis tentam construir sentido e atribuir valor sobre suas histórias de ascensão social, significando suas trajetórias pessoais e conflitos para seguir em frente com suas vidas.

---

<sup>2</sup> Os antropólogos Jarret Zigon e Jason Throop (2014) propõem o conceito de “experiência moral” para estudar as formas, as condições, os momentos, os contextos e as características do engajamento avaliativo cotidiano em que as pessoas, em sua existência diária e relacional, refletem e agem moralmente no sentido de sentir, qualificar e organizar uma situação, objeto, estado de coisas e sua experiência em termos morais. Para os autores, a experiência moral diz respeito a uma atividade prática, reflexiva e intersubjetiva, desencadeada por uma variedade de situações e circunstâncias, na qual as pessoas vivenciam, interpretam e negociam dilemas éticos concretos, sentidos e percebidos como constitutivos e importantes para os seus modos de ser e estar no mundo.

Os atores se engajam em um esforço e trabalho reflexivo para produzir narrativas de justificação de sua ascensão social, carregadas de significados e concepções de valor acerca de como veem a si mesmos como certos tipos de pessoas e suas histórias e seu lugar no mundo como imbuídos de determinados motivos e sentidos morais. Com essas narrativas, homens e mulheres justificam e negociam os sentidos e o valor de suas trajetórias, identidades, pertencimentos, capacidades, merecimento, realizações, dores, fardos e infortúnios.

Portanto, não raro, a trajetória de deslocamento social pode estar no centro das inquietações e tensões mais nevrálgicas e incontornáveis da vida íntima de algumas pessoas, constituindo, para elas, a principal fonte de seus conflitos internos e desassossego. Ou, para se valer do vocabulário de Bernard Lahire (2010), ser o amálgama que dar corpo e vida a sua “problemática existencial”. Problemática esta que, em seus contornos afetivos e morais e entre pessoas com trajetórias de mobilidade, tem na classe social uma de suas principais forças gravitacionais.

Esta tese se propõe, portanto, a investigar a experiência de mobilidade social ascendente a partir das conexões entre emoções<sup>3</sup>, moralidade e classe social. Ela destaca e examina as situações e questões conflitivas e causadoras de mal-estar na experiência cotidiana de indivíduos com trajetórias de mobilidade social, assim como as construções de significado e narrativas de justificação sobre as trajetórias sociais e pessoais de ascensão social. Mais precisamente, por meio de entrevistas em profundidade com perfis selecionados na cidade do Natal-RN e região metropolitana, esta tese assume, portanto, duas frentes de trabalho: primeiro, identificar as situações de mal-estar vivenciadas pelos interlocutores e relacionadas às suas trajetórias sociais com o objetivo de apreender nelas o entrelaçamento entre afetos, classe e moralidade. Em segundo lugar, partindo dos significados atribuídos pelos interlocutores às suas trajetórias de ascensão social, articular e discutir as narrativas de justificação da mobilidade social a partir das quais estes buscam

---

<sup>3</sup> Diante da grande variabilidade e imprecisão conceitual da noção de emoções, faz-se um uso dos termos sentimentos, afetos e emoções como intercambiáveis e sem distinções analíticas mais rígidas. Partindo do pressuposto antropológico de que a afetividade humana integra, inapelavelmente, à condição de estar no mundo e nele agir, entende-se as emoções como “criação corporificada de significados” relacionada à experimentação de “estados afetivos” (WETHERELL, 2012). Por emoções de mal-estar entende-se aquelas formas de sentir e experiências emocionais-afetivas sustentadas, que possuem, portanto, certa recorrência na existência temporal e cotidiana dos atores, e que, por definirem-se enquanto avaliações e julgamentos de valor com sentidos e significados morais, perturbam e geram desconforto afetivo e subjetivo na relação do indivíduo com o mundo, com os outros e, principalmente, consigo mesmo.

entender, explicar e reivindicar valor, sentido e legitimidade para suas histórias pessoais de ascensão social.

A hipótese explorada ao longo da pesquisa consiste na ideia segunda a qual a experiência de mobilidade social é vivida e significada, do ponto de vista dos atores, como uma experiência afetiva e moralmente controversa, difícil e de crise, com desdobramentos pessoalmente adversos e desafiadores tanto para a construção subjetiva de seu senso de identidade, autoestima e valor pessoal quanto para a manutenção de laços sociais significativos e de seu bem-estar. Dessa maneira, abordo as histórias de mobilidade social de homens e mulheres e seus conflitos internos e relacionais vividos com o objetivo de compreender as implicações emocionais e morais que perpassam e modelam a experiência vivida de mobilidade intergeracional ascendente.

Trata-se, então, de discutir o tema da experiência vivida de mobilidade social a partir das emoções e das preocupações normativas que nela estão ricamente inscritas. As quais a tornam, para os atores, uma experiência que não é apenas uma questão subjetiva no sentido de uma atividade e representação mentais mas uma experiência encarnada de envolvimento e interação consigo mesmo e com o mundo. E que, portanto, demanda deles um intenso engajamento para significar o que experimentam em suas vidas, assumindo, muitas vezes, a forma de um trabalho reflexivo, relacional e oculto de negociação, ajustamento e autojustificação, cujo contexto motivador e desencadeador tem nas relações vividas de classe o seu principal pano de fundo. Considero, assim, no contexto da mobilidade social, essa condição de mal-estar, identificada e analisada sob diferentes qualificadores e perspectivas desde muito pela sociologia (HOGGART, 1957; SOROKIN, 1959; SENNETT; COOB, 1977; BOURDIEU, 2001; GAULEJAC, 2014; FRIEDMAN, 2016), como uma questão que abarca, na experiência subjetiva e relacional dos atores, desdobramentos, manifestações e preocupações de diferentes ordens.

Para discutir este duplo aspecto do mal-estar da mobilidade social na experiência dos atores, ou seja, seu caráter afetivo e moralmente problemático e desconfortável para estes e a centralidade da classe como contexto e questão fundamental nas articulações das situações de mal-estar, é preciso lançar mão de abordagens teóricas ou programas de investigação sociológica que, à princípio, são vistas como tendo mais dessemelhanças, oposições e rupturas do que convergências, intersecções e prolongamentos. Uma delas seria uma teoria do ator e de suas disposições de ação pela incorporação de

constrangimentos objetivos, recursos escassos acumulados e experiências do passado enquanto a outra, por sua vez, se definiria como uma teoria da ação e da situação e de suas diferentes lógicas, exigências e propriedades pragmáticas de reflexão, avaliação, engajamento, coordenação, normatividade e ajustamento.

Refiro-me, respectivamente, a praxeologia de Pierre Bourdieu (2005; 2013) e a sociologia pragmática da crítica ou dos regimes de ação de Luc Boltanski e Laurent Thévenot<sup>4</sup> (1999; 2006). No contexto do trabalho analítico-interpretativo da pesquisa empírica, assumo as diferenças teóricas entre esses dois modos de investigação sociológica como convidativas e estimulantes para a construção de diálogos e de exercícios de análise conjunta entre abordagens distintas ao invés de impeditivas e contraproducentes<sup>5</sup>. Ao tomá-las desse modo, como não irrestritamente incompatíveis, não significa, porém, que disso decorra uma pretensão dialética de fundamentar uma síntese ou uma reconciliação entre ambas abordagens. Sem negar a natureza específica e distinta de suas epistemologias, preocupações teóricas e pontos de partida, aqui, no entanto, tais diferenças são trabalhadas e assumidas como coordenadas produtivas para enxergar um mesmo problema ou objeto sob ângulos diversos e em sua complexidade inerente e, do ponto de vista analítico, realizar complementações e correções recíprocas de limites, insuficiências e fragilidades internas a cada uma.

Dito isso, realizo uma apropriação e reconfiguração específica e parcial do amplo e variado acervo heurístico que ambas perspectivas e modelos de análise oferecem para abordar e compreender as forças e as relações que constituem e sustentam o mundo social e a ação humana enquanto realidades tangíveis e inteligíveis. Particularmente, o meu

---

<sup>4</sup> A sociologia pragmática da crítica foi desenvolvida pelo sociólogo Luc Boltanski e o economista Laurent Thévenot, fundadores do *Groupe de sociologie politique et moral* (GSPM), entre o começo dos anos 1980 e início da década 1990. Ela consiste, grosso modo, em uma abordagem pragmática das lógicas normativas e cognitivas mobilizadas pelos atores no interior de situações cotidianas de disputas, dissensos e denúncias para criar, criticar e reestabelecer ordens de valor acerca da equivalência e legitimidade de certas atividades, princípios gerais, objetos e pessoas em um dado contexto situacional e histórico. A investigação dessas situações de controvérsia é a chave para estudar sociologicamente a ação dos atores e as consequências práticas de suas operações críticas na construção e mudança institucional e axiológica do mundo social e de seus diversos e concorrentes princípios de justiça e ordens de valor (BOLTANSKI; THEVENOT, 1999; 2006; BOLTANSKI; CHIAPELO, 2009; BOLTANSKI, 2011).

<sup>5</sup> Para uma discussão sistemática dos principais pontos de aproximação e distanciamento entre a sociologia crítica de Pierre Bourdieu e a sociologia da crítica de Luc Boltanski e Laurent Thévenot, ver: SUSEN, Simon. Towards a Dialogue between Pierre Bourdieu's 'Critical Sociology' and Luc Boltanski's 'Pragmatic Sociology of Critique'. In: SUSEN, Simon; TURNER, Bryan. S. (Eds.). **The Spirit of Luc Boltanski: Essays on the 'Pragmatic Sociology of Critique'**. London, UK: Anthem Press, 2014, p. 313-348.

interesse recai sobre os instrumentos conceituais e argumentos teóricos dessas duas sociologias que possibilitam examinar a experiência de mal-estar com a mobilidade social enquanto uma experiência de crise, ruptura e provação pessoal em termos afetivos e normativos. Aliás, este é, a meu ver, e à despeito de suas diferenças internas, um dos pontos de cruzamento e diálogo entre a praxiologia de Bourdieu e a sociologia pragmática da crítica de Boltanski e Thévenot. Ambas fornecem subsídios valiosos e úteis para pensar e analisar a experiência de crise, tensão e desajuste da ação social e da relação consigo mesmo. Se, por um lado, é onde elas se aproximam e se encontram, por outro, também é através desse mesmo ponto que elas, inevitavelmente, acabam por se afastar e seguir caminhos distintos, assim como seus potenciais e limitações iluminam-se mutuamente.

Para pôr em prática uma abordagem, teoricamente fundamentada e empiricamente aplicada, dos conflitos vividos e afetos de mal-estar dos atores como carregados de valores e eloquentes em termos de moralidade, relacionando uns e outros às experiências e desigualdades de classe, recorro, sobretudo, à sociologia dos sentimentos morais de classe de Andrew Sayer (2005; 2010). Sua concepção de que a moralidade<sup>6</sup> envolve relações entre pessoas e as formas como suas ações e julgamentos de valor afetam o bem-estar emocional e o sentido de valor pessoal fornecem um instigante ponto de partida e de apoio para enfrentar o desafio de articular emoções<sup>7</sup>, moralidade e classe.

Combino este ponto de partida com a reorientação analítica e teórica promovida por parte da produção sociológica recente sobre as classes sociais para a qual a investigação do papel dos fatores extraeconômicos na estratificação social e os ingredientes subjetivos da experiência e das relações de classe, quer dizer, as maneiras pelas quais a classe social é subjetivamente vivida, interpretada e classificada pelos atores, ganhou grande protagonismo (DEVINE, SAVAGE, SCOTT; CROMPTON,

---

<sup>6</sup> Para um balanço bibliográfico com respeito à moralidade na sociologia, ver: BRITO, Simone Magalhães; FREIRE, Alyson Thiago Fernandes; FREITAS, Carlos Eduardo. “Sociologia da moral: temas e problemas” In. FAZZI, Rita de Cássia; LIMA, Jair Araújo. **Campos das Ciências Sociais: figuras do mosaico das pesquisas no Brasil e em Portugal**. São Paulo. Ed. Vozes, 2020, p. 481-497.

<sup>7</sup> Com base na teoria judicativa das emoções da filósofa Martha Nussbaum (1995; 2001), Sayer (2005) sustenta que as emoções não devem ser ignoradas por aqueles que estudam a moralidade. As emoções possuem uma estrutura normativa que molda a compreensão moral das pessoas sobre suas circunstâncias, experiências e sobre si mesmas ao fornecer julgamentos avaliativos das coisas que importam para o seu bem-estar. As emoções são uma forma de razão, pois elas auxiliam as pessoas na experimentação, percepção e conhecimento do mundo e de si mesmas, permitindo o reconhecimento, a avaliação, a classificação e discriminação de eventos, situações e relações, e, desse modo, as condições e motivações para ações e decisões a respeito.

2005; BERTONCELO, 2014). Principalmente, os trabalhos voltados ao lugar da moralidade na constituição das relações de poder e de desigualdade de classe (LAMONT, 1992; 2000; SKEGGS, 1997; SAYER, 2005).

Classe social, neste trabalho, não é uma variável ou categoria dada. Ela é entendida como um experiência vivida, relacional e negociada de certas condições de existência, constrangimentos, relações simbólicas, classificações subjetivas e concepções de valor mais ou menos compartilhadas e que são, em larga medida, vinculadas à distribuição desigual de capitais econômico e cultural (BOURDIEU, 2008a).

Como uma investigação empírica da dimensão vivida e moral da experiência subjetiva de mobilidade social, o principal instrumento metodológico lançado mão na pesquisa consiste nas narrativas de vida (BERTAUX, 2005) e, em menor grau e de maneira pontual e complementar a esta, os retratos sociológicos (LAHIRE, 2005). A partir de uma abordagem retrospectiva de reconstrução indireta das trajetórias pessoais por meio de entrevistas semiestruturadas, o objetivo principal foi de, através dos discursos dos atores sobre suas histórias de ascensão social e conflitos vividos, apreender os “mundos vividos” e simbólicos da experiência subjetiva de mobilidade social, em especial os elementos afetivos e morais presentes, atuantes e mobilizados pelos interlocutores para conferir uma unidade discursiva, isto é, uma narrativa com significado e coerência (RICOEUR, 1994) quanto às suas trajetórias de deslocamento social e às situações de mal-estar enfrentadas.

Nesse sentido, a pesquisa está voltada para o que o sociólogo francês Claude Dubar nomeia de “trajetórias subjetivas” (DUBAR, 1998), isto é, as maneiras pelas quais “os indivíduos reconstroem subjetivamente os acontecimentos de sua biografia social que julgam significativos” (DUBAR, 2005, p. 140). A ênfase, portanto, recai sobre a ação interpretativa dos atores e o seu esforço para significar e lidar com suas experiências de ascensão social, principalmente no que diz respeito às implicações emocionais negativas e às exigências pragmáticas e normativas enfrentadas e vinculadas às suas trajetórias pessoais de deslocamento e mudança de classe.

Além desta introdução geral, em que também incluo e detalho o problema de pesquisa, os procedimentos metodológicos e as características sociodemográficas do grupo de interlocutores estudado, a tese está organizada, basicamente, em três partes principais. Na Parte I, discuto o tema da mobilidade social na sociedade e na sociologia

brasileiras. Trata-se, fundamentalmente, de um balanço bibliográfico que, além das conceituações básicas acerca da temática mobilidade social, busca atingir os seguintes objetivos, a saber: 1) a caracterização da dinâmica histórica e das principais tendências de mobilidade social brasileira no século XX e XXI; 2) A sustentação de um argumento geral acerca do padrão estrutural da reprodução das assimetrias de classe na sociedade brasileira e, por último; 3) uma revisão e apresentação da literatura sobre mobilidade social na sociologia brasileira e, até certo ponto na antropologia, com especial destaque à abordagem qualitativa da experiência subjetiva da mobilidade social.

No primeiro capítulo, com base na literatura quantitativa nacional sobre o clássico tema da estratificação social, apresento um argumento geral acerca da dinâmica dos processos de mobilidade social no Brasil, a saber: intensos movimentos ascendentes de curto alcance na base com persistente manutenção de largas desigualdades e distâncias materiais e simbólicas entre as classes sociais. A revisão da produção nacional acerca da experiência subjetiva da mobilidade social é objeto da segunda parte do primeiro capítulo. Ela sugere que, embora não constitua uma tradição sólida e organizada de estudos e pesquisas, como a literatura quantitativa, a ciência social brasileira há muito aborda a mobilidade social para além das tabelas e gráficos, dispondo, com efeito, de um leque de análises e estudos acerca de suas dimensões subjetivas, inclusive, lateralmente, com alguma ênfase nas emoções e moralidade.

A Parte II, por sua vez, inicia a abordagem do estudo empírico e sua discussão teórica. Composta por três capítulos, apresento, no primeiro deles, um conjunto de relatos de situações de mal-estar e de conflitos vividos pelos interlocutores em diferentes contextos relacionais. Pequenas vinhetas que ilustram os tipos de desafios, dilemas e antagonismos afetivos e morais enfrentados na experiência cotidiana e na relação consigo pelos atores socialmente móveis. Intitulado de “O fardo dos vencedores”, é neste capítulo que apresento e desenvolvo o argumento central segundo o qual as tensões emocionais e os conflitos pessoais e relacionais dos atores exprimem, com efeito, as preocupações e dificuldades normativas que a experiência de mobilidade social e as desigualdades de classe colocam para eles. É ainda nesse primeiro capítulo que construo a proposta teórica para fundamentar a interpretação da experiência de mal-estar da mobilidade social em uma chave pragmática enquanto “momento crítico” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999). As potencialidades e limites dessa chave de leitura também são evidenciadas e

examinadas à luz da praxiologia de Pierre Bourdieu e seus contributos para uma devida calibragem e correção analítica.

No segundo capítulo da Parte II, “O mal-estar na *classe-ficção*”, realizo uma descrição mais verticalizada e contextualizada da experiência de mal-estar a partir do recurso à metodologia dos “retratos sociológicos” (LAHIRE, 2004). Nesse sentido, tomo as histórias de vida de dois interlocutores em particular, a servidora pública Thaís e o bancário aposentado Geraldo, para destacar como a experiência de mal-estar, em seus afetos e preocupações normativas, estão inscritos em um passado incorporado dos atores e em reivindicações e concepções de valor com respeito ao que eles consideram importantes para o seu bem-estar e para uma boa vida. Ambos os retratos são exemplares do quanto a mobilidade social não constitui necessariamente um projeto planejado e pessoalmente exitoso mas, podendo ser, antes, percebido pelos atores como o resultado contingente e frustrado de certas expectativas subjetivas iniciais.

O terceiro, e último capítulo da segunda parte da tese, aborda a questão da classe social enquanto um aspecto problemático na experiência subjetiva dos atores com suas origens sociais mobilidade social. Nele, tento entender o que torna a classe um problema que a coloca como pano de fundo das situações de mal-estar e dos conflitos internos e relacionais dos interlocutores. Elaboro uma resposta a partir das contribuições teóricas produzidas e desenvolvidas por Pierre Bourdieu, Michèle Lamont e Andrew Sayer para compreender as relações e interações de classe como uma experiência vivida e corporal de classificações e representações subjetivas marcadas por significados normativos que afetam o sentido de valor.

A Parte III da tese explora uma outra dimensão da mobilidade social como experiência moral, qual seja: as narrativas de justificação da ascensão social. Ela aborda, em dois capítulos, os significados que os atores atribuem às suas trajetórias de mobilidade social com o objetivo de identificar e distinguir neles a constituição de narrativas com as quais estes tentam justificar e reivindicar valor, merecimento e legitimidade aos seus destinos sociais. Nesse sentido, destaco duas narrativas de justificação, a primeira concebe a ascensão social como conquista individual e a segunda concebe a ascensão social como retribuição.

Por fim, “as considerações finais”. Como de praxe, realizo um balanço dos principais argumentos e resultados da pesquisa, assim como esboço os pontos e rotas que,

em minha avaliação, exigem aprofundamentos e novos caminhos em direção aos quais a pesquisa poderá seguir para consolidar e nuançar algumas de suas afirmações e conclusões.

Na medida do possível, e para construir um texto que não adiasse por demais o conhecimento empírico da problemática proposta, tentei realizar a discussão teórica em conjunto ou intercalando com a descrição e análise dos relatos e narrativas. Sempre que julguei necessário esclarecer, com mais detalhes, ou apontar sugestões para maiores informações sobre uma abordagem, conceito ou debate, lancei mão, sem muita economia, confesso, de notas de rodapé.

### **1.1.O Problema de Pesquisa**

Esta tese nasceu da experiência de campo durante a execução da pesquisa “Radiografia do Brasil Contemporâneo” (IPEA, 2015) sobre as classes sociais na sociedade brasileira<sup>8</sup>. Durante a condução das entrevistas para reconstrução das trajetórias sociais e biográficas dos indivíduos, um aspecto recorrente narrado nas falas consistia no compartilhamento de experiências de mal-estar sobre os mais diversos aspectos do mundo social. Neles, emoções, classe social e moralidade emergiam de modo bastante flagrante e entrelaçado.

O contato com esses relatos de vida, embora tangencial aos objetivos da pesquisa supracitada, suscitou um conjunto de questionamentos acerca da experiência subjetiva e moral de classe em uma sociedade desigual como a brasileira. Nesse sentido, a mobilidade social, ou melhor, os sentimentos de mal-estar vivenciados pelos socialmente móveis, pareceu-me um campo estimulante e fértil para explorar como a classe social e a desigualdade de classe são experiências vividas que se traduzem em formas de subjetividade, emoções e moralidade.

A desigualdade e as classes sociais tornaram-se uma das questões e categorias mais destacadas no debate político e acadêmico contemporâneo brasileiro nas duas últimas décadas. Historicamente, a desigualdade é entendida, paradoxalmente, como um

---

<sup>8</sup> Realizada entre os anos de 2015 e 2016 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o projeto “Radiografia do Brasil Contemporâneo” tinha como objetivo realizar o mapeamento geral das classes sociais e seus ambientes socioinstitucionais de socialização para a reconstrução crítica das disposições de comportamento prático que as compõem e as singularizam social e culturalmente. Para maiores detalhes: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/dides/151009\\_plano\\_trabalho\\_2015.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/dides/151009_plano_trabalho_2015.pdf)

problema fundante e inercial da formação social brasileira (CARDOSO, 2010) e, ao mesmo tempo, profundamente naturalizado no cotidiano (SOUZA, 2009).

No entanto, em razão de processos sociais, políticos e demográficos importantes nos últimos 50 anos que produziram, com efeito, mudanças significativas na dinâmica da estratificação social no país<sup>9</sup> (RIBEIRO, 2012, ARRETCHE, 2015), a desigualdade e as classes sociais alcançaram novos patamares como temas públicos e científicos, principalmente nestes primeiros decênios do século XXI na sociedade brasileira.

Ao longo dos anos 2000, apesar da concentração de renda no topo da pirâmide ter se mantido estável (SOUZA, 2016), a trajetória das desigualdades históricas nacionais entrou em uma inflexão: redução da extrema pobreza e das desigualdades “a partir da base”<sup>10</sup> (ARRETCHE, 2015), expansão do acesso ao ensino superior, diminuição das desigualdades de oportunidades (RIBEIRO, 2012), crescimento do emprego formal assalariado (POCHMANN, 2014) e incremento dos padrões de consumo familiares (NERI, 2008). Tal inflexão, com efeito, ainda que desigualmente, modifica dinâmicas e perspectivas de mobilidade social, principalmente em termos de ascensão social.

Entretanto, bastante centradas na medição da fluidez social das sociedades ao longo do tempo, no problema dos determinantes socioeconômicos e demográficos para a mobilidade ou imobilidade social e nas dinâmicas de alteração e expansão do mercado de trabalho, as pesquisas sobre mobilidade social costumam dizer muito pouco sobre as maneiras pelas quais o deslocamento social é subjetivamente vivido, interpretado e classificado pelas pessoas. Ora, o tipo de movimento e mudança que caracteriza a mobilidade social envolve elementos e questões prementes muito além destas colocadas

---

<sup>9</sup> Uma combinação de processos demográficos, políticos e sociais variados e com trajetórias próprias, tais como: melhorias no acesso à educação e a outros serviços públicos básicos, como eletricidade e coleta de lixo, elevação da renda média, ciclos positivos de geração de empregos formais, efetivação e expansão de políticas públicas inclusivas e de proteção social para as amplas camadas *outsiders* do sistema de direitos (ARRETCHE, 2015), valorização e indexação de benefícios continuados ao salário mínimo, redução da extrema miséria, entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho, queda acumulada da fertilidade e, portanto, também do número de entrantes no mercado de trabalho, entre outros fatores mais.

<sup>10</sup> Entre 1988 e 2014, o Brasil teve o contingente de população abaixo da linha da pobreza reduzido de 37% para menos de 10%. Conforme dados do Banco Mundial, no entanto, o índice de pessoas abaixo da linha de pobreza volta a crescer a partir de 2015 no Brasil: se em 2014 o percentual de pessoas que viviam com até 1,90 US\$ por dia correspondia a 3,7%, em 2015 subiu para 4,3%. Segundo o mesmo estudo do Banco Mundial, se considerarmos a medição da linha da pobreza para 5,50 US\$ por dia, a parcela de brasileiros abaixo da linha da pobreza abarca 22,1% da população brasileira em 2015, sendo que o índice no ano anterior era de 20,4%. **Para maiores detalhes ver:** <http://www.worldbank.org/> e <http://m.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1931680-22-dos-brasileiros-vivem-abaixo-da-linha-da-pobreza-diz-estudo.shtml>.

pelas pesquisas convencionais. Ele abrange, por exemplo, questões relativas a como a classe e outras divisões sociais são significadas e negociadas nas interações dos atores em diferentes contextos relacionais ou como aqueles que mudam sua posição e status social ajustam seus modos de ser a valores, usos do corpo e da linguagem diferentes dos assimilados em sua origem social.

Os processos de mobilidade social podem conduzir as pessoas à espaços materiais e simbólicos fortemente estruturados por relações e desigualdades de classe. Do ponto de vista da experiência vivida das pessoas, ela significa mais do que obtenção de empregos mais rentáveis, ter acesso a novas oportunidades de educação e consumo ou deslocamentos residenciais. Significa mover-se entre espaços, relações e práticas que podem ser muito contrastantes, em que comportamentos, posturas e preferências podem assumir um valor diferencial e sentidos hierárquicos e classificadores. Suas implicações geram conflitos internos e tensões relacionais que, a um só tempo, podem afetar a relação dos indivíduos consigo mesmos e seu ajustamento com os ambientes sociais de origem e de destino. Logo, o deslocamento social diz respeito não apenas à componentes econômicos e causalidades estruturais mas, inevitavelmente, à aspectos morais, afetivos e à agência das pessoas, tornando-se, por isso, para os socialmente móveis, pessoalmente desafiador e inquietante.

Dessa maneira, os desdobramentos objetivos e subjetivos dos deslocamentos de classe podem, assim, trazer graves e sérias questões para aqueles que ascendem socialmente. Por exemplo, lidar com sentimentos de divisão, isolamento e deslocamento, enfrentar rupturas ou o esgarçamento dos laços originais com pessoas, práticas e lugares, organizar, dar sentido e coerência à própria história de vida, identidade e pertencimento. Ao concentrar nossa atenção para esses desdobramentos e desafios subjetivos, tal como os atores os vivem e os significam, podemos observar a manifestação ou articulação das preocupações normativas mais caras que motivam os atores em relação aos significados, julgamentos e avaliações sobre suas histórias de vida, identidades, pertencimentos, qualidades, aspirações e merecimento.

Esses dramas e custos da experiência vivida de mobilidade social não costumam figurar nos discursos políticos e midiático sobre a mobilidade social. Pelo contrário. A possibilidade e a valorização da mobilidade social são parte fundamental da base motivacional de justificação da ordem capitalista. A crença e a esperança de que a

ascensão social é sim um horizonte possível e acessível, coletiva e individualmente, formam uma condição necessária, quase um resultado natural, para muitas das promessas normativas e ideias mais poderosas e cruciais das sociedades modernas capitalistas, tais como liberdade, autonomia, individualismo, responsabilidade individual, meritocracia, livre concorrência, empreendedorismo e prosperidade coletiva. Sem a crença e a defesa da mobilidade social, como justificar a autoimagem da ordem capitalista como uma sociedade aberta e livre em que os indivíduos podem buscar o seu interesse próprio, melhorar suas condições de vida, tornarem-se mais autônomos e serem recompensados material e socialmente por seus talentos e esforços?

Não é surpreendente, portanto, que os discursos públicos mais convencionais, na política e nos meios de comunicação de massa, costumem propalar uma visão entusiasmada e triunfante da mobilidade social. Para governos, a promoção da mobilidade social e a existência de altas taxas ascendente destas significam uma sociedade moral e materialmente exitosa, ou seja, uma sociedade aberta, com crescimento econômico e iguais oportunidades aos seus cidadãos. De um ponto de vista individual, a ascensão social é um motivo de orgulho, sinal inequívoco de status e conquista pessoal. Os que ascendem socialmente são vistos como pessoas de sucesso, vencedoras e realizadas, que alcançaram coisas boas e importantes na vida, como um diploma universitário, uma carreira profissional ou uma confortável casa em um bairro ou condomínio abastado. Em resumo, nos discursos oficiais, a mobilidade social é celebrada e retratada como um processo politicamente benéfico e pessoalmente gratificante<sup>11</sup>.

Contudo, para as pessoas que a vivenciam no cotidiano de sociedades desiguais com resistentes barreiras materiais e simbólicas de classe, a realidade pode se passar de uma maneira diferente. Em muitos casos, as trajetórias de mudança social abrigam, ocultamente, um conjunto próprio de custos pessoais e sociais invisíveis aos discursos

---

<sup>11</sup> Esse espírito positivo também alcança o discurso acadêmico. Um dos mais conhecidos e importantes estudiosos da estratificação social, o sociólogo inglês John Goldthorpe, um dos autores do clássico *The Affluent Worker*, compartilha uma visão da mobilidade social enquanto um fenômeno de desdobramentos coletivos e individuais benéficos. Do ponto de vista societário, a mobilidade social funcionaria como uma força geradora de maior igualdade e laços entre as classes na medida em que as divisões de status e as distâncias materiais e relacionais entre estas tornam-se mais fluídas e atenuadas. Para os indivíduos, por sua vez, o deslocamento de classe não representaria uma experiência negativa e estressante, conforme constatado pelo sociólogo em um estudo específico a respeito da experiência subjetiva de mobilidade social (GOLDTHORPE, 1980) e seus efeitos sobre a vida pessoal e profissional. Na verdade, para maioria deles, prevaleceu um sentimento de satisfação com a trajetória e posição social atuais. Para uma discussão crítica da visão e da pesquisa de Goldthorpe, ver: FRIEDMAN, Sam. *Habitus clivé and the emotional imprint of social mobility*. **The Sociological Review**, 64 (1), p. 129-147, 2016.

oficiais. Em vez de algo pessoalmente pleno e realizador, como propagandeado nos discursos políticos e midiáticos, o caminho da mobilidade social pode ser o de uma experiência subjetiva tensa e conflitante, porque marcada por tensões, dilemas, exigências e sentimentos desconfortáveis e persistentes.

A ideia de que há algo de profundamente estressante e árduo na experiência de mobilidade social não é nova. O diagnóstico de que a mobilidade social carrega efeitos sociais e emocionais deletérios para as pessoas que a experimentam remonta, ao menos, aos estudos do sociólogo russo Pitirim Sorokin, reunidos na obra *Social and Cultural Mobility*, publicado em 1959. Inspirado no conceito durkhemiano de anomia, Sorokin entendia que o aumento dos fluxos de mobilidade social abertos pela transformação estrutural da Revolução Industrial, Sorokin (1959) produzia, comparativamente, impactos dissociativos nos indivíduos e de desequilíbrio social e emocional seus padrões de interação.

Colocados em ambientes socioculturais e ocupacionais pouco familiares e de lenta e difícil adaptação, os socialmente móveis seriam pessoas que tendiam a romper com os seus laços sociais de origem e, com isso, enfrentar, de maneira mais frequentemente, situações de isolamento e estresses psicológicos do que aqueles que permaneciam em sua classe de origem. Essa compreensão da experiência de mobilidade social em termos de suas consequências anômicas e riscos para os indivíduos, suas relações interpessoais e bem-estar mental ficou conhecida como “hipótese dissociativa” ou “hipótese de Sorokin”<sup>12</sup>.

Embora velha, e marginal em relação aos interesses dominantes das pesquisas em estratificação social, essa perspectiva negativa sobre a experiência de mobilidade social e as relações de classe manteve-se viva e firme ao longo do tempo na sociologia. Ao longo das primeiras décadas da segunda metade do século XX, os custos pessoais e as implicações adversas da mobilidade social foram amplamente explorados pelas ciências sociais (FRIEDMAN, 2016).

Pode-se citar, as cirúrgicas observações que Richard Hoggart (1957), na parte final de sua obra clássica, *The uses of literacy*, publicada em 1957, dedica ao doloroso

---

<sup>12</sup> Essa hipótese estimulou pesquisas e estudos para tentar correlacionar, inclusive, a incidência de doenças mentais, suicídios e mobilidade social – algo já observado por Durkheim. Para uma revisão da “hipótese de Sorokin” e um balanço dos seus resultados e de trabalhos recentes na temática “saúde mental e mobilidade social”, ver: Houle, J. N. The psychological impact of intragenerational social class mobility. *Social Science Research*, 40(3), 757–772, 2011.

desenraizamento pelo qual passam os filhos das famílias de classe trabalhadora que ascendem socialmente pela via acadêmica e universitária, que, arrancados dos laços familiares e comunitários sob quais cresceram, são jogados como estranhos solitários em um mundo de classe bastante diferente do seu. Ou, a pesquisa de Pierre Bourdieu (1963) sobre o drama social e subjetivo dos trabalhadores rurais argelinos para se adaptar às exigências práticas e culturais da modernização econômica e da mudança sociocultural da Argélia do pós-guerra mundial. Também o sociólogo Richard Sennett, em parceria com Jonathan Cobb, tematizou, na década de 1970, os efeitos de classe e das aspirações de mobilidade sobre a vida emocional dos operários urbanos estadunidenses. As diferenças de classe e as aspirações por ascensão social estariam, ambas, na origem das “feridas ocultas” que marcam os “mundos subjetivos interiores” dos trabalhadores urbanos, especialmente em seus relacionamentos com os filhos e em sua autoestima (SENNETT; COBB, 1977).

Na agenda contemporânea, o foco sobre os efeitos psicossociais adversos e desestabilizadores engendrados pelas trajetórias de mobilidade social e relações de classe para os indivíduos continua a ser um mote enfatizado e examinado<sup>13</sup>. Muitos dos trabalhos nessa temática realizam um verdadeiro inventário dos sintomas, sofrimentos, tensões e conflitos vividos enfrentados pelos socialmente móveis. A partir deles, constata-se a variedade de manifestações afetivas, subjetivas e relacionais que a condição de mal-estar atacadada à experiência de mobilidade social pode assumir nas vidas dos atores, tais como: a culpa e a vergonha em relação às origens e às marcas de classe na conduta, a sensação de deslocamento em diferentes contextos de interação, sentimentos de inferioridade pessoal e de ilegitimidade na comparação com os outros, ansiedade de status e medo de perder a posição adquirida, percepção de estar dividido e preso entre duas personalidades e dois mundos distintos e concorrentes (LEHMANN, 2007; GAULEJAC, 2014, FRIEDMAN, 2014; PULICI, 2016; NAUDET, 2018).

---

<sup>13</sup> Em complemento a esta literatura mais preocupada, por assim dizer, com a dimensão “negativa”, isto é, com os custos, tensões e conflitos pessoais da experiência de mobilidade, começa emergir, por outro lado, um corpo de trabalhos e pesquisas teóricas e empíricas mais voltadas aos esforços “positivos” de ajustamento e adaptação dos indivíduos, tais como os de Ingram e Abrahams (2016), Jules Naudet (2018) e Friedman e Laurison (2019). Para uma crítica da abordagem que inflaciona os conteúdos conflitivos, de sofrimento e de ruptura do processo de ascensão social, ver LIMA, Raquel Guilherme de. Para além do trãnsfuga de classe: a socialização plural em narrativas da primeira geração de formados no ensino superior. **RBCS**, vol. 35, nº 104, 2020.

O esforço teórico e empírico para apreender essa dimensão “negativa” impulsionou diversas e criativas sínteses e fórmulas para traduzir conceitualmente a economia afetiva do mal-estar da experiência de mobilidade social: “feridas ocultas de classe” (SENNETT; COOB, 1977), “*habitus* clivado” (BOURDIEU, 2001), “neurose de classe” (GAULEJAC, 2014), “divisão do eu” (LAHIRE, 1998), “*outsiders* culturais” (LEHMANN, 2014), “desabrigados culturais” (FRIEDMAN, 2016) são algumas das categorias elaboradas.

Também os contextos de vida da experiência pessoal e social de indivíduos e grupos socialmente móveis investigados para dar conta das ambivalências e descaminhos dos deslocamentos de classe tem se multiplicado. Por exemplo, alguns estudos focalizam as experiências universitárias de estudantes de origem popular em instituições acadêmicas de elite (LEHMANN, 2014; INGRAM, 2018) e outros abordam como marcadores incorporados de classe convertem-se em vantagens ocupacionais em determinados campos profissionais de alto nível, afetando as interações, o desenvolvimento da carreira e os retornos materiais e simbólicos de profissionais com origens externas às classes médias (FRIEDMAN; LAURISON, 2019).

Cabe mencionar as pesquisas que se voltam para as variações e influências nacionais e étnicas na experiência subjetiva de mobilidade social (NAUDET, 2018) e as que a esmiúçam através das especificidades de gênero e raça (LAWLER, 1999; ROLLOCK ET AL, 2011; INGRAM, 2018). Por último, há, ainda, trabalhos que se concentram nos efeitos sociais e subjetivos do contato e aprendizado de novas culturas de gosto e padrões de consumo cultural no decurso das trajetórias de deslocamento social (LAHIRE, 2006; FRIEDMAN, 2012).

Com um forte esteio na praxiologia de Pierre Bourdieu (1983<sup>a</sup>) e em seus conceitos de espaço social, capital e *habitus* (PAYNE; LAWLER, 2018), essa literatura recente reúne algumas contribuições relevantes para o campo mais amplo da pesquisa sobre mobilidade social. Primeiro, o questionamento do retrato predominante da mobilidade social como socialmente e pessoalmente benéficas, gratificantes e autorrealizadoras (REAY, 2013). Em vez de algo inerente e necessariamente positivo e da imagem dos ascendentes como vencedores realizados da competição social capitalista, os deslocamentos de classe são, a partir das experiências dos indivíduos, descritos como

transpassados por “compromissos dolorosos” (FRIEDMAN, 2016), relações fraturadas e por um sentido de divisão de si fortemente incorporado (LEE; KRAMER, 2013).

A segunda e terceira contribuições derivam da predileção metodológica. Graças ao maior enquadramento qualitativo, intensamente baseado em entrevistas em profundidade, etnografias e narrativas autobiográficas, as pesquisas contemporâneas que tratam dos custos subjetivos implicados nas trajetórias sociais de mudança tem sido bastante exitosas na tarefa de descrever, com detalhe e profundidade, as dimensões afetivas e psicológicas dos deslocamentos sociais, conferindo uma maior densidade existencial à experiência subjetiva de mobilidade social (REAY, 2005; GAULEJAC, 2014).

Nesse sentido, elas ajudam a corroborar a virada que, a partir dos anos 1980, ampliou a análise convencional da mobilidade social em direção à incorporação, de maneira mais direta e autônoma, das especificidades contextuais e qualitativas que influenciam e moldam as maneiras pelas quais as pessoas vivenciam, compreendem e se relacionam com seus percursos, posições e identidades de classe (BERTAUX; THOMPSON, 1997; PAYNE; LAWLER, 2018).

Uma quarta e última contribuição a ser destacada consiste no papel positivo que esses trabalhos tem desempenhado para consolidar o que se convencionou de intitular da “virada cultural” na pesquisa sociológica das classes sociais<sup>14</sup> (SAVAGE, 2000). Muitos dos estudos citados, preocupados em compreender o mal-estar na experiência de mobilidade social, tem colaborado para um entendimento ampliado das classes sociais e dos mecanismos culturais, simbólicos e afetivos envolvidos na produção e reprodução de suas relações na sociedade contemporânea. Assim, a temática da estratificação social adquire camadas mais complexas, tratada como não meramente econômica mas resultado de processos relacionais contínuos e variados que trazem à tona novas facetas das

---

<sup>14</sup> Bastante influenciada pelos trabalhos de Pierre Bourdieu com respeito às interrelações entre cultura, classe e desigualdade, essa “virada” refere-se, grosso modo, ao crescente interesse pelo papel dos fatores extraeconômicos, dos sistemas simbólicos e das práticas culturais para abordar e compreender a questão das classes sociais. O maior espaço para a questão de como a classe social é culturalmente percebida e organizada pelas pessoas a partir de suas práticas sociais e interações cotidianas tem sido importante por apontar limites dos esquemas neomarxistas e neweberianos de análise de classe, ainda dominantes nas ciências sociais. Para um balanço e avaliação da investigação das classes sociais na sociologia contemporânea, ver: BERTONCELO, E. R. E. As classes na teoria sociológica contemporânea. **Revista BIBCS**, 67: 25-49, jan./jun, 2009.

desigualdades, desvantagens e barreiras de classe que se impõem nas vidas e relações cotidianas dos atores.

Tais contribuições, pode-se concluir, demonstram que as investigações contemporâneas sobre a condição de mal-estar implicada na experiência de mobilidade social oferecem um tratamento teórico-metodológico renovado, mais fino e diversificado do que o antigo modelo da “hipótese dissociativa” (SOROKIN, 1959). Por outro lado, embora muito competente na descrição e articulação sociológica das dores, contradições e conflitos vividos que as trajetórias de deslocamento social podem precipitar na experiência dos atores, essas investigações pouco tem se atentado para as dimensões morais da experiência de mal-estar e para a agência dos atores envolvida no trabalho de articulação das situações de mal-estar e na construção de significado sobre suas experiências. É exatamente sobre esse terreno de conexões entre os afetos e a moralidade e contra certa passividade dos atores diante da experiência de mal-estar da mobilidade social que esta pesquisa pretende avançar.

Nesse sentido, a tese se insere em um conjunto de trabalhos contemporâneos em ciências sociais que tem se empenhado no avanço de uma abordagem multidimensional e qualitativa da mobilidade social, investigando-a a partir das experiências e representações subjetivas dos atores e dos efeitos dos deslocamentos sociais sobre diferentes aspectos de suas vidas cotidianas (BERTAUX; THOMPSON, 1997; PAYNE; LAWLER, 2018). Analisar as situações de mal-estar e as respostas que os atores elaboram e dão à sua experiência de deslocamento social significa aprofundar uma problemática de desenvolvimento recente no campo das classes sociais e da mobilidade social, qual seja, o entrelaçamento entre emoções, moralidade e classe (LAMONT, 1992; SKEEGS, 1997; REAY, 2005; SAYER, 2005; FRIEDMAN, 2014; SOUZA, 2012; FREITAS, 2018).

As narrativas pessoais de ascensão social de nossos interlocutores são reveladoras, com efeito, das dimensões afetivas e morais da experiência subjetiva de mobilidade social em particular e de classe social em geral. Não apenas no sentido de sua constatação e descrição, mas, sobretudo, no que essas conexões podem sociologicamente oferecer enquanto uma compreensão nuançada e plural das implicações da mobilidade e da classe social para os atores em seu cotidiano e vida pessoal. De maneira contundente, as narrativas exprimem as íntimas conexões entre emoções, moralidade e classe social tecidas pelos atores para significar suas histórias de vida e identidades a partir de um

esforço reflexivo e prático dedicado à compreender e enfrentar uma condição incorporada e mais ou menos duradora de mal-estar que os afetam, variavelmente, em diferentes contextos situacionais e relacionais de suas existências. Essas conexões também se deixam perceber nas formas de justificação e de reivindicação de valor e merecimento que os atores atribuem as suas trajetórias de ascensão social.

A economia afetiva da condição de mal-estar da mobilidade social precisa ser abordada e compreendida em seu entrelaçamento com a moralidade, quer dizer, em seus vínculos com as concepções, compromissos, expectativas e dilemas morais mais fortes dos atores com aquilo que eles estimam e admiram com respeito a si mesmos, suas trajetórias, seus relacionamentos e aspirações. Esta tese pretende, portanto, investigar a mobilidade social a partir de dois registros principais: primeiro, através de suas implicações afetivas e morais causadoras de mal-estar e de respostas avaliativas dos interlocutores sobre sua experiência e condição de mobilidade social, segundo, por meio das narrativas de justificação da ascensão social através das quais os interlocutores atribuem significado e valor às suas trajetórias pessoais e a si mesmos. Ambos os registros trabalham muito mais ao nível da construção de significado sobre as situações de mal-estar e as expectativas, anseios e dificuldades das trajetórias sociais, suas repercussões biográficas, afetivas, normativas e relacionais, do que ao nível da psicogênese e sociogênese dos conflitos internos e das disposições afetivas e morais (LAHIRE, 2004).

A proposta de investigar o que torna a mobilidade social uma experiência moral (ZIGON; THROOP, 2014), a partir de que ela pode ser apreendida como tal e qual é o papel da classe na constituição dessa experiência, são questões que demandam um entendimento específico de moral. Nesta tese, em vez de algo abstrato e formal, pré-definido por normas gerais universais sobre o certo e o errado, a moralidade é compreendida como uma atividade situada, variável e ordinária que é orientada, realizada e implicada nas relações, interações, práticas e experiências cotidianas das pessoas. Uma atividade que tem a ver com o nosso envolvimento com o mundo social, para participar dele, para compreendê-lo e para assegurar, nas rotinas de nossas vidas, o que valorizamos como importante e significativo. Para isso, é inevitável lidar, definir e negociar com expectativas normativas e avaliativas, com concepções, julgamentos e disputas de valor que permeiam e moldam o mundo social e as diferentes maneiras de vivenciá-lo,

compreendê-lo e lidar com as questões éticas e existenciais que ele suscita (SAYER, 2005; ZIGON; THROOP, 2014; ABOOTT, 2020).

Em outras palavras, trata-se de pensar a moral não como algo excepcional ou pontual nas vidas das pessoas cuja irrupção somente ocorre em situações extraordinárias em que as pessoas se veem irremediavelmente impelidas a uma decisão sobre um dilema. Não. Em vez dessa visão, o que aqui se propõe é conceber a moral como uma faceta comum e inserida nas experiências ordinárias das pessoas. Essa concepção da moralidade como um fenômeno predominantemente engajado na vida e na experiência social e subjetiva das pessoas, que é atuante tanto em suas interações sociais quanto em sua relação subjetiva consigo mesmas, retira e amplia a moralidade para além do confinamento que a encapsula enquanto um reino próprio, um assunto elaborado e restrito às preocupações eloquentes, formalistas e reflexivas de intelectuais, acadêmicos e especialistas. A moralidade, na verdade, importa e toma parte na vida comum, isto é, nas vicissitudes, problemas e lutas concretas das pessoas comuns e de seus esforços para “seguir em frente” com suas distintas formas de ser e estar no mundo (ZIGON, 2007).

Tal foco mais ordinário, prático e relacional sobre a moralidade tem sido bem sucedido para renovar o interesse sociológico<sup>15</sup> em pesquisar as dimensões morais dos mais diversos fenômenos sociais<sup>16</sup>, expandido a gama de contextos e as variedades de questões e experiências significativas para a existência moral dos atores. Particularmente, esse entendimento da moralidade inclina seu estudo, com grande potencialidade, para as maneiras pelas quais as pessoas avaliam suas ações e relações com os outros e, também, consigo mesmas a partir de e conforme determinados repertórios e narrativas que elas mobilizam e constroem para dar sentido e organizar os significados morais de sua experiência social e visão de si e dos outros. A moral, portanto, adquire o sentido de um

---

<sup>15</sup> A visão dos valores e das normas morais como uma relação arbitrária e genérica de internalização com função de integração e consenso social perde sua centralidade, tal como também a dependência coadjuvante da moral enquanto subterfúgio de lógicas de ação estratégica e de dominação subjacentes. Em seu lugar, no tratamento sociológico renovado da moralidade, ganham prioridade analítica os contextos e os processos socioculturais heterogêneos que constituem as pressuposições, os significados e os sistemas morais que moldam e orientam indivíduos, grupos e organizações em suas percepções, relações, interações e padrões de comportamento em termos de valores, avaliações, obrigações e compromissos nos mais diversos domínios da interação social (HITLIN; VAISEY, 2010).

<sup>16</sup> Para uma discussão sobre o estatuto específico, os limites e as dificuldades epistemológicas e éticas para constituir a moralidade como problema e objeto sociológicos, ver: BRITO, Simone Magalhães. Traçando os limites da sociologia da moralidade: uma perspectiva adorniana. *Estudos de Sociologia*. Vol 1, n.17, 2011.

fenômeno e experiência fortemente intersubjetivos (TAYLOR, 1997; LAMONT, 2000; SAYER, 2005; ABOOTT, 2020).

Nesse sentido, a ação moral se abre para diferentes tipos de abordagens e entendimentos: a ação moral como articulação e constituição da identidade ou da subjetividade (TAYLOR, 1997; FOUCAULT, 1984), a ação moral como disputa, controvérsia e negociação discursiva entre princípios de valor (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006), a ação moral como classificação e hierarquização simbólica das diferenças e identidades sociais percebidas e como sentidos de autoestima (LAMONT, 1992; 2000), a ação moral como respostas avaliativas e emocionais à julgamentos de valor relacionais ligados à classe (SAYER, 2005), a ação moral como motivada pela busca de razões e justificativas do existir (BOURDIEU, 2001), a ação moral como a experiência prática e reflexiva de negociação de dilemas e tensões éticas e relacionais cotidianos (ZIGON; THROOP, 2014).

Nesta tese, em diferentes momentos, essas perspectivas de abordagem e entendimento da ação moral aparecerão e serão discutidas para examinar, a partir dos relatos e narrativas de nossos interlocutores, a mobilidade social como uma experiência moral, especialmente no que elas contribuem para destrinchar o papel da moralidade nas relações entre ação, linguagem, emoções e *self*.

## **1.2.Procedimentos metodológicos**

Se é pela linguagem que “a experiência privada se faz pública” (RICOEUR, 1987, p.30), ao tratar dos processos de socialização dos indivíduos e dos sentidos culturais mobilizados por estes para significar suas biografias e sentimentos, convém, com efeito, empregar procedimentos metodológicos aptos para apreender as dimensões hermenêuticas, temporais e subjetivas da experiência social.

As ciências sociais, de sua formação até os presentes dias, acumularam um conjunto de técnicas qualitativas dedicadas a recolha e a compreensão do discurso oral e biográfico da perspectiva dos agentes sobre suas experiências vividas, atitudes, sentimentos e orientações valorativas (QUEIROZ, 1988). Como destaca Maria Isaura Pereira Queiroz, as técnicas qualitativas de caráter biográfico, como as histórias de vida, são potencialmente ricas para a sociologia porque trabalham “no ponto de intersecção das

relações entre o que é exterior ao indivíduo e o que ele traz em seu íntimo” (QUEIROZ, 1988, p.39).

Para melhor situar e compreender os efeitos dos processos de mobilidade social sobre as realidades cotidianas e a vida emocional dos indivíduos e grupos, assim como também as maneiras pelas quais eles lidam e interpretam os seus deslocamentos pelo espaço social e suas diferenças e fronteiras de classe, as abordagens qualitativas no estudo da mobilidade social tem lançado mão de recursos metodológicos incomuns à dominante tradição quantitativa. Etnografia, histórias de vida, entrevistas em profundidade, a análise narrativa e de discurso, autobiografias, são todos recursos metodológicos reivindicados e empregados para pesquisar a mobilidade social para além das tabelas e indicadores de ocupação, renda e escolaridade (BERTAUX; THOMPSON, 1997; FRIEDMAN, 2016).

Neste trabalho, em consonância com os enfoques qualitativos no estudo da mobilidade social, recorro ao procedimento das entrevistas em profundidade com perspectiva retrospectiva e biográfica. As entrevistas em profundidade consistem num procedimento face a face de enfoque narrativo e biográfico em que o pesquisador envolve-se, de maneira intersubjetiva e teoricamente mediada, com o esforço retrospectivo, reflexivo e subjetivo do entrevistado na construção de sentido a propósito das relações, experiências, ações, valores, instituições e contextos significativos e relevantes para a configuração de sua trajetória de vida e subjetividade.

Para isso, é vital e indispensável construir um conjunto elaborado e sistemático de perguntas bem formuladas - assim como cultivar uma atenção sensível e atitude criativa em relação à situação de interação da entrevista e seu jogo de linguagem peculiar -, as quais sejam capazes de estimular direta e indiretamente os interlocutores da pesquisa a examinar, considerar e explicar sua experiência vivida em um dado campo de ação do mundo social. Desse modo, o pesquisador pode explorar, em detalhes, e através do diálogo e do discurso oral dos interlocutores, as experiências, contextos, instituições e relações que os conduziram ao presente - e, assim, pode também seguir e apreender os fios das representações e compreensões que esses últimos tecem sobre suas histórias de vida ou de aspectos particulares delas, seus estados emocionais, disposições e valores, tal como são percebidos e narrados por eles próprios.

Como tem insistido entendimentos mais contemporâneos da teoria sociológica com respeito à agência (ARCHER, 2004), as pessoas são capazes de tomar as condições

e o transcurso de suas vidas como objeto de reflexão e de avaliação. E, desse modo, produzir sobre elas um discurso cujos conteúdos são valiosos para a construção de conhecimento em ciências sociais e sua tarefa de compreender, fundamentadamente, as transações e interdependências entre o mundo social e a experiência vivida dos atores (DUBAR, 1998). A agência e a reflexividade são praticadas, principalmente, como sugere a sociologia pragmática francesa (BARTHE ET AL, 2016), quando os atores estão em face de “momentos críticos” (BOLTANSKI; THEVENOT, 1999; 2006) e “situações problemáticas” (CEFAI, 2017) nas quais estão em disputa questões constitutivas e fundamentais - de natureza variável - para os atores em seus contextos de ação e interação cotidianos.

No caso da pesquisa em tela, como já explicitado, interessa um domínio específico da história de vida dos indivíduos<sup>17</sup> ou um “momento crítico” particular da relação subjetiva destes com suas trajetórias de deslocamento de classe, a saber: a experiência emocional de mal-estar e o trabalho de significação moral das dificuldades e dos conflitos emocionais envolvidas na experiência de mobilidade social ascendente. Algo a respeito do qual as tabelas de mobilidade costumam silenciar, emudecendo, portanto, “sobre os valores que os indivíduos atribuem ao seu deslocamento” (LAHIRE, 2006, p. 352).

As entrevistas em profundidade são um recurso metodológico de valor inestimável para penetrar no interior do mundo social dos atores e, assim, objetivar e situar socialmente as “caixas de ferramentas” e os “repertórios culturais” (SWIDLER, 1986; LAMONT, 1992) postas em ação pelos atores para construir e avaliar seus mundos sociais. Da mesma maneira, elas permitem apreender e contextualizar as narrativas que as pessoas elaboram para interpretar, entender e apresentar a si mesmas e suas vidas ao mundo, assim como outros fatores relevantes que acreditam moldar suas ações, trajetória, valores e identidades (SOMERS, 1994).

Em entrevistas com acento retrospectivo e biográfico, é muito comum os interlocutores estruturarem o seu discurso sobre os acontecimentos e experiências de suas

---

<sup>17</sup> Para Daniel Bertaux, história de vida não significa a totalidade da biografia dos indivíduos. Para o sociólogo francês, é suficiente que uma pessoa se coloque a narrar sobre este ou aquele momento de seu passado pessoal, ou desta ou daquela dimensão da sua existência, por exemplo, profissional ou amorosa. Em suas palavras, “não é necessário que uma história de vida seja ‘completa’ para se que possa chamá-la de história de vida” (BERTAUX, 2014 p. 261).

vidas na forma de narrativa<sup>18</sup>, ou seja, uma disposição das ações e eventos de forma temporal, interrelacionada e configurada como uma trama de significações. Uma narrativa, como escreve Paul Ricoeur (2010, p. 198), “tem a capacidade de extrair uma história de múltiplos incidentes ou, caso se prefira, de transformar os múltiplos incidentes em uma história”. Essa capacidade de “síntese do heterogêneo” ou de “imaginação produtiva” (RICOEUR, 1994, p. 02) das narrativas a tornam um tipo de atividade que transcende a mera seleção, ordenação e descrição de uma sequência temporal de eventos diversos.

Dizer que as narrativas organizam e interpretam as ações e os eventos como uma trama significativa, uma intriga (RICOEUR, 2010), significa que elas configuram estas em um nexos causal de efeitos, relações e desdobramentos. Tornando, assim, tudo aquilo que é narrado e está envolvido e implicado em um dado conjunto de ações e eventos narrados, tais como os lugares, as pessoas, os objetos, as histórias, os acontecimentos, os acasos, as decisões, os sentimentos e o próprio narrador, significativo em termos de uma “totalidade inteligível” (RICOEUR, 1994, p. 103).

A narrativa pode ser definida, com efeito, como uma forma de produção de significado que organiza as ações e os eventos em um todo significativo, isto é, em termos dos efeitos e relações em função de um todo<sup>19</sup> (POLKINGHORNE, 1988, p. 18). Ela configura sentidos através da interpretação e avaliação seletiva de acontecimentos, experiências, fatores, características e acasos, conferindo-lhes historicidade, relacionalidade e causalidade em uma cadeia temporal e sequencial (SOMERS; GIBSON, 1994). Portanto, amparado nessa perspectiva, privilegia-se, antes de qualquer

---

<sup>18</sup> Como pondera Ann Swidler (2001, p. 222), ainda que a situação pragmática da entrevista, em uma pesquisa sociológica, estimule a adoção de uma postura narrativa por parte dos entrevistados, existem outras situações de interação social, mais cotidianas e supostamente mais espontâneas, em que as pessoas costumam adotar uma postura narrativa para falar de si mesmas e de suas vidas, por exemplo: quando se conhece alguém pela primeira vez, em uma reunião de reencontro com antigos amigos e colegas de escola, uma sessão de psicoterapia, um testemunho de conversão religiosa ou mesmo momentos individuais de reflexividade para pensar a vida e os planos pessoais futuros, todas são situações que podem evocar uma prática do discurso narrativo. Em outras palavras, a narrativa é uma atividade implicada na vida prática. Ela não se resume, portanto, à contextos excepcionais e especializados, como o campos literário e a história. Seguindo uma compreensão fenomenológica (CARR, 1986) e hermenêutica (RICOEUR, 1994), a estrutura narrativa está inserida nas realidades vividas e temporais do mundo da experiência e da ação humana, pois as histórias “são contadas ao serem vividas e vividas ao serem contadas” (CARR, 1986a, p.61), assim como “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo” (RICOEUR, 1994, p. 15).

<sup>19</sup> Este “todo” pode ser uma experiência individual ou coletiva específica, um tema geral, uma vida, um processo histórico, a identidade e subjetividade do narrador etc..

estrutura essencial e estática, o primado da atividade produtora na conceituação e análise das narrativas (RICOEUR, 1994, p.58).

Ao reconhecer a importância da narrativa para apreender a experiência vivida e a construção de sentido dos atores a seu respeito, não se trata de sustentar uma equivalência e simetria absolutas entre experiência e discurso narrativo nem tampouco sua irrestrita incompatibilidade<sup>20</sup>. Trata-se, sim, seguindo a clássica máxima de William I. Thomas e reafirmada pela contemporânea sociologia pragmática (BARTHE ET AL, 2016), de levar à sério as maneiras pelas quais homens e mulheres definem as situações<sup>21</sup>. No caso, as situações, aqui, são as suas experiências de mal-estar com a ascensão social que são definidas a partir das articulações e narrativas que eles e elas realizam e constroem a seu respeito.

As narrativas com caráter autobiográfico, como as que são estudadas nesta pesquisa, são ferramentas culturais e linguísticas por meio das quais os atores constroem sentido sobre suas histórias pessoais de vida. Uma construção de sentido que é efetuada através de uma dialética, incitada e exercitada do ponto de vista de uma situação social presente - que, entre outros condicionantes, envolve a própria entrevista -, entre o olhar retrospectivo e olhar prospectivo dos atores. Nas narrativas pessoais de ascensão social, entendidas como uma forma de agência reflexiva dos atores para produzir significado sobre sua trajetória social, é possível, portanto, explorar a interação dinâmica entre passado, presente e futuro e os diferentes modos e orientações temporais que os atores colocam em ação (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998) para interpretar e avaliar suas existências.

Em outras palavras, as três dimensões da agência humana<sup>22</sup>, conforme uma teoria relacional desta (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998), iteração, projetividade e avaliação

---

<sup>20</sup> Como tem ensinado diferentes autores da tradição fenomenológica e hermenêutica, a experiência, mesmo a pré-reflexiva e a mais prática delas, é estruturada e organizada por elementos e predicados de retenção, situacionais e de protensão da ação dos atores (SCHUTZ, 1979; CAR, 1986<sup>a</sup>), ou seja, que demandam dos atores uma relação temporal e ordenadora de sua ação similar a estrutura e as propriedades da narrativa. Sem estas, a “nossa experiência temporal confusa, informe e, no limite, muda” (RICOEUR, 1994, p. 12) continuaria como tal.

<sup>21</sup> Em uma pesquisa sobre os programas de estudo e controle dos comportamentos das crianças nos Estados Unidos da década 1920, escrito juntamente com sua esposa, Dorothy S. Thomas, o sociólogo da Escola de Chicago, William I. Thomas, formulou o seu famoso axioma, segundo o qual “se os homens definem uma situação como real, ela é real em suas consequências”, ver: THOMAS, William I.; THOMAS, Dorothy S. **The child in America: behavior problems and programs**. New York: A. A. Knopf, 1928, p. 571-2.

<sup>22</sup> A agência, o senso e a capacidade de agir e responder inventivamente dentro das condições e constrangimentos da estrutura social, é um processo incorporado que tanto tem a ver com circunstâncias, relações e experiências do passado, quanto com racionalidades estratégicas orientadas pela busca de

prática<sup>23</sup>, estão presentes e atuantes nas narrativas de vida e podem, desse modo, nelas ser examinadas em conjunto ou separadamente. Como histórias sobre ações no tempo, as narrativas são constituídas por elementos reveladores das rotinas (iteração), dos propósitos (projetividade) e dos julgamentos (avaliação prática) dos atores. No que tange à pesquisa em tela, a avaliação prática que lastreia a construção das narrativas e de sua trama ou intriga principal (RICOUER, 2010) versa sobre uma situação presente problemática, isto é, uma condição existencial de mal-estar, vivida como algo mais ou menos perene e insistente, perante a própria trajetória de ascensão social ou a determinados aspectos e implicações dela.

Ao contrário do entendimento crítico ao uso das histórias de vida nas ciências sociais, sintetizada na clássica expressão da “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 1998)<sup>24</sup>, as narrativas pessoais não são meras racionalizações ilusórias ou criações artificiais de sentido. Como sustenta Daniel Bertaux (1995, p. 85) com respeito ao tema das narrativas e biografias na pesquisa sociológica, a questão do significado é imanente à própria vida dos atores, de modo que “perguntas sobre os eventos factuais de uma vida levantam imediatamente a questão do que significam esses eventos”.

Para o trabalho sociológico, as narrativas são, sobretudo para as abordagens que levam à sério as capacidades reflexivas dos atores (BARTHE ET AL, 2016) e que estão comprometidas, científica e eticamente, com a tarefa de penetrar “na singularidade da história de uma vida e tentar compreender ao mesmo tempo na sua unicidade e

---

objetivos e consecução de interesses materiais e ideais futuros (EMIRBAYER; MISCHE, 1998). Porém, como sustentam Emirbayer e Mische (1998) toma-las como realidades exclusivas seria um equívoco unilateral e, mais ainda, endossar uma compreensão plana e empobrecida da agência humana, presa entre um determinismo redutor e um voluntarismo abstrato (EMIRBAYER; MISCHE, 1998, p. 963).

<sup>23</sup> Em um artigo seminal e clássico, Emirbayer e Mische (1998) sustentaram uma concepção multidimensional da agência baseada em três orientações fundamentais, interrelacionadas, analiticamente distintas e empiricamente variáveis. A primeira delas, a iteração, corresponde ao campo da prática e da rotina, diz respeito ao passado do ator, aos esquemas de ação e pensamento incorporados por meio de interações. A segunda é a projetividade, a qual, por sua vez, corresponde ao horizonte de expectativas, trata da capacidade dos atores para imaginar, projetar e antecipar linhas futuras de ação. Por último, a avaliação prática, que se refere à capacidade reflexiva e normativa dos atores para avaliar e compreender as dimensões anteriores (passado e futuro) a partir de demandas, dilemas e contingências do presente.

<sup>24</sup> Em um primeiro momento, Bourdieu (1998) é duramente crítico e cético quanto ao valor teórico-metodológico da perspectiva biográfica nas ciências sociais. O sociólogo francês considera as histórias de vida uma categoria vinda de contrabando para as ciências sociais, fadada, com efeito, a reforçar os autoenganos do senso comum acerca do sujeito com respeito a suposta coerência, constância e unicidade deste e de sua trajetória no mundo social. Por outro lado, convém lembrar que, posteriormente, ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000, Bourdieu relativizou dita postura de reprovação, como comprovam obras como *A miséria do mundo* e *Esboço de autoanálise*. Nelas, Bourdieu se vale, com o rigor e a criatividade que caracterizam seu compromisso científico, da perspectiva biográfica como método.

generalidade os dramas de uma existência” (BOURDIEU, 2003, p. 701), ricas fontes para dar conta de como os atores constroem e negociam discursos sobre a ação e suas identidades (DUBAR, 1998). Portanto, a excessiva e datada reserva em relação ao condicionamento das representações subjetivas dos atores sobre a análise sociológica, que faria esta perder-se em uma trajetória autorepresentada em detrimento dos determinantes sociais objetivos e inarticulados, não se sustenta, com firmeza, à luz dos entendimentos atuais sobre ação, discurso e estrutura (SOMERS; GIBSON, 1994; RICOUER, 1994; BERTAUX, 1995; DUBAR, 1998).

As narrativas transformam e objetivam a experiência vivida e a “construção de si” (DUBAR, 1998), com seus diversos condicionamentos e restrições internas e externas, em um processo interpretativo. Por meio delas, as pessoas, portanto, organizam o seu “mundo” e a sua “história”, e, assim, tentam interpretar e desenvolver uma compreensão de si próprios<sup>25</sup>, de suas vidas e dos fatores, contextos e experiências que moldam suas ações (SOMERS, 1994). As narrativas e suas funções de significação atuam e são vitais para as formas pelas quais os seres humanos entendem, conhecem e conferem sentido ao mundo e, também, constituem suas identidades (SOMERS; GIBSON, 1994). Elas são importantes para definir os sentidos das ações, das experiências vividas e do próprio *self* que age, dando-lhes uma certa unidade, articulação, orientação e coerência (CARR, 2014).

Um dos pontos fortes de uma perspectiva narrativa reside exatamente em insistir nesta relação incontornável entre ação e *self*, isto é, de que a ação humana é, em grande medida, dependente e intimamente relacionada às formas de autocompreensão e autoavaliação dos atores. Quer dizer, de como estes constroem e negociam sentidos para significar quem são, suas vidas e interações através de histórias que contam sobre si mesmos e os outros (LAMONT; SMALL, 2008, p. 84). Ou seja, o trabalho narrativo sobre a própria biografia implica uma relação do sujeito consigo mesmo que não é apenas uma relação intelectual de conhecimento mas uma relação ética voltada para construir e

---

<sup>25</sup> Por isso, Paul Ricoeur (1994) compreende a natureza da narrativa como intimamente relacionada ao mundo da ação humana e da interpretação de si próprio e, mais importante para o tema desta tese, a narrativa como uma resposta a uma experiência humana difícil e de mal-estar - no caso, para o filósofo, à experiência de sentimentos de incoerência, tensão e fragmentação em relação ao tempo. As narrativas são mediações interpretativas de síntese e refiguração do vivido, utilizadas pelas pessoas para conhecer, interpretar e comunicar quem elas são, suas experiências e suas ações no mundo.

afirmar descrições avaliativas e qualitativas<sup>26</sup> (TAYLOR, 2011) com respeito à própria história de vida e à si mesmo, de modo que a descrição de eventos, pessoas e ações do passado e do presente é, na narrativa, vinculada à constituição e apresentação de si como sujeito moral de suas ações e existência (FOUCAULT, 1984).

As histórias que contamos sobre as nossas vidas e experiências - a narratividade - estão entrelaçadas com as nossas visões sobre o que significa uma boa vida e com o que pensamos sobre quem somos – nossas identidades, tanto no nível pessoal<sup>27</sup> quanto no nível coletivo, quer dizer, da coesão e transmissão de valores e crenças compartilhadas por coletividades (EDER, 2009). Disso deriva a enorme força da narratividade como um exercício de autocompreensão, como escreve Alasdair MacIntyre (2001, p. 396), nós todos “vivenciamos narrativas nas nossas vidas e entendemos nossa própria vida nos termos das narrativas que vivenciamos”.

Dotar de sentido e continuidade subjetiva e temporal a identidade e a experiência significa se envolver e realizar um esforço interpretativo e reflexivo que é, em muitos aspectos, socialmente condicionado, situado e variável. Ou seja, não é algo direto e imediato aos atores mas, antes, uma prática somente possível, para citar Ricouer (2012, p. 118), “indiretamente pelo desvio dos signos culturais de todas as espécies que se articulam sobre mediações simbólicas, as quais, por sua vez, articulam já a ação e, entre elas, as narrativas quotidianas”.

---

<sup>26</sup> Para o filósofo Charles Taylor, os seres humanos avaliam o mundo e sua própria ação neste não somente de modo prático e instrumental, “interessados nos resultados” (TAYLOR, 2007, p. 11), mas, também, orientados por entendimentos e concepções partilhadas acerca do que consideram como sendo o bom, o superior, o mais digno, o mais elevado. Esses entendimentos e concepções partilhados do bem formam verdadeiros e poderosos quadros morais. São eles que norteiam nossas posições e atitudes morais, assim como os nossos sentidos de identidade pessoal. Através deles as pessoas classificam, hierarquizam e distinguem o valor qualitativo de seus desejos, motivações e propósitos e, desse modo, concebem uns como mais significativos e valiosos (“hiperbens”) do que outros, isto é, como base para os julgamentos morais e para a autocompreensão. Para maiores detalhes ver: TAYLOR, Charles. “O que é agência humana?” In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (orgs.). **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007, p. 9-39.

<sup>27</sup> Além dos trabalhos de Paul Ricouer (1994; 2010) e Charles Taylor (2011) na filosofia, o papel da narrativa para autocompreensão e construção das identidades pessoais é reconhecido e trabalhado por dois grandes nomes da sociologia contemporânea, Anthony Giddens (2002) e Richard Sennett (2004). Ambos concordam com a premissa segunda a qual a identidade de uma pessoa tem mais a ver com a “capacidade de manter uma narrativa particular em andamento” (GIDDENS, 2002, p. 56) do que com qualquer outra coisa. Enquanto o primeiro assume a relação narrativa e identidade como uma chave central para entender como as implicações de grande amplitude da modernidade tardia afetam a vida pessoal e suas necessidades de segurança ontológica, o segundo, por sua vez, estabelece o quanto a elaboração de narrativas pessoais estáveis de vida está ligada às condições institucionais, principalmente às relacionadas à organização do trabalho e da economia (SENNETT, 2004).

Quando as pessoas contam sobre suas vidas, elas fazem isso dentro de um horizonte de sentido e temporal específico, influenciado, em grande medida, por um contexto intersubjetivo de outras histórias e narrativas e também, como já exposto, por um passado incorporado, pelas contingências do presente e por sua percepção das possibilidades emergentes e aspirações futuras (EMIRBAYER; MISCHE, 1998, p. 964). As narrativas não são, com efeito, meros exercícios discursivos de subjetividades desprendidas, pois a linguagem, como atividade, existe desde sempre lançada para fora de si, irrefreavelmente vinculada ao mundo da ação e a uma pré-compreensão semântica, simbólica e temporal deste (RICOUER, 1994, p.81). Por isso, elas são, como escrevem Somers e Gibson (1994, p. 54), “constelações de relacionamentos embebidas no tempo e espaço...”. Portanto, dependentes e interrelacionadas com campos de ação particulares, suas relações, poderes e recursos variados (EMIRBAYER; MISCHE, 1998).

Contar e articular sentidos sobre a própria vida seria incompreensível e incomunicável se as pessoas não se valessem de configurações e esquemas de sentido com linguagens e recursos culturais heterogêneos para estruturar e elaborar, cognitiva, estética e normativamente, suas histórias e experiências. Em outras palavras, a forma, os sentidos e as razões de suas histórias. Ainda que de maneira subjacente e, em certa medida, inarticulada, contar sobre a própria vida implica construir e articular significados para compreender e explicar quem somos, o que é mais importante e valioso para a nossa existência e quais são as configurações de sentido e valor em que nos movemos (TAYLOR, 2011).

Para urdir eventos, circunstâncias, motivos, sentimentos, objetos e pessoas em uma compreensão mais ou menos coerente e pessoalmente significativa acerca da própria existência e trajetória, é preciso empregar, afirmar e negociar certos modelos, esquemas e categorias de representação, é preciso estabelecer, distinguir e justificar conexões, padrões de ação, valores e motivações. Dessa maneira, como não existe, à rigor, uma “linguagem essencialmente privada” (WITTGENSTEIN, 1999), o pesquisador e a pesquisadora podem identificar as lógicas simbólicas, as “redes de interlocução” e “horizontes de sentido” (TAYLOR, 2011), os repertórios culturais (LAMONT; THEVENOT, 2000) que, articuladas ou não, as narrativas pessoais tecem e mobilizam para construir significados e organizar, de maneira inteligível mas não necessariamente

harmônica, linear e definitiva, a experiência temporal e social e os próprios sentidos que os atores tem de si, de suas ações e de suas emoções.

Nesse sentido, para o pesquisador, o que se desvela nas narrativas de vida para ser analisado é mais do que uma história pessoal qualquer com suas idiossincrasias e acontecimentos ou uma ilusão retórica governada pela “propensão de tornar-se o ideólogo de sua própria vida” (BOURDIEU, 1998, p. 184). É um universo simbólico e afetivo complexo e em movimento a partir do qual pode-se reconstituir “mundos vividos”, a um só tempo, singulares e compartilhados em suas experiências, fatos, discursos, significados e valores. Por isso que, em última instância, não é o “narrador” e sua biografia específica o cerne do interesse do trabalho sociológico de conhecimento sobre esse tipo de material empírico; o que se quer conhecer a partir das narrativas e da perspectiva do narrador/interlocutor é a trajetória subjetiva e as formas identitárias típicas a ela ligadas (DUBAR, 1998). Dito de outro modo, como e a partir de que esquemas discursivos, categorias, relações, valores e práticas o mundo vivido dos atores é constituído, mantido, compartilhado com outros, significado, abalado, transformado (BERTAUX, 1999, p. 15).

Assumindo, então, a forma de narrativas, as entrevistas em profundidade constituem um espaço reflexivo e interativo situado. A partir dele, se pode “observar”, analisar e apreender o processo de construção de significados envolvido na configuração da experiência vivida, das práticas sociais, dos episódios biográficos marcantes, das emoções experimentadas e, principalmente, dos sentidos que as pessoas possuem de si mesmas, isto é, de seu *self*. Este último, sua elaboração e expressão, como sustenta Charles Taylor (2011, p.53), só é possível em um espaço de linguagem, de significações e orientações compartilhadas, de sorte que depende invariavelmente da construção narrativa da vida e da identidade<sup>28</sup>.

As narrativas são, portanto, uma forma de mediação hermenêutica para a compreensão do vivido e dos elementos e sentidos simbólicos partilhados do mundo social e das identidades dos agentes. Metodologicamente, elas tornam possível abordar os universos simbólicos nos quais as pessoas estão inseridos e vinculados e a partir dos quais, com seus recursos variados e desiguais e sob o condicionamento de outros fatores

---

<sup>28</sup> Charles Taylor e Paul Ricoeur coincidem e concordam também neste ponto: além de serem práticas reflexivas de auto-interpretação dos agentes, as narrativas, para ambos os filósofos, possuem elementos éticos, cognitivos e antropológicos indispensáveis para a construção e manutenção das identidades dos agentes.

e constrangimentos, elas tentam construir suas orientações e estratégias de ação em sua experiência cotidiana (SWIDLER, 1986).

Desse modo, as entrevistas em profundidade aportam, ao menos, quatro importantes contribuições metodológicas para a pesquisa sociológica: 1) apreensão dos significados e sistemas de categorização empregados pelos agentes na prática (LAMONT; SWIDLER, 2014); 2) situar os fatos sociais de interesse da pesquisa numa moldura temporal e longitudinal, o que permite acompanhar sua gênese social, identificar relações entre eventos, estabelecer rupturas e continuidades (PAUGAM, 2015); 3) ajudam a trazer à tona e explorar emoções diversas e como estas se ligam à contextos, situações e momentos da experiência ordinária e biográfica dos agentes e, por último; 4) articular os elos de interdependência entre indivíduo e sociedade, entre o vivido, a subjetividade e as estruturas objetivas e contextuais do mundo social (ELIAS, 2004, LAHIRE, 2004, 2006).

Minha intenção de conhecimento não se encerra, portanto, em uma coleta e tipificação das tensões e conflitos internos da experiência ascendente de deslocamento social e seu mal-estar subjetivo. Ela se dirige, sobretudo, para as narrativas e os repertórios de avaliação e sentido (LAMONT; SWIDLER, 2004) que os interlocutores constroem, usam e negociam para interpretar suas experiências de mobilidade social, os desdobramentos pessoais e emocionais delas decorrentes ou relacionados e para elaborar suas identidades e autocompreensões.

Quando se trata de estudar valores e emoções, as entrevistas em profundidade possuem, por assim dizer, uma importante vantagem prática e metodológica em comparação a outros procedimentos. Com elas, explicam Lamont e Swidler (2004, p. 7), o pesquisador pode, no avançar do jogo dialético de perguntas e respostas e na relação de confiança e empatia que é construída na interação face a face, descortinar e adentrar em domínios que não são exatamente visíveis nos comportamentos práticos na vida cotidiana. As sociólogas referem-se às respostas ideais, aos cenários imaginários, às memórias íntimas, aos sentimentos desconfortáveis, aos episódios biográficos traumáticos, às fantasias, às projeções, às idealizações pessoais de si. Numa pesquisa que se propõe a examinar conflitos interiorizados e emoções de mal-estar é imprescindível, com efeito, um recurso metodológico que proporcione este tipo de abertura para a vida psíquica e pessoal dos indivíduos.

Para dar conta de ditas possibilidades abertas pela entrevista em profundidade, adoto as “narrativas de vida” (BERTAUX, 2005) como principal estratégia metodológica. Daniel Bertaux (2014) considera a entrevista narrativa focada na história de vida dos indivíduos a técnica de observação empírica por excelência da sociologia, pois é ela que permite reconstruir os cursos individuais de ação situada. Ao contrário de Pierre Bourdieu no *Ofício do sociólogo* (1999) para os quais lidar com um “objeto” que fala é uma espécie de maldição, Daniel Bertaux, por sua vez, enxerga uma fonte inestimável para a reconstrução sociológica das relações e processos sociais. Nas falas do sujeitos, em suas narrativas de vida, não encontramos simplesmente uma série de acontecimentos, situações, interações e atos soltos no vazio, idiosincrasias individuais, mas sim relatos de práticas situadas e seus contextos sociais em desenvolvimento diacrônico (BERTAUX, 2005).

Além do mais, de acordo com Bertaux (2005), as narrativas de vida são metodologicamente pertinentes porque possuem três funções relevantes para o êxito da pesquisa: uma função exploratória, analítica e expressiva.

Na primeira, as narrativas de vida contribuem para a familiarização do pesquisador com o seu campo de pesquisa. As primeiras entrevistas fornecem um conjunto de informações e descrições que permitirão ao pesquisador uma compreensão mais nuançada do seu campo, o que, por conseguinte, o conduzirá, na lida com os testemunhos, a segunda função, a analítica. Esta diz respeito a elaboração de hipóteses, conceitos, tipologias para apreender as lógicas e explicar os dados coletados. Finalmente, a função expressiva refere-se ao papel ilustrativo e a carga comunicativa que os relatos de vida podem conter quando transcritos ao texto para exemplificar, de maneira mais contundente, ideias, hipóteses, argumentos (BERTAUX, 2005).

Com o modelo das narrativas de vida, espero apreender as interpretações subjetivas de experiências passadas e presentes relacionadas à trajetória e condição de mobilidade social dos interlocutores, especialmente as relações e acontecimentos interpessoais emocional e normativamente significativos para estes. Ao assumirem, como já dito, a forma de narrativas de vida, os relatos são tanto narrativas personalizadas quanto narrativas sociais compartilhadas em alguns de seus elementos.

De uma só vez, as narrativas de vida, ao se concentrarem nos modos pelos quais as próprias pessoas articulam sua experiência no mundo, isto é, como cada interlocutor

ou interlocutora tenta “reconstituir elementos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu” (QUEIROZ, 1987, p. 6), ensejam uma dupla compreensão da natureza das dificuldades da experiência de mobilidade social: primeiro, naquilo que esta tem de mais pessoal, ou seja, as circunstâncias particulares, os sentimentos experimentados, os desafios enfrentados, as situações vividas; e, segundo, naquilo que ela tem de partilhado e comum, ou seja, os discursos e significados públicos de lógicas simbólicas específicas e compartilhadas de produção de sentido, mobilizadas para a significação e enquadramento moral das experiências mal-estar e da trajetória de mobilidade social.

De maneira complementar e tópica, lanço mão, em um dos capítulos, de uma outra relevante e eficaz estratégia metodológica, os “retratos sociológicos” (LAHIRE, 2004). Assim como as narrativas de vida, os retratos sociológicos, propostos como técnica de investigação empírica por Bernard Lahire, consistem em entrevistas biográficas aprofundadas e semidiretivas.

O enfoque da metodologia dos retratos incide principalmente sobre como as disposições individuais são formadas, incorporadas e atuam nos indivíduos. No entanto, esses não são tomados como unidades homogêneas e estáticas, mas sim como pluralidades abertas e processuais. O que significa, para análise sociológica, que a formação, a incorporação e a atuação das disposições devem ser examinadas nos diferentes momentos da socialização, nos diferentes papéis sociais assumidos pelos indivíduos<sup>29</sup>, nos diferentes quadros socializadores e de interação que estes vivenciam num mundo plural (LAHIRE, 2004, 2006).

Os retratos sociológicos se orientam, com efeito, por uma mudança de escala de análise em direção ao indivíduo, ao “social em estado individualizado”. Nesse sentido, eles fornecem ao pesquisador e à pesquisadora, entre outras coisas, a possibilidade de apreender nos fenômenos sociais estudados, como a mobilidade social, as contratendências, as singularidades, as tensões intraindividuais atuantes nos percursos biográficos particulares, ou seja, em indivíduos singulares. As regularidades sociológicas

---

<sup>29</sup> A sociologia de Bernard Lahire se define enquanto uma sociologia disposicionalista. Seu programa de investigação busca abordar, sociologicamente, como as pessoas agem, pensam, sentem em termos da formação plural de disposições e de processos de multisocialização. Em resumo, Lahire propõe uma fórmula científica simples para estudar e explicar o comportamento humano: passado incorporado + contexto presente ação = práticas observáveis. O sociólogo francês distingue, ao menos, três tipos de disposições: disposições para agir, disposições para crer e disposições para sentir. Com isso, Lahire pretende sustentar que as disposições são determinantes tanto das nossas práticas quanto das nossas maneiras de pensar, nossas formas de sentir e de perceber o mundo social (LAHIRE, 2002; 2004).

e condicionamentos socioestruturais não deixam de existir nem de desempenhar papel central na explicação sociológica, ressalte-se. Trata-se, como já dito, de uma mudança de nível do objeto (LAHIRE, 2002).

Embora não seja o objetivo principal a apreensão da sociogênese das disposições afetivas e morais de nossos interlocutores, espera-se, no capítulo específico no qual lança-se mão dessa metodologia, por em uma moldura sociobiográfica mais detalhada a formação e incorporação dos conflitos vividos e afetos que constituem a experiência subjetiva de mal-estar com a mobilidade social. Se as narrativas de vida viabilizam abordar horizontalmente os dados, isto é, lançar sobre o conjunto de entrevistas um olhar mais panorâmico, os retratos sociológicos, por seu turno, estimulam uma abordagem mais vertical sobre cada entrevista e interlocutora ou interlocutor particular.

As entrevistas foram estruturadas conforme um roteiro prévio de tópicos e perguntas, pertinentes à origem social, contextos de socialização e trajetória dos entrevistados. As entrevistas em profundidade obedeceram, portanto, um modelo semiestruturado e semidiretivo de perguntas fechadas e abertas para recolha de relatos de vida acerca das condições e experiências socializadoras dos indivíduos entrevistados nos diversos domínios sociais (família, escola, trabalho consumo) ao longo de suas trajetórias de mobilidade (Ver ANEXO II). No entanto, sem deixar, por conta do roteiro, de seguir e priorizar a dinâmica pessoal do relato e da narrativa construída pelos entrevistados a partir e sobre suas próprias histórias. Dessa maneira, as entrevistas foram conduzidas no sentido de conectar trajetória social, experiência pessoal e significados atribuídos.

O olhar de perto e em retrospectiva sobre as trajetórias de deslocamento social, propiciado pela aproximação qualitativa via entrevistas em profundidade, permite pôr em xeque algumas visões genéricas e correntes acerca da mobilidade social. Por exemplo, a ideia da ascensão social como um projeto racional e exitoso de expectativas subjetivas previamente construídas e perseguidas pelos indivíduos, ou, ainda, a de que ela seria um processo necessariamente autorrealizador. A imersão e o detalhamento que as entrevistas em profundidade possibilitam ajudam a nuançar e mesmo a contrapor ditos entendimentos. O acaso, o aleatório e aspirações frustradas possuem o seu lugar nas biografias, e estão longe de ser sociologicamente irrelevantes, muito menos subjetivamente para os próprios indivíduos. Além do mais, como adverte Bourdieu (1996,

p. 145): “os agentes têm estratégias que só muito raramente estão assentadas em uma verdadeira intenção estratégica”.

Por último, com a finalidade de dispor de informações para a caracterização socioeconômica e demográfica geral dos interlocutores, foi utilizado um questionário (Ver ANEXO I) autoadministrado, ou seja, respondido pelo próprio entrevistado. Haja vista o caráter não-probabilístico da amostra, os dados foram tabulados e sistematizados para um uso descritivo geral e de contextualização dos interlocutores. Eles não autorizam, obviamente, inferências e afirmações generalizadoras sobre o fenômeno da mobilidade social ou sobre o universo geral das pessoas socialmente ascendentes. Dessa maneira, as informações levantadas e reunidas no questionário não visam e nem permitem identificar tendências, estabelecer correlações entre características ou construir estimativas. Elas tem tão somente um objetivo complementar e auxiliar do trabalho qualitativo de compreensão dos relatos de vida e de construção dos retratos sociológicos.

Cumprir informar que as entrevistas foram realizadas ao longo dos anos de 2019 e 2020, sendo elas, em sua maioria, realizada face a face e outras, em virtude das medidas sanitárias de isolamento físico por conta da pandemia de Covid-19, via aplicativos de interação e reunião remota, no caso o *google meet*. As entrevistas tiveram duração média de duas horas, sendo realizada, quando da necessidade de aprofundar alguma temática, uma nova rodada para alguns interlocutores.

### **1.3. Entrevistados e entrevistadas: características sociodemográficas**

Os interlocutores pesquisados, que formam o campo empírico de investigação deste trabalho, são indivíduos com trajetórias sociais de mobilidade intergeracional ascendente e que se percebem como tais. Trata-se, portanto, de uma amostragem intencional, formada pela escolha deliberada do pesquisador a partir de critérios pré-estabelecidos. Para compor o grupo de interlocutores, sujeitos de ascensão social, considere, portanto, dois aspectos centrais, um de caráter mais objetivo e outro subjetivo.

No primeiro, assumindo um ponto de partida bourdieusiano com respeito às noções de espaço social e classe social<sup>30</sup> (BOURDIEU, 1996), parti de uma definição de

---

<sup>30</sup> Para Bourdieu (2008), antes de qualquer coisa, espaço social e classe social são construções teóricas empiricamente fundamentadas e situadas. Sob esse ângulo, ambas as noções estão voltadas para auxiliar o trabalho analítico de objetivação dos princípios de diferenciação, das assimetrias, das homologias, das

“mobilidade social no papel”, por assim dizer. Meu intuito era agrupar e organizar os interlocutores a serem entrevistados enquanto indivíduos com trajetórias de ascensão social. Dessa maneira, tratei como “mobilidade social” aquelas trajetórias sociais que, comparativamente aos pais, apresentavam mudança na condição de classe e ampliação do volume global e/ou alteração da estrutura dos capitais, em especial o capital econômico e cultural. Para isso, tomei como referência e base de comparação uma série de propriedades: tipo de residência, quantidades de propriedades, bairro, renda mensal e, principalmente, a escolaridade e a ocupação.

Cumpra destacar que esta definição genérica para caracterizar a mobilidade social intergeracional ascendente, e que se apoia nos critérios listados acima, opera na pesquisa muito mais como um parâmetro para realizar um recorte teórico e operatório no universo empírico pesquisado. Não se trata de uma definição categórica e definitiva, e sim um ponto de apoio metodológico movido por motivos pragmáticos de trabalho. As propriedades escolhidas para definir uma trajetória individual como deslocamento de mobilidade ascendente permitem, a meu ver, ao menos, uma aproximação plausível das prováveis condições de existência que caracterizaram, em seus inícios, a origem de classe e o ambiente socioeconômico dos entrevistados e entrevistadas.

Importante sublinhar ainda que essa definição metodológica de mobilidade social não necessariamente coincide, em sua integralidade, com a definição e os critérios subjetivos pelos quais os agentes definem e consideram sua própria mobilidade social.

Por isso, o segundo movimento, de caráter subjetivo, baseia-se na percepção dos próprios indivíduos a propósito das condições materiais de suas famílias na infância e juventude, assim como sobre suas trajetórias sociais e posições e identidades de classe passadas e atuais. Nesse aspecto, em particular, ganham peso as representações subjetivas, as formas de autocompreensão e as narrativas sobre a experiência de mobilidade social, as quais ocupam, de fato, o cerne dos objetivos desta tese. Importante

As informações objetivas com respeito às trajetórias sociais foram obtidas, cumpre mencionar, a partir da perspectiva dos interlocutores entrevistados e seus relatos pessoais. Ou seja, os dados comparativos em relação aos pais são fruto de uma

---

disposições e das formas de mobilidade que caracterizam, estruturam e diferenciam, objetiva e subjetivamente, os agentes sociais e os campos em que eles agem em uma dada formação social.

reconstrução indireta e mediada pela memória e percepção dos entrevistados e entrevistadas.

Reunindo ambos os aspectos e critérios para enquadrar analiticamente os indivíduos como indivíduos socialmente ascendentes, trata-se de, assim, dispor das condições teóricas para situar e tipificar as trajetórias sociais, de sorte a distinguir nelas, para fins estritamente analíticos, as “trajetórias objetivas” e as “trajetórias subjetivas” dos atores (DUBAR, 1998). Enquanto as primeiras dizem respeito ao trânsito das posições sociais ocupadas ao longo da vida, e as propriedades objetivas e categorias institucionais a elas associadas e derivadas em um dado contexto e recorte temporal, as trajetórias subjetivas são caracterizadas pela ação interpretativa e reflexiva através do uso de categorias de linguagem e da construção de narrativas pelos interlocutores no contexto de entrevistas biográficas em interação com um pesquisador ou pesquisadora (DUBAR, 1998).

Com respeito à amostragem, esta é composta por trinta e seis indivíduos com origens definidas descritivamente como de “classes populares” e que se autopercebem como tendo vivenciado trajetórias de ascensão social em relação à sua situação de classe original. Seus pais, em sua maioria e durante o período de infância e início da vida adulta dos interlocutores, possuíam menos de dez anos de escolaridade e tinham como ofícios ocupações de menor qualificação e status. Portanto, para definir uma trajetória social como uma trajetória ascendente combino critérios subjetivos de autopercepção e indicadores objetivos referentes à renda, escolaridade, ocupação e mudança residencial em relação aos pais.

A maior parte dos entrevistados apresentou mobilidade residencial, passando a residir em bairros distintos (ou cidades) dos seus pais e em residências percebidas e classificadas comparativamente como melhores e economicamente mais valorizadas. A faixa etária dos entrevistados varia entre 32 e 60 anos, estando a maior parte deles no intervalo entre 32 e 45 anos.

As tabelas a seguir resumem algumas das principais características socioeconômicas e demográficas do grupo de entrevistados que compõe o corpus de interlocutores desta pesquisa.

**Tabela 1 – Características sociodemográficas dos entrevistados e entrevistadas<sup>31</sup>**

<b>Entrevistado</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Ocupação/Escolaridade do pai</b>	<b>Ocupação/Escolaridade da mãe</b>	<b>Autoatribuição étnico/racial</b>
Thaís	Funcionária pública	Superior	Mecânico/Fundamental incompleto	Sem ocupação formal/Ensino Fundamental completo	Branca
Geraldo	Bancário Aposentado	Técnico-Profissional	Comerciante/Ensino médio completo	Comerciante/Ensino médio completo	Branco
Ricardo	Engenheiro Químico	Pós Graduação	Sapateiro/Fundamental incompleto	Cozinheira/ Fundamental incompleto	Pardo
Saulo	Produtor Cultural	Superior	Restaurador de móveis/ Fundamental incompleto	Empregada Doméstica/ Fundamental incompleto	Branco
Diana	Professora	Superior	Agricultor/Não frequentou a escola	Agricultora/ Fundamental incompleto	Negra
Anderson	Psicólogo	Pós Graduação	Comerciante/médio completo	Professora Educação Infantil/Superior completo	Negro
Danilo	Professor	Pós Graduação	Agricultor/ Fundamental incompleto	Agricultora/ Fundamental incompleto	Branco
Andressa	Gerente de Gestão de Pessoas	Pós Graduação	Feirante/Fundamental Incompleto	Feirante/Ensino médio incompleto	Branca
Otávio	Economista	Pós Graduação	Comerciante/Ensino médio incompleto	Artesã/Ensino médio incompleto	Branco
Lívia	Fisioterapeuta	Pós Graduação	Policial/Ensino médio completo	Desconhecida	Parda
Christian	Designer gráfico	Superior	Desconhecida	Auxiliar Enfermagem/Técnico-Profissional	Pardo
Alessandra	Arquiteta	Superior	Torneiro mecânico/Ensino fundamental completo	Assistente de cozinha escolar/Ensino médio incompleto	Branca
Antônio	Empresário	Técnico-Profissional	Mestre de obra/ Não frequentou a escola	Agricultora/Não frequentou a escola	Pardo
Ítalo	Jornalista	Superior	Vendedor autônomo/Ensino médio incompleto	Sem ocupação formal/Fundamental incompleto	Branco
João	Empresário	Ensino médio	Eletricista/ Ensino médio incompleto	Operária/ Fundamental completo	Branco
Luana	Engenheira de alimentos	Superior	Agricultor/ Fundamental Incompleto	Agricultora/ Fundamental Incompleto	Parda
Ingrid	Advogada	Pós Graduação	Comerciante/ Ensino médio incompleto	Comerciante/ Ensino médio completo	Parda
Miguel	Advogado	Pós Graduação	Professor/Magistério	Cuidadora crianças e idosos/Ensino médio incompleto	Branco
Wagner	Contador	Superior	Desconhecida	Vendedora Autônoma/ Ensino médio completo	Pardo
Luís	Oficial Forças Armadas	Pós Graduação	Encanador/Fundamental completo	Empregada Doméstica/ Fundamental incompleto	Pardo
Michelle	Funcionária pública	Superior	Chaveiro/ Fundamental completo	Sem ocupação formal/ Ensino médio incompleto	Parda
Carolina	Enfermeira	Superior	Pescador/ Não frequentou a escola	Sem ocupação formal/ Fundamental incompleto	Negra

<sup>31</sup> Para assegurar o anonimato e sigilo das identidades dos interlocutores, os nomes listados na tabela 1.1 são fictícios.

Paulo	Gastrônomo e Chefe de Cozinha	Pós Graduação	Policial/Ensino médio completo	Professora Educação Infantil/Superior Completo	Negro
Sandra	Gerente de marketing	Pós Graduação	Motorista/Fundamental completo	Sem ocupação formal/Fundamental completo	Parda
Vitor	Engenheiro Civil	Superior	Marceneiro/ Ensino médio completo	Vendedora Autônoma/Ensino médio incompleto	Pardo
Fernanda	Funcionária pública	Superior	Taxista/ Ensino médio completo	Cabelereira/ Ensino médio incompleto	NS/NR
Lisa	Médica	Pós Graduação	Comerciante/Ensino médio incompleto	Funcionária pública/Ensino médio completo	Branca
Diego	Empresário	Superior	Vidraceiro/Ensino médio incompleto	Doceira/Fundamental completo	Branco
Breno	Professor	Pós Graduação	Operário/Fundamental incompleto	Costureira/Fundamental incompleto	Negro
Caetano	Analista de Sistemas	Superior	Vidraceiro/Fundamental completo	Comerciante/Fundamental completo	Branco
Milena	Publicitária	Superior	Cordelista/ Fundamental completo	Sem ocupação formal/Fundamental completo	Branca
Rosa	Nutricionista	Superior	Bancário/Técnico Profissional	Secretária/Técnico Profissional	Pardo
Fernando	Tatuador	Superior	Garçom/Ensino médio completo	Sem ocupação formal/Ensino médio incompleto	Pardo
Natália	Dançarina	Pós Graduação	Vendedor autônomo/Ensino médio incompleto	Cozinha/ Ensino médio completo	NS/NR
Paula	Advogada	Pós Graduação	Operador de áudio/Técnico Profissional	Recepcionista/ Ensino médio incompleto	Branca
Flávia	Analista Marketing	Superior	Porteiro/vigilante/Fundamental completo	Comerciante/ Fundamental completo	Branca

**Tabela 2 – Distribuição dos entrevistados segundo cor/raça<sup>32</sup> e gênero.**

	Branco (as)	Pretos (as)	Pardos (as)	NS/NR	Homens	Mulheres
%	44,4%	13,8%	36,1%	5,5%	52,7%	47,2%
N.	16	5	13	2	19	17

Abaixo segue uma ilustração de nossos interlocutores a partir da renda familiar. A maior parte deles, como se pode observar, está na faixa de até cinco salários mínimos, em valores do ano de 2020.

<sup>32</sup> Utilizei as categorias empregadas pelo IBGE, uma vez que são as que apresentam maior recorrência nas pesquisas nacionais e oficiais, como a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD). Além das listadas na tabela 1.2, o IBGE utiliza as categorias “amarelos” e “indígenas”, com as quais nenhum dos interlocutores desta pesquisa de tese se identificou. Por conta da similaridade dos indicadores socioeconômicos e demográficos e com base no Estatuto da Igualdade Racial, alguns levantamentos e estudos, como os conduzidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), utilizam a categoria “negros (as)” para se referir às pessoas que autoidentificam como pretas e pardas.

**Tabela 3 – Distribuição dos entrevistados segundo renda familiar *per capita* em salários mínimos (1.045 R\$/2020).**

	Até 5 SM (5.225 R\$)	Entre 6 e 10 SM (6.270 R\$ à 10.450 R\$)	Entre 11 e 15 SM (11.495 R\$ à 15.675 R\$)	Mais de 15 SM	NS/NR	Total
%	52,7%	27,7%	11,11%	8,3%	0%	100%
N.	19	10	4	3	0	36

O desenho amostral seguiu uma orientação intencional e não-probabilística definido pela estratégia de saturação intitulada “bola de neve” (FIRDION, 2015). O número de entrevistados não corresponde, evidentemente, à representatividade da população do recorte espacial escolhido (Região Metropolitana da cidade do Natal-RN). Da mesma forma, as experiências de mal-estar relatadas e as lógicas de significado mobilizadas pelos interlocutores e trabalhadas na pesquisa não esgotam necessária e exaustivamente as experiências e significados possíveis do universo de pessoas com trajetórias de mobilidade social.

Ainda que não assegure generalizações explicativas, as entrevistas, em uma investigação qualitativa, figuram como “casos”. À medida em que seus conteúdos “saturam”, o pesquisador ou a pesquisadora dispõe de elementos diversos e suficientes em “linguagem natural”<sup>33</sup> (PASSERON, 1995, p. 422) para apreender processos, casualidades, relações e mecanismos importantes na compreensão e explicação do universo estudado (SMALL, 2009), assim como para construir, de modo metodologicamente controlado e empírica e logicamente fundamentado, conclusões - ainda que delimitadas e contextualizadas – seguras, fidedignas e revisáveis.

Em uma pesquisa sobre experiências vividas, emoções e significado, ao invés da representatividade estatística, o trabalho de acumulação dos dados é guiado, com efeito, pelas situações contrastadas, especificidades e regularidades contextuais e típicas-ideais que estimulam e adensam teórica e empiricamente à análise (BARBOT, 2015, p. 104).

<sup>33</sup> Para Jean-Claude Passeron (1995), além do objeto das ciências sociais ser, inapelavelmente, circunscrito à contextos particulares de tempo e lugar, elas operam a partir do que o autor entende como “língua natural”. Explico: em vez das “linguagens artificiais” dos sistemas formais das ciências exatas e naturais (a matemática, por exemplo), que permitem a estas últimas uma tentativa de abstrair seus testes, hipóteses e suas generalizações explicativas das particularidades dos contextos, as ciências sociais históricas (sociologia, antropologia e história) dependem, por sua vez, das linguagens ordinárias utilizadas pelos seres humanos em sua experiência vivida e de interação com outros seres humanos. Estudar o mundo social, e compreendê-lo, é um exercício intelectual inseparável das descrições, narrativas, saberes e práticas que seres humanos, espacial e temporalmente situados, realizam sobre o mundo.

O agrupamento dos perfis analisados obedeceu o “contraste-saturação” (PIRES, 2014), com base, por um lado, na proximidade relativa dos atributos sociais, trajetórias e repertórios de significados morais articulados e, por outro, a grade temática de questões emocionais e conflitos incorporados vívidos pelos indivíduos entrevistados.

## 2. “O LADO NÃO BRILHANTE” DA MOBILIDADE SOCIAL NO BRASIL

O sociólogo Carlos Antônio Ribeiro Costa, um dos principais especialistas nacionais em estudos de mobilidade social, analisando dados de 1996 e 2008, constatou que - naquele período - a “mobilidade intergeracional está aumentando no Brasil em termos de classe social, status ocupacional, renda ou educação” (RIBEIRO, 2017, p. 177).

A primeira década dos anos 2000 no Brasil foi um momento, como raramente se viu na história do país, de intensa confiança e celebração da mobilidade social. As estatísticas e indicadores sociais, quase sempre atávicas e cinzas num país secularmente pobre e desigual como o nosso, emergiam num tom sorridente e promissor. Em seus últimos pronunciamentos, o ex-presidente Lula da Silva (2003-2010) reiteradamente destacava o “aumento da autoestima do brasileiro”, o “otimismo com o futuro” e que o próximo presidente iria consolidar o Brasil como “um país no qual a grande maioria da população seja de classe média, com poder de compra e acesso a bens materiais, educação e saúde, melhores do que possuímos hoje. O Brasil está pronto para isso, a autoestima das pessoas aumentou<sup>34</sup>”.

Na esteira de sucessivos recordes de crescimento do PIB, diminuição das desigualdades de rendimentos (BARROS; FOGUEL; ULYSSEA, 2007), crescimento do emprego formal (POCHMANN, 2014), ampliação da inclusão no mercado consumidor, expansão do ensino superior (PRATES; BARBOSA, 2014) e elevação da renda *per capita*, o festejo da mobilidade social se espalhava para além do governo federal. O “lado brilhante da base da pirâmide” (NERI, 2008) reluzia e se tornava um tema candente no mundo acadêmico e em seus debates. Também os jornais, as revistas e a teledramaturgia<sup>35</sup> mostravam-se ávidos por noticiar, conhecer e representar os padrões de comportamento

---

<sup>34</sup> LACHINI, André. Lula: o próximo presidente deve ampliar a classe média. **Estadão**. São Paulo, 30 de setembro, 2010. Política. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lula-proximo-presidente-deve-ampliar-classe-media,617920>.

<sup>35</sup> As novelas da Rede Globo de Televisão, *Avenida Brasil* e *Cheias de Charme*, exibidas ambas em 2012, respectivamente, nos horários das 19h e 21h, são dos mais conhecidos e significativos exemplos de como o tema da mobilidade social e da emergência de novos estratos sociais adquiriram protagonismo na teledramaturgia desse período. Para maiores informações ver a reportagem “A TV se rende à nova classe média” cujo subtítulo é “Mobilidade social no país influencia a programação dos canais de televisão”, disponível em <https://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/a-tv-se-rende-nova-classe-media-4934814>. Ver também: BARTELT, Dawid (org). **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2013.

dos novos estratos ascendentes e as histórias de vida dos que vieram de baixo e conseguiram ascender na íngreme e tortuosa estrutura social brasileira.

Nesse sentido, o Brasil da primeira década do século XXI, nos critérios definidos pelo governo federal, era então celebrado enquanto um país que, finalmente, alcançara, ainda que com especificidades socioeconômicas e gargalos estruturais típicos de países subdesenvolvidos, o status seletivo de um país de classe média. Para os indicadores oficiais, 48,5% da população brasileira era definida como composta por indivíduos e famílias de classe média (BRASIL, 2012).

O economista Marcelo Neri, responsável por diversos levantamentos e estudos sobre os movimentos na estratificação social nacional nesse período e pai desta intrigante e polêmica criatura nomeada de “nova classe média<sup>36</sup>”, sintetiza o otimismo e a celebração do vibrante discurso sobre este Brasil da mobilidade social da primeira década do século XXI:

Há muitos anos, o Brasil foi apelidado de Belíndia, que comporta uma pequena e rica Bélgica e grande e pobre Índia. A citação continua atual, não só porque a desigualdade continua, mas porque o lado indiano do Brasil está crescendo muito mais do que o belga. Por exemplo, os 10% mais pobres melhoraram de vida 550% mais rápido do que os 10% mais ricos, durante uma década inteira. E este processo continua. Por outro lado, o abismo entre pobres e ricos está caindo... O Brasil que prospera é o Brasil que tinha ficado para trás. É o Brasil do campo, do negro, da periferia [...] (NERI, 2015).

O entusiasmo com as mudanças socioeconômicas do momento e as esperanças alimentadas a propósito de sua força substantiva, amplitude e estabilidade fizeram com que, diferentes atores sociais, de instituições estatais e governamentais passando pela imprensa, colunistas sociais, acadêmicos e empresas privadas de pesquisa de mercado, enxergassem, inclusive, a evidência de um novo fenômeno histórico e sociológico na estratificação do país, a “nova classe média brasileira<sup>37</sup>”. Bruscamente, um enorme e

<sup>36</sup> A partir do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcelo Neri (2010) conduziu uma série de estudos tomando a renda domiciliar per capita e o potencial de consumo, calculados a partir dos micro-dados fornecidos pela PNAD, como critérios de diferenciação e ordenação da população brasileira em estratos econômicos e segmentos de classe (AB, C, D e E). “A nova classe média” corresponderia, com efeito, ao segmento C. Por isso também conhecida como “classe C. Segundo Neri e sua metodologia, entre 2003 e 2009, cerca de vinte e nove milhões de pessoas ingressaram nas fileiras da “nova classe média” ou “classe C”, um contingente de pessoas que estaria compreendida entre a mediana da renda, acima dos 50% mais pobres, e o limite que o separa dos 10% mais ricos da população.

<sup>37</sup> A tese da emergência de uma “nova classe média” não foi algo específico e restrito ao contexto brasileiro. Na verdade, tratou-se de uma questão que, ao longo dos anos 2000, ensejou um debate internacional, principalmente nos contextos das economias emergentes (China, Índia, África do Sul, Rússia, Irã). A partir de uma abordagem predominantemente econômica com ênfase em critérios de renda, diversos estudos e

surpreendente contingente de pessoas, oriundas das camadas sociais mais pobres, estaria, então, ingressando em uma nova realidade socioeconômica, compartilhando padrões de sociabilidade inéditos e, pela primeira vez, tendo acesso à bens e serviços de consumo historicamente bastante restritos.

O retrato otimista e entusiasmado do Brasil dos anos 2000, que incluía também a caracterização do país como uma emergente sociedade de consumo de massa, em que o gasto das famílias com cultura e o consumo de bens duráveis, como televisores, geladeiras, carros, computadores e celulares atingiam recordes históricos (NERI, 2008), ensejou um intenso debate político e teórico. Também no plano da ação coletiva esse retrato vibrante do Brasil da mobilidade social foi questionado pela onda de manifestações e protestos que varreu o país em 2013<sup>38</sup>.

A convergência de diferentes processos societários de mudança social contribuíram para gerar um poderoso efeito sobre o lugar das classes sociais no debate e na agenda pública<sup>39</sup> (SILVA, 2015). De um lado, autores como Marcelo Neri (2010), Mangabeira Unger (2010) e Amaury de Souza e Bolívar Lamounier (2010) que interpretaram, com diferentes ênfases e ressalvas, as mudanças sociais e os desafios políticos presentes e futuros da sociedade brasileira através da tese da “nova classe média”. E, de outro, autores que, com efeito, contestaram contundentemente dita perspectiva, destacando: os equívocos nos critérios e na compreensão teórica de classe<sup>40</sup>

---

relatórios, muitos deles patrocinados e executados por agências multilaterais, como o Banco Mundial e a OCDE, sustentaram a tese de crescimento absoluto das faixas intermediárias de rendimento em diversos países emergentes (KHARAS, 2010).

<sup>38</sup> Com forte protagonismo juvenil e uso das redes sociais da internet, as chamadas *Jornadas de junho de 2013* tiveram como foco inicial mobilizações contra o aumento das tarifas dos transportes coletivos em diversas capitais brasileiras. Mas logo os protestos e manifestações se expandiram pelo território nacional e a própria pauta de demandas e temas ampliou-se: a precariedade dos serviços públicos em geral, denúncias contra a corrupção e gastos excessivos do dinheiro público e o descrédito do sistema político. **Para maiores detalhes ver:** BRINGEL, Breno e PLEYERS, Geoffrey, “Junho de 2013, dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil”, *Nueva Sociedad*, vol. 259 (2015).

<sup>39</sup> Importante mencionar, por exemplo, o intenso debate político e teórico com respeito a emergência de uma “nova classe média” (NERI, 2008; POCHMANN, 2012) e sua polêmica caracterização sociológica, que, para alguns autores, tratar-se-ia, na verdade, da ascensão de uma nova fração da classe trabalhadora (SOUZA, 2012).

<sup>40</sup> Jessé Souza, certamente, foi a voz mais ativa e incisiva na crítica da classificação oficial e da concepção economicista de classes empregadas pelo governo federal, institutos de pesquisa, economistas e profissionais de marketing. Os economistas Marcio Pochmann e Marcelo Neri, ambos ex-presidentes do Instituto de Economia Aplicada (IPEA), respectivamente nos períodos 2007/2012 e 2012/2014, são dois dos principais alvos da crítica construída por Jessé Souza. Para o sociólogo, grosso modo, o equívoco reside na vinculação linear e estreita entre classe e renda ou entre classe e posição econômica na produção. Essa redução economicista, que seria cega à percepção das classes sociais que compõem e estruturam a realidade social, encontra-se, conforme o sociólogo, nos dois autores mencionados e é comum tanto ao liberalismo quanto à tradição marxista. Renda e ocupação são insuficientes para conceituar e compreender o mais

(SOUZA, 2012; 2013), a abrangência e tamanho da classe média na sociedade brasileira (SCALON; SALATA, 2011), as contradições da inclusão pelo consumo<sup>41</sup> (LAVINAS, 2015), as limitações metodológicas e da base de dados de apoio do raciocínio estatístico para a medição da desigualdade de renda (MEDEIROS; SOUZA; CASTRO, 2015; MEDEIROS; SOUZA, 2016)<sup>42</sup>, o caráter do projeto político e propagandístico em torno de um agrupamento marcado por muitas precariedades de acesso à moradia, escolaridade e crédito (KERSTENETZKY; UCHÔA, 2013).

De fato, a inquietação e controvérsia pública que a discussão sobre as classes sociais assumiu na sociedade brasileira nesse período é a expressão de uma sociedade que experimentou, nas últimas décadas, substantivas e paradoxais modificações nas dinâmicas das desigualdades de oportunidades e de perspectivas de mobilidade social (SCALON, 1999; RIBEIRO, 2012). Uma sociedade em que houve, ao mesmo tempo, muita mobilidade de curta distância entre as frações de classes, mas, ao mesmo tempo, manteve a persistência de muita desigualdade entre as posições mais altas em relação aos

---

importante quando se fala de classes sociais. Isto é, segundo Jessé Souza, a produção e reprodução das classes sociais no tempo enquanto um trabalho de incorporação desigual de privilégios e recursos econômicos, culturais, sociais, cognitivos e emocionais escassos que tem lugar principalmente na socialização familiar e que seria responsável não apenas pela distribuição e apropriação desigual de recursos, mas, sobretudo, por uma “produção diferencial de seres humanos” (SOUZA, 2013, p. 142).

<sup>41</sup> Diversos críticos, como Leonardo Boff, Francisco de Oliveira, Lena Lavinas e Ruy Braga, destacaram como o modelo de desenvolvimento orientado para a expansão do acesso ao crédito e do mercado de consumo como canais de ascensão social e fontes de reconhecimento, cidadania e visibilidade social, além de não questionar desigualdades estruturais, tais como a manutenção de um sistema tributário regressivo, produziu um conjunto de consequências negativas. Entre elas, o endividamento das famílias, o fortalecimento do poder rentista e do mercado, a difusão de uma mentalidade individualista e privatista em detrimento de uma visão de valorização e universalização de bens públicos e direitos, precarização do trabalho e, por último, avanço da destruição ambiental. Para uma leitura ampliada e diversificada das contradições desse período ver: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (orgs). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo. Boitempo, 2017.

<sup>42</sup> Ao contrário da maioria dos estudos acerca da distribuição de renda no Brasil, Marcelo Medeiros, Pedro Herculano Souza e Fábio Castro não se restringiram a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Para contornar a subestimação da renda dos mais ricos por informações mais seguras e acuradas da realidade, Medeiros e Souza foram pioneiros no país ao tomarem também como unidade de análise os dados tributários provenientes da Declaração Anual de Ajuste do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF). Com isso, eles demonstraram que, apesar do crescimento da renda e da mobilidade social, a queda desigualdade, entre 2006 e 2012, foi bem mais modesta, mantendo-se estável com alta concentração no topo, impulsionada pelos rendimentos desproporcionais dos mais ricos e seus ganhos de capital. O determinante principal para isso, conforme os autores, seria o peso e o nível de apropriação da renda nacional pelos mais ricos. Com forte inspiração no economista francês Thomas Piketty, os autores continuam seus trabalhos de pesquisa, enfatizando o estudos sobre os ricos, os dados do imposto de renda como fonte primária, a perspectiva de análise de longo prazo e os determinantes institucionais da desigualdade (SOUZA, 2018<sup>o</sup>). **Para maiores detalhes ver:** MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro Herculano G. F.; CASTRO, Fábio A. (2015b), “The Stability of Income Inequality in Brazil, 2006-2012: An Estimate Using Income Tax Data and Household Surveys”. *Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 20, nº 4, pp. 971-986.

estratos médios e, principalmente, enorme distância social do topo com a base da estratificação social (RIBEIRO, 2012).

Mais do que examinar criticamente o discurso celebratório da mobilidade social ou entrar nas polêmicas teóricas e políticas envolvidas no debate acerca da abrangência das taxas de mobilidade social ou da validade do conceito de classe<sup>43</sup>, interessa-me, nesse momento, explicitar esses pontos.

Portanto, à despeito do tom celebratório e róseo pelo qual a mobilidade social foi revestido e das polêmicas teóricas e políticas envolvidas, tem-se revelado alguns pontos importantes acerca da dinâmica histórica da desigualdade social no Brasil e do viés analítico predominante dos estudos de mobilidade social. Mais do que entrar no debate da abrangência das taxas de mobilidade social ou da validade do conceito de classe e das metodologias de medição da desigualdade, interessa-me, nesse momento, explicitar esses pontos. Além de retratar, em linhas gerais, o desenvolvimento estratificado da sociedade brasileira e colocar em perspectiva a abordagem sociológica da mobilidade social, eles ajudarão a leitora e o leitor a entender a perspectiva e o caminho que este trabalho pretende seguir.

## **2.1. “Muitos sobem pouco e poucos sobem muito”: Tendências de mobilidade social e a inercial desigualdade brasileira**

A experimentação de movimentos intensos de mobilidade social em uma sociedade em que a desigualdade constitui um processo histórico-social fundante e inercial (CARDOSO, 2010) impulsionou o tema da mobilidade nos diversos discursos públicos nacionais no primeiro decênio e meio do século XXI na sociedade brasileira. No entanto, para colocar em perspectiva e contexto é preciso indagar: que tipo de mobilidade social foi predominante? Ela seguiu ou alterou o padrão histórico de mobilidade da sociedade brasileira? Seu alcance e efeitos modificaram as distâncias sociais e a estrutura de desigualdade de classes?

---

<sup>43</sup> Muito embora transcenda os objetivos desta tese, considero bastante instigante e pertinente tomar as polêmicas e o debate público recente sobre mobilidade social e classe social como objeto ou tema de uma sociologia das controvérsias. O tema da mobilidade social e da classe social parece constituir uma peça central no coração das controvérsias públicas do Brasil contemporâneo, em especial com respeito às disputas em torno da definição legítima da autoimagem do país, de seus problemas e virtudes como sociedade e das divisões sociais e simbólicas existentes entre os brasileiros.

Nesta seção, com apoio da literatura nacional de estratificação social, tentarei responder essas perguntas a partir da descrição da dinâmica histórica de mobilidade social e do padrão de desigualdade de classe da sociedade brasileira no transcurso da modernização.

O debate acerca dos nexos entre mobilidade social e desigualdade social não é recente, a despeito da efervescência e entusiasmo que ganhou nas últimas duas décadas. Há farta e extensa literatura em sociologia, economia, história e demografia dedicada a explorar as relações e mecanismos de transmissão e reprodução das desigualdades e oportunidades no tempo.

Importantes estudiosos dessas áreas buscaram apreender a estratificação social brasileira como uma estrutura dinâmica de posições e relações. Para isso, tentaram articular, por meio de dados censitários e socioeconômicos das diferentes PNAD's, realizadas com maior amplitude a partir de 1973, acerca da ocupação, escolaridade e renda, os níveis e padrões de desigualdade e os níveis e padrões de mobilidade social ao longo do tempo na história do Brasil. É desse modo que é possível determinar o grau de abertura ou fechamento da estrutura social e, com efeito, descrever sob que fatores e mecanismos a associação entre classes de origem (dos pais) e de destino (dos filhos) mostra-se forte e persistente ou frágil e oscilante (RIBEIRO, 2014).

A partir de 1950, o Brasil experimentou bruscas e profundas mudanças estruturais em um espaço de tempo bastante curto. Em poucas décadas, de um país predominantemente agrário e com largas faixas de analfabetos<sup>44</sup>, a sociedade brasileira tornou-se uma sociedade industrializada, urbana<sup>45</sup> e alfabetizada, detentora de uma das mais importantes economias do mundo. Num período de cerca de setenta anos, o Brasil passou por uma extraordinária e rápida experiência de mudança social, com urbanização, industrialização, expansão educacional e alteração significativa de padrões demográficos de natalidade, expectativa de vida e mortalidade (KLEIN; LUNA, 2020).

No decorrer da segunda metade do século XX, essas transformações atingiram uma larga parcela da população, promovendo uma significativa ascensão social a partir

---

<sup>44</sup> O Brasil somente ultrapassou a barreira dos 50% da população alfabetizada a partir de 1960, ainda com forte discrepância em termos de gênero e raça. Para maiores detalhes ver: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro. IBGE, 2006.

<sup>45</sup> A população urbana ultrapassa a população rural a partir de meados da década 1960. Para maiores detalhes ver: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro. IBGE, 2006.

dos estratos baixos da sociedade brasileira ao expandir a necessidade por mão-de-obra derivada da criação de novos setores econômicos, obrigando uma inclusão de cada vez mais pessoas no mercado de trabalho e no sistema educacional. De uma geração para outra, houve, com efeito, bastante mobilidade ascendente, tornando a mudança de status ocupacional e educacional dos filhos em relação aos pais para níveis superiores bem mais frequente e comum, especialmente por conta de filhos de trabalhadores rurais que subiram na escala social como trabalhadores urbanos em funções de maior qualificação.

Com a sociedade brasileira tornando-se cada vez mais uma sociedade urbana, a tendência de mobilidade social ascendente brasileira continuou alta e acumulando taxas sucessivas de crescimento ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, embora em um ritmo menor (RIBEIRO, 2017). A partir de dados coletados em 1973<sup>46</sup>, José Pastore estimou que 47% dos filhos ascenderam socialmente em relação à posição dos pais. No fim da década de 1990, esse percentual sobe para 63% dos homens<sup>47</sup>. Para as mulheres, a taxa de mobilidade social foi ainda mais significativa no período 1973-2008, 57,5% e 75,4%, respectivamente. Os avanços de nível de escolaridade para aqueles cujos pais eram de origem rural, no fim dos anos 1990, foram de impressionantes 62% e de 67% para os que tinham idade entre 26 e 35 anos. Esses altos índices de mobilidade social intergeracional produziram, certamente, mudanças importantes nos padrões de vida das novas gerações, tais como a redução das desigualdades de acesso a alguns bens e serviços, elevação do nível de consumo, maior de tempo de escolaridade, maior acesso a empregos e renda. O resultado foi uma estrutura social com, comparativamente, estratos inferiores

---

<sup>46</sup> No Brasil, informações mais detalhadas e específicas sobre os padrões e tendências da mobilidade social existem desde a década de 1970 por meio dos dados das Pesquisas Nacionais por Amostragem Domiciliar (PNADs). As PNADs de 1973, 1982, 1988 e 1996 foram as principais bases trabalhadas nas análises dos pesquisadores nacionais em estratificação e mobilidade social, tais como José Pastore, Carlos Alfredo Hasenbalg, Nelson do Valle Silva, Célia Scalón e, mais recentemente, José Alcides Figueredo Santos, Carlos Antônio Ribeiro, Danielle Cireno, Flavio Carvalhaes e André Salata. Outra importante fonte de análise é a *Pesquisa Dimensões Sociais das Desigualdades* (PDSO) de 2008, desenvolvida no Projeto de Sistema de Indicadores de Estratificação e Mobilidade Social, coordenado pelo pesquisador Nelson do Valle Silva.

<sup>47</sup> A tradição dos estudos sobre mobilidade de classe se concentrou na análise dos dados para homens em razão da subnotificação sobre as mulheres e do argumento da participação mais ativa e constante masculina. Nesse sentido, a situação e posição socioeconômica de classe das famílias poderia ser determinada apenas pelo status dos homens. As mulheres teriam uma posição de classe derivada. No entanto, a partir dos anos 1980 esse entendimento conceitual excludente foi questionado em favor de perspectivas que reconhecem que a distribuição das posições sociais e as chances de mobilidade social sofrem efeitos de gênero. No Brasil, a tese de doutorado de Célia Scalón, *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*, posteriormente publicada como livro em 1999, é um dos principais exemplos desse esforço.

mais reduzidos e estratos médios mais alargados do que no passado recente (PASTORE, 1979; 2001; RIBEIRO, 2012; 2017).

Entretanto, as grandes mudanças estruturais na sociedade e economia brasileiras e altas taxas de mobilidade absoluta não eliminaram nem resolveram alguns dilemas estruturais do passado; tais como, a persistente e profunda desigualdade social em suas diferentes clivagens, a concentração de renda, os baixos rendimentos do trabalho, que para muitos eram insuficientes para a satisfação das necessidades básicas, o excedente abundante de mão de obra despossuída, o tamanho do setor informal e os baixos níveis de qualificação da força de trabalho<sup>48</sup>. Na verdade, esses e outros aspectos da formação social foram combinados com os processos modernizadores, limitando a ampliação de chances relativas de mobilidade e o alargamento das possibilidades e melhoramento das condições de vida da população. Assim, “o Brasil emerge como marca importante de forte expansão de suas forças produtivas, sem, todavia, romper com a inércia da concentração distributiva pré-industrialização” (CELSO JR., 2013, P. 57).

A qualificação educacional da mão de obra de trabalho, por exemplo, apesar dos avanços social e ocupacionalmente pontuais e localizados, não sofreu mudanças significativas e mais generalizadas. Enquanto no pós-guerra, a Europa experimentou a consolidação no capitalismo de “padrão fordista de trajetória de vida”, caracterizado pelo “regime de transição escola-trabalho”, no Brasil, por sua vez, o transcurso da escola para o trabalho definiu-se, para largas faixas da população, como insegurança, interrupção, simultaneidade e precariedade, reduzindo tanto as chances de continuidade dos estudos dos filhos das classes populares quanto a perspectiva de mobilidade social ascendente.

Adalberto Cardoso (2008), trabalhando com os Censos (1970 até 2000) e as Pnad's (1981 até 2005), analisa especificamente os tipos de transições escola/trabalho enquanto uma via de mensuração e exame dos processos de mobilidade social. Para o autor, dado as restritas oportunidades sociais e produtivas oferecidas, o padrão de percurso da escola para o trabalho é bastante desestruturado. Em vez da valorização da educação como fator de mobilidade e do forte investimento familiar e estatal nos processos educacionais e de qualificação para o trabalho, tendências típicas do padrão

---

<sup>48</sup> Em 1970, dois terços da População Economicamente Ativa tinham apenas até três anos de escolaridade. No início da década de 1980, a situação escolar da força de trabalho ainda era crítica com 57% dos trabalhadores urbanos com até quatro anos de estudo. No campo, o analfabetismo, nesse período, abarcava 52% da população empregada. O Brasil ainda tem cerca de 41% dos seus trabalhadores sem o ensino médio completo (IBGE, 1971; 1984; 2019).

fordista dos países da modernidade central, a trajetória e dinâmica brasileira, conforme Cardoso, tem na educação um fator de relevância relativa.

No contexto brasileiro, a realidade social e econômica da maior parte da população e o perfil espoliativo e precário do mercado de trabalho objetivaram dificuldades expressivas e desincentivos reais para maioria das famílias realizar e manter investimento educacional nos filhos. Tanto que completar oito anos de estudo foi uma situação rara e árdua entre os jovens, apesar dos avanços rápidos por décadas, em que o Brasil saiu de um contexto onde em 1960 e 1970 apenas, respectivamente, 4% e 9% dos jovens entre 16 e 18 anos conseguiam esse feito para quase 70% em 2010. De um modo geral, até o fim da década de 1980, brasileiros e brasileiras ainda não tinham sequer atingido uma média de 5 anos de estudo (PNUD/IPEA, 1996; BRITO, 2014, p. 54).

Como se pode concluir, a escolarização foi um bem social escasso e de difícil sustentação para as camadas mais pobres. O valor relativo da educação pode ser entendido, então, por esta, historicamente, estar comprimida entre, de um lado, uma sociedade com enorme incidência de pobreza e de insegurança socioeconômica, e, de outro, um mercado de trabalho instável, pouco exigente de qualificação formal, baixa remuneração e em larga medida com proteção trabalhista insuficiente<sup>49</sup>. Nesse sentido, e com um Estado pouco efetivo em investimentos públicos em educação, conclui Cardoso:

(...) boa parte das famílias não investia na qualificação de seus membros mais jovens, em parte porque o mercado de trabalho não recompensaria esses investimentos, e em parte porque a educação formal, dispendiosa e, competindo com o mercado de trabalho pelo tempo disponível dos filhos, demorou a ser valorizada em si mesma como aspecto central da cidadania (CARDOSO, 2008, p. 592).

Pode-se afirmar que a percepção prática das famílias brasileiras acerca do papel da educação segue uma aguda “adequação das expectativas subjetivas às chances objetivas” (BOURDIEU, 1990, p. 23). Para as famílias mais pobres e despossuídas, calejadas na experiência reiterada da privação e das restrições sociais e produtivas, a

---

<sup>49</sup> Como mostra o seminal estudo do sociólogo Adalberto Cardoso (2010) sobre a construção da sociedade do trabalho no Brasil, a sociabilidade capitalista no país se orientou, desde o início, por padrões institucionais de dominação e degradação do trabalho. A herança histórica da escravidão imprimiu sobre o trabalho na sociedade brasileira consequências objetivas e significados muito profundos e duradouros. Ela produziu uma concepção negativa do trabalho manual pesado, uma desvalorização extrema de seus trabalhadores, institucionalizou um padrão de violência na administração da força de trabalho e, por último, legou um grande excedente de trabalhadores pouco qualificados no campo e na cidade (CARDOSO, 2010).

escola se mostra como um fator não necessariamente decisivo para as suas chances de emprego. Para as famílias de classe média, por sua vez, suas aspirações sociais pré-ajustadas tomam a escola como o caminho necessário e natural para ocupação das posições médias e superiores da estrutura social. O prosseguimento dos estudos e o asseguramento da promoção ou manutenção da posição social constituem o resultado esperado e desejável do investimento familiar na qualificação.

Portanto, a educação formal como principal mecanismo de qualificação para o trabalho foi uma realidade objetiva e subjetiva tão somente para uma pequena parte da sociedade brasileira. O conjunto de profissões mais exigentes de qualificação constituía um estrato ocupacional restrito cujo acesso somente era possível para grupos diminutos da sociedade, com vantagens econômicas, sociais e culturais em relação aos demais. Apenas poucas famílias, no conjunto da população, poderiam e concebiam significado forte e prático para investir nesse sentido e projeto. É preciso lembrar ainda, que a expansão educacional, em seus diversos níveis, é historicamente recente e caminhou em ritmos diferentes. Ribeiro (2007) classifica o modelo de expansão do sistema educacional brasileiro como de padrão atípico, pois, priorizou, de início, o ensino superior, pós-graduação e graduação, e, em seguida, os outros níveis da educação básica. Dito padrão, conforme o autor, é produto da pressão das classes sociais mais abastadas para aprimorar e dar prosseguimento a educação de seus filhos.

Durante a maior parte do século XX, a oferta de educação foi pequena e limitada, com as taxas de inclusão e atendimento escolar das crianças e jovens entre 5 e 19 anos atingindo um patamar superior a 50% apenas a partir da década de 1970. E, mesmo quando ocorre o aumento da importância da educação como mecanismo de inserção ocupacional e o crescimento da distribuição social das oportunidades educacionais, o movimento é ambíguo: pois implicou redução do valor das credenciais educacionais de todos os segmentos, assim como o crescimento da oferta não se deu de modo equilibrado e planejado em relação às desigualdades sociais, raciais e regionais da sociedade brasileira (ROMANELLI, 1998, p. 61; CARDOSO, 2010, p. 52-53).

As desigualdades e deficiências do sistema educacional durante o período de mudança estrutural da sociedade brasileira jogaram um papel decisivo para aumentar ou diminuir as chances de mobilidade ascendente dos indivíduos. Nesse sentido, é justo pensar que:

Se houvesse mais oportunidades educacionais, uma proporção maior desses jovens teria sido capaz de alcançar posições ocupacionais mais qualificadas. Talvez houvesse menos desigualdade e pobreza atualmente. Portanto, a hipótese contrafactual de que haveria mais mobilidade ascendente se o sistema educacional tivesse se desenvolvido melhor também parece ser plausível. (COSTA RIBEIRO, 2007, p.87)

Álvaro Comin (2015), com base nos dados dos Censos de 1960 até 2010, também destaca o papel do acesso muito desigual à educação, que, junto com a histórica concentração fundiária, é crucial para os níveis de desigualdade e restrições nas chances de mobilidade social, uma vez que ambos implicam indivíduos, numa estrutura já desigual de oportunidades, com poucos recursos sociais e econômicos necessários para investir na própria promoção social. Não por acaso, em 1996, somente 1,1% dos filhos de trabalhadores rurais alcançaram posições profissionais altamente qualificadas (RIBEIRO, 2007, p. 61).

Sob a pressão desses fatores, a mobilidade social engendrada concentrou-se, em grande medida, nos estratos sociais mais baixos, quer dizer, trabalhadores manuais rurais para trabalhadores urbanos semiqualeificados. Trata-se de uma mobilidade de curto alcance e mais limitada a base da pirâmide. A maior parte da população ascendeu de um estrato social baixo, essencialmente de origem rural, para um estrato imediatamente um pouco acima, de caráter mais urbano, de modo que as “mudanças na estrutura ocupacional entre a geração dos pais e a geração dos filhos 'forçam' os indivíduos a se deslocarem no sentido de preencher as novas oportunidades criadas" (PASTORE; SILVA, 2000, p.28).

Nesse sentido, os processos de mobilidade social trataram-se de uma mobilidade estrutural puxada por transformações no mercado de trabalho por conta da industrialização, da migração rural-urbana, do aumento de novas posições gerenciais e técnicas e da ampliação do setor de comércio e serviços (PASTORE, 1986). Com isso, a sociedade brasileira, em seu conjunto, ao longo do século XX e primeiros anos do século XXI, possui, de fato, como uma de suas principais características o dinamismo da mobilidade. Contudo, o fluxo social mais intenso, como demonstra a literatura especializada da área, ocorre muito mais entre indivíduos que ocupam posições próximas na estrutura social, caracterizados, em grande medida, por ocupações urbanas de baixa remuneração e especialização, de sorte que o padrão histórico de mobilidade social no Brasil pode ser entendido, basicamente, como de curta distância, de caráter ocupacional

e com significativo fechamento no topo da pirâmide (SCALON, 1999; PASTORE; SILVA, 2000; RIBEIRO, 2014).

Entre os diversos contrastes que, insistentemente, caracterizam o Brasil, a convergência entre expressiva mobilidade social e persistência da desigualdade parece ser mais um deles. Como, de maneira muito direta e clara, resume José Pastore,

Aqui convivem, há vários séculos, uma sociedade pobre e desigual e, junto com ela, uma sociedade móvel e dinâmica. (...) O Brasil é um país de muita ascensão social. A grande maioria dos brasileiros subiu na escala social quando comparada com seus pais e avós e, até mesmo, com o início de sua carreira. Mas, o Brasil é um país onde muitos sobem pouco, e poucos sobem muito. O resultado dessa arritmia é o espichamento da estrutura social, o que determina o conhecido quadro de desigualdade que domina o país (PASTORE, 1979, p. 61).

Essa tendência de intensa mobilidade social de pequena amplitude continua imperante. Se, por um lado, em 2014, 50% dos indivíduos de 25 a 65 anos tinham alcançado um status socioeconômico superior ao do pai, por outro, cerca da metade deles (49%) ascenderam para estratos ainda na base da pirâmide ocupacional<sup>50</sup>. A mobilidade ascendente de longa distância, dos estratos da base para os estratos do topo, foi alcançada apenas por 21,2% dos indivíduos ascendentes (IBGE, 2016). Portanto, a afirmação de Pastore (1979, p. 145) de que, na sociedade brasileira, “muitos sobem pouco e poucos sobem muito” ainda faz sentido.

Configura-se, assim, um quadro social compatibilizador entre mobilidade de curta alcance e distâncias significativas de classe. A herança rural concentradora, os déficits educacionais e a dinâmica dual entre setores tradicionais e modernos do mercado de trabalho correlacionam mobilidade social e desigualdade num mesmo padrão de desenvolvimento (RIBEIRO, 2007). A manutenção desse padrão de mobilidade, isto é, de mobilidade social ascendente de curta distância sem alteração significativa das distâncias e disparidades de classes, significa que o êxodo rural, a urbanização e a

---

<sup>50</sup> Para Suplemento de Mobilidade Sócio-Ocupacional da PNAD 2014, o IBGE definiu seis estratos sócio-ocupacionais hierárquicos, classificados de A à F, baseados em critérios de renda e vulnerabilidade segundo o tipo de inserção no processo produtivo, propriedade ou não dos meios produtivos e qualificação adquirida. A análise consistiu na comparação entre status ou classe ocupacional dos filhos em relação à situação dos pais. Para maiores detalhes ver: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mobilidade sócio-ocupacional** – 2014. Rio de Janeiro. IBGE, 2016.

industrialização, a expansão educacional<sup>51</sup>, processos societários chaves da mobilidade, seguiram, em grande medida, um padrão de desenvolvimento reprodutor da estrutura de classes.

Tem-se, desse modo, por um lado, processos modernizadores abruptos e seletivos e, por outro, um passivo de déficits e iniquidades sociais<sup>52</sup> estruturantes de uma sociedade secularmente desigual e hierárquica (BARBOSA, 2008; CARDOSO, 2010; SOUZA, 2012). Essas condições geram o que parece ser um inusitado paradoxo quando se avalia a dinâmica histórica de longo prazo da mobilidade social da sociedade brasileira, qual seja: a conjugação de intensa mobilidade social com manutenção de um padrão estável e inercial de desigualdade de classe. O Brasil é, portanto, uma sociedade bastante móvel e desigual. Os movimentos e trânsitos ascendentes expressivos na base não são suficientes e fortes o bastante para produzir alterações significativas na estrutura da distribuição de riqueza, poder, privilégio e prestígio entre os indivíduos e as classes sociais, tornando a mobilidade ascendente de longa distância bem mais difícil e improvável.

## **2.2. O destino vem do berço**

Como diversos trabalhos e levantamentos recentes sobre a desigualdade social no Brasil tem enfatizado, a partir de recortes e desenhos metodológicos variados, a estrutura de classes do Brasil é fortemente marcada por uma divisão acentuada entre o topo e as demais classes, seja em termos de renda, anos de escolaridade, status ocupacional e, conseqüentemente, como irei destacar nesta seção, chances de mobilidade social. A

---

<sup>51</sup> Além de toda a expansão da cobertura da educação básica ao longo dos anos 1990 e 2000, o acesso à educação superior também expandiu-se de forma bastante significativa, ainda que com alcance menor e social e racialmente seletivo do que a expansão da educação básica. Se, nos anos 1990, o Brasil tinha cerca de 1,5 milhão de alunos matriculados, esse número saltou para mais de 6 milhões de matrículas em 2010 e, atualmente, passa dos 8 milhões os matriculados em cursos de graduação, a maioria concentrado no ensino privado (INEP, 2019). A expansão, e a mobilidade educacional que ela implica, no entanto, não significa que o ensino superior não seja estratificado. As origens sociais de classe tem efeito significativo nas chances de acesso ao ensino superior, mas, também, na composição social dos matriculados, inclusive, conforme cursos e tipo de instituições, gerando o que pesquisadores intitulam de “estratificação horizontal”, isto é, assimetrias em termos de cursos e instituições com maior e menor prestígio, de modalidades e de qualidade educacional (CARVALHAES; RIBEIRO, 2019).

<sup>52</sup> Novamente, Adalberto Cardoso inspira o argumento. A profunda indiferença política em relação à questão social é uma das principais marcas institucionais da construção do Estado capitalista no Brasil. A formação estatal nacional é a história da formação de um Estado antissocial, que “tornou-se ele mesmo motor da reprodução das hierarquias e desigualdades sociais” e foi “construído contra o seu próprio povo, ou armado para se proteger dele” (CARDOSO, 2010, p. 86-7).

estrutura social da sociedade brasileira apresenta duas características fundamentais: a primeira, é a enorme distância entre as classes sociais do topo, concentradora de diversas vantagens econômicas, sociais e culturais para sua reprodução, e as classes da base, economicamente destituídas e socialmente fragilizadas em diversos recursos, e a segunda, é uma classe média, em seus estratos inferiores e médios, que foi paulatinamente se alargando a partir da década 1960 e se consolidando relativamente. As barreiras de mobilidade são significativas tanto aos níveis da base para o topo quanto da primeira para os níveis intermediários (RIBEIRO, 2014; MEDEIROS; GALVÃO, 2016; SOUZA, 2018).

Essa configuração desigual da estrutura social restringe oportunidades ao estabelecer forte dependência das possibilidades e alcance das trajetórias de ascensão social em relação às condições das classes de origem, isto é, dos capitais econômicos e culturais que compõem a estrutura familiar dos indivíduos. Dito de outro modo, o peso das desigualdades modelam probabilidades diferenciais de mobilidade social, tanto em chances de permanência e ascensão quanto de capacidade de alcance das trajetórias.

Apenas para ilustrar o peso do topo em termos de renda no Brasil, por exemplo, enquanto em países europeus, como Suécia, França e Alemanha, o estrato do 1% mais rico responde por cerca de 10% da renda total, no Brasil, por sua vez, os 1% mais abastados, que são cerca 1,5 milhões de pessoas, abocanharam 23% da renda nacional. Igualmente impressionante é a estabilidade da concentração nas mãos dos mais ricos na sociedade brasileira: no período de 1926 à 2013, esse índice de concentração de renda permaneceu sempre entre 20% e 25% (SOUZA, 2018<sup>a</sup>).

Ao comparar a renda do trabalho, ou seja, os trabalhadores com maiores ganhos com a remuneração média da metade mais pobre no país, temos uma ideia mais palpável do tamanho do abismo entre o topo e todos aqueles que estão do meio para baixo na escala econômica. Enquanto, em 2019, os primeiros, o 1% melhor remunerado do país, recebiam em média 28.659,00 R\$, a metade mais pobre ganhou 850 R\$ em média. Ou seja, os mais afortunados ganharam em média 33,7 vezes mais do que a metade mais pobre. Se reduzirmos o recorte para os 5% mais pobres, isto é, com menor rendimento do trabalho, o valor mensal obtido foi de 160 R\$.

As desigualdades educacionais são outro campo, inclusive, sociologicamente mais rico e interessante, para apreender as distâncias sociais e seus efeitos na estruturação

das classes sociais, especialmente porque a sociedade brasileira enxerga na educação o principal fator de ascensão social (SCALON, 2003). A expansão educacional que permitiu significativa promoção escolar dos filhos em relação aos pais não eliminou o peso das desigualdades sobre acesso e êxito escolar. Em dados de 2014, quase 69% dos filhos tiveram uma mobilidade ascendente em termos de escolaridade, quer dizer, alcançaram um patamar educacional superior ao dos pais (IBGE, 2016). Contudo, a estratificação educacional no Brasil segue, ainda, uma lógica socialmente seletiva e desigual em muitos aspectos, logo com importante influência sobre a mobilidade social, tanto em termos educacionais quanto ocupacionais e econômicos.

No caso do ensino superior, pesquisas tem constatado que, mesmo com a expansão e com pequenas variações, filhos de pais com maior renda e escolaridade permanecem com melhores probabilidades de acesso, maior alcance educacional e de chances de conclusão dos cursos que iniciam (FERREIRA; VELOSO, 2003; MAHLMEISTER et al., 2019).

As disparidades já podem ser observadas no desempenho do principal exame de acesso ao ensino superior, o Exame Nacional do Ensino Médio. Em trabalho de doutorado recente, o cientista social Cássio José de Oliveira examinou os dados do questionário socioeconômico do ENEM, organizando uma série histórica de 1998 a 2014. Nela, constatou a poderosa influência da origem social sobre o desempenho na prova. Entre os candidatos que realizaram o exame em 2014, nas notas abaixo de 500 pontos, predominam estudantes de escolas públicas, de famílias de baixa renda e pais com poucos anos de escolaridade. Enquanto nas notas mais altas, entre 800 e 1000 pontos, predominam estudantes de escolas privadas, com renda familiar maior ou igual a dez salários mínimos e com pais com ensino superior completo. Nada mais do que 78% das notas mais altas foram obtidas por alunos cujos pais possuíam graduação ou pós graduação e 54% dessas notas foram obtidas por candidatos com renda familiar superior a dez salários mínimos (SILVA, 2019).

A partir de dados da PNAD de 2014, segundo o IBGE (2016), entre os filhos de pais com ensino superior, oito em cada dez entraram na universidade e quase 70% deles completaram o curso. Entre os filhos de pais sem ou com menor escolaridade, os números daqueles que conseguem chegar e concluir o ensino superior são bem mais modestos: somente 4,6% dos filhos de pais sem instrução escolar, 14,9% para pais com fundamental

incompleto e 26,2% para pais com fundamental completo e ensino médio incompleto. Além do mais, os estudantes com heranças familiares e de classe mais privilegiadas tendem a escolher cursos com retorno econômico mais alto e vantajoso no mercado de trabalho ao passo que os alunos com pais de baixa escolaridade e menor renda tem menor presença nesses cursos e, como dito, menores chances de concluí-los<sup>53</sup> (IBGE, 2016; KNOP; COLHARES, 2019).

Como é comum em sociedades desiguais, assim como as taxas de empregabilidade, os níveis de retorno salarial também possuem estreita relação com a escolaridade, e não apenas dos próprios trabalhadores<sup>54</sup>, mas também dos seus pais. De acordo com o IBGE (2016), quase 75% dos trabalhadores cujos pais eram sem escolaridade ganhavam no máximo dois salários mínimos. Já os trabalhadores filhos de pais com ensino superior, 47,4% deles ganhavam mais de cinco salários mínimos. Considerando a composição da força de trabalho ocupada, onde mais de 40% de trabalhadores não possuem o ensino médio completo e apenas 19% tem ensino superior, pode-se ter a dimensão do quanto as posições de maior retorno são restritas e estreitas (IBGE, 2019, p. 27).

Como se pode concluir, seja no sistema escolar seja no mercado de trabalho, a condição socioeconômica e escolar familiar ainda representa um fator preponderante no futuro dos filhos, de sorte que as desigualdades educacionais atuam, com efeito, decisivamente na mobilidade social. Elas mostram, como os dados aqui apresentados sugerem, o tamanho das barreiras verticais para a promoção às posições superiores e médias, de modo que “a capacidade de classes e grupos ocupacionais mais altos de manter seus privilégios contribui para a manutenção das desigualdades” (RIBEIRO, 2007, p. 62).

. Carlos Antônio Ribeiro, utilizando um esquema hierárquico de classes, construído com base nas disparidades de propriedade, qualificação e renda, assim como

---

<sup>53</sup> Um dado interessante e relevante a respeito do papel do ensino público é que os estudantes de instituições públicas, filhos de pais com baixa escolaridade, tem mais chances de conclusão do que os estudantes de ensino privado com pais na mesma situação. Para maiores detalhes ver: KNOP, Márcia; COLLARES, Ana Cristina Murta. A influência da origem social na probabilidade de concluir os diferentes cursos de ensino superior. *Sociedade e Estado*, v. 34, p. 351-380, 2019.

<sup>54</sup> Embora a diferença salarial apresente uma tendência de queda desde 2012, uma pessoa com graduação, no Brasil, ganha, em média, três vezes mais do que trabalhadores com somente o ensino médio completo e cerca de seis vezes mais do que aqueles sem instrução, de acordo com recente informativo da PNAD Contínua – 2019 Rendimentos de todas as fontes. Para maiores detalhes ver: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709_informativo.pdf). Acessado em 05/06/2020.

nas distinções de trabalho manual e não-manual e entre setores urbanos e rurais<sup>55</sup>, resume o padrão de mobilidade social predominante na sociedade brasileira recente:

O padrão vertical, e não o topológico, é o que melhor descreve o caso brasileiro. Segundo, há alta propensão para imobilidade (...), ou seja, a elite tem forte propensão para transmitir sua posição de classe para seus filhos. Esse padrão, com hierarquia e imobilidade no topo, indica que a estrutura social brasileira é muito rígida. Há muita mobilidade social em termos absolutos (...), mas forte associação entre classe de origem e de destino, como mostrei acima. Em outras palavras, a mudança rápida na estrutura de classes brasileira entre as gerações de pais e de filhos levou muitos filhos a experimentarem mobilidade social ascendente, mas aqueles que já se encontravam em classes hierarquicamente superiores foram capazes de garantir em larga medida essas posições superiores para seus filhos (RIBEIRO, 2014, p. 204).

Portanto, a despeito das altas taxas absolutas de mobilidade social intergeracional<sup>56</sup> (PASTORE, 1986; RIBEIRO, 2014) e das mudanças sociais, econômicas, políticas e demográficas que efetivaram uma diminuição da desigualdade de oportunidades<sup>57</sup>, sobretudo nos últimos trinta anos (RIBEIRO, 2012; ARRETCHE, 2015), as distâncias e disparidades materiais e simbólicas que separam as classes sociais mantêm-se significativas. Por exemplo, de acordo com relatório mundial recente a

---

<sup>55</sup> Esse esquema, bastante consagrado nas análises de estratificação social, é conhecido como CASMIN. Foi elaborado por Erickson e Goldthorpe (1993). Para analisar a estratificação e mobilidade social brasileira, Ribeiro (2014) utiliza um esquema composto por sete classes: I+II, profissionais e administradores; IIIa+b, Trabalhadores não-manuais de rotina; IVa+b, pequenos proprietários com e sem empregados; V+VI, técnicos, supervisores e trabalhadores manuais qualificados; VIIa, trabalhadores manuais não-qualificados; IVc, pequenos proprietários rurais; e VIIb, trabalhadores rurais. Segundo a sua própria interpretação, mas não sem algumas controvérsias, ressalta, as *classes altas e médias-alta* seriam compostas pelos grupos I e II, as *classes médias* pelos grupos IIIa+b e IVa+b e, por último, as *classes baixas* seriam compostas por trabalhadores urbanos e rurais dos grupos VIIa e VIIb. As classes de técnicos e trabalhadores manuais qualificados (V+VI), nesse esquema, pode ser classificada tanto dentro das classes médias como também das classes baixas. O grupo pequenos produtores rurais (IVc) é outro que oscila entre classes médias e classes baixas, porém, em sua maioria no Brasil, está mais próximo da segunda do que da primeira. O autor reconhece que o esquema permite mais categorias, distinções e variáveis. Isso permitiria, destaca, um retrato mais nuançado e completo da estrutura social brasileira (RIBEIRO, 2014, p. 186-8).

<sup>56</sup> O sociólogo Carlos Antônio Costa Ribeiro (2012) estimou índices significativos de mobilidade social intergeracional, isto é, a quantidade em percentuais de indivíduos que está em uma classe de destino diferente da sua classe de origem (pais). Com base em um esquema de seis classes, segundo o autor, em 1973, o índice de mobilidade total para os homens era de 55,3%, ao passo que em 1982 e em 1988 eram, respectivamente, de 57,7% e 60,7%. Mais tarde, em 1996, esse índice subiu para 60,9% e, por sua vez, em 2008 alcançou 67,3%. Para maiores detalhes ver: RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Quarenta Anos de Mobilidade Social no Brasil. **Dados**, n. 55, p.641-679, 2012.

<sup>57</sup> A diminuição dos retornos educacionais foi um dos principais fatores de redução das desigualdades de oportunidades, conforme Ribeiro (2012). Ao longo do desenvolvimento econômico do país no século XX, o predomínio da baixa qualificação da mão de obra nacional resultava em retornos muito significativos para as credenciais educacionais. A rápida industrialização, a expansão educacional dos anos 1990 e 2000 e a consequente ampliação da oferta de mão de obra qualificada restringiram os efeitos dos retornos educacionais nas desigualdades de oportunidade (RIBEIRO, 2012).

propósito da mobilidade social em diversas sociedades, pessoas nascidas em famílias de baixa renda no Brasil levariam nove gerações para se aproximar da renda média nacional. Um período extenso e superior, inclusive, ao de outros países notoriamente desiguais e com altos índices de pobreza, como a Índia, em que esse período seria de sete gerações<sup>58</sup>.

Ao verificar as taxas de mobilidade ocupacional dos estratos de trabalho manual e de menor qualificação para os estratos de profissionais superiores e administradores, percebe-se o quanto, no Brasil, são baixas as probabilidades de mobilidade de maior alcance. Em dados de 1996, as chances de um filho de trabalhador manual urbano tornar-se integrante do estrato de profissionais superiores e administradores era de, aproximadamente, dez em cem. Já entre os filhos de trabalhadores rurais, essa chance era de quatro em cada cem (RIBEIRO, 2007, p. 256).

Incluindo a variável escolaridade, a mobilidade intergeracional permanece moldada pela desigualdade no Brasil. Analistas que se debruçaram sobre os dados da PNAD 1996 e também da PNAD de 2014, a despeito da variação nos valores relativos em favor de uma persistência educacional menor, principalmente para as coortes mais jovens, atestaram o mesmo padrão: a mobilidade para filhos de pais com pouca escolaridade é menor do que para filhos de pais com escolaridade mais elevada (VELOSO; FERREIRA, 2003; MAHLMEISTER et al, 2019).

A dificuldade de ascender e mudar de classe social é um fenômeno social que não passa despercebido pela sociedade. Pesquisas que abordam a percepção subjetiva sobre a mobilidade social, seja intergeracional ou intrageracional, corroboram isso. Um número significativo de respondentes consideraram que, nos últimos anos, permaneceram na mesma classe social<sup>59</sup> e a maioria dos brasileiros crer que os pobres tem poucas chances

---

<sup>58</sup> Os países do norte da Europa, como Dinamarca, Suécia e Noruega, são os que a ascensão social necessitaria de um menor espaço de tempo, respectivamente, duas e três gerações. Com dados compilados e coletados pelo Fórum Econômico Mundial, o *The Global Social Mobility Report 2020* analisou a distribuição de oportunidades e as chances de mobilidade social em oitenta e duas economias globais a partir de cinco dimensões: saúde, educação, trabalho, tecnologia e proteção social. A partir disso, elaborou um índice global de avaliação das condições para a mobilidade social nos países. Nesse índice, o Brasil ocupa a 60ª posição, abaixo de países como México, Argentina e Sri Lanka. Para maiores detalhes ver: WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Social Mobility Report 2020**. Equality, Opportunity and a New Economic Imperative. Geneva. World Economic Forum, 2020. Disponível em [http://www3.weforum.org/docs/Global\\_Social\\_Mobility\\_Report.pdf](http://www3.weforum.org/docs/Global_Social_Mobility_Report.pdf). Acessado em 06 de Junho de 2020.

<sup>59</sup> Desde 2002, o Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Unicamp realiza um *survey* pós-eleitoral intitulado Estudo Eleitoral Brasileiro. Nele constam algumas perguntas sobre identificação e percepção de classe social e mobilidade social. Em comparação aos últimos oito anos, 37,5% afirmaram que sentem que permaneceram na mesma classe em 2010, 59,8% em 2014 e, por último, 70,6% em 2018.

de escapar da pobreza. O que indica que também ao nível das representações sociais os empecilhos à mobilidade são socialmente percebidos. Não é gratuito, portanto, que as visões mais fatalistas e inclinadas a atribuir à mobilidade social fatores contingentes, como a “sorte”, sejam encontradas mais entre os menos escolarizados e os de menor nível socioeconômico do que entre aqueles com maior escolaridade e status socioeconômico (SCALON, 2004).

Retomando, a estrutura social brasileira é, com efeito, caracterizada por vigorosas barreiras verticais à mobilidade de maior distância e com forte propensão para reprodução intergeracional nas classes altas e médias-altas, fatores esses decisivos para a estruturação e manutenção da desigualdades de classe. Ao contrário das trajetórias e movimentos de curto alcance, a mobilidade social de longa distância é menor e mais rara:

(...) pessoas cujos pais tinham origem na classe de profissionais e administradores (I+II) têm chances muito mais altas de permanecer neste grupo do que pessoas cujos pais estavam nas classes abaixo têm de entrar na classe I+II. Em suma, as análises sobre mobilidade social indicam que a classe no topo da hierarquia (I+II) é a mais fechada de todas (RIBEIRO, 2014, p.212).

Os destinos de classe são fortemente afetados pela loteria social do nascimento e a transmissão intergeracional de capitais econômicos e culturais nas classes de origem e pontos de partida. Indivíduos com origens em classes mais altas, em termos de ocupação, renda e escolaridade, tem, como se viu, significativas vantagens e maiores chances relativas tanto de permanecer em suas posições quanto de ascender a estratos mais acima do que, em contrapartida, indivíduos oriundos de classes mais baixas subirem até as classes superiores na estrutura social (RIBEIRO, 2014).

Tamanho divisão entre o topo e as demais classes acaba por condicionar as próprias chances relativas de ascensão social. Elas próprias se tornam bastante desiguais, fomentando um ciclo de reprodução social que assegura a manutenção, com poucas alterações, das desigualdades de classe. De maneira que para muitos brasileiros imaginar chegar nas posições sociais mais altas, mesmo que para as gerações subsequentes, parece ser como perseguir uma miragem.

A mobilidade social na sociedade brasileira constitui, portanto, um fenômeno social expressivo e constante, contudo a influência da origem social e familiar sobre as

chances e alcance da mobilidade dos indivíduos é poderosa e mantem-se bastante elevada. O que, por conseguinte, continua a confirmar que a mobilidade social no Brasil apresenta tendências persistentes de desigualdades.

### 2.3. Mobilidade social para além dos números e tabelas

A caracterização da dinâmica histórica da estrutura social e do padrão de mobilidade social da sociedade brasileira, na seção anterior, apoiou-se, basicamente, como se pode notar, em estudos e pesquisas de abordagem quantitativa. No entanto, é preciso destacar que a sociologia brasileira, ainda que de modo tangencial, também dedicou atenção às dimensões qualitativas da mobilidade social. Nela, pode-se sim encontrar um conjunto de trabalhos que se esforçaram para inserir a mobilidade social em chaves interpretativas de ordem cultural, simbólica e microssociológica, tentando apreender os seus significados e implicações na experiência social e subjetiva dos indivíduos e grupos.

Nas ciências sociais brasileiras, não há o que se pode considerar uma tradição investigativa da mobilidade social em bases mais qualitativas e compreensivas, ao contrário da abordagem sociológica quantitativa dessa temática em que, dada a sua consolidação e institucionalização, é possível distinguir, com clareza, enfoques, linhagens e procedimentos analíticos típicos<sup>60</sup>. De todo modo, a produção sociológica brasileira, cumpre lembrar, contém trabalhos importantes que exploraram a mobilidade social a partir de um quadro interpretativo distinto.

Já em Gilberto Freyre, em uma de suas principais obras, *Sobrados e Mucambos* (1936), o tema da mobilidade social aparece como um processo sociocultural crucial das mudanças profundas que balizam a passagem do patriarcalismo rural para a modernidade

---

<sup>60</sup> Basicamente, pode-se organizar os estudos sociológicos mais quantitativos da mobilidade social em dois enfoques teórico-metodológicos com raízes neomarxistas e neweberianas. Primeiro, uma abordagem centralizada em categorias ocupacionais e na construção de esquemas de classe. Segundo, uma abordagem mais focalizada na realização de status a partir de uma escala hierárquica de critérios socioeconômicos de prestígio. Mais recentemente, tem se consolidado um terceiro enfoque, numa linha bourdieusiana, mais orientada para a dimensão simbólica da desigualdade e as correlações entre classes sociais, práticas culturais e estilos de vida. Para maiores detalhes ver: SCALON, Célia; FIGUEREDO SANTOS, José Alcides. Desigualdades, classes e estratificação. In: MARTINS, Heloísa T. de Souza (org.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil** – Sociologia. São Paulo. Anpocs, p. 77-105. Ver também: SCALON, Célia; FIGUEREDO SANTOS, José Alcides. Desigualdade e Estratificação Social no Brasil. In: MICELI, Sérgio; MARTINS, Carlos Benedito (orgs.). **Sociologia brasileira hoje II**. Cotia-SP. Ateliê Editorial, 2018, p. 147-186.

citadina na sociedade brasileira dos séculos XVIII e XIX. Freyre descreve, com o talento literário e a argúcia sociológica que lhe eram próprios, a assimilação e transformação social de hábitos e comportamentos alavancados pela ascensão franca de mestiços sob a forma de bacharéis, escritores, jornalistas, médicos, engenheiros, militares, industriais, mestres artesão e comerciantes (FREYRE, 1936).

No Brasil dos “novos-cultos, novos-poderosos, dos novos-ricos, dos doutores”, Freyre observa e interpreta a mobilidade social através das novas maneiras e mentalidade com as quais os bacharéis brancos e os mestiços ascendentes nas novas funções de Estado e de mercado passam a se revestir e por em prática. Para o sociólogo pernambucano, a mobilidade social desse período veio junto e motivada por um *ethos* bacharelesco de valorização do saber técnico e acadêmico e, também, por um estilo mais europeizado nos modos de ser, de se vestir, comer, falar e andar. Juntos, ambos, embaralharam os critérios da antiga hierarquia social senhor/escravo.

Com Freyre, a mobilidade social não se resume aos movimentos de mudança ocupacional e de status social. Ela é, com efeito, um processo sociocultural de assimilação de hábitos e de estilização das condutas em que, como percebe o autor de *Casa Grande e Senzala* acerca desse Brasil em europeização, mesmos os “pés, também, foram para o mulato um elemento de ascensão social: pés compridos, bem feitos, finos...” (FREYRE, 1936, p. 329).

Anos mais a frente, os diversos trabalhos do projeto Unesco<sup>61</sup> com respeito as relações raciais focalizaram a mobilidade social como de saliente interesse sociológico. As dificuldades e barreiras enfrentadas pelos negros, assim como suas estratégias individuais e coletivas para a ascensão social, foram temas estudados, também, numa lente qualitativa<sup>62</sup> atenta às implicações da mobilidade social sobre as atitudes,

---

<sup>61</sup> Foi uma iniciativa, coordenada e patrocinada pela Unesco, que promoveu um ciclo de pesquisas comparativas sobre as relações raciais em diferentes regiões do Brasil nos anos 1950. Seu objetivo era conhecer a singularidade do cenário racial brasileiro, suposto e relativamente harmônico em relação a outros contextos nacionais. Roger Bastide, Florestan Fernandes e Oracy Nogueira em São Paulo, Luiz Costa Pinto no Rio de Janeiro, Thales de Azevedo na Bahia e René Ribeiro em Recife, estiveram entre os principais pesquisadores do projeto. Para maiores detalhes ver: MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos Anos 40 e 50. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 14, no 41, outubro/1999, pp. 141-58.

<sup>62</sup> Para uma revisão das relações cor/raça e mobilidade social numa perspectivas mais quantitativa na literatura nacional, ver: RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. **Dados** [online]. 2006, v. 49, n. 4, pp. 833-873. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582006000400006>>.

representações e valores dos negros em relação ao preconceito, à identidade, aos estereótipos e ao associativismo (MAIO, 1999).

Thales de Azevedo, em diferentes trabalhos (1955; 1966), foi um exemplo pioneiro e consistente da descrição e interpretação qualitativa dos caminhos e bloqueios de ascensão social dos negros no Brasil a partir de técnicas qualitativas diversas, como o uso de entrevistas abertas, análise de fotografias e a observação participante em contextos de interação variados, como festas e cerimônias. Em suas pesquisas, a mobilidade social dos negros é enxergada através de múltiplas portas de entrada, para além da educação e da profissão, tal como o casamento, a política, as artes, os esportes e a religião.

Sua etnografia das relações raciais na Bahia, observando e documentando o cotidiano das interações, apreendeu nuances da experiência de ascensão dos negros, tais como as atitudes de preconceito presente nos comportamentos verbais e afetivos e a composição racial desigual dos casamentos e das relações conjugais informais. Thales de Azevedo notou que o status adquirido dos negros em ascensão social, dado por marcadores econômicos e ocupacionais, não usufruía de reconhecimento social e força suficientes nos círculos de classe média e de elite para se sobrepor ao status atribuído, definido pelos laços de família e, principalmente, pela cor. Ou seja, o status de nascimento persistia à despeito da ascensão social, de sorte que junto com a cor, ambos, “limitam a distância social que se pode percorrer no processo de mobilidade vertical, quaisquer que sejam os demais elementos condicionantes” (AZEVEDO, 1966, p. 42).

Nos estudos de Florestan Fernandes, a mobilidade social foi pesquisada pela lente da inadaptação dos grupos ascendentes quanto aos padrões de relações e comportamentos do que o autor entendia como a ordem social competitiva. É nessa chave interpretativa que, em *Mudanças Sociais no Brasil*, o sociólogo paulista, explica o comportamento egoísta e conspícuo de parte do empresariado industrial nacional, expresso, respectivamente, na fragilidade dos laços de lealdade e dos sentimentos de identificação com a coletividade e na conduta suntuária de afirmação de riqueza e poder. (FERNANDES, 1979).

No caso das populações negras ascendentes, Florestan concebe os déficits e contradições da ascensão social dos negros, suas dificuldades de adaptação à nova ordem social, como contradições da própria revolução burguesa no Brasil, e seu caráter muito mais assimilatório e adaptativo do que disruptivo e conflitivo. A mobilidade social dos

“homens de cor”, como se refere Florestan, é um contexto e fenômeno da vida social brasileira que exprime objetiva e subjetivamente a continuidade dos arcaísmos da ordem senhorial tradicional na sociedade de classes e a incompletude da modernidade brasileira, pois, todas as mudanças sistêmicas ocorridas não eliminaram a exclusão, discriminação e a integração precária e subalterna dos negros (FERNANDES, 2008).

Florestan (1972) identifica, ainda, o logro da promoção social dos negros como uma experiência subjetivamente dramática. A ascensão social destes vem acompanhada, de um lado, por rupturas com o “meio negro” para autoconservar o novo status e absorver seus padrões de vida e, por outro, por uma situação de assimilação e de reconhecimento entre os brancos bastante frágil, precária e simulada. Sobre esse último ponto, Florestan nota como as barreiras e linhas de cor são acionadas no cotidiano para barrar e restringir o pleno gozo pelos negros ascendentes do estilo de vida e das garantias sociais a que sua posição social faria jus:

É o amigo branco, que o trata com consideração no trabalho e nas conversas casuais; mas não o convida para ir a sua casa ou não retribui suas gentilezas. É a mulher que se enfurece com o comportamento dos fornecedores, que a tratam como se fosse a empregada da casa. É o hotel ou o clube, que o repelem, como freguês ou como sócio (FERNANDES, 1972, p. 54).

Nas décadas de 1970 e 1980, alguns importantes trabalhos em antropologia introduziram novos ingredientes analíticos para compreender e examinar a mobilidade social. A esse propósito, cumpre mencionar a tese de doutoramento de Ruth Cardoso, defendida em 1973, *Estrutura familiar e mobilidade social*. Nela, a autora destaca o papel central da organização familiar dos imigrantes japoneses em São Paulo para as suas trajetórias ascendentes de na sociedade brasileira.

Conforme a antropóloga, o modelo cultural de família japonesa fornecia uma série de estímulos eficazes para a mobilidade social, tais como o sentido prático da família como unidade cooperativa de trabalho, padrões rígidos de obediência filial e intensa motivação ética para perpetuar o nome familiar, inclusive, transcendendo laços de consanguinidade para formas associativas ampliadas. Esses elementos culturais permitiram que as famílias de agricultores japoneses construíssem e consolidassem empreendimentos econômicos familiares e redes sociais de apoio bastante sólidas. Em virtude dessa base econômica e social de apoio familiar entre as famílias dos imigrantes japoneses no Brasil, a preocupação subjetiva com o destino social dos mais jovens pode

contar objetivamente com recursos direcionados para a sua migração para a cidade, a elevação de sua escolaridade e o alcance de profissões de maior prestígio (CARDOSO, 1995).

Numa perspectiva mais etnográfica e inspirada na história social de Edward Thompson, as pesquisas de José Sergio Leite (1976; 1979; 1988) e de sua equipe sobre as condições de vida dos operários de usinas de açúcar e dos operários têxteis no Nordeste, apesar de não tratar diretamente da mobilidade social, trazem um retrato complexo e nuançado da mobilidade de curto alcance, fomentada pelas mudanças estruturais da industrialização, do mercado de trabalho e pela migração. Elas descrevem um padrão de incorporação subordinada da força de trabalho, o qual, a um só tempo, gera mobilidade e imobilidade dos trabalhadores. A conversão do trabalhador rural em trabalhador urbano e industrial é acompanhada, com efeito, por um estreitamento das possibilidades de continuidade da ascensão através da imposição de uma lógica híbrida de dominação personalizada e burguesa cujo custo da reprodução social da força de trabalho é lançado, em larga medida, sobre o próprio trabalhador e seu grupo doméstico.

Outro aspecto interessante dessas pesquisas consiste no fato de que a condição de trabalhadores industriais e urbanos não eliminou de sua experiência social a importância das antigas práticas e representações tradicionais do trabalho. Pelo contrário, o cotidiano laboral, as reivindicações e relações com o patronato, os modos de transmissão da própria história entre as gerações e as divisões e diferenciações internas daqueles dois grupos de trabalhadores, tinham no passado e na tradição uma referência simbólica fundamental na organização da situação social e de suas expectativas presentes. Em resumo, das etnografias de José Sérgio Leite e seus colaboradores, pode-se apreender que a experiência de mobilidade social envolvida na constituição de uma classe trabalhadora é definida mais por continuidades, transformações e ressignificações do passado do que por um corte linear e absoluto entre passado/presente.

Ainda na seara de diálogo com a antropologia, outra referência pertinente são os estudos urbanos de Gilberto Velho (1973; 1987) sobre os estilos de vida e os valores das “camadas médias”. Munido de aportes da fenomenologia de Alfred Schutz, do interacionismo simbólico de Howard Becker e da antropologia comparativa de Louis Dumont, o antropólogo carioca tematizou e investigou mais diretamente a ascensão social a partir da etnografia de um grupo heterogêneo e diverso de indivíduos, composto por

funcionários públicos, bancários, comerciários e profissionais liberais que ascenderam socialmente para novas posições e status de prestígio no período da ditadura civil-militar.

Na interpretação de Velho, a ascensão social dos indivíduos e famílias, assim como suas identidades de classe, é construída e expressada simbolicamente por meio de decisões e possibilidades referentes ao estilo de vida, tal como o bairro onde morar: “as pessoas mudam de estrato quando mudam de bairro” (VELHO, 1973, p. 82). Daí que a noção de “projeto” é, para Gilberto Velho, um conceito fundamental em sua abordagem dos deslocamentos de classe e suas repercussões no cotidiano dos atores. Essas decisões são carregadas de conteúdos simbólicos, morais e emocionais e, desse modo, elas configuram, para o autor, a ascensão social como um projeto individualizante definido por rupturas familiares, sociais e geográficas (VELHO, 1987).

Com Velho, portanto, a mobilidade social ganha sentidos sociológicos espaciais e simbólicos. A distribuição das classes sociais e sua hierarquia de status abarcam, para além das diferenças de renda e escolaridade, o lugar onde as pessoas vivem e a maneira como vivem. Assim, a mobilidade social é pensada como uma experiência subjetiva com dilemas e escolhas prementes em relação à identidade social, ao estilo de vida, às visões de mundo e às interações com os outros. Diferentemente de uma situação de estabilidade e permanência social, escreve o antropólogo: “a experiência de mobilidade social, a ascensão ou descenso, introduz variáveis significativas na experiência existencial seja de pessoas oriundas da classe trabalhadora ou da classe média...” (VELHO, 1987, p.20).

No fim da década de 1980, publicado originalmente em língua inglesa, o crítico literário e sociólogo Antônio Cândido realizou um interessante estudo acerca da mobilidade e da permeabilidade social da sociedade brasileira a partir da biografia de um funcionário público e sua ascensão social nos idos do Brasil Império. Em *Um Funcionário na Monarquia: ensaio sobre o segundo escalão*, Cândido reconstrói a trajetória social excepcional de Francisco Nicolau Tolentino (1810-1884), indivíduo sem “passado e bom nome”, que saiu da condição de funcionário na Secretária da Mesa de Consciência e Ordem<sup>63</sup> à Presidência da Província do Rio de Janeiro.

---

<sup>63</sup> Órgão da administração judiciária, de origem portuguesa, criado por D. João III em 1523. No Brasil, foi estabelecida a partir 1808 existindo até 1828, quando foi regulada e extinta no decorrer do processo de reformulação das bases institucionais promovida pela Constituição de 1824. Para maiores detalhes ver: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/195-mesa-da-consciencia-e-ordens>

A partir de documentos históricos da administração pública e também através de cartas e da coluna social dos jornais da época, Antônio Cândido analisa um caso de ascensão social por meio do acesso à burocracia pública, que era, no Brasil da época, assim descreve o sociólogo, com a elegância da frase típica de sua prosa; “a porta estreita que daria o pão com respeito, que permitiria exercer o comando depois de muito obedecer, que poderia capitalizar como trunfos as boas maneiras, as boas leituras, o bom jeito” (CÂNDIDO, 2002, p. 183). O autor de *Parceiros do Rio Bonito*, segue, então, tanto o avanço de seu biografado na carreira burocrática, galgando posições de destaque até ser nomeado para cargos políticos relevantes, quanto o progressivo apagamento das suas origens não-nobres, como o divórcio e o novo casamento com uma mulher oriunda de uma família de latifundiários.

A ascensão social de Nicolau Florentino, como destacou Cândido, não foi livre de ambiguidades e conflitos entre a sua origem social e a sua trajetória de promoção burocrática e instalação numa “sociedade de corte”, regida por familismo, influências pessoais, pela lógica do favor e por uma etiqueta nobiliárquica nas relações públicas. Seu desfecho desafortunado, quando tentou promover uma reforma para um serviço público mais racional e impessoal, é interpretado pelo sociólogo paulista como produto de uma “espécie de pânico interior, seguido de explosão, no homem que, tendo conquistado dificilmente a respeitabilidade burguesa, guardava no íntimo a insegurança das origens sociais humildes” (CÂNDIDO, 2002, p. 100).

Assim como os estudos de Gilberto Velho, a pesquisa junto aos trabalhadores da indústria petroquímica da Bahia, realizada pelos sociólogos Antônio Sérgio Guimarães, Michel Agier e Nadya Araújo Castro (1995), é mais um exemplo de análise da mobilidade social a partir da proximidade e acompanhando as práticas e pontos de vistas dos atores sobre suas trajetórias e posições sociais. Em *Identidades e Imagens do Trabalho* (1995), os autores buscaram tratar sociologicamente uma diversidade de aspectos nas trajetórias de vida de operários estáveis e qualificados que buscaram no trabalho fabril de nível técnico no polo petroquímico baiano uma forma de ascensão social. Eles investigaram desde das condições de socialização com os capitais e recursos familiares herdados e envolvidos no decorrer dos processos de ascensão às experiências vividas no ambiente do trabalho e na vida pessoal, às atitudes políticas e aos projetos e aspirações futuras quanto à profissão e à família.

Os operários estudados, em seus percursos sociais distintos, revelavam as diferentes estratégias e motivações familiares e pessoais que a ascensão social pode assumir, assim como a desigualdade de disposições individuais trazidas e adquiridas pelos atores. Na pesquisa, os autores notaram, ainda, como com a ascensão social dos trabalhadores, projetos familiares de matrimônio e de planejamento econômico do número e da escolarização dos filhos ganhavam forma e relevância em suas vidas pessoais. A afirmação do status através da multiplicação do consumo de bens duráveis e, principalmente, da alteração da localização residencial para bairros de maior prestígio foi outra constatação recorrente identificada nas trajetórias dos atores para demarcar e representar a própria posição social.

Em particular o capítulo “A ilusão do atalho”, escrito por Antônio Sérgio Guimarães, o conhecimento da experiência de mobilidade social em seus traços mais existenciais é aprofundado graças ao olhar sociologicamente detido e focalizado sobre a história de vida de um único operário, sua trajetória, escolhas, aspirações e frustrações. Desse maneira, as tensões internas e as ambivalências da ascensão social, tal como suas fontes ligadas aos constrangimentos e limites do processo de trabalho, da carreira e da vida familiar, transparecem ao nível do indivíduo e de sua subjetividade, de sorte que subir socialmente pode ser, para alguns, “sentir-se como quem ganha mas não leva, ou, ao menos não desfruta integralmente o que tem” (GUIMARÃES; AGIER; CASTRO, p. 168).

Com uma perspectiva bourdieusiana, Antônio Sérgio Guimarães, Michel Agier e Nadya Araújo Castro (1995) introduziram aspectos subjetivos dinâmicos, relacionais e processuais da experiência de mobilidade e dos efeitos diversos e tensionais do deslocamento social sobre os indivíduos ascendentes.

À caminho do fim dessa esquemática revisão, e adentrando nos anos 2000, duas obras merecem destaque, a saber: *Três Famílias*, dos antropólogos Luiz Fernando Dias Duarte e Edlaine de Campos Gomes, e *Os Batalhadores brasileiros*, do sociólogo Jessé Souza e colaboradores do Centro de Estudos da Desigualdade (UFJF). Junto com Gilberto Velho, essas duas obras são as referências em que mais o gradiente da moralidade recebe atenção. Por isso, na minha análise das entrevistas e dos interlocutores, irei retomar e travar um debate com alguns pontos, compreensões e conceitos desses autores e obras.

*Três Famílias* é uma envolvente e singular investigação acerca dos rumos e processos de mudança em três grupos familiares ao longo das gerações e descendências. Luiz Fernando Dias Duarte e Edlaine Gomes estudam famílias, originalmente de classes populares, que, apesar de se situarem em uma condição pauperizada, seus recursos e contextos encontram-se “no limite das possibilidades do acesso a condições de reprodução diferenciadas que permitirão que alguns de seus membros ou linhagens acabem por se encontrar entre as camadas médias” (DUARTE; GOMES, 2008, p. 253). Inusitadamente, e com desafios epistemológicos e éticos de grande monta, os autores são membros de dois desses grupos. Interligado a questões teoricamente mais amplas, como o individualismo, o tema da ascensão social é tratado de maneira circunscrita ao desenvolvimento das linhagens familiares, da dinâmica sociocultural que as organizam e das tensões individuais e familiares que as marcam no curso do tempo.

Com rica descrição de situações e trajetórias empíricas diversas e diferenciais, tais como a vigência e força dos vínculos com a casa original, os tipos de carreira e de trabalho, as escolhas matrimoniais, a conversão religiosa, a ascensão social se insere, na análise dos autores, dentro do contexto plural de tensionamentos, práticas e mudanças das relações e valores familiares (DUARTE; GOMES, 2008).

De uma geração à outra, os autores explicitam como os percursos individuais de status adquirido, quer dizer, de aquisição de uma condição social superior, trazem consigo movimentos complexos de permanência, mudança, diferenciação e afastamento do “entranhamento familiar” dos grupos. Esses movimentos são, por sua vez, reveladores da formação e tensão entre *ethos* distintos e de processos de individualização com matizes e graus diversos. Dito de outro modo, para os antropólogos, a ascensão social é entendida como individualização e desenraizamento “em relação aos diferentes níveis do seu mundo de origem: lugar de nascimento, corporação de trabalho, religião herdada e família” (DUARTE; GOMES, 2008, p. 250).

Nesse sentido, nas linhagens ascendentes houve um significativo impacto e transformação nos sentidos de família, casamento, trabalho, religião e individualidade predominantes nas redes familiares estudadas. Além do mais, a ascensão social de certos ramos familiares objetivou na relacionalidade original sentimentos de desconforto e mal-estar - por conta da exibição e comparação dos sinais das diferenças e distâncias materiais

e simbólicas -, especificamente fortes e observados nas situações e rituais de lazer, celebração e reunião da parentela (DUARTE; GOMES, 2008).

Com a concentração no pertencimento familiar e nos efeitos das trajetórias individuais ascendentes sobre os sentimentos de solidariedade e os sentidos dos processos de individualização, o trabalho de Luiz Fernando Dias Duarte e Edlaine de Campos Gomes trouxe as dimensões e implicações morais da ascensão social para um lugar de destaque e proeminência. Mais do que os trabalhos anteriores, a moralidade aqui é um eixo estruturante para abordar e interpretar os processos de mobilidade social. Inclusive, do ponto de vista dos conflitos relacionais e tensões subjetivas produzidos, entre os quais está, certamente, o mais difícil deles, o de melhorar e estabilizar as condições de existência sem esgarçar à solidariedade e o pertencimento às redes originais, ou seja, “o de subir na vida sem alterar os aspectos considerados positivos de sua experiência local (DUARTE; GOMES, 2008, p. 267).

*Batalhadores*, por sua vez, foi uma pesquisa coordenada por Jessé Souza e que integra o escopo de um projeto mais amplo do autor acerca dos determinantes sociais e extraeconômicos da desigualdade e da reprodução social de classes no Brasil contemporâneo. Nesse trabalho, em particular, Souza (2012) estava interessado em conhecer, com maior profundidade e densidade sociológica, as determinações específicas de classe deste segmento ascendente de trabalhadores, que então era tomado, com tanto entusiasmo, como símbolo político e objeto de conhecimento do extraordinário fenômeno de ascensão social que o país então experimentava.

Os objetivos do livro podem ser resumidos da seguinte maneira: demarcar as semelhanças e diferenças da condição social e visão de mundo prática desse segmento ascendente em relação às classes e frações de classe mais abaixo e acima dela, e, desse modo, identificar as pré-condições sociais, culturais, cognitivas e morais de sua ascensão social, corrigindo os pressupostos teóricos e explicativos de sua natureza de classe. Essa correção analítica redefine o entendimento da emergência específica e nacionalmente singular de uma “nova classe média”. Em vez disso, o que se tem, na verdade, é a elevação de uma fração bastante heterogênea da classe trabalhadora, que, embora alçada a um novo patamar de padrões de vida e consumo, é ainda marcada por precarização e desproteção social típicas dos países de modernidade periférica e seletiva.

Para designar essa fração ascendente de trabalhadores brasileiros, Jessé Souza emprega a categoria nativa de “batalhadores”, uma autoimagem e autoconceito forjado por brasileiros e brasileiras que batalham, cotidianamente, mantendo-se em mais de um emprego, conciliando estudo e trabalho, poupando e autocontendo-se em relação aos prazeres imediatos e individuais e que, sobretudo, afirmam uma forte crença em si mesmos e em sua capacidade de trabalho e autossuperação (SOUZA, 2012). O lugar ao sol dessas famílias e indivíduos veio, portanto, por meio de extraordinários feitos em matéria de esforço e resiliência no mundo do trabalho e, também, de poupança e sacrifício na gestão econômica doméstica.

Jessé Souza e colaboradores tentam demonstrar, com efeito, que as condições para a ascensão social desse estrato de trabalhadores, em um nível microsociológico, se dão a partir da incorporação de um conjunto de disposições ascéticas para o trabalho duro, a autossuperação e o sacrifício individual. O que lhes assegurou, por um tempo, uma melhor condição de inserção no mercado competitivo, flexível e em precarização, assim como de estabilização e enfrentamento das instabilidades deste e das vulnerabilidades acumuladas de sua origem social (SOUZA, 2012, p. 96).

Carentes de capitais econômicos e desfavorecidos quanto às condições de competição social por capital cultural com os segmentos médios estabelecidos, o contexto familiar mais estruturado e estável do ponto de vista dos papéis sociais e das relações afetivas e morais entre pais e filhos constitui um capital decisivo para a mobilidade social ascendente desses trabalhadores. Em primeiro lugar, porque proporciona a transmissão efetiva de uma coesa e eficaz ética do trabalho na forma de disposições de trabalho disciplinado, regular e racional, que animam as relações e rotinas características da pequena produção familiar no comércio urbano e na agricultura. E, em segundo lugar, impulsionados também pelos estímulos e aprendizado morais do pertencimento religioso pentecostal, porque introduz nos indivíduos, de maneira bem fundada, uma forma de percepção da existência como atividade racional que permite progresso, sucesso e mudança individual, isto é, crenças de autoconfiança motivacionalmente fortes a propósito das possibilidades e do dever de crescer e subir na vida (SOUZA, 2012).

Nesse sentido, Jessé Souza assinala que a transmissão de exemplos e valores do trabalho duro e persistente, e o aprendizado moral e prático que deles emerge, é “o que parece estar em jogo na ascensão social dessa classe”. *Batalhadores*, pode-se dizer, é uma

investigação teórico-empírica de processos de curta distância de mobilidade social, que mergulha nas histórias de vida e na experiência moral de trabalhadores precarizados em ascensão e mais ou menos integrados socialmente (SOUZA, 2012, p. 50).

O que se trata de compreender é, sobretudo, a constituição de um habitus cujo capital familiar, mesmo em condições sociais adversas e subordinadas, favorece a incorporação de uma ética econômica e do trabalho peculiar e decisiva para a ascensão e reconhecimento como membro útil desses trabalhadores no interior das demandas e condições do capitalismo contemporâneo. Portanto, a ênfase teórica e empírica, em *Batalhadores*, centra-se na socialização familiar e religiosa, pois são elas, a um só tempo, as chaves explicativas da ascensão social dos batalhadores e de suas diferenças simbólicas e morais em relação aos desclassificados sociais da “ralé estrutural”<sup>64</sup> e aos estabelecidos das classes médias.

Orientados por uma sociologia bourdieusiana e disposicionalista e pela teoria do reconhecimento, pode-se afirmar que Jessé Souza e colaboradores, nessa obra, aportam a ideia de que é preciso conhecer os fundamentos sociais diversos e desiguais, em um nível microsociológico, da sociogênese dos agentes e das disposições que os capacitam, os motivam e os orientam em direção à mobilidade ascendente no mundo social.

Para finalizar, cumpre mencionar, sucintamente, outros três estudos que abordam as dimensões morais dos modos de ser de classe e da experiência social dos socialmente móveis no contexto brasileiro.

No primeiro, a antropóloga Diana Nogueira Lima (2007), a partir das representações e discursos produzidos em materiais de jornal e de uma etnografia realizada junto às elites econômicas do Rio de Janeiro, chama a atenção para a emergência de um “*ethos*”, entre os segmentos ascendentes, cujo modo de ser e pensar não consiste na emulação ou assimilação cultural dos estilos de vida das camadas dominantes mais tradicionais e estabelecidas.

Ao invés de abraçar as inclinações mais “aristocráticas” e “românticas” das camadas burguesas e das classes médias educadas, essa fração, na verdade, e em consonância com o processo de abertura e flexibilização econômica levado a cabo pelos

---

<sup>64</sup> Por este conceito, deliberadamente provocativo, Jessé Souza refere-se a um contingente populacional de despossuídos e inadaptados, historicamente perene na formação social nacional, definidos por um “habitus precário”, de disposições desafeitas aos imperativos e demandas sistêmicas de competição social numa sociedade capitalista moderna, e pela negação de reconhecimento social e moral como “gente” e “membro e produtor útil” (SOUZA, 2011).

governos Collor e FHC, define-se e distingue-se por uma adesão prática a uma noção de “sucesso” alicerçada na combinação “trabalho com dinheiro e consumo conspícuo”, explica a antropóloga. Sua visão de mundo e atitudes subjetivas são, nesse sentido, conformadas pela dedicação empenhada ao trabalho profissional e competitivo, o enriquecimento rápido e o desfrutar de bens e serviços de alto custo. São esses os elementos simbólicos que a diferenciam socioculturalmente no seio das elites do Rio de Janeiro e, por sua vez, caracterizam o que a antropóloga conceitua como o “*ethos* emergente” (LIMA, 2007).

O segundo é o trabalho de Carolina Pulici (2016). A socióloga aborda a violência simbólica atuante e as formas incorporadas de desclassificação social entre os indivíduos ascendentes nas classes altas da cidade de São Paulo. Neste estudo, de firme traçado eliseano e bourdieusiano, Pulici faz sobressair as condutas e atitudes de ajustamento envolvidas na experiência de ascensão social.

Defrontados com os princípios de divisão, julgamento e avaliação do universo cultural das classes altas, os indivíduos de trajetórias ascendentes são espreitados por experiências de “vergonha cultural”. A migração de classe é vivida como um processo subjetivo desconfortável que demanda dos recém-chegados, para lidar com as distâncias e desigualdades simbólicas inerentes ao “mundo de chegada”, renúncias e reformas dos gostos e usos corporais aprendidos em seu “mundo de partida” em favor da interiorização de disposições dominantes, tornando-se, assim, “cúmplices da dominação simbólica de que foram vítimas” (PULICI, 2016, p. 174).

Por último, a tese recente de Carlos Eduardo Freitas (2018) em que o sociólogo tomou como problema de pesquisa os sentidos morais práticos que homens e mulheres de classes médias e populares na região nordeste do Brasil acionam para significar suas histórias de vida e identidades. Aqui, ao contrário dos dois estudos anteriores, a questão da moralidade é assumida com explícita centralidade empírica e teórica, sendo, de fato, o fio condutor pelo qual o autor delinea um mapa das diferenças e transversalidades das classes sociais do ponto de vista de sua relação com os valores. A mobilidade social, em seu estudo, é tomada muito mais como um fator contextual de singularização de algumas trajetórias biográficas do que enquanto o cerne da relação prática, afetiva e normativa dos atores consigo mesmos e sua experiência moral.

Além da variabilidade axiológica intraclasse e de constatar alguns pontos de interseção interclasse, Freitas propõe atingir escalas mais abrangentes da sociologia comparativa com sua análise da experiência vivida e moral das classes sociais. Apoiado em entrevistas em profundidade e biográficas<sup>65</sup>, ele sustenta que a pluralidade e o caráter secular das fontes de construção de significado moral encontradas nas (auto)descrições qualitativas de seus interlocutores, como, por exemplo, a mobilização do amor e das artes como universos simbólicos de sentidos de plenitude, relativizam a força e a unidade da clássica hipótese da “crise de sentido” enquanto marca civilizatória indelével da cultura moral da modernidade. Em um diálogo estreito com a produção contemporânea em teoria social e sobre moralidade e classes sociais, o trabalho de pesquisa de Freitas confirma e endossa teses importantes já desenvolvidas por Charles Taylor, Hans Joas e Andrew Sayer.

A revisão realizada até aqui na literatura nacional com respeito aos estudos que exploraram a mobilidade social sob um ponto de vista qualitativo traz à baila alguns elementos relevantes, os quais cabe sublinhar para situar adequadamente, em seus objetivos e especificidades, a presente tese.

Primeiro, ela manifesta o volume de trabalhos em que se pode encontrar na produção nacional análises sociológicas interessadas nas condições, efeitos e propriedades subjetivas da experiência de deslocamento social, seja investigando trajetórias individuais seja trajetórias de grupos conforme movimentos variados de mobilidade social em determinados contextos históricos. Ou seja, como ilustra a literatura nacional aqui revisada, as ciências sociais não deixou de examinar a experiência vivida da mobilidade social e de perceber seus desdobramentos diversos sobre a experiência dos indivíduos, ampliando e enriquecendo o conhecimento oriundo do enfoque quantitativo com respeito aos deslocamentos sociais.

Segundo, a pluralidade de enfoques e tratamentos teórico-metodológicos a que se presta qualitativamente à mobilidade social: perspectivas mais históricas, baseadas em documentos e registros escritos e visuais, outras mais etnográficas, baseadas em observação, descrição e entrevistas, umas mais focadas em grupos particulares, seus marcadores, estratégias e dinâmica temporal, outras mais focadas em indivíduos

---

<sup>65</sup> Cumpre destacar que, assim como esta tese, parte do corpus empírico da pesquisa de Freitas (2018) também nasceu do projeto “Radiografia do Brasil Contemporâneo” (IPEA, 2015) no qual atuamos como integrantes da equipe de pesquisa responsável pela região nordeste.

particulares, suas linhas de ação, trajetória e representações. No campo da orientação teórica, há desde trabalhos influenciados pela antropologia cultural, a antropologia estrutural-comparativa, o funcionalismo, a fenomenologia, o interacionismo simbólico, a sociologia de Pierre Bourdieu, a filosofia social de Charles Taylor.

Em terceiro lugar, a variedade de problemáticas e questões sociológicas inter-relacionadas à mobilidade social, algumas delas comuns à análise quantitativa e outras que, muitas vezes, buscam escapar do olhar dos números e das tabelas. O estudo da mobilidade social, portanto, como um campo aberto no qual pode-se investigar um leque de temas e problemas outros, como as relações familiares, as modalidades de socialização das classes, os processos de individualização, as modificações dos padrões de consumo e estilos de vida, a adesão à valores morais, as estratégias sociais e familiares, as afiliações geracionais, a imigração, relações raciais, emoções, burocracia, trabalho etc..

Em seu conjunto, com base nesses pontos elencados acima, pode-se extrair algumas conclusões a propósito do papel e lugar da investigação qualitativa da mobilidade social nas ciências sociais brasileiras. Em resumo, uma maior atenção às diversas dimensões qualitativas e subjetivas das trajetórias sociais tem como desdobramentos 1) uma ampliação da compreensão da mobilidade social, inclusive de suas relações com outros domínios de temas e problemas do mundo social, e o seu 2) status e direito, como campo de investigação, à existência própria e relativamente independente de outras perspectivas e tradições no tema.

Mais do que uma oposição e dicotomia entre números e atores, o maior desenvolvimento da orientação qualitativa contribui, com efeito, para o avanço do conhecimento teórico e empírico da mobilidade social. Ela instiga a pesquisa sociológica para o trabalho em diferentes escalas de observação e para subsidiar, teórica e empiricamente, o esforço de conexão entre padrões macros ou regularidades sociais e os microprocessos e microfundamentos dos movimentos de deslocamento dos indivíduos e grupos no espaço social.

### 3. “O fardo dos vencedores”: mobilidade social e mal-estar

*“A classe é moralmente significativa, primeiro, porque afeta profunda e arbitrariamente o que as pessoas podem se tornar, fazer e ter” (SAYER, 2010a, p. 169).*

Filho de um pequeno comerciante e de uma artesão, Otávio é economista em uma corretora financeira de investimentos e representante gerencial desta na região nordeste. Em boa parte do tempo, ele está em escritórios e aeroportos se deslocando à trabalho entre capitais do nordeste e a cidade de São Paulo, matriz da corretora na qual atua há cerca de seis anos. Com um rotina intensa de viagens e apresentações, Otávio, porém, não reclama. Conta que viajar é algo que está no DNA de sua família, que desde muito cedo acompanhava o avô e o pai nas caravanas de comerciantes pelo interior da Bahia e Minas Gerais para negociar e adquirir as mercadorias e produtos para o comércio de sua família.

Otávio ressalta também que, já na graduação, estudou longe de casa. Aos 19 anos saiu do sul da Bahia para cursar economia em Salvador. Fez doutorado em Finanças Corporativas nos Estados Unidos, onde morou por dois anos. Bastante orgulhoso e entusiasmado ao discorrer sobre sua trajetória social e muito à vontade durante a entrevista, realizada em uma sala de reunião no andar no qual funciona a corretora em que atua, o economista, por outro lado, muda de semblante e humor quando o assunto passa ser o presente de sua carreira e suas expectativas profissionais. Ele afirma que, nos últimos tempos, sente-se estagnado e bloqueado em sua carreira, como que houvesse chegado a um ponto do qual dificilmente poderia ir além. E isso não porque teria alcançado o topo ou porque entendesse não ter mais o que oferecer para o mercado financeiro. Afinal, com apenas quarenta anos, Otávio, pode-se dizer, está longe do desfecho de sua carreira.

Sua frustração está ligada à percepção de subvalorização e de não-reconhecimento de sua capacidade e desempenho profissional. Otávio ressenete-se de não ter as mesmas oportunidades, posição e reconhecimento que outros de seus colegas. Particularmente, de não ser incluído ou cogitado para assumir a gestão dos investimentos em outros lugares, mais relevantes e estratégicos no país e fora dele. Com uma arguta sensibilidade sociológica a propósito dos marcadores e mecanismos de fechamento social entre grupos de elite, Otávio se questiona: *“(...) o que meus colegas possuem e eu não?*

*Um sobrenome bonito, um portfólio de amigos abastados, ter estudado nesta ou naquela escola, ser sócio do Paulistano<sup>66</sup>? Porque todo o resto eu tenho<sup>67</sup>.*

Ou seja, apesar das credenciais acadêmicas e profissionais que conquistou, o economista sente que é negligenciado e subestimado, que não é tratado com equidade e justiça. E isso, conforme sua própria percepção como sugere o trecho acima, por não compartilhar determinados significantes não-meritocráticos e características sociais e culturais distintivas e específicas de frações de classe bastante diferentes da sua origem social. Em um tom de desabafo e resignação, ele diz:

*Pessoas como eu precisam de muito esforço para chegar e permanecer neste escalão profissional. Eu sei. Mesmo assim, tenho momentos onde não sei o que estou fazendo aqui... porque se eu quiser o “topo” ao invés do “meio”, talvez o melhor seria arriscar. Sair, começar de novo. Penso nisso, esse pensamento fica na minha cabeça. É horrível estar nesta condição porque me sinto limitado por algo fora do meu controle. Otávio, 40 anos, economista.*

Otávio abraça, com paixão e convicção, a ideia de recompensas individuais por mérito<sup>68</sup>. Olha para si como alguém que abriu os próprios “*caminhos com minha competência*”. Com esse forte senso e compromisso de valorização do mérito pessoal enquanto sentido de justiça, de reconhecimento social e ideal de individualidade, Otávio se encontra diante de questões difíceis a propósito do que fazer para obter, conforme suas credenciais profissionais e o seu senso de valor pessoal, as oportunidades, a posição e o reconhecimento que julga ser merecedor. Por um lado, o economista cultiva uma expectativa por continuar ascendendo na carreira e, assim, sustentar e autoafirmar seu senso meritocrático de valor pessoal. Contudo, por outro, sua ambição pessoal e autoimagem de um indivíduo autossuficiente se chocam contra barreiras sociais e ocupacionais - uma espécie de “teto de classe” para aqueles não originários dos grupos das elites econômicas e culturais (FRIEDMAN; LAURISON, 2019) - sobre as quais ele tem pouca influência objetiva.

Com uma posição intermediária confortável, para Otávio se “arriscar” em novos ares, em empreendimentos pessoais, e a partir de algo que esteja mais sob o seu controle,

---

<sup>66</sup> O economista se refere ao Club Atlético Paulistano, um tradicional clube da elite de São Paulo fundado em 1900.

<sup>67</sup> Expressões em itálico sempre serão usadas, nesta tese, para indicar falas nativas e trechos ou expressões de entrevistas. As expressões entre aspas, por sua vez, indicam conceitos.

<sup>68</sup> Na terceira parte desta tese, dedicada às narrativas de justificação da ascensão social, Otávio é um dos interlocutores que ilustram a narrativa meritocrática da ascensão social como conquista individual.

leia-se mérito e esforço, significa também pôr em risco as condições que permitem a reprodução de sua posição social e das expectativas de continuidade de mobilidade de seu casal de filhos – no momento da entrevista, um deles está em preparação para cursar o ensino médio nos Estados Unidos. Da mesma forma, acomodar-se à situação profissional na qual se encontra em nome da segurança material e socioeconômica de seu futuro e de seus filhos significa pôr de lado princípios e compromissos de valor que ele estima como caros e importantes para definir o valor e o sentido de suas ações e de sua história pessoal.

A divisão e tensão entre aspirações e compromissos, entre expectativas e oportunidades, entre presente e futuro, marca fortemente a experiência de mobilidade social do economista e seu mal-estar vivido.

Se para Otávio o conflito que enfrenta envolve a questão de como continuar ascendendo em face das barreiras materiais e simbólicas de classe que o bloqueiam e o subvalorizam em uma imobilidade social que, embora asseguradora de uma condição segura e de um status intermediário, contradiz seu senso de valor pessoal baseado no mérito e autossuficiência, para a advogada Paula a questão principal que atravessa seus conflitos e dificuldades com sua ascensão social é outra. Para ela, trata-se, sobretudo, de manter em equilíbrio o suporte à família de origem e os projetos e demandas de desenvolvimento da carreira, uma questão que ela enfrenta ainda nos primeiros momentos de sua trajetória de ascensão social.

Atualmente uma advogada bem-sucedida em um escritório de renome, Paula no início de sua carreira jurídica, ainda como estagiária no tribunal de justiça, se viu, durante alguns anos, frente a uma situação social e familiar bastante ambígua do ponto de vista da mobilidade social. A transição entre o término de seu curso na universidade federal e sua entrada no mercado de trabalho da advocacia coincidiu com o processo de reestruturação econômica vivido pelo Brasil nos anos 1990, o qual, sob o modelo de ajuste, abertura e flexibilização da economia posto em marcha pelo Plano Real<sup>69</sup>, reordenou as relações de trabalho através de uma intensa mudança intraorganizacional

---

<sup>69</sup> O Plano Real foi um programa de estabilização monetária e de desindexação da economia brasileira implementado no final do governo Itamar Franco (1992-1995) com objetivo principal de reduzir e controlar a hiper-inflação, chaga econômica e social que assolava o país desde meados dos anos 1980. Além de medidas fiscais e orçamentárias, o Plano Real introduziu um novo padrão monetário, o real, promoveu uma maior abertura econômica com a redução de tarifas de importação, privatizações e políticas restritivas de acesso à crédito e financiamento.

das firmas, produzindo, entre outros desdobramentos para os trabalhadores, um grande número de desligamentos em diversos setores da indústria e de serviços<sup>70</sup>.

À época, o pai de Paula era bancário em uma instituição financeira privada e foi diretamente atingido pela introdução de novas práticas de trabalho da reestruturação produtiva, sendo demitido em meados de 1996, evento esse que a advogada retoma, por diversas vezes, no decorrer de sua entrevista para discorrer e contextualizar sobre alguns dos seus principais conflitos e dificuldades relacionados a sua trajetória social mas, também, para atribuir a esta última seus significados e valores mais fortes.

Paula, então, estava enredada entre dois movimentos opostos e simultâneos de mobilidade social. Ao mesmo tempo em que, por um lado, o seu horizonte pessoal de mobilidade social se expandia com perspectivas positivas de carreira e um crescente retorno material e de prestígio no próspero mundo da advocacia em direito empresarial, por outro, a jovem advogada assistia, com a demissão do pai, uma mudança drástica do status social e do padrão de vida de sua família. Decepcionado com a iniciativa privada, Paula conta que o pai aventurou-se em um comércio varejista que, porém, faliu em poucos anos, agravando ainda mais a situação financeira doméstica.

*Meu pai caiu em inúmeras dívidas quando fechou a loja; vendeu os dois carros, meus irmãos foram para a escola pública. E nossa casa, recém financiada, foi à leilão pelos atrasos. Foi inacreditável como tudo se desmanchou rapidamente. Fomos morar em um imóvel de um dos meus tios e, em alguns momentos, precisamos até de ajuda para a feira de mantimentos do mês. Paula, advogada, 48 anos.*

A promissora trajetória individual de mobilidade da advogada coincidia, em seus primeiros impulsos, com o declínio socioeconômico do núcleo doméstico e familiar do qual ela fazia parte. Sua satisfação profissional e otimismo com o seu futuro individual contrastavam, entretanto, com a frustração e o desalento preponderantes que pesavam sobre o seu pai e seus dois irmãos mais novos. A ascensão social de Paula naquele momento a colocava entre duas realidades contraditórias de mobilidade e a fazia se dividir, também, entre atitudes emocionais distintas e antagônicas. Como não poderia

---

<sup>70</sup> Para maiores detalhes sobre a reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990, as novas formas de trabalho implantadas e seus impactos sobre o mundo do trabalho e nas trajetórias ocupacionais dos trabalhadores, ver: CARDOSO, Adalberto. **Trabalhar, verbo transitivo**: destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001 e GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Caminhos Cruzados**. Estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores. Editora 34. São Paulo, 2004.

deixar de ser, durante esse período, ela afirma que seus sentimentos em relação a sua ascensão social eram profundamente ambivalentes e confusos:

*Parte de mim estava feliz e entusiasmada. Eu era uma garota recém formada e empregada em um bom escritório, participando e aprendendo com gente muito gabaritada e consolidada na advocacia! Um verdadeiro sonho para qualquer neófito em Direito. Só que havia raiva e culpa, eu sentia muita raiva e culpa, porque tudo parecia ir muito bem para mim, profissionalmente falando, porém, a situação do meu pai e irmãos afundava, e eu estava lá com eles, vendo-os todo dia.* Paula, advogada, 48 anos.

Além da ambivalência afetiva em que se via encerrada, Paula, na medida em que avançava em sua carreira como advogada, se debatia e se dividia entre outra duplicidade, a saber: a de demandas opostas de classe. Seu trabalho lhe exigia um alto investimento em si mesma. O que envolvia empregar recursos não somente para adquirir e incrementar habilidades e conhecimentos profissionais por meio de cursos e capacitações. Igualmente relevante e necessário, explica Paula, era investir tempo e dinheiro para preservar e ampliar contatos e realçar a autoapresentação e estética pessoal. O que, portanto, a obrigava a participar, com assiduidade, de certas atividades, como frequentar restaurantes exclusivos para reuniões de trabalho e com clientes, viajar para congressos e encontros empresariais, comprar roupas e sapatos caros, utilizar serviços estéticos e de embelezamento.

A advogada pontua, aqui, uma verdadeira transformação e reforma da aparência, maneiras e hábitos pela qual teve de passar para se inserir e participar do mundo das elites empresariais: *“Na advocacia de grandes empresas, custa caro conquistar e manter o seu espaço. Não é somente dinheiro, falo de energia, entrega pessoal, de tempo, de política. Tem de estar onde os clientes estão, acompanhar agendas sociais, atender convites”*.

No entanto, com o pai alternando desemprego e “bicos” e tendo dois irmãos em idade escolar, Paula também precisava atender demandas de outra natureza de classe. Afinal, recaía sobre ela, ainda com seus vinte e poucos anos, o atendimento das urgências materiais de sua família e a manutenção das perspectivas de mobilidade social de seus irmãos mais novos. Nesse sentido, para Paula, os recursos e as possibilidades que sua ascensão social começara a lhe abrir não estavam, inteiramente, à serviço apenas do desenvolvimento de sua carreira, a consolidação de seu futuro profissional ou da realização de outros projetos pessoais. Suas preocupações com a situação presente do pai – Paula temia que este mergulhasse em uma depressão ou em algum vício – e com o

futuro dos irmãos a fizeram adiar e riscar certos projetos pessoais, como sair de casa, casamento, pós-graduação no exterior.

Ao contrário de muitos de seus colegas profissionais, guarnecidos por uma situação de classe privilegiada contra as urgências materiais de suas famílias, Paula tinha de assumir compromissos práticos e responsabilidades forçosas com sua família que amargava um situação social vulnerável com a demissão do pai. Condição a qual a advogada não deixou passar despercebida quando compara as diferenças entre sua dedicação estressada e ansiosa com o desempenho no trabalho e a atitude mais despreocupada e confiante de alguns de seus colegas.

*Bem, eu tinha um emprego que não poderia perder de modo algum. Seria a ruína de vez. Então, isso estava sempre comigo. Enquanto meus colegas conversavam sobre viagens, ternos e sapatos, eu estava preocupada com contas e boletos. Por um tempo, porque eu estava sempre com ar tensa, com um franzido, as pessoas me perguntavam: “Você não se diverte?”. Paula, advogada, 48 anos*

Ou seja, a experiência de ascensão social de Paula, em seu início especialmente, encontrava-se sob a pressão de constrangimentos distintos de classe dos quais, de um modo ou de outro, ela não poderia escapar sem sérias consequências pessoais e relacionais. A ambivalência de estar e transitar entre dois mundos sociais percebidos como distintos e concorrentes é uma realidade compartilhada por muitos com trajetórias de mobilidade social, principalmente as de maior alcance no espaço social, e constitui para os atores um dos desafios subjetivos mais capitais ao qual eles devem responder. Paula resume sua situação como a de “*alguém que é puxada, a todo momento, por forças contrárias*”, mas que, à despeito disso, “*precisa e se movimenta para ambos os lados*”.

Enquanto para uns tal situação de ambivalência poderia resultar em uma sensação de estar preso no meio, isto é, como não pertencente e sem identificação com ambos os contextos de origem e destino do deslocamento social, Paula, contudo, quanto a isso, soube acomodar as contradições externas e internas que sua ascensão social produziu em sua experiência. E ela fez, sobretudo, através de duas estratégias: primeiro, significar sua própria ascensão social como uma maneira de reconstruir um status e posição sociais “perdidos” por sua família, em particular o de seu pai em razão da demissão deste como bancário<sup>71</sup>; e, segundo, uma estratégia de não-assimilamento ao mundo das elites do qual

---

<sup>71</sup> Ironicamente, a reconstrução material e simbólica desse status e posição pela advogada se deu através de uma carreira exitosa no seio da defesa jurídica do patronato e das elites econômicas – paradoxo que não é

passou a fazer, profissionalmente, parte. Para Paula, isso envolveu tomar algumas decisões pessoais específicas e variadas, como residir próximo ao pai e irmãos, permanecer com a família em eventos de festividades ao invés de privilegiar convites privados externos, a escolha de uma escola e de atividades socialmente mais comprometidas e diversas para a filha e o filho<sup>72</sup>.

A brusca experiência de mobilidade social negativa experimentada por seu núcleo familiar, com seus intensos efeitos de agravamento da instabilidade e da incerteza, está no cerne da narrativa da advogada, isto é, na maneira pela qual Paula buscou tornar a história de sua trajetória social coerente, significativa e dotada de valor. Negociando a distância e definindo fronteiras para não ser vista nem se tornar como um “deles”, a advogada encontrou, assim, uma forma de ajuste mútuo entre a ambivalência de estar entre movimentos de deslocamento social opostos e entre os contextos de classe distintos. Desse modo, a jovem advogada imbuía-se de um sentido de missão e propósito e revestia sua experiência de mobilidade social de valor e significado moral

Outros interlocutores também relataram circunstâncias semelhantes em que a mobilidade ou imobilidade social de outros significativos, geralmente irmãos, irmãs e amigos de infância da vizinhança, constitui um problema incômodo e relevante para eles. A relação desencontrada e adversa entre uma rápida ascensão social com as trajetórias sociais de imobilidade de outros familiares e amigos é algo presente nos relatos do engenheiro químico Ricardo. Sua mobilidade social e profissional o conduziu a uma condição de duplo distanciamento em relação ao meio de origem: um distanciamento social e um distanciamento geográfico.

Oriundo de uma família em que os pais não terminaram o ensino fundamental, a trajetória de ascensão social de Ricardo se distingue pelo alcance e a velocidade com que ocorreu. Atualmente com trinta e quatro anos, Ricardo cresceu em um típico bairro de comércio popular na cidade do Natal, filho de um sapateiro com uma cozinheira. Seu

---

ignorada pela interlocutora, e que ela parece querer compensar, e demarcar como uma fronteira moral entre ela e estas últimas, ressaltando suas posições críticas em relação à frivolidade, ao esnobismo e ao isolamento social dessas elites e destacando suas convicções políticas como “progressistas” e orientadas pela “justiça social”.

<sup>72</sup> Apesar de sua condição econômica, Paula diz que preferiu que seus dois filhos não estudassem nas escolas mais caras e tradicionais da cidade. Ela conta que priorizou em sua escolha escolar para os filhos estabelecimentos com uma maior diversidade social. Por isso, assim explica, ela sempre procurava saber sobre a existência de uma política de bolsas estudantis, projetos sociais e de extensão, perfil dos estudantes e professores. Atualmente, um dos seus filhos é estudante do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, uma instituição que reserva metade das vagas de seus cursos para estudantes oriundos das escolas públicas.

núcleo familiar conta com mais duas irmãs mais velhas e um irmão mais novo. Com um intenso investimento pessoal na ascensão pelos estudos, tornou-se doutor em engenharia química aos vinte e oito anos e, mesmo jovem, desfruta de uma posição profissional vantajosa e de destaque como principal responsável pelo gerenciamento dos processos em uma indústria de polímeros. Casado, mora atualmente em um condomínio de apartamentos em Nova Parnamirim, região da grande Natal que, na última década e meia, se notabilizou como uma área de efervescência e expansão imobiliária no mercado residencial de classe média.

Ricardo sente-se orgulhoso de seu sucesso acadêmico, profissional e material. Em contrapartida, ele reconhece que este lhe trouxe mudanças e contradições que afetam seu bem-estar e relação com sua família e amigos de infância: *“Eu tenho uma vida confortável, me sinto bem com tudo o que tenho e conquistei... só que, algumas vezes e em algumas situações, não estou bem comigo mesmo, apesar de ter tudo o que preciso?!”*. O engenheiro sente que sua trajetória improvável e rápida de ascensão social sacrificou as relações com sua família.

Por um lado, o engenheiro desfruta de uma situação socioeconômica percebida como materialmente gratificante e bem-sucedida. Contudo, a realização alcançada “externamente”, na forma de posicionamento socioeconômico, bens, diploma, condições profissionais, contrasta com um mal-estar “interno”. Quer dizer, uma realidade “subjéctiva” sentida como pessoalmente insatisfatória, desconfortável e perpassada por conflitos internos de autoestima e autoconfiança que, em muitas ocasiões e momentos de sua vida, o levam a pôr em dúvida seu merecimento e valor pessoal:

*Às vezes eu sinto que tudo foi muito rápido, independência financeira, apartamento, roupas, sentir-se folgado e confortável. Isso me aperreia, às vezes. Fico pensando se me esforcei o suficiente para merecer isso, parece que às vezes não mereço, fico mal comigo, tenho até crise de pânico quando olho o apartamento, minha vida, o que tenho, quando penso na minha situação e vejo meus amigos, meus primos, minha irmã, por que mereci isso tão rápido? Ricardo, engenheiro químico, 34 anos.*

A relação de Ricardo com sua trajetória de ascensão social é marcada por uma defasagem entre a mobilidade social vivida como realidade “objetiva” e a mobilidade social vivida como realidade “subjéctiva”. Como outros interlocutores nesta pesquisa, Ricardo relata a ambivalência e a fratura que o deslocamento no espaço social introduz na experiência dos atores, conformando, muitas vezes, atitudes e experiências emocionais opostas e antagônicas dirigidas à objetividade (condições materiais) e à subjéctividade

(relação consigo) do bem-estar pessoal<sup>73</sup>. Fazer coincidir uma e outra é um dos desafios e esforços mais cruciais do trabalho subjetivo e relacional dos atores socialmente móveis.

Juntamente com a velocidade de seu deslocamento social, a comparação e o grande contraste entre sua trajetória social e as de pessoas próximas e significativas são uma dos fatores produtores do desconforto e das inquietações pessoais do engenheiro com sua ascensão social. Com sua concentração na carreira e nos estudos, Ricardo conta que seu círculo de amigos e de interesses fecharam-se em torno do seu novo ambiente social e profissional. O engenheiro comenta que já na universidade notava não conseguir compartilhar e discutir suas experiências e novos interesses com seus amigos e familiares. Julgava que seria algo especializado demais, desinteressante ou simplesmente fora do alcance e da realidade deles: *“Eu me afastei. Na maior parte do tempo, eu, meus antigos amigos e familiares não estávamos nos mesmos lugares, não fazíamos o que por tantos anos fizemos juntos”*.

A consciência da crescente distância em relação ao seu ambiente social original, notada por Ricardo, inicialmente, através das diferenças de preferências e práticas entre ele e seus familiares e amigos, se amplia e se aprofunda para abarcar aspectos mais complexos. Para exemplificar a lacuna que se abriu entre ele e seus pais e amigos de antes, Ricardo menciona as reações apáticas e genéricas destes quando ele, então um entusiasmado estudante de engenharia química, tentava, sem sucesso, transmitir a realização e o valor que significava ser aprovado em tal matéria na universidade ou ter um artigo aprovado em um congresso ou periódico internacional: *“(...) simplesmente eles não entendiam, era tipo, ‘legal, parabéns, vamos mudar de assunto’*.

O acúmulo de experiências como as citadas e a abertura crescente de Ricardo para novas preferências, interesses e ideias levaram o engenheiro químico a sentir-se como alguém cada vez mais deslocado e se isolando de suas origens familiares e sociais, culminando em uma relação de estranhamento e de não-identificação com estas. A maneira como Ricardo descreve a situação atual de seus amigos dos tempos em que vivia

---

<sup>73</sup> Tal ambivalência emocional é típica de camadas que lograram uma condição de privilégio de maior “distância da necessidade” (BOURDIEU, 2008a). Ela é também sugestiva de entendimentos ontológicos e culturais do *self* que o dotam de dimensões de profundidade e interioridade (TAYLOR, 1997), assim como, juntamente com as emoções, concebem o *self* enquanto uma instância particular do sujeito que dispõe de certa autonomia existencial em relação ao mundo externo e sua objetividade. Um ponto interessante a se explorar em pesquisas sobre a experiência vivida de mobilidade social consiste em como esta transforma e altera sentidos e entendimentos do *self* e quais são as implicações de tal processo para os indivíduos.

no bairro de seus pais ilustra contundentemente o tamanho da lacuna social e o estranhamento que o engenheiro percebe que sua trajetória de mobilidade gerou entre seu mundo de origem e o seu mundo atual:

*Os meus amigos, eu posso contar a situação de alguns que tinha um pai que tinha um comerciazinho, ou tinha alguma coisa que trabalhava por conta própria, eles acabaram assumindo a função dos pais, morando na mesma casa, às vezes, situações de amigos e até mesmo de familiares que trabalham em empregos... quase desumanos de certa forma, trabalham de domingo a domingo, certo? Ricardo, engenheiro químico, 34 anos.*

Assim como muitos de seus amigos de infância, Ricardo enxerga as irmãs como pessoas que não progrediram social e economicamente. Elas ocupam posições precárias no mercado de trabalho, oscilando entre informalidade, desemprego e postos formais mal remunerados. Atualmente, uma das irmãs do engenheiro químico é operadora de caixa em um supermercado e continua a residir no bairro onde ela e Ricardo cresceram. Em sua entrevista, ao discorrer sobre as várias diferenças entre sua vida atual e a vida de suas irmãs e de seus amigos de bairro, o engenheiro químico sublinha que elas abrange até mesmo contrastes no modo de ser e pensar. O engenheiro entende sua mobilidade social como resultando em uma ampliação e enriquecimento de sua perspectiva de mundo ao passo que a imobilidade social das irmãs e amigos de bairro significaria manter-se em uma realidade de perspectivas “limitadas” e inerciais.

*(...) os amigos de infância, até mesmo porque, eu não sei nem se eu posso afirmar isso, mas, de certa forma, temos visões diferentes da vida. Quando você só viveu no mesmo bairro, ali com as mesmas pessoas, com a vida parecida com a sua, você é pouco exigente, seu universo é limitado, suas ambições são limitadas... as visões são um pouco semelhante entre si. Eu segui outros caminhos, distantes dos meus amigos de rua e escola, e que me tornaram uma pessoa totalmente diferente do que eu era na adolescência. Boa parte deles (amigos) conservaram o que eram na personalidade e a forma de pensar que eles já tinham na adolescência. Ricardo, engenheiro químico, 34 anos.*

Para Ricardo, essas diferenças lhe trouxeram alguns atritos com seus familiares, mãe e irmãs especificamente, e que exprimem as lacunas de entendimento que se abrem entre os socialmente móveis e os seus parentes e amigos de seus contextos de origem social. Atritos que, recorrentemente, são retomados, conforme Ricardo, em encontros e visitas familiares e que dizem respeito tanto à aspectos mais salientes de suas decisões e projetos pessoais à aspectos banais da vida diária. Um dos exemplos que o engenheiro menciona é sua decisão em comprar um apartamento do outro lado da cidade, em um bairro na parte sul da região metropolitana de Natal enquanto sua mãe e irmãs moram na

zona norte da capital. De acordo com o engenheiro, sua mãe e irmã se opuseram e o criticaram afirmando que a “família precisa estar perto” e de que ele não precisaria ir morar longe, ainda mais para viver em um apartamento pequeno quando poderia comprar uma casa ampla no mesmo bairro em que estão os seus familiares.

Outro exemplo que Ricardo recorre para ilustrar os pequenos atritos relacionais cotidianos tem a ver com o que entende como uma falta de entendimento e respeito por parte de seus familiares quanto à natureza de seu trabalho. O engenheiro conta que, em muitas ocasiões, ele é demandado, com urgência, por sua mãe e irmãs para resolver alguma situação ordinária, como ir com elas ao banco, se disponibilizar com o carro para transportar algo para suas casas ou comparecer em algum evento comemorativo familiar. Ricardo apressa-se para justificar que não é o ato em si o que o incomoda, e sim uma atitude de incompreensão com respeito ao seu trabalho, de que ele estaria apenas “estudando” em casa. *“Minhas irmãs e alguns primos ficam sem entender se eu digo: não posso, tenho que estudar. Eles falam: ‘você não já é formado e empregado, por que ainda tem que estudar desse jeito!?’”*, diz Ricardo, com um sentimento de frustração.

Se, para alguns o distanciamento é vivenciado como algo negociado e, até mesmo deliberado, para outros, por sua vez, é algo involuntário. No caso de Ricardo, como já dito, o distanciamento deriva das transformações materiais e culturais que sua trajetória de mobilidade escolar e profissional produziram em sua vida, engendrando uma crescente lacuna entre o seu mundo de partida e o seu mundo de chegada.

O engenheiro químico sintetiza bem a experiência de sentir-se estranho entre seus familiares, a qual atinge principalmente as pessoas com trajetórias de ascensão social de maior alcance. Muitas delas, como Ricardo, sentem que não se encaixam como antes em seus contextos relacionais de origem. Não partilham mais das mesmas maneiras de categorizar e vivenciar o mundo. Percebem-se mesmo como em oposição aos modos de ser e pensar de suas famílias e comunidades de origem, enfrentando, inclusive, dificuldades para o engajamento e entendimento em interações mais banais, como a conversação. O que é bastante árduo e negativo para os indivíduos porque o esgarçamento das conexões de identificação e pertencimento familiar e comunitário não é algo facilmente compensado pelas novas e mais recentes relações advindas dos contextos sociais de destino. As novas conexões afetivas e relacionamentos não substituem ou suplantam automaticamente as do passado, de modo que, não raro, o sentimento de

orgulho pessoal com a própria ascensão social convive com uma dolorosa separação relacional e, por isso, com uma profunda sensação de perda que conduz, muitas vezes, a questionamentos de identidade nos quais a dúvida e a insegurança sobre quem se é e o lugar que de fato se pertence tornam-se sentimentos perenes.

Os relatos de Otávio, Paula e Ricardo introduzem algumas das principais tensões e dificuldades que a experiência de mobilidade social ascendente pode provocar para os atores. Eles ajudam a ilustrar a natureza diversa dos conflitos vividos por aqueles que ascendem socialmente, os distintos domínios práticos e relacionais da experiência dos atores em que tais conflitos ocorrem e os diversos pontos e momentos ao longo da trajetória social nos quais estes podem irromper.

No entanto, para além dessas primeiras e relevantes constatações, os relatos Otávio, Paula e Ricardo apresentam a ideia central desta tese, qual seja: a mobilidade social é vivida enquanto uma experiência afetiva e moralmente controversa e difícil. Seu mal-estar deriva exatamente da experiência dessa condição afetiva e moral problemática em que os atores com trajetórias de deslocamento social se veem enredados para lidar com afetos, compromissos, situações e conflitos contraditórios e com forte conteúdo normativo e classificador.

Em outras palavras, ascender socialmente significa enfrentar questões, emoções, contradições e impasses que tocam expectativas e preocupações normativas caras aos atores em relação ao valor e ao sentido de suas histórias de vida, identidades, qualidades pessoais e relacionamentos. As “feridas ocultas” da mobilidade social apontam, portanto, para um pano de fundo afetivo que é também, em grande medida, um pano de fundo moral.

### **3.1 O mal-estar como “momento crítico”: uma perspectiva pragmática**

O mal-estar ligado ao deslocamento social relatado pelos atores não é apenas sentido. Como uma problemática existencial (LAHIRE, 2010), uma fonte unificadora e ordenadora mais ou menos constante e transversal dos principais conflitos e dilemas pessoais dos atores, ele é objeto de uma sondagem reflexiva e avaliativa destes, sendo inclusive inserido nas narrativas e senso de identidade dos atores. Isso porque o mal-estar, como se pode observar nos relatos de Otávio, Paula e Ricardo, não ocorre e não é

experimentado unicamente na forma de afetos, em uma sua acepção estrita de desconfortos e incômodos sensoriais e corporais não-racionalizados.

Quando olhamos mais de perto os conflitos vividos e as dificuldades relatadas pelos interlocutores em relação às suas trajetórias de ascensão, nota-se que o mal-estar de sua mobilidade social está estreitamente atrelado à decisões e situações cotidianas que são, a um só tempo, por eles sentidas, ponderadas, refletidas e significadas como problemáticas e inquietantes em razão, entre outros aspectos, dos conteúdos e desdobramentos normativos, relacionais e pessoais que carregam e implicam. Como demonstram Luc Boltanski e Laurent Thévenot em seus diversos trabalhos (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999; 2006; BOLTANSKI, 2011), o mundo social é feito de diversas situações que demandam dos atores esforços e engajamentos para justificar suas ações e fazer frente a certas dificuldades, controvérsias e rupturas em sua vida diária. A experiência de mobilidade social é assumida aqui como uma dessas situações problemáticas para os atores.

A mobilidade social pode vir acompanhada, portanto, de questões e desafios que são afetivas e normativamente sensíveis e densas para os atores, diante das quais eles sentem-se impelidos a responder e enfrentar no curso de suas interações e atividades cotidianas. Por exemplo, no caso de Otávio, percebe-se seu dilema entre acomodar-se a uma situação profissional estagnada, assegurando segurança material e boas perspectivas de futuro para os seus filhos, ou arriscar-se social e profissionalmente em nome de uma realização substantiva para manter-se coerente com compromissos de valor individualistas e meritocráticos por ele estimado. Com a advogada Paula, trata-se, principalmente, de responder e tomar decisões com respeito à conciliação entre projetos e demandas pessoais e profissionais frente às necessidades e obrigações de solidariedade com sua família ou, então, de encontrar o seu lugar no mundo das elites econômicas sem perder sua identificação e pertencimento com seu ambiente de origem. E, para o engenheiro Ricardo, lidar com o isolamento e o estranhamento que o contraste e o distanciamento entre sua situação social e a dos seus familiares e antigos amigos produziram em sua interação com estes sem, por isso, sentir-se não merecedor de suas realizações materiais, acadêmicas e profissionais.

A ascensão social se coloca, portanto, para os atores como uma recursiva e problemática experiência subjetiva e relacional que lhes demanda, com alguma

regularidade, lidar com e significar mudanças, atritos, dificuldades e dilemas que suas trajetórias de deslocamento de classe lhes impõe. Ela é, nesse sentido, uma experiência subjetiva e social que expõe os atores, com certa frequência, a vivenciar “momentos críticos” (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006) e o desencaixe de determinadas situações sociais e pessoais em que eles precisam, em diferentes universos sociais da prática, como família, trabalho, estilo de vida, subjetividade, negociar, revisar, enfrentar e reordenar determinadas exigências, pressuposições, compromissos e concepções com sérias repercussões sobre seus sentidos de si, relacionamentos e bem-estar.

Sob essa perspectiva, a análise da experiência de mal-estar da mobilidade social requer um modelo e aparato conceitual apto e orientado à levar à sério a atividade reflexiva e normativa das pessoas comuns em suas ações performativas para interpretar, lidar e se ajustar à situações problemáticas que abalam e tensionam sua experiência cotidiana de envolvimento no e com o mundo (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999). Convém se aproximar e dialogar com uma sociologia preocupada com a normatividade da ação social e que, por isso, não se furta em reconhecer a competência e a legitimidade dos atores para desenvolver uma relação reflexiva e crítica com a realidade em que estão inseridos. Isso significa considerar que as pessoas comuns, em suas vidas diárias, se engajam em uma atividade axiológica reativa e produtiva, que elas são “agentes competentes”, capazes de interpretar e dar sentido ao mundo ao seu redor, à suas ações, interações e experiências sociais (BOLTANSKI; THEVENOT, 2006; LAMONT, 2000) e, dessa maneira, distinguir “entre o que é o bem e o que não é o bem (para eles)” (WERNECK, 2013, p. 713).

Mais ainda: uma sociologia que tenha por objeto privilegiado exatamente as situações vividas concretas em que os atores tem de enfrentar rupturas, instabilidades e mal-estar na experiência ordinária e em seus modos de ver e avaliar o mundo. É a partir dessas situações em que a ação ordinária se confronta com empecilhos, falhas e dilemas que o “conhecimento do ator”, quer dizer, de suas competências interpretativas e reflexivas e de suas preocupações normativas, pode ser sociologicamente apreendido e examinado (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006, p. 349).

Sem descurar da identificação e descrição dos custos pessoais e das “feridas ocultas” da mobilidade social, marca e principal contribuição da literatura contemporânea com respeito às consequências pessoais da mobilidade social (PAYNE; LAWLER, 2018),

a sociologia pragmática da crítica (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999) oferece uma compreensão teoricamente orientada para explorar as dimensões morais dessas “lesões e feridas ocultas” da mobilidade social, tratando-as enquanto a expressão, nos atores e em suas ações, de suas preocupações normativas e de crises, problemas e tensões que as atingem, põem em questão e desestabilizam o ajustamento de sua experiência cotidiana com os outros e consigo mesmo.

Assim como a praxeologia de Bourdieu, considero que a sociologia pragmática da crítica de Boltanski e Thévenot<sup>74</sup> também permite analisar o deslocamento de classe, do ponto de vista dos atores, como uma experiência de crise, tensão e provação pessoal. Ainda que, como se verá no decorrer da discussão, com alguns pontos frágeis e necessidade de calibrar a abordagem para outras escalas e aspectos desse tipo de experiência, ela aporta importantes contribuições, especialmente no que diz respeito a apreensão e tratamento dos aspectos normativos da experiência de classe e de mal-estar da mobilidade social sem transformá-los ou submetê-los, em última instância, em categorias de perseguição de interesses e de dominação estratégica.

Assim como sociólogas e sociólogos mais recentes tem insistido e defendido (LAMONT, 2000; ABEND, 2008; SAYER, 2011;), a sociologia pragmática da crítica concorda que as lógicas de valores importam bastante para os mais diversos aspectos da vida cotidiana e das relações dos atores. Do mesmo modo, ela considera os atores como seres capazes e que executam avaliações qualitativas e interpretações normativas acerca do que se sucede com eles e das situações sociais nas quais estão inseridos.

---

<sup>74</sup> Resumidamente, seu programa teórico-metodológico pode ser definido como um prolongamento crítico e de ruptura em relação à alguns pressupostos básicos da chamada tradição da sociologia crítica, em especial a bourdieusiana: 1) à premissa determinista de explicação da ação por uma estrutura prévia de relações objetivas de poder (espaço social e campos) e de esquemas incorporados de comportamento (*habitus*), a sociologia pragmática da crítica opõe e enfatiza a natureza contingente e instável do social e da ação através dos acordos normativos e cognitivos provisórios e revisáveis que os atores constroem, avaliam e transformam para sustentar e criticar a ordem social segundo uma pluralidade de princípios de valor e justiça; 2) uma maior orientação para as condições de mudança e produção do mundo social ao invés da questão de sua reprodução e manutenção no tempo e espaço; 3) a superação do princípio da não-consciência da ação, do caráter irrefletido das práticas e da hierarquia entre a capacidade crítica dos especialistas e dos atores leigos em favor do reconhecimento da competência reflexiva e crítica destes últimos, ou seja, afirmação do princípio da simetria e da reflexividade; e, finalmente, 4) considerar seriamente os motivos morais dos atores e os princípios normativos mobilizados por eles como instâncias de explicação causal e fontes sociológicas próprias e positivas de constituição e transformação da realidade social e de suas relações, instituições e conflitos em vez de, simplesmente, epifenômenos negativos de mascaramento, distorção e legitimação de relações estratégicas de poder e dominação, tal como sugerem conceitos como *ilusão*, poder simbólico e violência simbólica (BOLTANSKI, 2011; BOLTANSKI; THEVENOT, 1999; 2006).

No entanto, embora compartilhe os pressupostos da cotidianidade e da agência no tratamento da relação dos atores com a moralidade, a perspectiva pragmática da crítica se singulariza entre as abordagens sociológicas contemporâneas dos valores, entre outros motivos, pelo seu ponto de partida conflitual, que não se limita ao diagnóstico da pluralidade axiológica do mundo moderno (TAYLOR, 2010; WEBER, 2011; BERGER, 2017), sendo, sobretudo, uma premissa teórico-metodológica para apreender e estudar o papel e a dinâmica dos valores na experiência, relações e ações humanas.

Em vez de analisar as estruturas e os sistemas prévios que condicionam os sentidos da ação, as relações sociais e a constituição subjetiva dos atores em um mundo social já objetivamente configurado e recortado, ela se volta, com efeito, para as competências cognitivas, reflexivas e normativas que pessoas mobilizam para resolver uma situação problemática, afirmando, contestando, alterando ou destituindo ordens de valor. Trata-se, então, de acompanhar, explicitar e descrever essas competências no seio da própria ação dos atores em situações de disputa e controvérsia (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006).

A questão principal colocada é a seguinte: como os atores resolvem as disputas e atingem convencimento e concordância sobre o que “importa” diante da pluralidade de recursos, regras e meios existentes por meio dos quais eles podem definir e ajustar ditas situações de disputas e desacordos? Isto é, sobre a validade, a pertinência e a legitimidade de questões relevantes de seus mundos sociais. Tal objetivo passar por identificar sob quais parâmetros e critérios, entendidos como princípios de justiça ou “grandezas”<sup>75</sup>, as pessoas agem para questionar e definir o valor, a equivalência e a legitimidade de certas ações, pessoas, objetos e relações em uma dada situação e ordem de atividades e, também, quais são as regras, dispositivos e critérios que sustentam a eficácia de suas performances e justificações para obter convencimento e consenso (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006).

---

<sup>75</sup> Para sistematizar as diferentes possibilidades de sentidos de justiça e dos critérios normativos de fundamentação da crítica e justificação, Boltanski e Thévenot (2006, p.13) recorrem à concepções genéricas consagradas da filosofia política e moral do Ocidente para identificar e distinguir alguns modelos axiológicos gerais e típicos de bem comum que orientam, como princípios históricos-sintéticos e institucionalizados nas sociedades modernas, a tomada de posição e os modos de justificação postos em prática pelos atores em situações de contestação, desacordo e denúncia. Os autores chamam esses modelos orientadores de justiça pelo nome de “cidades” (*cités*) ou “ordens de valor ou grandezas”, os quais não obedecem um número determinado e fechado, embora não sejam, por outro lado, infinitos. Eles são construções variadas e dinâmicas em que cada qual possui uma “gramática moral” específica, isto é, um tipo de vocabulário e de regras normativas particulares. Para maiores detalhes a respeito e sobre sua tipologia ver Boltanski e Thévenot (2006) e Boltanski e Chiapelo (2009).

Tomo de empréstimo, então, uma noção muito cara à sociologia pragmática da crítica de Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1999; 2006), a saber: a noção de “momentos críticos”. Com ela, os dois sociólogos franceses visam trazer para a investigação sociológica o caráter problemático e controverso das situações de ação e interação. “Os momentos críticos” referem-se às situações da vida social nas quais os atores percebem que algo não está correto e que, por isso, e suspendendo ação rotineira presente, exigem deles um engajamento em uma atividade crítica, isto é, de reflexão, avaliação e justificação das ações, dos objetos e das relações nas quais estão envolvidos<sup>76</sup>, para, assim, retomar uma estabilidade aceitável e adequada (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999).

A sociologia pragmática da crítica convida a prestar atenção às maneiras pelas quais os atores respondem às situações controversas da vida social<sup>77</sup> e aos seus esforços, diante das tensões e desafios que estas implicam, para construir acordos justos e de entendimento entre si que reestabilizem suas interações e rotinas (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006). Assim como sociólogas e sociólogos mais recentes tem insistido e defendido (LAMONT, 2000; ABEND, 2008; SAYER, 2011;), a sociologia pragmática da crítica concorda que as lógicas de valores importam bastante para os mais diversos aspectos da vida cotidiana e das relações dos atores.

Em seu modelo teórico, Boltanski e Thévenot (2006) defendem que os atores dispõem de competências e recursos para poder orientar-se no mundo, compreender sua ação e posição no mundo, assim como também de agir junto e em coordenação com outros. Os atores possuem a capacidade de reconhecer a natureza de uma situação e de definir as propriedades e entidades que lhes importam nesta, reagindo às representações das ações (BOLTANSKI, 2011, p. 3) e mobilizando para isso, reflexiva e

---

<sup>76</sup> A noção de “momentos críticos”, como é possível concluir pelos próprios termos da expressão construída pelos autores, abarca, na mesma definição, a eventualidade da situação e a natureza do tipo de atividade realizada pelo ator, isto é, a de pôr algo em questão. Outras características dos “momentos críticos”, segundo os autores, são que eles ensejam na ação dos atores: distanciamento do presente, movimento reflexivo interior, quebra do curso da ação, performance no mundo exterior e coordenação (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999, p. 359).

<sup>77</sup> Para dar conta dos diferentes modos de ação e ajustamento, isto é, das formas variadas e suas regras específicas pelas quais os atores se relacionam e se engajam com o mundo, entre si, com as coisas e com a definição da situação, Boltanski e Thévenot elaboraram os conceitos de “regimes de ação” e “regimes de engajamento”. Para maiores detalhes de suas variações e tipologias específicas, assim como das diferenças sutis entre ambos os conceitos ver, respectivamente: BOLTANSKI, Luc. **Love and Justice as Competences**. Malden. Polity Press, 2012 e THÉVENOT, Laurent. **La acción en plural**. Una introducción a la sociología pragmática. Buenos Aires: Siglo XXI.

pragmaticamente, certas orientações axiológicas e normativas gerais de justificação. Eles são capazes e executam avaliações qualitativas e interpretações normativas acerca do que se sucede em suas interações e das situações sociais nas quais estão inseridos.

A partir dessa premissa, Boltanski e Thévenot pretendem enfatizar que a crítica, enquanto uma prática reflexiva e normativa de avaliação e contestação da validade e legitimidade de uma dada realidade e estado de coisas, é uma atividade social e intersubjetiva ordinária, integrante do cotidiano das pessoas e presente em sua ação, e não um privilégio moral ou profissional exclusivo de uma categoria de especialistas (BOLTANSKI; THEVENOT, 2006). A prática da crítica é, nesse sentido, realizada também pelas pessoas comuns na relação engajada destas com o mundo em que vivem.

Embora compartilhe os pressupostos da cotidianidade e da agência no tratamento da relação dos atores com a moralidade, a perspectiva pragmática da crítica se singulariza entre as abordagens sociológicas contemporâneas dos valores, entre outros motivos, pelo seu ponto de partida conflitual, que não se limita ao diagnóstico da pluralidade axiológica do mundo moderno (TAYLOR, 2010; WEBER, 2011; BERGER, 2017), sendo, sobretudo, uma premissa teórico-metodológica para apreender e estudar o papel e a dinâmica dos valores na experiência, relações e ações humanas. Em vez de analisar as estruturas e os sistemas prévios que condicionam os sentidos da ação, as relações sociais e a constituição subjetiva dos atores em um mundo social já objetivamente configurado e recortado, ela se volta, com efeito, para a como as pessoas mobilizam competências diversas para resolver uma situação problemática, afirmando, contestando, alterando ou destituindo ordens de valor, para produzir um acordo que reestabeleça a situação e a interação a sua dimensão rotineira e habitual (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006).

A questão principal colocada torna-se, então, a seguinte: como os atores resolvem as disputas e atingem convencimento e concordância sobre o que “importa” diante da pluralidade de recursos, regras e meios existentes por meio dos quais eles podem definir e ajustar situações de disputas e desacordos? Isto é, sobre a validade e a legitimidade de questões relevantes de seus mundos sociais. Tal objetivo passa por identificar sob quais parâmetros, entendidos como princípios de justiça ou “grandezas”<sup>78</sup>, as pessoas agem para

---

<sup>78</sup> Para sistematizar as diferentes possibilidades de sentidos de justiça e dos critérios normativos de fundamentação da crítica e justificação, Boltanski e Thévenot (2006, p.13) recorrem à concepções genéricas consagradas da filosofia política e moral do Ocidente para identificar e distinguir alguns modelos axiológicos gerais e típicos de bem comum que orientam, como princípios históricos-sintéticos e institucionalizados nas sociedades modernas, a tomada de posição e os modos de justificação postos em

questionar e definir o valor, a equivalência e a legitimidade de certas ações, pessoas, objetos e relações em uma dada situação e ordem de atividades e, também, quais são as regras, dispositivos e critérios que sustentam a eficácia de suas performances e justificações para obter convencimento e consenso (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006).

Como se pode notar, os dois sociólogos franceses reclamam um papel vital para a participação e competências dos atores na constituição, reprodução e mudança da vida social. Eles acentuam, também, a relação das ações com a incerteza e a indeterminação dos seus resultados e produtos enquanto um dado fundamental da experiência dos atores com o mundo social<sup>79</sup> (BOLTANSKI, 2011, p. 43-4). E a incerteza, como se verá com mais clareza nos próximos relatos, é algo que os atores socialmente móveis lidam frequentemente e que, para eles, possui repercussões afetivas, biográficas e normativas.

As pessoas comuns não ignoram as implicações normativas da convivência humana e dos arranjos práticos e morais que a sustentam e a organizam. Pelo contrário, Boltanski e Thévenot sustentam que questões de justiça, validade e legitimidade são questões com as quais as pessoas se importam e valorizam intensamente nos mais diferentes âmbitos de suas existências (família, trabalho, relações amorosas, política, comportamentos). Conforme os dois sociólogos franceses, os atores comuns sabem e reconhecem que as relações sociais são relações normativas, e que estas são, muitas vezes, conflitivas em matéria de princípios, valores e normas. Por isso, em seu cotidiano, eles são confrontados com situações em que devem avaliar quais decisões e ações são apropriadas. Para tal, os atores submetem-nas à determinados testes ou provas (*épreuves*)<sup>80</sup>, exigindo a discussão de critérios de verificação e comprovação, quando percebem que há nas situações e nas convenções que as organizam algum tipo de

---

prática pelos atores em situações de contestação, desacordo e denúncia. Os autores chamam esses modelos orientadores de justiça pelo nome de “cidades” (*cités*) ou “ordens de valor ou grandezas”, os quais não obedecem um número determinado e fechado, embora não sejam, por outro lado, infinitos. Eles são construções variadas e dinâmicas em que cada qual possui uma “gramática moral” específica, isto é, um tipo de vocabulário e de regras normativas particulares. Para maiores detalhes a respeito e sobre sua tipologia ver Boltanski e Thévenot (2006) e Boltanski e Chiapelo (2009).

<sup>79</sup> Para um balanço de outras pressuposições teóricas e metodológicas da sociologia pragmática francesa em geral, da qual Boltanski e Thévenot representam dois dos principais expoentes mas não os únicos, ver a didática e sistemática resenha do livro *La sociologie pragmatique*, de Cyril Lemieux, realizada por: MICHETTI, Miqueli. Périplos norte-atlânticos da sociologia contemporânea: a sociologia pragmática. **Revista Sociologias** (UFRGS), v. 21, p. 1-15, 2019.

<sup>80</sup> Existem “provas de força” e “provas de grandeza”. As primeiras tratam da definição de uma ordem ou distribuição em termos dos diferenciais de força sem maiores preocupações normativas a respeito. As segundas, por sua vez, definem-se exatamente por questões e pretensões normativas e de legitimidade das condições, meios e fins da definição das grandezas (BOLTANSKI; CHIAPELO, 2009, p. 66-7).

problema, alteração ou desajuste inesperado, indesejável, incômodo ou incoerente (BOLTANSKI, 2011, p. 25).

Em certo sentido, é o que se passa com muitos de nossos interlocutores. O mal-estar vivenciado com a mobilidade social pode ser interpretado como uma resposta avaliativa e uma tentativa de ajuste a um estado de coisas percebido como problemático e de ruptura em razão dos impasses, incongruências, tensões e conflitos indesejáveis, inesperados e incômodos que suas ascensões sociais engendraram em sua experiência cotidiana e relação consigo. Nesse sentido, a experiência de mal-estar com a mobilidade social pode ser pensada como a irrupção ou uma coleção recorrente de “momentos críticos”, isto é, de situações problemáticas de indeterminação, ruptura e crise, carregadas de significados, provações e exigências morais, e não apenas de afetos, emoções e dores psicológicas. A partir delas, os atores se dão conta de que há algo errado em sua ação e que eles não conseguem mais conviver como antes, de que algo de importante e sério mudou ou pode mudar em suas vidas e rotinas (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999, p. 359), conformando neles, aos poucos, uma condição existencial particular de mal-estar que pode ser ou não duradoura e transversal.

O deslocamento de classe trouxe para os nossos interlocutores uma série de problemas e dificuldades em diferentes e cruciais áreas da vida, como os vínculos familiares, os relacionamentos interpessoais, a identidade, o estilo de vida, as aspirações profissionais, as expectativas de futuro para os filhos, a autoestima. No transcorrer de suas trajetórias sociais, eles se movimentam entre e se confrontam com diferenças sociais e culturais entre contextos, formas de interação, grupos, espaços e tipos de socialização derivadas de seus ambientes sociais de origem e atuais. Ascender socialmente, nesse sentido, significa vivenciar situações de mal-estar por sua condição de mobilidade e, assim, navegar entre difíceis acomodações, ajustes e negociações consigo mesmo e com os outros.

As discontinuidades entre os mundos sociais de origem e de destino colocam os atores socialmente móveis sob uma situação pessoal e social de duplo vínculo que os fazem lidar com questões sensíveis e problemáticas. Muitas delas com implicações afetivas e normativas sérias para aspectos relevantes e estruturantes de suas vidas e bem-estar, tendo, assim, de encontrar por si mesmos respostas e saber ajustar expectativas, relações, compromissos, obrigações e demandas distintas e, por vezes, antagônicas.

Observe-se, por exemplo, as relações familiares. Aliás, estas e junto com a esfera profissional formam as áreas mais destacadas como os contextos nos quais os interlocutores sentem experimentar e lidar com conflitos, desconfortos e tensões relacionados à sua origem de classe e trajetória de mobilidade social.

**Tabela 4 – Distribuição dos contextos percebidos como o principal lócus de conflitos, desconfortos e dificuldades pessoais ligados à classe e à mobilidade social**

Contextos Relacionais	%	N.
Família	36%	13
Trabalho	25%	9
Identidade e autoestima	16,6%	6
Relacionamentos interpessoais	11,11%	4
Consumo e estilo de vida	8,3%	3
Vida escolar/universitária	2,7%	1

Fonte: Elaboração própria.

Para os socialmente móveis, as relações familiares são um campo fértil de “momentos críticos” em que eles tem de fazer frente a uma série de situações delicadas nas quais está em jogo o difícil e não-garantido equilíbrio entre expectativas e demandas variadas e antagônicas. Nesse sentido, são situações marcadas por riscos que podem resultar e ser classificadas como de “quebra moral” de expectativas e, por isso mesmo, para os atores socialmente móveis, promotoras de “momentos éticos” (ZIGON, 2007; 2008), ou seja, de reflexão sobre as respostas éticas adequadas, esperadas, desejadas e suas implicações.

Um de nossos interlocutores, o empresário Antônio. Oriundo de uma extensa família em que os pais, irmãos e tios são trabalhadores manuais da construção civil ou agricultores, Antônio afirma que uma de suas grandes preocupações pessoais é ser visto como alguém que deixou de ser um de “nós” em razão de sua atual posição privilegiada. Como outros interlocutores, a advogada Paula, por exemplo, Antônio dedica um significativo esforço para manter-se conectado com suas origens sociais e, assim, preservar o seu senso de pertencimento e tê-lo reconhecido como verdadeiro e legítimo por seus familiares. Ele receia, particularmente, em relação aos seus parentes que estes se

sintam “inferiores” a ele ou que pensem que ele se tornou “*arrogante e sem simplicidade depois que ficou rico*”. Por isso, conta o empresário, para cumprir a expectativa de identificação e valorização dos laços e da origem familiar, ele mantém uma rotina de visitas à casa de alguns parentes e também de convites aos mesmos para a sua casa, sempre a disponibilizando para a realização de algum evento de celebração e reunião familiar.

Nesses encontros e visitas, Antônio, no entanto, tenta manter uma atitude de humildade e simplicidade. Ele afirma se atentar bastante para o que vai vestir, deixa de usar certos relógios e tênis caros que aprendeu a admirar e colecionar e, também, conversa com os filhos para não tocarem em certos assuntos que ensejem comparações. Casado com uma advogada, o empresário diz que é principalmente nos eventos em que sua família e a família de sua esposa, que, segundo o empresário, teria origens mais “*finas e educadas*”, que ele sente-se particularmente mais tenso, nervoso e aflito com as impressões mútuas e com o sentido de deslocamento e de inferioridade de seus parentes, que, conforme o empresário, pouco interagem com os familiares de sua esposa.

A dificuldade de equilibrar as expectativas e tensões entre os mundos de origem e de destino, em que a percepção dos outros possui um enorme peso e valor para a nossa própria autoavaliação (BOURDIEU, 2001, p. 202), expõe o receio da reprovação moral e da acusação de traição das origens, isto é, de ser visto como alguém esnobe e ingrato que esqueceu de onde veio. Antônio carrega a contradição típica do trãnsfuga de classe (BOURDIEU, 2008a; GAULEJAC, 2014), os conflitos do pertencimento simultâneo a grupos sociais e formas de vida distintos.

Antônio, empresário e um homem pardo, deseja manter em equilíbrio e compatibilidade a identidade herdada, que o liga profundamente as suas raízes familiares, memórias e relacionamentos originários, e a identidade adquirida, construída ao longo de sua trajetória de ascensão social e que é uma expressão forte de seu status atual, de suas conquistas pessoais e novos relacionamentos. O empresário alcançou uma vida diferente das condições, circunstâncias e probabilidades de sua família. No entanto, a despeito de toda satisfação, prestígio, reconhecimento e segurança material que esta lhe propicia, Antônio não deseja ser apartado ou ter negado seu pertencimento de origem.

Para os que ascendem socialmente dos meios populares, este temor é bastante intenso e um fator agudo de ansiedade e preocupação nas interações. A comparação social

intra e interfamiliar é um dos principais aspectos entre quais o mal-estar com a mobilidade social irrompe exatamente pelos julgamentos morais que pode dela decorrer. Em nossos interlocutores, a comparação social e moral é um tópico compartilhado em diversos relatos, o que sugere que as pessoas em mobilidade social são bastante inclinadas a fazerem e se sentirem objeto de comparações.

De maneira similar ao que vimos com o engenheiro Ricardo, o contraste entre trajetórias sociais é uma questão existencial e normativa forte também para uma outra interlocutora, a gerente de gestão de pessoas Andressa. Ela alega, recorrentemente, sentir-se mal-consigo mesma por conta das diferenças sociais e econômicas entre ela e seus irmãos. Filha mais nova de três irmãos de um casal de feirantes, Andressa recebeu de oportunidades e investimentos familiares e escolares para ascender socialmente que seus irmãos, logo cedo envolvidos com o trabalho nas feiras e comprometidos com a reprodução social doméstica, não puderam contar.

Sua trajetória de ascensão social foi, claramente, orientada por um projeto parental de ascensão social cujas estratégias familiares foram conduzidas principalmente pela mãe. A dedicação e a prioridade à vida escolar exigidas dela, explica Andressa, faziam parte de um investimento familiar para que um deles pudesse, da maneira mais segura, ter uma vida diferente das condições duras a que todos os demais estavam submetidos: *“Eu era a pessoa que todos esperavam que iria quebrar o ciclo, seguir um caminho diferente. A pessoa que conseguiria ter um futuro, um bom emprego e um bom salário”*.

A gerente de gestão de pessoas de trinta e nove anos relembra que, desde a adolescência, sentia o peso da responsabilidade e das expectativas de mobilidade social depositadas sobre ela pelos pais e outros parentes. Uma mensagem que, para ela, soava confusa e desconcertante, pois Andressa entendia que estava sendo ensinada a não ser como seus pais e irmãos, a considerar que aquele tipo de vida e de trabalho não deveria seguido:

*Minha mãe martelava direto que meu destino não era para ser aquela vida, da labuta dela, do meu pai e irmãos. Aquilo não era vida. Eu deveria ser melhor, querer ser melhor, ter uma vida diferente da que eles viviam. Lembro muito bem, com meus dez, onze anos, de pensar: mas qual é o problema de ser feirante?”*. Andressa, 39 anos, gerente de gestão de pessoas.

Poupada do trabalho junto aos pais e irmãos, a gerente de gestão de pessoas relata, nesse sentido que seus irmãos: *“(...) reclamavam eu não fazia nada, não pegava no*

*pesado como eles. Isso me marcou muito, e ainda marca, porque, com o tempo, eu passei a entender o que isso custou para o futuro deles. Reconheço o que eles passaram e abriram mão*". Apesar de cultivar a proximidade e manter uma boa relação com os irmãos, Andressa se ressentida e se incomoda ao cotejar o que ela conseguiu alcançar e usufruir com a vida dos irmãos, a qual ela entende como *"uma vida dura que não se move para frente, eles estão ali, presos, do mesmo jeito, há anos"* sem conseguir progredir individualmente.

Desse modo, Andressa diz, então, não conseguir evitar de enxergar o seu próprio êxito social e o conforto material de que goza, com uma ampla casa em um condomínio fechado, saídas frequentes para restaurantes e cinema, finais de semana em pousadas na praia e na serra, como que *"manchado por uma injustiça"*, por conta da vulnerabilidade socioeconômica dos irmãos e dos sacrifícios de suas infâncias e adolescências no trabalho. Ao olhar para sua vida, para os confortos e possibilidades materiais que possui, para os lugares que frequenta, para os conhecimentos que adquiriu, para as experiências que vive, para a posição profissional de prestígio que alcançou, Andressa enxerga também tudo o que os seus pais e irmãos não puderam viver e nem vivem. Sua dor e conflito interno é de uma culpa por ter seguido um caminho diferente dos seus pais e irmãos e alcançado, assim, uma forma de vida a qual eles não puderam atingir. Em razão disso, Andressa relata tentar compensar as disparidades de destinos oferecendo aos seus irmãos e aos seus sobrinhos oportunidades de conhecer e de vivenciar o que ela, como alguém que ascendeu socialmente, experimenta em sua rotina.

Além de ajudar com os custos escolares dos sobrinhos, a gerente de gestão de pessoas de trinta e nove anos conta que gosta de levar, ocasionalmente, estes e os irmãos para o cinema, restaurantes, teatro e comprar livros. Enquanto uma forma de autoconsolação mas, também, de negociar a proximidade a partir de uma resposta ética em relação às disparidades entre sua condição social e a dos irmãos, Andressa busca, com efeito, fazê-los participar de seu mundo, retribuir, para que eles possam desfrutar dos mesmos benefícios e experiências que ela possui em sua vida e considera como importantes e merecidos de serem compartilhados com seus familiares de origem.

No entanto, como Andressa detalha, essa sua postura moral diante das diferenças sociais entre ela e o restante de sua família de origem não está livre de questionamentos e críticas por parte dos irmãos, que, segundo ela, muitas vezes, sentem-se ofendidos em

sua dignidade e autorrespeito. A gerente de marketing diz: *“Eu sei de onde vem esse orgulho! Eu sou do mesmo jeito. Mas não faço isso porque me acho melhor do que eles, como eles podem pensar. Quero ajudar a abrir os horizontes”*.

Os “momentos críticos” na relacionalidade familiar entre os atores socialmente móveis podem ser observados também na questão do engajamento nas redes familiares de entreatjada. Enquanto alguns o enxergam como o cumprimento de um dever moral que exprime o senso de responsabilidade e compromisso com as famílias de origem, e, desse modo, uma forma de retribuição e gratidão satisfatórias e geradoras de bem-estar pessoal, há aqueles que, por sua vez, em alguns casos, tomam a expectativa de contribuição como uma pressão constante e indevida, algo oneroso que é realizado à custa de si mesmo e do seu progresso pessoal.

Retomando novamente o engenheiro Ricardo, ele queixa-se de que relação com as irmãs tornou-se demasiadamente econômica e monetarizada, pois, em muitas ocasiões, apesar dele reconhecer a vulnerabilidade da condição econômica delas, afirma ser somente procurado quando o assunto se trata de dinheiro. O sentido e a legitimidade de suas relações familiares são, assim, objeto de questionamento. Os compromissos e ações de suporte dos atores socialmente móveis junto às redes de parentesco não são algo indiscriminado e mecânico. Demandam deles escolhas e critérios, julgamentos que são morais, sobre quem ajudar, em que situações ajudar e quais formas de ajuda priorizar.

O professor Federal, Danilo conta que um dos seus principais focos de tensão na relacionalidade familiar reside exatamente na questão do auxílio financeiro à algumas tias, primos e, mesmo, amigos dos tempos em que trabalhava como vendedor de sapatos em uma loja em um shopping. Danilo afirma que, por valorizar seu esforço pessoal e patrimônio, se preocupa com o uso “produtivo e correto” do dinheiro. Em vista disso, antes de decidir se realiza ou não alguma compra em seu cartão de crédito, empréstimo ou transferência para terceiros, ele pondera sobre as características de “*caráter*”, como confiança e responsabilidade, do recebedor e também para as finalidades a que se destina o recurso repassado.

Ora, há aqui uma operação de inclusão e exclusão de pessoas, meios e situações, conforme certos critérios avaliativos e julgamentos morais considerados mais justos e legítimos pelos atores, que pode ou não atender as expectativas dos outros. Desse modo, não é incomum conflitos, desconfortos e tensionamentos na relacionalidade familiar. As

peessoas reagirão se se sentirem excluídas ou menos valorizadas. Para Danilo, assim como para outros interlocutores, a conquista de um status socioeconômico mais elevado é percebida como algo que resulta, muitas vezes, em uma maior separação relacional.

*Penso que o que aconteceu comigo foi um afastamento gradual, de caminhos e escolhas. Daí as pessoas de quem eu estava antes bem próximo, acho, passaram a me vê diferente. 'Olha, ele trocou de carro, está ganhando e morando muito bem'. Para elas, eu me tornei outra pessoa. Danilo, professor, 34 anos.*

Esta fala de Danilo, em particular sua última frase, traz um ponto interessante para pensar o isolamento, e suas causas, que o deslocamento de classe pode provocar em relação às famílias de origem. Além da diferenciação social em matéria de práticas e preferências, das exigências pragmáticas e urgentes da adaptação aos novos ambientes e relações, da participação nas redes de entreajuda, o peso e os custos das expectativas e julgamentos morais ligadas aos vínculos familiares de origem parece ser também um relevante fator de contribuição para o afastamento relacional. Curiosamente, como se verá na parte final da tese, a moralidade que atravessa os vínculos e obrigações familiares podem tanto aproximar quanto afastar os socialmente móveis de seus contextos de origem, ou melhor, podem tanto manter e proteger os laços sociais com a rede familiar quanto esgarçá-los.

Não é somente a sociabilidade familiar que fomenta “momentos críticos” e demandas normativas para os quais os que ascendem socialmente tentam forjar soluções. A vida escolar, os campos de atuação profissional e os espaços de consumo e lazer também constituem contextos situacionais e relacionais no qual os atores em deslocamento social enfrentam desafios e tensionamentos relacionados à sua condição de mobilidade social, principalmente sob a forma de lutas internas com e contra suas origens sociais. A entrada em um novo mundo de experiências e de relações, para os socialmente móveis, pode ter entre suas exigências de acomodação e ajustamento da identidade, verdadeiras e silenciosas lutas para significar positivamente, manipular ou esconder as origens.

Na entrevista com a médica Lisa, uma mulher branca de quarenta e seis anos, ela enfatiza sua desafiadora adaptação inicial ao curso de medicina. De um modo geral, a entrada na universidade é, para os que estão vivendo uma trajetória de ascensão social, um momento bastante expressivo e delicado, sobretudo em contextos acadêmicos mais elitizados, como é o caso da medicina. Única estudante da escola pública em sua turma,

seus pais não cursaram o ensino superior, porém, explica, sempre o tiveram como uma meta para suas duas filhas, ambas, hoje, formadas. O empenho e a confiança dos pais, diz a médica, foram cruciais para que ela acreditasse ser possível ser aprovada no curso de medicina, uma seleção, aliás, para a qual ela teve de tentar quatro vezes até lograr êxito.

*Meus pais gostavam de dizer que a obrigação e a realização deles como pais era oferecer para as filhas o que eles não puderam ter para a vida deles, os estudos, um diploma. Então, no que fosse preciso, eles iriam apoiar. Foi o que eles sempre fizeram, encontrar uma saída do jeito que fosse para as filhas estudarem. Lisa, 46 anos, médica.*

Apesar do ambiente familiar de suporte e incentivo e do curso ter sido abraçado por Lisa como um projeto de vocação pessoal, ela refere-se a sua experiência universitária como um choque de diferentes estranhamentos. As diferenças sociais entre ela e os demais alunos a impressionaram enormemente:

*Foi um encontro com um grupo social muito diferente do meu convívio normal. Na escola pública, todo mundo é um pouco semelhante, não é tão diferente de você. Enquanto muitos dos meus colegas de turma se conheciam de antes, porque vieram das mesmas escolas, eu não conhecia ninguém, ninguém mesmo. Lembro de colegas que os pais eram médicos e os professores do curso frequentavam suas casas como amigos da família! (...) Com o tempo, fui conhecendo mais de perto alguns dos meus colegas. Nós formávamos grupos de estudo por semestre para estudar para as disciplinas e provas e, de vez em quando, íamos para a casa de algum deles. Então, assim, foi um choque estar em uma em uma casa com uma biblioteca enorme, uma salão de jogos, entrar em um prédio em que cada apartamento ocupava o andar inteiro, com vários empregados, estar com pessoas para quem, diferente de todas que eu conheci até então, dinheiro não era um assunto de preocupação para o que quer que fosse. Lisa, 46 anos, médica.*

Lisa pontua que até entrar no curso de medicina jamais havia parado para pensar mais seriamente sobre sua origem social e as implicações disso em sua vida. E, explica a médica, não foram apenas as diferenças entre suas condições de vida e as de seus colegas de curso que a levaram, pela primeira vez, a refletir sobre o significado do seu lugar social no mundo. Acostumada a ser a melhor aluna da sala com base na disciplina e persistência adquiridas, a então estudante de medicina se deu conta de que as disparidades de recursos socioeconômicos influenciavam o desempenho acadêmico e as possibilidades de aperfeiçoamento acadêmico e profissional e, também, de que sua origem social influenciava as expectativas dos outros, em especial dos professores, sobre ela.

Entre os muitos espantos de seu início no curso de medicina, Lisa destaca a diferença entre o seu ritmo de aprendizado, o tempo que ela precisava estudar para assimilar bem um determinado assunto, e o de alguns colegas que, segundo ela, pareciam precisar de menos tempo do que ela. A diferença na desenvoltura e na confiança na

exposição de trabalhos orais foi outro aspecto ressaltado por Lisa em sua comparação com os demais.

Um aspecto particularmente interessante destacado por Lisa consiste no contraste entre a percepção de seu êxito educacional e esforços por sua família e a de seus colegas de curso. Enquanto em sua família e grupos de amigos de bairro e escola, Lisa era percebida como alguém “*extraordinariamente inteligente e esforçada*”, como alguém que logrou um feito individualmente excepcional, superando expectativas e barreiras sociais, na universidade, entre seus colegas e professores, ela afirmava ser percebida como uma estudante “*comum e regular, sem nada brilhante*”.

O contraste e a variação da percepção dos outros sobre as conquistas, capacidades e valor pessoais dos ascendentes a depender dos contextos de classe em que estes estão podem ser entendidos como uma experiência subjetiva que afeta e tensiona a própria autopercepção e autovalorização. O que, muitas vezes, leva as pessoas com trajetórias de mobilidade social ascendente a por sob suspeição a legitimidade e o merecimento de suas conquistas e capacidades. Na narrativa de Lisa, esse aspecto é bastante flagrante.

A constatação dessas diferenças somada às dificuldades para ler em outros idiomas, dos gastos do curso com livros e outros materiais, das disparidades de possibilidades de vida a fizeram questionar a legitimidade da sua presença naquele seletivo lugar. Bastante comovida, Lisa relembra as dores e dúvidas do período mais difícil de sua adaptação:

*Mereço está aqui? O que estou fazendo aqui no meio de toda essa gente rica, dessa gente com bem mais bagagem e condição do que eu? Foi uma fase que durou uns dois ou três semestres. Passei de um estado de euforia com uma vitória tão suada, tão comemorada, tão sonhada para um pensamento interior paralisante que dizia que eu não deveria estar ali. “Esse lugar não é para mim!”. Fiquei com muito medo de fracassar e decepcionar meus pais, a confiança, o apoio e a paciência de anos deles em mim, de que meus amigos percebessem que eu não deveria estudar medicina, que eu não era suficientemente competente para isso. Quase desisti e mudei de curso. Felizmente, não segui em frente nisso. Entendi, graças a muito conversas com meus pais e alguns amigos, que estar ali era uma oportunidade rara e um privilégio que muitos sonharam, tentaram e não conseguiram. Se minha situação social me colocava alguns metros atrás, então, eu teria de correr mais rápido, me entregar inteira, preparar, estudar mais tempo.* Lisa, 46 anos, médica.

Como é muito comum entre as pessoas com trajetórias de mobilidade social em cursos elitizados como medicina, direito ou engenharia, Lisa inicia sua experiência de ascensão social experimentando o mal-estar da condição de insegurança e de sentir-se ilegítima e, comparativamente, menos capaz como estudante, à despeito de todo o seu histórico de bom desempenho escolar. Ela conta que, no começo do curso, tinha

dificuldades de conversar com os professores, sentia-se intimidada e pouco à vontade, diferentemente de outros colegas.

Diante disso, o senso de identidade e de valor pessoal de Lisa, até então mais ou menos estável, é abalado, impelindo-a a um trabalho reflexivo de reelaboração e justificação dos sentidos atribuídos às suas capacidades e aspirações pessoais. A reflexão sobre as implicações de sua origem social naquele espaço social instila em Lisa sentimentos que contrastam enormemente com a atitude de naturalidade, confiança e legitimidade daqueles que tem certeza que estão onde deveriam estar. Como tantos outros de nossos interlocutores, Lisa se debate contra forças, afetos e pensamentos que transformam a justificação de sua presença naquele lugar e atividade em uma necessidade imperiosa.

No entanto, essa mesma reflexão sobre sua origem, como se pode perceber no trecho mais a cima, a conduziu a uma significação positiva de suas desvantagens e desigualdades de recursos, assim como dos afetos e sentimentos experimentados de medo de fracassar, ansiedade e ilegitimidade. Lisa toma sua condição social como uma fonte de razões para mais motivação, disciplina e autocontrole enquanto formas de potencializar a agência e engendrar um *ethos* de autossuperação com o fito de se igualar e se adaptar ao ambiente desafiador no qual a então estudante se inseria. Nessa época, afirma Lisa, ela intensificou sua rotina de estudo a tal ponto que, além do sacrifício de atividades de lazer e familiares, desenvolveu problemas posturais e dores na lombar em razão do longo tempo em que se mantinha em uma mesma e única posição, estudando na escrivaninha de seu quarto ou na sala individual e de grupo na biblioteca da universidade.

A fala de Lisa a seguir é contundente do sentido de provação pessoal que a mobilidade social pode adquirir na trajetória subjetiva de alguns: *“Junto das muitas provas e trabalhos formais de todos os semestres, na faculdade, eu enfrentei durante um tempo uma prova interior diária para suprir minhas inseguranças e dificuldades, para acreditar que eu poderia sim estar ali”*.

Experiência similar de “estar fora do lugar” e de insegurança em relação às próprias capacidades também foi encontrada em uma outra interlocutora entrevistada. Sandra, gerente de marketing em uma empresa de tecnologias de segurança e monitoramento, também descreve suas dificuldades com sua trajetória de ascensão social como marcada por um esforço de adaptação e ajustamento ao estilo de vida de seu novo

círculo social de amigos. Dessa vez, diferente de Lisa e de outros interlocutores que assumem a defesa e a valorização de sua origem social como uma fonte positiva de recursos sociais, morais e afetivos, Sandra enxerga em sua origem social um problema e obstáculo que ela teve de enfrentar e superar para se tornar a pessoa que é hoje e alcançar a posição social e profissional que atingiu: “*Não permiti minha origem definir quem sou, onde poderia chegar e nem o meu valor*”, ela diz enfaticamente.

De fato, dado a sua recusa sistemática do passado e sua relação de fuga com sua origem social, a expressão “trânsfuga de classe”, que carrega um sentido normativo de “desertor” ou desejo de “fuga de”, com o qual nem todos interlocutores, com efeito, se reconhecem, parece, no caso da gerente de marketing, apropriado.

Vinda de uma família com baixa escolaridade, com os pais possuindo apenas o nível fundamental, Sandra caracteriza suas condições de vida na infância como bastante precárias e restritas em termos de oportunidades, recursos e exemplos. Ela constrói, nesse sentido, a sua origem social como um fonte de limitações e deficiências que lhe trouxe uma série de dificuldades ao longo de sua trajetória pessoal e que, ainda hoje, de certa forma, a marcam. Entre essas limitações, suas habilidades linguísticas representam, para a gerente de marketing, um dos principais obstáculos contra o qual ela teve lutar e encontrar soluções para entrar em um novo mundo de classe que sua ascensão social a levou.

Nesse sentido, ela reflete que ao longo de sua trajetória acadêmica e profissional buscou corrigir certas marcações linguísticas de sua oralidade, algumas percebida por ela própria através da observação de como os seus professores, colegas de sala de aula e, mais tarde, colegas de trabalho com origens de classe média falavam, os tipos de palavras que eles empregavam e a maneira como pronunciavam determinadas sílabas. Quando pergunto como isso ocorreu e quais foram essas correções, ela explica:

*Na faculdade, os professores, as pessoas do curso, elas usavam palavras que eu não sabia o significado. Várias. Eu anotava no caderno e, depois, no ônibus, abria o dicionário para descobrir. Não tinha coragem de perguntar na hora, medo e vergonha de parecer burra. Em casa, não era assim que falávamos, frases longas, palavras estrangeiras. Nosso português era fraquinho, do povão mesmo. Nessa hora, eu disse para mim: ‘olha, eu tenho que falar como eles falam’. Deixar o ‘a gente’ pra lá e usar o “nós”. Falar direito. Meu Deus!, couve eu falava ‘cove’, imagina. Sandra, 43 anos, gerente de marketing.*

Sandra personifica, aqui, os sentimentos de inadequação e de vergonha cultural e a autopercepção negativa das próprias capacidades que, muitas vezes, as pessoas em

mobilidade social experimentam em contextos relacionais de classes médias. Para ela, sua origem social, isto é, seus modos de ser, agir, falar e de se apresentar são símbolos ou marcas corporificadas de uma limitação ou mesmo de uma inferioridade em certas habilidades valorizadas como legítimas e socialmente importantes, e que, portanto, são alguma coisa que deve ser corrigida para atender determinadas normas e padrões.

Por mais que afirme ter trabalhado suas habilidades linguísticas, Sandra considera que ainda enfrenta dificuldades e ansiedades a esse propósito. As reuniões formais e informais em seu trabalho são momentos especialmente tensos, nesse sentido. São ocasiões nas quais ela diz sentir seus menores gestos sob avaliação e ser obrigada a se valer de um vocabulário, posturas e maneiras que entende não serem “naturalmente” o seu mas, sim, mais próximos aos seus colegas de trabalho e dos clientes aos quais ela presta serviço de consultoria. A insegurança no domínio da linguagem e os temores de ser julgada como alguém com menor “inteligência” fazem com que a gerente de marketing apresente, a cada vez que precisa interagir verbalmente com seus pares, grande preocupação e ansiedade com sua capacidade de articular e expor, corretamente, suas ideias e intenções.

Sandra comenta que o mesmo ocorre em situações sociais de lazer, consumo ou festas particulares nas casas de amigos. E, dessa feita, não somente em relação à exposição verbal e articulada das palavras mas, também, de outro aspecto fundamental da autoapresentação, qual seja, os modos de se vestir e a estética pessoal. Novamente, suas experiências sociais passadas como alguém de uma família de baixa renda são tratadas como algo que não a habilitaram suficiente e corretamente para esse tipo de preocupação e conhecimento:

*Roupa nova, melhorzinha, mais bonita, nós comprávamos uma ou duas vezes no anol. Só. Vestir-se era uma coisa prática ou para uma ocasião muito especial. Muito tarde que me atentei e despertei para essa questão das roupas, para me vestir bem, de um jeito melhor, mais adequado ao ambiente de trabalho e a outros locais que frequento para lazer e diversão. As roupas transmitem boas impressões, elas melhoram as impressões que causamos em quem nos escuta, em quem está ao nosso redor. Percebi isso notadamente nos advogados, médicos, executivas. São diferenciados no vestir. Tem elegância e imponência, são reconhecidos e mais valorizados pelas pessoas como profissionais. No meu trabalho, eu me torno e preciso ser o centro das atenções em algumas ocasiões, até para me impor contra concorrentes. Enquanto profissional de uma categoria e uma pessoa inserida nesse meio, eu precisei mudar isso, vestir com estilo, e aí fui realmente colocando roupas melhores no guarda-roupas.. Sandra, 43 anos, gerente de marketing*

Sua preocupação e ansiedade com seus modos de apresentação não é meramente um desejo por adaptação. Sandra, na verdade, quer evitar avaliações e imagens negativas

que coloquem em xeque seu sentido de valor pessoal e a façam, diante de si e das qualidades que ela acredita que outros possuem, sentir-se diminuída ou rebaixada. Em sua concepção de valor pessoal, inteligência, articulação e elegância são sinais e virtudes de uma pessoa bem sucedida, preparada e importante.

De maneira similar ao economista Otavio, Sandra descreve-se como alguém muito confiante e convicta de sua competência profissional. Sua narrativa de ascensão social confere bastante peso a sua determinação e iniciativa individuais como fatores responsáveis por sua trajetória social de mobilidade. No entanto, apesar de sua construção subjetiva do êxito pessoal como fruto de suas qualidades individuais, Sandra sente o peso de performar modos de apresentação de classe que, ainda que ela considere como aprendidos, não os assimila como autênticos e pessoalmente significativos mas como algo a ser feito e encenado para se proteger de julgamentos e autoavaliações prejudiciais. *“É um peso constante quando tenho que me expor. Me sinto vulnerável. Há momentos que estou bem, fico feliz comigo, outros me sinto mal, porque é sempre difícil não saber se acertei, se cometi algum erro, se escolhi bem”*.

Por isso, apesar do investimento em uma correção corporal, estética e linguística acentuada, a insegurança e a falta de confiança acabam por se tornar inevitável; *“Várias vezes (em reuniões de trabalho), eu travo. Calada entro, calada saio. Literalmente travo com as palavras, ideias, pensamentos a mil dentro de mim”*.

### **3.2 Dos “momentos críticos” aos “momentos autocríticos”**

A noção de “momento crítico” apresenta algumas contribuições e potenciais pertinentes no tratamento analítico da experiência subjetiva de mal-estar dos atores com a mobilidade social. Em primeiro lugar, como já dito, ela assume a incerteza e a contingência como ingredientes inevitáveis e constituintes da relação dos atores com o mundo, com suas ações e com as reações dos outros. Em diversos relatos, o mal-estar da mobilidade social está relacionado à incerteza e à contingência: a incerteza do status, da identidade, do reconhecimento do pertencimento, dos julgamentos de valor dos outros, dos modos apropriados e esperados de agir, dos significados dos relacionamentos familiares.

Não por acaso, a tão referida sensação de deslocamento e de inadequação nos ambientes de interação pode ser retratada pela imagem de caminhar, com passos

inseguros, por um terreno incerto, pouco conhecido e mutável. A não familiaridade com o novo e o estranhamento com o antigo fazem da ascensão social uma experiência subjetiva que potencializa a incerteza e a contingência da ação, criando dificuldades maiores de ajustamento dos atores às situações sociais e multiplicando as situações que as pessoas sentem que precisam justificar suas ações e a si mesmos.

Em segundo lugar, a perspectiva dos “momentos críticos” chama a atenção para as preocupações normativas dos atores com as práticas, relações, espaços, objetos e pessoas com as quais eles estão envolvidos. Em outras palavras, Boltanski e Thévenot (2006) sugerem que a vida moral dos atores está, em larga medida, estreitamente vinculada ao que “está em jogo”, ao que “importa” para eles nos contextos diários de suas existências e relações sociais.

Em terceiro lugar, a centralidade que tal conceito confere à atividade reflexiva dos atores permite abordar o trabalho de negociação, acomodação e de adaptação que os atores são obrigados a realizar para reajustar situações desestabilizadas dentro determinados contextos situacionais ou, se preferir, a partir de regimes de ação ou de engajamento. No caso, desestabilizadas ou desajustadas pela experiência de mobilidade social dos atores e suas implicações normativas. Dito de outro modo, a sociologia pragmática da crítica e sua noção de “momentos críticos” estimula abordar o mal-estar com a mobilidade social como relacionado às lutas de justificação cotidianas que a experiência de mobilidade social em uma sociedade estruturada por desigualdades de classe demanda dos atores.

Uma outra relevante contribuição é o olhar dirigido e concentrado para as situações em que os “momentos críticos” acontecem. A sociologia pragmática de Boltanski e Thévenot é empírica e teoricamente eficiente para identificar e acompanhar como os atores, normalmente atrelados à cotidianidade prática de suas vidas, rotinas e interações, passam a experimentar e considerar uma situação ou evento em termos morais. Em uma pesquisa como a nossa, isso significa examinar a experiência de mal-estar da mobilidade social através das situações em que as pessoas a experimentam na prática, isto é, as situações em que os atores percebem e relacionam dificuldades, crises e tensões com sua condição de classe e trajetória social. Em uma pesquisa empírica, a noção de “momentos críticos” fornece um ponto de apoio objetivo (as situações) que pode ser

bastante útil para reconhecer e examinar questões, experiências e interpretações subjetivas dos atores.

Para finalizar, os próprios atores, em suas narrativas empregam, por assim dizer, um modelo leigo de “momentos críticos” para falar sobre as dificuldades e desconfortos com suas trajetórias de mobilidade social. Eles citam situações, eventos, contextos, momentos em suas trajetórias em que percebem problemas, falhas, incongruências, desajustes em sua ação e no ajustamento de determinadas situações e relações concretas nas quais estão inseridos.

A sociologia pragmática da crítica é uma perspectiva orientada para abordar como as pessoas em situações ordinárias lidam, interagem e definem questões de justiça. Em uma sociedade com uma variedade de visões do bem comum, os “momentos críticos” são sociologicamente relevantes porque revelam, em uma situação-ação, a capacidade das pessoas comuns de produzir julgamentos morais, a pluralidade de relações que elas estabelecem com as normas e os valores e, por último, as tensões envolvidas na coordenação da ação e no engajamento das pessoas com a manutenção e mudança do mundo social e de suas convenções (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999, p. 360).

A vida social requer dos atores, em diversas situações, o desenvolvimento de práticas de ajustamento e de resolução de conflitos por meios não violentos. Assim, os atores devem ser capazes de acionar, avaliar, justificar e construir princípios axiológicos gerais (“bem comum”, “honra”, “eficiência e desempenho”, “solidariedade”, etc), mobilizados e referidos de acordo com as situações e com determinadas ordens de valor, para resolver impasses, controvérsias e disputas, de sorte a reestabelecer uma condição de consenso normativo mais ou menos estável, embora sempre provisório e revisável, sobre os sentidos e o valor das coisas (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2006).

Contudo, são situações públicas de disputa, crítica, ruptura e indeterminação que Boltanski e Thévenot tomam como campo de análise teórica e de investigação empírica sobre o qual aplicam a noção de “momentos críticos”. São as “provas” ou “testes” nessas situações o que, de fato, lhes interessam e eles analisam em seus trabalhos. Dito de outro modo, tanto a lógica da controvérsia quanto os contextos situacionais privilegiados pela análise dos “momentos críticos” e dos princípios de justiça sob os quais os atores buscam justificar e criticar um estado de coisas determinado percebido como problemático

relacionam-se e estão orientados, fortemente, às questões públicas, aos espaços públicos e sua lógica discursiva.

Não por acaso, a sociologia pragmática da crítica se concentra, em última instância, em apreender as operações de dessingularização e construção da generalidade realizadas pelos atores em situações de desacordo. Isto é, os princípios gerais de justiça e bem comum que os momentos críticos e a ação em situação dos atores revelam para construir, contestar e manter ordens de valor legítimas; como eles são mobilizados, discutidos, denunciados, contestados ou reafirmados pelos atores para denunciar uma injustiça e reordenar e estabilizar os seus mundos sociais e políticos. O caráter normativo das situações e as dimensões morais da agência dos atores que os interessam se dirigem, sobretudo, aos processos de legitimação pública em que os atores, reconhecendo a natureza da situação, buscam transcender a particularidade e as circunstâncias imediatas desta valendo-se de princípios de equivalência geral para estabelecer acordos provisórios na arena pública.

Ora, no caso das situações de mal-estar vivenciadas pelos nossos interlocutores, os “momentos críticos” dos atores se desençam em uma escala de análise que não é a da disputa pública e tem como objeto não crises e tensionamentos do “social”, isto é, problemas públicos da vida comum ou de setores específicos desta. Nesse sentido, as situações de mal-estar relatadas e discutidas nas seções anteriores podem ser melhor analisadas e entendidas em uma perspectiva pragmática se efetuarmos uma pequena, mas crucial, inflexão na noção de “momentos críticos”.

De que tratam as situações de mal-estar enfrentadas pelos nossos interlocutores? Elas tratam de questões com as quais eles se importam porque afetam sua existência singular no mundo, seu bem-estar e identidade. O que se sobressai em seus relatos são avaliações e justificações disputadas que eles realizam a respeito de sua experiência do mundo e de si próprios como pessoas marcadas por trajetórias de mudança social: a percepção do valor pessoal, a manutenção do pertencimento, a legitimidade de realizações, aspirações e expectativas pessoais, o significado de suas histórias de vida e de seus relacionamentos familiares, a coerência de suas identidades, a justificação do merecimento, entre outras questões com as quais eles se importam normativamente e existencialmente.

Muito embora, mais recentemente, Boltanski (2011, p. 110) tenha acrescentado uma dimensão “existencial” ao seu modelo de provas ou de gênero de testes, abrindo possibilidades analíticas sensíveis ao exercício da reflexividade do ator sobre suas experiências individuais, o sociólogo francês, contudo, persiste com o foco no desdobramento ou potencial político e público. O que ele intitula de “provas ou testes existenciais” tem por objetivo aprofundar a relação entre crítica, instituições e mudança social abarcando o papel político e os efeitos da articulação das experiências singulares do vivido, especificamente àquelas experiências de indivíduos e grupos implicadas em sofrimento, injustiça, opressão e humilhação, como uma forma de crítica e de justificação no debate público.

Portanto, partilho do diagnóstico crítico segundo o qual o indivíduo e sua experiência subjetiva de crises e tensões, dos problemas “íntimos” que o habitam e o motivam a refletir e a agir, constitui um “ponto cego” (CORRÊA, 2021) da sociologia pragmática em geral e, especialmente, da sociologia pragmática da crítica de Boltanski e Thévenot. Se, por um lado, esta última arma a pesquisa sociológica de ferramentas conceituais eficientes para abordar a normatividade e a reflexividade da ação social a partir das crises e tensões na perspectiva da agência e da definição da situação pelos atores, por outro, ela pouco trata das situações e da prática dessa reflexividade normativa no contexto da relação do indivíduo consigo e de sua experiência singular do mundo. Ou seja, quando as crises, impasses e tensões normativas estão, na verdade, menos orientada à contextos coletivos e interacionais mais amplos e impessoais ou à questões de justiça e de universalidade, e mais voltadas à própria experiência pessoal dos atores consigo mesmos<sup>81</sup>, com os outros, seu bem-estar, identidade, relacionamentos, expectativas, pertencas e autoconcepções.

Este, portanto, é um primeiro déficit, que poderia ser resumido da seguinte forma: a ausência de um tratamento das lutas de justificação em uma escala individual ou da experiência moral conflitiva centrada na pessoa, no próprio ator. O que os relatos de nossos interlocutores exprimem são experiências morais vividas, lutas de justificação e de ajustamento das situações que são travadas e estão voltadas para os próprios atores,

---

<sup>81</sup> Boltanski e Thévenot consideram que os atores quando percebem o desencaixe das situações sua reação é, quase sempre, de articulação e expressão verbalizada do descontentamento e dos incômodos sentidos e de denúncia dos desajustes e equívocos junto aos outros parceiros envolvidos na ação conjunta (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999, p. 360).

seus dilemas, desconfortos, histórias de vida, relações e contextos relacionais mais imediatos.

As situações de mal-estar vivenciadas entre nossos interlocutores, ou “momentos críticos”, são, na verdade, “momentos *autocríticos*”, isto é, situações em que os atores tomam a si próprios e sua experiência do mundo como problema e como objeto sobre os quais eles devem realizar um trabalho de definição, compreensão e ajustamento para dotá-los de ordem, sentido e justificação. “Momentos autocríticos” podem ser entendidos como momentos em que os atores percebem, refletem, atuam e enfrentam problemas, crises, rupturas, falhas, tensionamentos que põem em questão ou perturbam determinados aspectos de seu “senso de segurança ontológica” (GIDDENS, 2003) e/ou de seu senso de justificação do existir<sup>82</sup> (BOURDIEU, 2001).

Para os nossos interlocutores, suas experiências de mobilidade social são problemáticas na medida em que elas são sentidas e definidas como colocando em jogo e em disputa o significado de práticas, relações, espaços, emoções, aspirações, crenças e pessoas que lhes são fundamentais e importantes para assegurar a sua confiança na continuidade, coerência e valor de suas vidas e de seus sentidos de si como realidades inteligíveis, significativas e justificadas (GIDDENS, 2003; BOURDIEU, 2001). Em alguns dos relatos, em especial aqueles dedicados às tensões familiares, pode-se observar que a experiência de mal-estar está associada a uma cisão da “reciprocidade das perspectivas” - para usar uma expressão fenomenológica schutziana. Um “nós” que, durante tanto tempo, foi uma realidade compartilhada, disponível e visto como um “mundo evidente” de semelhanças e pertencimento mas que agora, por conta das mudanças pessoais, culturais e sociais trazidas pela trajetória de ascensão social, tornou-se problemático, incerto, incoerente e estranho.

Quando alguns de nossos interlocutores falam de sua condição de mal-estar como um “estar no meio”, “estar preso entre duas realidades diferentes” ou de “sentir-se um estranho entre conhecidos e espaços familiares”, como no caso do engenheiro Ricardo e da gerente de Marketing Sandra, eles se referem, com efeito, a uma forma de abalo e à dificuldades de manter uma experiência de segurança ontológica em seus contextos de

---

<sup>82</sup> O primeiro trata da confiança dos atores de que o seu mundo social é, do ponto de vista afetivo, cognitivo e prático, relativamente seguro, confiável, inteligível e previsível (GIDDENS, 2003, p. 443). E o segundo refere-se às necessidades profundas dos atores de sentir sua existência pessoal e social no mundo como uma realidade justificada, legítima, valorizada e reconhecida pelos outros (BOURDIEU, 2001, p. 293).

ação e experiência cotidiana. Sua confiança na continuidade e coerência da vida e de seu lugar nela foi afetada. Quando sentem-se “diminuídos”, “ignorados” ou colocam dúvida eles mesmos o seu valor pessoal, suas capacidades ou seu merecimento, como nos relatos do economista Otávio, da médica Lisa e da administradora Andressa, os interlocutores referem-se à bloqueios e feridas que atingem seus sentimentos e necessidades de justificação de suas existências como legítimas, valorizadas e reconhecidas pelos outros.

Os “momentos autocríticos” podem ser aproximados do que Jarret Zigon (2007; 2008) entende como “momentos éticos” e “quebra moral” (*moral breakdown*). Ambos os conceitos são trabalhados pelo antropólogo para abordar eventos e situações mundanas no cotidiano dos atores em que aspectos sensíveis e valorizados de seu mundo moral são postos em questão. Como ressalva Zigon, a experimentação de momentos éticos e de quebra moral pode ser algo tanto mais pontual e delimitado, que logo se dissipa no tempo e em meio às atividades, eventos e relações cotidianas do mundo da vida, quanto uma realidade enraizada na existência diária dos indivíduos para lidar com dilemas, inquietações e incertezas mais profundos e marcantes relacionados a sua biografia e ambiente social (ZIGON, 2007).

Os relatos de mal-estar apresentados e discutidos entre nossos interlocutores dão conta justamente de tais aspectos e variabilidade. A definição da natureza e a manutenção dos laços e compromissos familiares, a realização das aspirações pessoais e profissionais, o reconhecimento do valor pessoal, são exemplos de dilemas percebidos e vividos pelos atores como algo que põe em jogo e em risco seu mundo moral e que, para alguns, manifestam-se em situações pontuais de suas biografias e experiência pessoal ao passo que para outros constituem problemas e desafios mais enraizados e duradouros.

Em vista disso, sustenta Zigon, os atores se impõem um trabalho de reflexão sobre sua maneira de ser-e-estar-no-mundo, engajando-se em autorreflexão e ações de justificação sobre as respostas éticas apropriadas, as quais, aliás, devem ser postas em prática em relação aos outros e a si mesmo, conforme circunstâncias contextualmente situadas (ZIGON, 2007; 2008). Para o antropólogo, assim como Boltanski e Thévenot, a moral é uma categoria da experiência e da prática dos atores, e são precisamente as situações de crise que ensejam modos de ação e respostas para lidar com “demandas éticas” e questões normativas pessoalmente sensíveis que, como tais, os afastam de seu agir irrefletido (ZIGON, 2007, p. 11) em direção à atitudes de avaliação de suas ações e

de autoavaliação. Também tal como Boltanski e Thévenot, Zigon enfatiza o papel da reflexividade e da agência dos atores nesses momentos de crise para abordar e compreender a natureza moral da vida social.

Há, na experiência de mal-estar da mobilidade social, portanto, um trabalho reflexivo e relacional de ajustamento e justificação, o qual é realizado pelos atores em sua ação cotidiana, em diferentes contextos práticos de ação, e em sua relação consigo mesmo para que eles possam lidar, atenuar e resolver os impasses, conflitos e contradições que afetam seu senso de segurança ontológica e de justificação do existir. Em muitos dos relatos apresentados, as situações de mal-estar exprimem relações, identidades, práticas e capacidades pessoais percebidas como questionadas e ameaçadas em seus sentidos de pertencimento, coerência, legitimidade, integridade e valor. Dito de outro modo, como elementos vitais dos modos de ser-e-estar-no-mundo postos à prova.

Seguindo inflexão semelhante dos “momentos críticos” para “momentos autocríticos”, podemos entender esse tipo trabalho de ajustamento e justificação como uma modalidade específica de prova enfrentada pelos atores em relação a sua experiência singular no mundo e à si mesmos. Se a mobilidade social é tematizada como uma coleção de situações e momentos críticos que desestabilizam e fragilizam a experiência social e pessoal dos atores no mundo e consigo mesmos ao pôr em jogo questões e preocupações que afetam a sua segurança ontológica e justificação do existir, então, ela pode ser encarada como uma experiência que impõe para os atores, para seguir em frente, um conjunto de *provas de si* (PÉRILLEUX, 2001).

Nas provas de si, o que está em questão são as autoavaliações e julgamentos que os atores realizam sobre si mesmos. Confrontados por determinadas situações conflitivas e contraditórias, e que, no caso de nossa pesquisa, estão relacionadas as suas trajetórias e pertencimentos de classes, os atores se envolvem em situações de prova que não se encerram nas exigências normativas de validação de capacidades e de legitimidade de um ou outro princípio de justiça mas que desembocam em julgamentos de valor que tem como objeto em avaliação o valor do próprio sujeito para si mesmo e para os outros. Tais provas e seus resultados possuem ressonâncias afetivas e biográficas cruciais para os sentidos de identidade, bem-estar e realização dos atores (PÉRILLEUX, 2001, p. 65).

Nos relatos de mal-estar apresentados, podemos identificar algumas dessas provas de si que os atores socialmente móveis enfrentam ao longo de suas trajetórias de ascensão

e em esferas variadas da ação e experiência social: manter uma autoimagem positiva e a coerência da identidade, performar um *self* de classe média e ocultar suas origens, a capacidade de se adaptar à novas relações, espaços e ambientes, suportar a separação e o desenraizamento relacional, negociar percepções contextuais contrastantes sobre as próprias realizações, capacidades e valor pessoais, equilibrar demandas de classe distintas e antagônicas - como o individualismo das aspirações e compromissos de solidariedade de grupo - conciliar pertencimentos duplos, entre outras. Todos esses desafios pessoais, que são práticos, normativos, existenciais e que exigem a mobilização de diversas capacidades dos atores, são provações dos próprios atores, de suas grandezas pessoais e morais em relação a si mesmos e a sua experiência singular do mundo e dos outros.

Sob esse ângulo, a experiência de mal-estar com a mobilidade social ganha sentido como uma experiência de lutas internas e relacionais de autojustificação, de valorização ética e de ajustamento travadas nos mais diferentes espaços sociais e acerca dos mais diferentes aspectos da existência destes, como se pode observar nos relatos de Antônio, Lisa, Andressa e Sandra. Assim como outros conceitos mais consagrados na produção contemporânea sobre o mal-estar vivenciado pelos socialmente móveis, por exemplo, os conceitos de *habitus* clivado (BOURDIEU, 2001) e *neurose de classe* (GAULEJAC, 2014), as noções pragmáticas de “momentos autocríticos” e de “provas de si” permitem retratá-los também como pessoas submetidas a um esforço subjetivo e relacional premente de ajustamento e acomodação. E, mais ainda, descrever, acompanhar e sistematizar esse esforço em suas características, variações e recursos.

Conforme observado nos próprios relatos, essas provas de si podem ser, teoricamente, tratadas como modalidades de provas que se deslaçam em diferentes níveis da experiência subjetiva e relacional dos atores. Tanto em planos intraindividuais, suas lutas internas contra disposições mais incorporadas (LAHIRE, 2004), “conversações interiores” (ARCHER, 2007), adaptações e reformas das maneiras de ser e agir, quanto em planos interacionais e interindividuais, como as negociações e ajustamentos dos relacionamentos familiares, profissionais etc. O mesmo pode ser dito em relação aos espaços e contextos de ação e experiências em que os atores põem-se à prova, nesse sentido: família, trabalho, amigos, consumo e estilo de vida, educação.

A inflexão na noção de “momentos críticos” e de “provas” para abranger dimensões originalmente menos desenvolvidas por Boltanski e Thévenot, como as

tensões e desafios que atingem a experiência singular do mundo dos atores e sua própria pessoa abre, como se pode concluir do parágrafo anterior, possibilidades de diálogo e pontes com outras abordagens sociológicas da ação e do mundo social. Para que isso ocorra, com produtividade analítica e fertilização mútua das abordagens, é preciso apontar e ter consciência dos déficits que uma sociologia pragmática dos “momentos autocríticos” ou das “provas de si” precisaria enfrentar.

Além do ponto cego quanto ao indivíduo e suas crises e tensões internas e relacionais, um segundo ponto é que a concentração na legitimação pública das lutas de justificação dos atores acaba por deixar de lado uma questão importante: quais são os custos pessoais e os desdobramentos subjetivos e biográficos dos “momentos críticos”, do engajamento normativo e da reflexividade avaliativa em situações de crise e ruptura, para os atores? Como uma experiência pessoal e social marcada por “momentos críticos”, como é o caso da experiência de mobilidade social, afeta os atores? Afinal, o constante ajustamento e definição de situações problemáticas na ação cotidiana e na relação consigo é também sentido internamente pelos atores, originando respostas emocionais, afetivas e práticas nos atores.

Outro aspecto digno de consideração crítica cabe ao papel menor dos afetos ou emoções na articulação individual dos “momentos críticos” e no senso normativo dos atores posto em ação. Ao contrário de outros estudiosos para os quais a normatividade da ação social possui vínculos inescapáveis com as emoções e os afetos (JOAS, 2000; HONNETH, 2003; SAYER, 2005; TAYLOR, 2011), a experiência afetiva e emocional ocupa um lugar bastante modesto e residual na sociologia pragmática da crítica. Uma alternativa interessante, no campo da reflexão sobre as emoções e que possui pontos de contato com a perspectiva pragmática, pode ser encontrado na abordagem cognitivista da filósofa Martha Nussbaum para quem as emoções representam juízos avaliativos sobre o mundo e sobre o *self*, a qual, aliás, serviu de base para a construção teórica do sociólogo Andrew Sayer (2005) com respeito ao caráter normativo das relações, experiências e discursos de classe.

Nussbaum<sup>83</sup> (1995; 2001) e Sayer (2005) compreendem as emoções como respostas avaliativas dos atores às situações que experimentam no mundo em relação as

---

<sup>83</sup> A perspectiva teórica judicativa acerca das emoções de Martha Nussbaum (1995; 2001) traz algumas ideias pertinentes e que se coadunam com o objetivo de pensar as situações de mal-estar como uma experiência emocional e moral, são elas: 1) as emoções possuem um papel cognitivo e ético na nossa relação

suas preocupações mais importantes, isto é, que afetam, em diversos sentidos, seu bem-estar, seja de uma maneira física, relacional ou psicológica. Emoções são formas de perceber e de construção de significado sobre situações em que os atores sentem e compreendem, inclusive através de sinais e sensações corporais, implicados e envolvidos em termos de suas preocupações mais importantes, bem-estar e vulnerabilidade (SAYER, 2005; WETHERELL, 2012). Na formulação sintética e clássica da antropóloga Michele Rosaldo (2019, p. 38), emoções são: “pensamentos incorporados, pensamentos filtrados pela apreensão de que ‘estou envolvido’”. É este pensamento e sentimento de envolvimento intenso e profundo do ator com a situação experimentada que a pesquisa encontrou como uma das principais forças desencadeadores de “momentos autocríticos” ou “momentos éticos” (ZIGON, 2008).

Nos relatos das situações de mal-estar vivenciadas pelos nossos interlocutores afetos e emoções estão presentes e se mostram relevantes de muitas maneiras. Além da identificação e descrição de um tecido emocional experimentado, como vergonha, culpa, ressentimento, ansiedade, medo, os atores se apoiam nas emoções sentidas como a base pela qual se dão conta de que algo está errado, que desorganiza e incomoda sua experiência social com os outros e consigo mesmos. Os estados afetivos e emocionais (passados e presentes) experimentados e o seu significado nos contextos e relações em que surgiram desempenham um papel relevante para os interlocutores perceberem, interpretarem e avaliarem seu mal-estar, associando-o a eventos, causas, suas histórias de vida e a consequências práticas. Afetos e emoções revelam-se, com efeito, como uma forma de conhecimento corporificado, uma maneira do corpo perceber e “sinalizar problemas e perturbações nos padrões existentes” (WETHERELL, 2012, p. 13).

Afetos e emoções são também, para os interlocutores, conforme os relatos, algo com o qual eles se preocupam e valorizam. Ou seja, são individual e relacionalmente significativos para eles, pois várias de suas situações de mal-estar com a mobilidade social

---

com o mundo e com nós mesmos, uma vez que elas consistem em formas de juízos direcionadas à objetos e à situações articulados em termos valorativos; 2) as emoções estão relacionadas ao bem, isto é, ao que consideramos importante e com impacto decisivo para o nosso bem-estar ou mal-estar; 3) elas estão entrelaçadas com o “eu”, a subjetividade; 4) as emoções possuem um caráter narrativo e expressivo; 5) a distinção entre “emoções de fundo”, de caráter mais persistente, inconsciente e enraizado em vários aspectos da ação, e “emoções situacionais”, cujo caráter é mais episódico e circunstancial e consciente, ligado à situações particulares. O acento cognitivista e desencarnado, por outro lado, representa, a meu ver, um ponto de fragilidade.

dizem respeito, em grande medida, a uma preocupação com a forma como os outros se sentem a seu respeito e a como eles próprios se sentem a respeito de si mesmos.

De um modo geral, esses três pontos críticos da abordagem pragmática da crítica para a experiência de mal-estar da mobilidade social apontam para uma relação não muito bem equilibrada entre corpo, agência e conhecimento, algo que um complemento praxiológico, com sua maior sensibilidade fenomenológica sobre estar-no-mundo e suas respostas incorporadas, pode contribuir para calibrar.

### **3.3. O mal-estar como habitus clivado: uma perspectiva disposicional**

A mobilidade social constitui um tipo de experiência social em que pode-se enxergar a interdependência e as fraturas entre indivíduo e o mundo social e, também, no próprio indivíduo. Para prover este sentido mais encarnado, afetivo e fenomenológico de que carece, a meu ver, a perspectiva pragmática da crítica para a análise da experiência de mal-estar dos atores com a mobilidade social, a sociologia de Pierre Bourdieu fornece uma via de subsídios vitais para a complementação necessária dos “momentos críticos” enquanto “momentos autocríticos”.

A sociologia de Pierre Bourdieu tem como sua principal preocupação intelectual a construção de um quadro teórico-metodológico em que a objetividade e a subjetividade do mundo social possam ser analiticamente integradas. Toda a caixa de ferramentas conceituais talhada por Bourdieu destina-se, com efeito, à difícil e complexa tarefa de tentar apreender as relações dialéticas entre a agência dos indivíduos, suas práticas, motivações, representações e disposições subjetivas, e o poder condicionante das estruturas sociais, as relações objetivas que ordenam, de modo independente das consciências e vontades individuais, o mundo social. Um modo de conhecimento do social que, em oposição às limitações e parcialidades analíticas do que ele chamou de modos fenomenológico e objetivista, o sociólogo francês intitula de “praxiológico” (BOURDIEU, 1983a).

Entre os conceitos construídos por Bourdieu para colocar em prática a superação da oposição entre subjetivismo e objetivismo na ciência social<sup>84</sup>, o conceito de “habitus”

---

<sup>84</sup> Para Bourdieu (1990), o estudo sociológico de um determinado recorte do mundo social envolve, na perspectiva praxiológica, dois momentos: 1) um momento objetivista que consiste na apreensão do sistema de relações objetivas que ordena as posições dos indivíduos em termos da distribuição dos capitais

é, certamente, um dos mais importantes. No esquema conceitual de sua praxiologia, a noção de *habitus* opera como mediador para apreender a dialética entre as condições objetivas estruturantes e as condutas e representações subjetivas estruturadas dos indivíduos.

No entanto, *habitus* é uma ferramenta que permite entrelaçar ou entender de modo interdependente muitas outras coisas que, digamos, nossa ontologia e fronteiras disciplinares creem separadas e distintas. Trata-se de um conceito com o qual pode-se articular a interação dinâmica das diversas dimensões do mundo social e de como estas se incorporam nos indivíduos; um pensar operacional não-dicotômico, que o torna peça pertinente para um quadro analítico promissor e eficaz para analisar a experiência da mobilidade social.

Nas situações de mal-estar relatadas pelos interlocutores e discutidas nesta tese, as dimensões corporais e afetivas do mal-estar não estão separadas do que se poderia considerar os aspectos mais racionais, reflexivos e mentais desta nem também das preocupações normativas dos atores. Na medida em que as entrevistas narram e a análise enfoca tanto os sentimentos de mal-estar, seus sintomas nos corpos e nas práticas, quanto as racionalizações avaliativas, suas categorias e significados, que os interlocutores elaboram acerca de suas trajetórias e experiências, faz-se indispensável uma teoria da ação e dos agentes que não ceda à dicotomia mente/corpo, afeto/racionalidade. A teoria do *habitus*, em que pese suas limitações quanto aos aspectos da indeterminação, normatividade e reflexividade da ação, acertadamente apontadas por Boltanski e Thévenot e que a noção de “momentos críticos” e “prova” contemplam, constitui uma abordagem que busca evitar o entendimento polarizado entre mente/corpo e afeto/racionalidade, assim também como, com a noção de “disposição”, o polarismo, muito comum na teoria social, entre ação consciente/ação inconsciente, externo/interno (BOURDIEU 2001).

Influenciado pela filosofias de corte fenomenológico, de Martin Heidegger e Merleau-Ponty em particular, e para combater o primado subjetivista da consciência e da intencionalidade, tão presentes em Jean Paul-Sartre, a teoria da ação bourdieusiana enfatiza a ideia de que o agente humano é um “corpo engajado no mundo” e, por isso

---

socialmente importantes e em disputa, formando assim um determinado espaço social e; 2) um momento subjetivista que consiste, por sua vez, na observação e análise das práticas e comportamentos concretos, assim como as motivações e as atribuição de significados dos agentes.

mesmo, um corpo afetado pelo mundo no qual existe. Em um esclarecedor capítulo de *As meditações pascalianas*, intitulado de “o conhecimento pelo corpo”, escreve Bourdieu (2001, p. 165): “O que está inscrito no mundo é um corpo para que possa existir um mundo, incluído no mundo, mas segundo um modo de inclusão irredutível à simples inclusão material e espacial”. Irredutível porque essa inclusão não é apenas um lugar situado no espaço físico mas, também, um estar situado no espaço social, ou seja, em um espaço de relações, constrangimentos, condicionamentos e recursos que modelam e orientam a ação social.

Contra as perspectivas voluntaristas e deterministas da ação social, que realçam, respectivamente, uma reflexividade e engenhosidade sem limites dos atores e a adesão/internalização das normas, respectivamente, o sociólogo de Béarn opõe um entendimento sustentado na valorização da dimensão corporal da ação e do ser dos agentes (BOURDIEU, 2001). A socialização é um tornar-se corpo, aprender a ser um corpo dotado de certas singularidades na forma de maneiras, aptidões, habilidades. Por isso, a um só tempo, tornar-se um corpo comporta um “princípio de individuação”, ou seja, de singularização individual, e um “princípio de coletivização”, quer dizer, as propriedades e disposições coletivas e compartilhadas do ambiente e pertencimento social (BOURDIEU, 2001).

Nesse sentido, o corpo é uma dimensão fundamental do *habitus*, pois os modos de condução e os esquemas de percepção e classificação que o definem constituem, como frutos de processos socializadores de aprendizagem ao longo da vida, um sistema incorporado de disposições. Ou seja, maneiras, propensões, tendências, inclinações e injunções para agir, pensar e avaliar corporalmente depositadas e sedimentadas. Vistas em seu conjunto e sistematicidade, essas disposições formam uma matriz durável e gerativa de práticas e representações, um quadro de referência, com base no qual os agentes respondem, na maior parte das vezes tacitamente, às demandas e mudanças de seus mundos sociais.

Trata-se, portanto, de um entendimento não-representacionista do corpo, mas sim uma perspectiva materialista e fenomenológica do corpo:

O corpo crê naquilo que ele expressa: ele chora se imita a tristeza. Ele não representa o que expressa, não memoriza o passado, ele age o passado, assim anulado como tal, ele o revive. O que é aprendido pelo corpo não é algo que se tem, como um saber que se pode segurar diante de si, mas algo que se é. Isso

pode ser visto particularmente nas sociedades sem escrita em que o saber herdado não pode sobreviver senão no estado incorporado. Jamais separado do corpo que o carrega, ele só pode ser restituído mediante uma espécie de ginástica destinada a evocá-lo, mimesis que, como já observava Platão, implica um investimento total e uma profunda identificação emocional (...) (Bourdieu, 2013a, p.120).

Com essa concepção do corpo como uma espécie de aparelho prático, socialmente produzido, de ação e conhecimento no mundo, a noção de habitus é particularmente enfática acerca do caráter socialmente construído e incorporado do comportamento humano. E isso, como vimos, engloba e implica o pensamento e os sentimentos. Sob esse ponto de vista, habitus pode ser entendido também como uma somatização das condições e experiências socializadoras da trajetória no espaço social. Para analisar a mobilidade social, uma perspectiva que aborda a sedimentação corporal dos efeitos dos deslocamentos no espaço social e, também, como a ação social é orientada por uma matriz geradora de respostas e reações aos ambientes sociais mostra-se, com efeito, bastante coerente.

Em muitos dos interlocutores da pesquisa, o mal-estar social do percurso do mobilidade expressa-se diretamente no corpo na forma de sinais e atividades corporais, como se viu, principalmente no relato da gerente de marketing Sandra e seus receios quanto a fala e aos modos de se vestir. Por exemplo, o medo de falar em público, a preocupação com o vestuário e as formas de apresentação de si, o sentimento de se sentir “travado” e deslocado, a sensação de “inadequação” e de se “encolher” diante dos outros em situações de reuniões formais e informais, a impressão de que se deve sacrificar mais o corpo do que os outros para alcançar os que saíram socialmente na frente, como no caso da médica Lisa e sua irrestrita disciplina para os estudos, entre outros aspectos. Para Bourdieu, mesmo a linguagem é uma “técnica do corpo”:

A linguagem é uma técnica do corpo, e a competência propriamente linguística, especialmente a fonológica, constitui uma dimensão da héxis corporal onde se exprimem toda a relação do mundo social e toda a relação socialmente instruída com o mundo. (Bourdieu, 2008b, p.74).

Outra contribuição pertinente do emprego da noção de habitus refere-se à questão da temporalidade. Como é largamente sabido, o passado desfruta de grande relevância explicativa na teoria disposicional da ação bourdieusiana, uma vez que o habitus está estreitamente vinculado às suas condições geradoras. Sua produção, coerência e

durabilidade liga-se, efetivamente, ao passado, aos contextos e experiências da socialização, em especial à primária no grupo familiar e de classe. Não por acaso, para ilustrar o peso do passado, enquanto uma estrutura motivacional da ação, uma grade de inteligibilidade do mundo, sobre o que e como fazer, Bourdieu recorre a uma série de fórmulas para exprimir tal ideia: “passado incorporado”, “história feita corpo”, “necessidade tornada virtude”, “ajuste entre expectativas subjetivas e oportunidades objetivas”, entre outras.

A despeito de toda referência da efetividade e do reconhecimento do peso causal do passado sobre os agentes, as práticas ocorrem no presente, em ambientes sociais nos quais os indivíduos se situam e aos quais eles respondem. E, se, por um lado, fazem isso movidos por esquemas de ação e avaliação sedimentados e incorporados por experiências passadas, por outro, agem, muitas vezes, tendo em vista demandas objetivas do presente e expectativas subjetivas futuras. O *habitus* em ação é, com efeito, um jogo agonístico entre passado, presente e futuro, e, obviamente, como todo jogo, ele é estruturado por um passado (regras, background, familiaridade) mas também orientado temporalmente para ações presentes e possibilidades futuras.

Portanto, passado, presente e futuro são temporalidades interdependentes e imbricadas, ainda que o passado, por sua força inercial, seja a estrutura de amarração:

Ter o sentido do jogo é ter o jogo na pele; é perceber no estado prático o futuro do jogo; é ter o senso histórico do jogo. Enquanto o mau jogador está sempre fora do tempo, sempre muito adiantado ou muito atrasado, o bom jogador é aquele que *antecipa*, que está adiante do jogo. Como pode ele antecipar o decorrer do jogo? Ele tem as tendências imanentes do jogo no corpo, incorporadas: ele se incorpora no jogo (BOURDIEU (1996, p.144).

O interesse em estudar as dimensões vividas e morais da mobilidade social é inseparável de uma análise das relações entre passado (posição, socialização e trajetória), presente (condições de atuação, recursos, efeitos, avaliação) e futuro (expectativas subjetivas). Nesse sentido, a praxiologia de Bourdieu é uma chave valiosa para conferir às situações de mal-estar e aos “os momentos críticos” dimensões temporais que as contextualizam e as singularizam em sua definição e experiência pelos atores em termos de passado, presente e, também, futuro, assim como, para situar ambas, a partir do conceito de *habitus*, em uma história individual e coletiva.

Outro ponto importante tem a ver com o significado, ou melhor, as implicações existenciais e emocionais do conceito de habitus. Cabe lembrar, que Bourdieu, tomando sua própria trajetória de ascensão social, tematizou as dificuldades de adaptação, o sofrimento emocional e o tensionamento subjetivo que tal trajetória lhe custou. Sua mobilidade social engendrou um “habitus clivé”<sup>85</sup>, uma forte e irremediável experiência incorporada de divisão e tensão interna.

À primeira vista, a noção de habitus não parece ser uma ferramenta teórica das mais aconselháveis quando se trata de analisar a mobilidade social e seus efeitos de mudança e tensão sobre os indivíduos (ARCHER, 2007). Tratar-se-ia de um conceito rígido e mais afinado à processos de reprodução social. De fato, Bourdieu sustenta que, dado o peso das condições e experiências iniciais de socialização na estruturação do comportamento, o *habitus* é marcado por uma tendência de autorreprodução. Ele disporia mesmo do que se poderia entender, inclusive, como uma espécie de “autodefesa” em favor de sua estabilidade e constância, protegendo-se, desse modo, contra mudanças, crises e questionamentos críticos (BOURDIEU, 20013, p.100).

Em suas definições mais consagradas como “*hexis* corporal”, “sistema de disposições duráveis e transponíveis”, “matriz geradora das práticas”, “senso do jogo” (BOURDIEU, 1983a; 1999), o conceito de habitus evoca, em todas elas, uma imagem rígida do agir humano no mundo, abalizado no que este teria de sistemático, irrefletido, regrado, homogêneo, regular, adaptável e unificado. Habitus seria, nesse sentido, uma noção mais inclinada e eficaz para abordar, nas experiências vividas dos agentes, as dimensões mais ligadas à continuidade, à reprodução, à integração, à homologia e à coerência. A descontinuidade, o heterogêneo, o instável, a incongruência e a dissonância estariam, assim, relegadas a um segundo plano ou mesmo escamoteadas teórica e empiricamente<sup>86</sup>.

---

<sup>85</sup> Sérgio Miceli traduz, em **Esboço de Autoanálise** (BOURDIEU, 2005, p. 126) como “*habitus* clivado”.

<sup>86</sup> Não por acaso alguns dos seus críticos, como Bernard Lahire (1996; 2002) e Jean-Claude Kaufmann (2003), assim como os desenvolvimentos contemporâneos na aplicação empírica desse conceito (ADAMS, 2006; ATKINSON, 2010), buscam, em diferentes graus, redesenhar a abordagem do habitus. Primeiro, para contextualizá-la mais adequadamente às condições históricas, culturais e institucionais das sociedades contemporâneas. E, em segundo lugar, dotá-la de uma maior capacidade analítica e descritiva para apreender na agência humana, seja de coletividades ou indivíduos, a pluralidade, a reflexividade, a contingência, a contradição, as rupturas. Para uma avaliação e balanço a esse propósito em diálogo crítico com o conceito de habitus na sociologia contemporânea ver: VANDENBERGHE, Frédéric; VÉRAN, Jean-François. (Orgs.). **Além do habitus: teoria social pós-bourdiesiana**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.

Contudo, Bourdieu, ao longo de sua obra, realçou sentidos mais matizados, maleáveis e indeterminado do habitus<sup>87</sup>. Produto de condicionamentos sociais e de injunções adquiridas pela experiência, o habitus está incessantemente exposto ao que pode reforçá-lo e transformá-lo. Como um conceito relacional, que pretende entrançar “objetivo e subjetivo”, “externo e interno”, o habitus é indissociável das condições, circunstâncias e relações sociais (passadas e atuais) em que os agentes sociais concretamente existem e interagem<sup>88</sup>. Por isso, seria um erro restringi-lo a sua tendência de autoreprodução.

Nesse sentido, o habitus deve ser entendido, na verdade, como um “sistema aberto de disposições”, que é “durável mas não eterno”, que não é “necessariamente adaptado, nem necessariamente coerente”, que muda “em resposta a novas experiências”. Em outras palavras, uma combinação de continuidade e descontinuidade, persistência e variação, rigidez e flexibilidade, reforço e modificação (BOURDIEU, 2001; BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 133).

Principalmente em sua produção mais tardia, Bourdieu calibra e pontua, com mais ênfase, as propriedades mais permeáveis e responsivas do habitus à dinâmica das situações, trajetórias, experiências e reflexividade. E, assim, relativiza, em certa medida, o alcance de sua força inercial e seu caráter unitário. À despeito do condão de coerência, sistematicidade e durabilidade que caracteriza, em seus principais traços, o habitus, ele está sim aberto à alterações, adaptações e improvisos diante de novas experiências e estímulos, podendo, assim, assumir traços contraditórios e uma dinâmica mais

---

<sup>87</sup> Principalmente ao longo das obras publicadas nas décadas de 1980 e 1990, pode-se perceber um uso do conceito de habitus mais aberto à plasticidade, às tensões, à fragmentação e mesmo às emoções e às relações do indivíduo consigo mesmo. Por outro lado, isso não quer dizer que os condicionamentos objetivos e estruturantes do habitus, marcadamente os da condição de classe, perderam seu protagonismo na produção dos modos de ser dos agentes.

<sup>88</sup> A despeito de seu caráter socialmente estruturado, regular e compartilhado, as condições de existência são dinâmicas e variáveis porque históricas, portanto, mudam e transformam-se. Logo, o habitus, que é sua sedimentação nos corpos, é afetado. Ele está, como já dito, irremediavelmente aberto às novas circunstâncias, experiências e às alterações que delas podem advir sobre os modos de ser dos agentes. A ressalva de Bourdieu a esse respeito é que tal abertura e modificações não ocorrem simplesmente por vontade e condições escolhidas pelos indivíduos e sua subjetividade. Elas se dão sempre sob restrições estruturais, em referência a um estado anterior, a um passado incorporado precocemente, principalmente constituído pela socialização familiar e escolar, e, obviamente, influenciadas pelas novas condições e experiências do presente. Além do mais, o habitus muda segundo um ritmo, velocidade e graus distintos e menos intensos em comparação à dinâmica dos campos sociais em que os agentes agem (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

fragmentada. Porém, é importante frisar, não sem altos e desconfortáveis custos para os indivíduos.

Bourdieu considera que rápidas mudanças sociais, seja para grupos ou indivíduos, afetam a relação prática - ou seja, pouco consciente e não-intencional - de cumplicidade e coerência entre habitus e o ambiente social, entre passado incorporado e as demandas de ação da experiência social presente. A sensação de se sentir como um “peixe dentro d’água” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992) é quebrada, pois o alinhamento entre as disposições adquiridas e o campo de relações em que se está inserido entra em desajuste.

Mudanças sociais, portanto, podem engendrar condições e expectativas marcadamente diferentes daquelas condições e expectativas de socialização dentro e a partir das quais o habitus, este corpo socializado ou subjetividade socializada, foi originalmente produzido e incorporado em suas disposições, maneiras e propensões específicas de agir, pensar e sentir. Essas mudanças podem ser dadas e impulsionadas tanto por processos estruturais de reorganização da economia, do mercado de trabalho, do sistema de ensino, do direito quanto por trajetórias individuais de deslocamento no espaço social, como a mobilidade intergeracional entre posições de classe, ou por movimentos individuais e familiares de imigração entre países e culturas.

Em sociedades desiguais e estratificadas, explica Bourdieu, mover-se para campos sociais novos e experimentar novas condições materiais de existência não é algo simples para os indivíduos. Uma defasagem entre o “mundo de partida” e o “mundo de chegada” pode ser aberta, de modo que os socialmente móveis são colocados diante de situações e demandas para as quais o habitus formado e internalizado no quadro de sua classe social de origem não lhes oferece os meios práticos adequados de resposta e ajustamento.

Entendido sob essas circunstâncias e contradições, o conceito de habitus assume, também, um significado singularmente mais experiencial, reflexivo, ambivalente e emocionalmente inquieto em Bourdieu. Mais do que um ajuste automático, pré-determinado e duradouro das disposições subjetivas às condições objetivas ou às situações de ação, o habitus, escreveu em *Meditações Pascalianas*, “tem os seus fracassos, seus momentos críticos, de desconcerto e defasagem” (BOURDIEU, 2001, p. 197).

Essa dimensão de inquietação e de desassossego do habitus ganha relevo exatamente quando o autor enfrenta, de modo mais direto ou indireto, a questão da

mobilidade social, enfatizando que esta tem suas desvantagens e custos para os indivíduos que viajam pelo espaço social. Principalmente para os que sobem, a mudança social de classe demanda, muitas vezes, que se “vire a mesa dos valores, proceda a uma conversão de toda a sua atitude” (BOURDIEU, 2011, p. 316). Sob essa perspectiva, o habitus não está assim tão longe da noção pragmática de “momentos críticos”, pelo menos no sentido de que seriam, necessariamente, conceitos que se autorepelem. Consideradas e trabalhadas complementarmente, como se propõe nesta pesquisa, ambas as noções ensejam uma das vias possíveis de tratamento da ação no qual tenta-se não perder de vista a indispensável combinação e hibridização entre as dimensões irrefletidas, incorporadas e iterativas da ação humana com as capacidades reflexivas, interpretativas e avaliativas dos atores. Ou seja, uma compreensão dos seres humanos como seres capazes de avaliar e refletir sobre o que vivem, fazem e sentem e, também, como seres orientados por respostas incorporadas como disposições, propensões e inclinações práticas e socialmente adquiridas (SAYER, 2010b).

A distância entre os modos de ser e agir aprendidos na classe de origem e os modos de ser e agir da classe de destino acaba por se converter em uma fonte de tensão entre os elementos mais duráveis do habitus e os elementos que foram transformados ou estão em processo de transformação e assimilação. Isso está presente de maneira mais notável em alguns dos interlocutores, como o engenheiro Ricardo e a gerente de marketing Sandra. Ambos exprimem, em seus relatos, o mal-estar de viver em mundos diferentes sem se sentir plenamente em casa em nenhum deles.

As posições contraditórias e os deslocamentos sociais e geracionais de ascensão ou declínio tendem a engendrar nos indivíduos constrangimentos estruturais e sentimentos que são vividos, muitas vezes, de maneira pessoalmente dolorosa<sup>89</sup> (BOURDIEU, 2005; 2008). Em Bourdieu, a mobilidade social é, não raro, entendida

---

<sup>89</sup> Bourdieu ilustra essas teses em alguns importantes trabalhos em sua obra. Cabe mencionar suas pesquisas acerca dos bruscos e violentos impactos dos processos de mudança social e econômica na Argélia dos anos 1960 e na França dos anos 1990 (BOURDIEU, 1979; 2008). Outro exemplo é seu estudo sobre as *grandes écoles* do sistema de ensino francês (BOURDIEU, 1998). Neste, o sociólogo observou a experiência subjetiva de ambivalência de estudantes de origem popular nessas escolas, isto é, o esforço para adotar as disposições culturais valorizadas e o anseio pela reintegração em suas comunidades de origem. Por fim, vale mencionar, o exercício de autoanálise que Bourdieu levou à cabo a respeito de sua própria trajetória social improvável: de alguém de origem rural e provinciana que logrou um lugar de destaque e prestígio no seio da aristocracia intelectual francesa (BOURDIEU, 2005). Todos esses são exemplos, em sua produção científica, de como o problema da relação *habitus* e mudança social foi abordado e entrelaçado sob uma perspectiva mais plástica e existencial de sua teoria da prática do que se costuma atentar e reconhecer.

como acompanhada por ansiedades e conflitos emocionais, dado que implica experimentar e viver entre socializações e universos simbólicos por vezes bastante díspares. É, nesse sentido, para os socialmente móveis, uma experiência vivida marcada pela “coincidência de contrários”, pela sensação incômoda de estar em constante negociação consigo mesmo, percebendo-se como “defasados, deslocados, mal colocados, mal em sua própria pele, na contramão e na hora errada” (BOURDIEU, 2004, p. 28).

Trata-se, portanto, de vivenciar um mal-estar<sup>90</sup>, que é não apenas sobre sua posição social mas sobre o seu lugar no “mundo”. Bourdieu cita o “duplo isolamento” dos que cruzam as fronteiras e as linhas de classe do espaço social, isto é, a sensação de desconforto e o persistente senso de inadequação, de não se encaixar nem ao antigo ambiente social, a família, os amigos de infância e as práticas culturais aprendidas, nem ao novo mundo alcançado, suas relações, expectativas e valores. Nesse sentido, escreve Bourdieu, “ir de baixo para cima é guindar-se, trepar e trazer as marcas ou os estigmas desse esforço” (BOURDIEU, 2007, p. 137).

Trajetórias de mobilidade social resultam, na avaliação de Bourdieu, em uma forma particular de organização do habitus ou, se quiserem, da subjetividade. Elas fomentam, com efeito, um terreno propício para fazer crescer um sistema de disposições contraditórias e clivadas, que o sociólogo qualifica como habitus clivé<sup>91</sup>.

A travessia de fronteiras pelo espaço social pode ser vivenciada pelos indivíduos como um conflito interiorizado, um processo subjetivo de profundo mal-estar em que o *habitus* divide-se contra si mesmo. Habitus clivado, portanto, refere-se a essa condição subjetiva de ser clivado e dividido em dois, um mal-estar consigo mesmo e que carrega “sob a forma de tensões e contradições a marca das condições de formação contraditórias de que são o produto” (2001, p. 79).

---

<sup>90</sup> Importante insistir que a experiência de mobilidade social não é apenas “negativa”, isto é, geradora de desconfortos e sofrimentos. O próprio Bourdieu, considerando sua trajetória de ascensão social, reconheceu nela uma dimensão “positiva” ao lhe atribuir, com efeito, uma das razões pelas quais ele pode abraçar, sem maiores problemas, certas “virtudes metodológicas” não ensinadas nos manuais, como a “ausência de desprezo pela minúcia empírica”, “a atenção aos objetos humildes”, a recusa à megalomania das rupturas teóricas espetaculares, entre outras (BOURDIEU, 2005, p. 126).

<sup>91</sup> Como o *habitus* é afetado por experiências que podem reforçá-lo ou modificá-lo em suas disposições, o *habitus* clivado é uma possibilidade das experiências modificadores relacionadas à mobilidade social, dependendo, com efeito, da natureza, acúmulo e velocidade dessas experiências.

Assim como o “efeito de *hysteresis*”<sup>92</sup>, a noção de *habitus* clivado trata das situações de defasagem e desajuste entre as disposições incorporadas e as condições atuais de existência da ação social. No entanto, há uma diferença de escala entre esses conceitos. Com o segundo, Bourdieu introduz um olhar, por assim dizer, à escala individual do “efeito de histerese”. Seu foco se desloca das mudanças de grande e média escala nas condições dos campos para a experiência vivida e os sentimentos gerados por essas mudanças nos indivíduos.

Trata-se de chamar a atenção para a renhida e, muitas vezes silenciosa, luta dos indivíduos socialmente móveis para dar sentido às forças psíquicas paradoxais que impellem e atravessam seus pensamentos, emoções e comportamentos. Em síntese, as divisões e experiências internalizadas de classe por trajetórias ascendentes ou descendentes no espaço social tendem a produzir, para Bourdieu, modos de ser contraditórios, autoconflitivos e desconfortáveis, caracterizados por sentimentos de divisão do *self* e pela descontinuidade e desconexão das disposições e seus ambientes sociais.

Essa experiência de clivagem, que atinge relacionamentos, práticas e o próprio *self* dos atores, encontramos em diversos de nossos interlocutores, como o economista Otávio, o engenheiro Ricardo, a gerente Sandra e a administradora Andressa. Uma clivagem que não necessariamente precisa abarcar a totalidade da experiência social e da identidade pessoal dos interlocutores, mas, como se viu nos relatos de vida, pode manifestar-se neste ou naquele aspecto em particular, sendo, contudo, na relação com a família o aspecto mais pronunciado entre os nossos interlocutores. Temos, aqui, uma questão interessante a ser colocada à sociologia pragmática da crítica, a de que os atores em situações de prova e momentos críticos podem se encontrar em uma relação ou condição de histerese com o contexto de ação ou de clivagem interna, o que tornaria sua

---

<sup>92</sup> Trata-se de uma categoria utilizada por Bourdieu para descrever o efeito de disjunção do *habitus* quando este se defronta, abruptamente, com condições de existência novas e demandas contextuais objetivas bastante dispares das condições sociais, culturais e econômicas de sua produção e funcionamento. O conceito de “histerese” refere-se, portanto, a situação de descompasso e desalinhamento das disposições subjetivas passadas dos agentes perante às estruturas sociais presentes da prática em um dado campo de atividades em transformação profunda e brusca, tal como a modernização de uma economia tradicional, a reestruturação de carreiras acadêmicas ou as revoltas estudantis de 1968. Para maiores detalhes, ver: BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Editora Ática, 1994, p. 46-86. Coleção Grandes Cientistas Social.

percepção e respostas às exigências de definição e ajustamento mais problemáticas e em condições desiguais em relação a outros atores.

A noção de *habitus clivé* tem como objetivo, portanto, explicar o sofrimento emocional e os conflitos interiorizados que trajetórias de mobilidade social, em uma sociedade de amplas e hierárquicas desigualdades de classe, pode engendrar. Com esse conceito, Bourdieu retrata também sua própria experiência de mobilidade social, que é também de ordem geográfica e cultural, na sociedade francesa<sup>93</sup>, além de pôr em perspectiva todo um conjunto de sentimentos ambíguos causadores de certo sofrimento emocional.

Bourdieu lança luz, assim, sobre dimensões existenciais e afetivas da ruptura da relação de correspondência entre estruturas sociais e estruturas mentais. Trata-se de um esforço teórico para compreender como essa ruptura é subjetivamente vivida e quais são os custos psicossociais para os indivíduos que a experimentam. Além das tensões culturais de classe e sua violência simbólica, o conceito de *habitus clivado* ajuda a pôr em contexto todo um conjunto de sintomas, sensações e conflitos pessoais conformadores de uma experiência subjetiva de mal-estar intimamente associada à trajetórias sociais móveis.

*Habitus clivado* constitui uma ferramenta analítica poderosa para compreender a relação de mal-estar dos atores socialmente móveis com o mundo e com eles próprios. No arcabouço teórico bourdieusiano, ela é a principal categoria analítica para interpretar essa condição subjetiva, existencial e mais ou menos durável de mal-estar consigo mesmo que a experiência de mobilidade social pode, muitas vezes, precipitar (BOURDIEU, 2001; 2008). Contudo, esta potente categoria e as demais ferramentas oferecidas pela perspectiva da teoria da prática e disposicionalista de Bourdieu carece de uma maior atenção e desenvolvimento a um elemento vital para entender e abordar por que experiências de classe social e mobilidade podem gerar mal-estar e sofrimentos, e, assim, conformar problemáticas existenciais duradoras nos atores, qual seja: a moralidade.

---

<sup>93</sup> De origens sociais bastante modestas, filho de um meeiro que se tornou funcionário dos correios, Bourdieu é oriundo de uma região campesina no sudoeste da França. Antes de alcançar o topo da elite acadêmica francesa, quando ingressou no *Collège de France* no começo da década de 1980, Bourdieu cursou parte da sua formação básica em pequenos Liceus públicos de menor prestígio no interior francês e junto com outros filhos de agricultores, pequenos comerciantes e operários. No período em que serviu ao exército, na segunda metade dos anos 1950, foi também guarda numa instalação militar. A trajetória de vida de Bourdieu é, portanto, a de um migrante interno socialmente ascendente. Para maiores detalhes ver: BOURDIEU, Pierre. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Nesse sentido, a sociologia pragmática da crítica (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999; 2006), assim como outras elaborações com maior diálogo com a praxiologia bourdieusiana (LAMONT, 1992; 2000; SKEEGS, 1997; SAYER, 2005) se mostram relevantes para responder e preencher essa carência.

#### 4. O MAL-ESTAR NA *CLASSE-FICAÇÃO*<sup>94</sup>

*“A luta de classes está em mim”*

Annie Ernaux

##### 4.1 A provação do valor pessoal em uma sociedade desigual

Neste capítulo, com o objetivo de oferecer uma visão menos panorâmica e mais verticalizada da experiência de mal-estar com a mobilidade social, discuto, em maiores detalhes, a trajetória social de dois interlocutores e seus conflitos vividos. Para tal, recorro, como inspiração, à metodologia dos retratos sociológicos (LAHIRE, 2004), a qual, também, nos parece mais adequada para complementar as dimensões subtematizadas das situações de mal-estar como “momentos críticos”, em especial o papel do passado incorporado e do corpo na experiência de mal-estar nas trajetórias de mobilidade social.

Ambos os interlocutores possuem percursos de ascensão social construídas via educação e o serviço público. Um primeiro olhar sobre as trajetórias de Thaís e Geraldo permite apontar algumas semelhanças: nos dois, temos uma mobilidade social intergeracional e de médio-alcance. Os dois, atualmente, consideraram-se indivíduos de classe média, muito embora sintam-se pouco à vontade com a classificação. Contudo, há diferenças importantes que singularizam o perfil da ascensão, as experiências vividas de Thaís e Geraldo e os próprios critérios em nome dos quais eles se autoclassificam e autocompreendem como pertencentes à classe média.

Na primeira de nossas interlocutoras, a mobilidade social pode ser enquadrada principalmente pela incorporação de capital cultural<sup>95</sup>. No segundo, o acento está mais em

<sup>94</sup> Devo a engenhosa expressão à criatividade conceitual do professor Alexandre Werneck (UFRJ).

<sup>95</sup> Para pensar as diversas formas de poder e riqueza do mundo social nas sociedades capitalistas avançadas, Bourdieu (2008) identifica quatro tipos de capitais: o econômico, o cultural, o social e o simbólico. O primeiro diz respeito ao patrimônio econômico: renda, propriedades e ativos monetários em geral. O capital cultural, por sua vez, existe na forma objetivada de bens culturais, na forma institucionalizada de diplomas e qualificações educacionais e profissionais e, por último, na forma corporificada de disposições duráveis, quer dizer, certas aptidões cognitivas, estéticas, linguísticas na relação com o universo da cultura e suas práticas. Já o capital social refere-se às conexões e recursos das redes de contato que os agentes podem mobilizar e usar ao seu favor. Finalmente, o capital simbólico trata da consagração das formas anteriores de capitais quando reconhecidos e legitimados, em determinado campo, em seu valor e sinais de prestígio, status e reconhecimento.

marcadores de capital econômico. Essa diferença demarca, aliás, sentidos distintos de mobilidade social para uma e para outro. Para Thaís, a mobilidade social tem muito mais a ver com estilo de vida, valores, conhecimentos aprendidos e aspirações de autodesenvolvimento. Ao passo que para Geraldo, a mobilidade social está ligada à carreira profissional, criar redes de contato privilegiadas, ao padrão de vida, ao investimento escolar nos filhos e, principalmente, a uma forma de conquistar respeito pela autossuficiência econômica.

Além do mais, ela se mostra menos inclinada a associar sua ascensão à fatores e habilidades pessoais do que Geraldo, que, mesmo reconhecendo a desigualdade de oportunidades, possui uma visão mais individualista e orientada ao valor da educação, do talento e do empenho pessoal como forças subjetivas capazes de mudar e moldar trajetórias de vida. Outra diferença reside nos desdobramentos pessoais das trajetórias de mobilidade social. A maior mudança nas representações e disposições subjetivas e o esgarçamento relacional familiar de uma não encontram, por sua vez, o mesmo eco na experiência subjetiva do outro.

A despeito dessas diferenças, suas experiências de mal-estar e conflitos interiorizados com suas trajetórias de deslocamento social podem ser aproximadas, pois nelas encontram-se uma mesma ferida moral, a incorporação de um sentimento de ameaça e dúvida acerca do próprio valor pessoal. Essa sensação autoimposta de provar o próprio valor para si e para os outros é algo recorrente entre vários de nossos entrevistados, como se observou no capítulo anterior. No caso de Thaís, certamente, não envolve apenas classe social mas gênero também<sup>96</sup>, assim como no caso de Geraldo envolve um status familiar dominado em sua rede de parentesco ampliado.

Nos indivíduos de trajetórias ascendentes pesquisados, um dos sentimentos de mal-estar mais compartilhados consiste no sentimento de incompletude, isto é, de não perceber-se e sentir-se como um *self* completo e que realizou todo o seu potencial. À despeito de sua inegável força simbólica, os sinais e marcadores econômicos, sociais e culturais de ascensão social podem, em muitos casos, ocultar expectativas subjetivas e aspirações de si frustradas. Por razões distintas e sob formas diferentes, é o caso dos dois

---

<sup>96</sup> Em ambientes de trabalho fortemente relacionados ao exercício do poder e da autoridade e muito masculinos, o que é um pouco menos o caso do Ministério Público, que conta, comparativamente, com uma presença significativa e crescente de mulheres, principalmente como promotoras e procuradoras, a justificação da competência e merecimento tem sido uma experiência subjetiva com explícitos cortes de relações de poder de gênero.

próximos interlocutores. Em outras palavras, a ascensão social pode ser vivida também, em certo sentido, como um fracasso.

Para sistematizar os conflitos identificados na experiência de mal-estar nesses dois interlocutores com a mobilidade social, o quadro abaixo propõe o seguinte mapa da experiência moral e afetiva:

**Tabela 5. Mapa da experiência moral e afetiva Thaís e Geraldo**

	<b>Thaís</b>	<b>Geraldo</b>
<b>Dimensões problemáticas da experiência</b>	Identidade; corpo; estilo de vida;	Relações familiares; Autoestima; Carreira Profissional
<b>Conflitos vividos</b>	Sentido de ilegitimidade; Inautenticidade; Sensação de incompletude; Sensação de fracasso pessoal;	Ruptura das aspirações profissionais; Sensação de fracasso pessoal; Inferioridade social
<b>Preocupações normativas</b>	Autenticidade; Autorrealização; Autoexpressão; Autoaperfeiçoamento; Relacionalidade familiar	Estima social; Dignidade; Autorrespeito; Responsabilidade individual; Sucesso material;
<b>Afetos/Emoções</b>	Vergonha; Ansiedade; Insegurança; Frustração;	Frustração; Ressentimento; Raiva; Indignação
<b>Provas de si</b>	Adaptação ao ambiente profissional; Conhecimento de si; Autoexpressão da individualidade	Redefinição vocacional; Afirmação da autonomia;

Fonte: Elaboração própria.

De modo geral, os conflitos, sentimentos e situações de mal-estar de Thaís e Geraldo são bastante ilustrativos do sentido que a moralidade, tal como a entende Sayer (2005), assume enquanto reivindicações e concepções de valor com respeito ao que os atores consideram importantes para o seu bem-estar e para uma boa vida, que podem ser: o cultivo e expressão da identidade pessoal, o sucesso material, as relações familiares, as realizações pessoais, a carreira profissional, a integridade pessoal, o pertencimento, entre outras.

#### **4.2 Thaís: o medo da inautenticidade**

*“(...) eu quero ser muitas coisas, eu quero ser muitas coisas, eu brinco que eu não sei o que quero ser quando crescer ainda, não sei. Thaís, 39 anos, servidora pública, técnica administrativa do Ministério Público.*

Thaís tem 39 anos, e possui uma carreira estável e consolidada como servidora há mais de quinze anos no Ministério Público. Oriunda de uma cidade do alto-oeste do Rio Grande do Norte, filha de pai mecânico e mãe dona de casa, sendo o primeiro analfabeto e a segunda tendo um pouco mais de três anos de estudo, Thaís, a mais velha de três irmãos, alcançou patamares escolares inéditos e notáveis em sua família. Formou-se em Economia por uma universidade pública e, mais recentemente, concluiu sua segunda graduação, em Direito, numa faculdade privada. Em seus traços mais gerais, Thaís é o exemplo típico da ascensão social via educação e estudos, alavancada especialmente pelo *boom* de concursos públicos na primeira década dos anos 2000.

Em seu contexto familiar, Thaís não dispôs de um capital familiar e escolar favorável e nem de uma socialização escolar precoce e complementar baseada, de modo sistemático, em práticas intencionais de investimento educacional conduzidas por pais e irmãos mais velhos, como foi encontrado em outros interlocutores. Sua narrativa não deixa transparecer nada que leve a concluir acerca da ação de um projeto familiar sustentado e incentivado de ascensão social, de modo que a trajetória social de Thaís pode ser caracterizada como uma trajetória de contratendência socialmente ascendente<sup>97</sup>.

Ela própria, quando indagada se um dia imaginou se alcançaria a condição social e padrão de vida atuais, se mostra cética e categórica:

*Não, jamais pensei, eram outros tempos, outra cabeça, mais limitada para imaginar e achar que eu poderia ter a vida que tenho hoje... com a condição, com os privilégios, que possuo, de ir a restaurante, comprar roupas, viajar, não ter aquela preocupação com o dinheiro no fim do mês, essas coisas. Para mim, pensava, eu iria viver fazendo alguma coisa em Pau dos Ferros, morando numa casa parecida com a dos meus pais,*

---

<sup>97</sup> A dinâmica relacional familiar de Thaís, mesmo afetada por certa instabilidade econômica, derivada dos períodos com e sem trabalho do pai, e limitada em recursos culturais e experiências escolares, pode ser descrita como animada por uma “ordem material e moral doméstica” (LAHIRE, 1997), mantida e conduzida de modo bastante centralizado na figura da mãe, sobretudo no que se refere às finanças domésticas. Como sustenta Lahire, as ascensões improváveis tem, entre seus fatores explicativos, a existência de um contexto prático de ordenação do ambiente familiar mais ou menos estável em termos das condições materiais, regras, condutas, horários e atividades, os quais, por seus efeitos diretos e indiretos, acabam por propiciar a formação de disposições para agir com disciplina, organização, concentração e paixão nos estudos e leituras. O conceito é de Bernard Lahire (1997), elaborado no contexto de sua pesquisa (*Tableaux de Familles: Heurs et Malheurs Scolaires en Milieux Populaires*, publicada em 1995 na França) acerca das condições de socialização familiares atuantes e sociologicamente relevantes no êxito escolar de crianças francesas oriundas das classes populares. Certamente é uma chave analítica interessante para abordar como foi possível a ascensão social de Thaís.

*tendo uma condição um pouco melhor do que a deles, talvez, já que eu tive a oportunidade de estudar que eles não tiveram, mas nada assim como hoje (Thaís, servidora pública, 39 anos).*

No entanto, nem por isso as interações e experiências de socialização familiar, especialmente às relacionadas com a mãe, deixaram de produzir condições e efeitos decisivos para a sua trajetória social e educacional. Fortemente ligada à mãe, Thaís reconhece nela aprendizados fundamentais para sua vida, tais como a gestão econômica controlada e orientada para a segurança financeira e os sentimentos de confiança, firmeza e responsabilidade diante dos problemas cotidianos.

A exitosa trajetória educacional de Thaís e sua condição profissional e financeira estável e privilegiada, que conformam sua inegável mobilidade intergeracional, guardam nuances e ambiguidades para as quais os marcadores e indicadores tradicionais de mobilidade social pouco dizem. Thaís se percebe como uma mulher de “classe média”. Não exatamente por conta do apartamento, do carro, da renda mensal e do poder de compra de que usufrui. Mas sim por uma certa maneira de ser e por sua “formação cultural”, isto é, pelos conhecimentos, preferências e forma de pensar que ela acredita a definirem como pessoa.

Inegavelmente, sua ascensão social envolveu atravessar fronteiras de classe e, em seu transcurso, foi acompanhada de profundas mudanças nas práticas culturais, disposições de gosto e contextos de sociabilidade. Após a entrada no Ministério Público, Thaís ressalta que a interação e o convívio com os colegas de trabalho a fizeram se dar conta de que “*o mundo era muito maior e diferente do que ela imaginava*”. Recém saída da universidade e de sua cidade natal, a servidora conta que sentiu um certo deslumbramento com o estilo de vida, as maneiras e os conteúdos das conversas das pessoas com as quais passou a conviver. Mas, por outro lado, se viu enredada numa tensa rede de julgamentos e avaliações, com caráter de classe, em que sentia o seu valor e status pessoal em xeque e contra a qual ela teve de agir.

As condições favoráveis de tempo livre e de segurança econômica, que seus pais e ela própria na infância e adolescência nunca dispuseram, lhe abriram um amplo espaço para se dedicar à formação de um tardio capital cultural incorporado (BOURDIEU, 2001), isto é, de conhecimentos, competências, maneiras e orientações na relação com a cultura e consumo. Em seu tempo livre, Thaís cultiva e valoriza atividades de lazer e consumo, como pintura, literatura e leituras de livros em filosofia e psicologia, escrita de reflexões,

passeios, viagens e compras de vestuário e sapatos. Sua relação com essas práticas é bem mais orientada para a fruição e estilização da vida (BOURDIEU, 1994) e de si mesma do que para uma relação de necessidade material individual ou doméstica.

A ascensão social de Thaís assume a forma de um projeto de autoafirmação pessoal. Nele, a incorporação de capital cultural possui um papel decisivo para a expressão e realização de suas concepções de valor de boa vida e identidade. Quando perguntada sobre suas “conquistas pessoais e sociais”, Thaís cita elementos culturais de sua individualidade: conhecimentos formais e habilidades interpessoais adquiridos, reformulações de pensamentos, ampliações de visão de mundo, experiências significativas e ricas em aprendizados. Ou seja, sua principal conquista social é a formação de sua própria subjetividade e maneira de ser.

Além dos gostos e preferências de consumo, pode-se perceber a diferenciação subjetiva de Thaís quanto ao lugar que as aspirações pessoais, o trabalho e a família ocupam em sua vida. Sua mobilidade social, portanto, conforma uma distância subjetiva em relação ao grupo de origem porque não se trata apenas de uma mobilidade econômica, de rendimentos e bens, mas, por assim dizer, uma mobilidade cultural<sup>98</sup>. Essa distância e diferenciação, aliás, alimenta tensões internas, e é percebida por Thaís como causadora de dificuldades na manutenção e proximidade afetiva dos vínculos originais. Como é costumeiro encontrar entre aqueles que ascendem socialmente, um dos efeitos mais diretos da experiência de mobilidade de Thaís é o afrouxamento da conexão e da identificação com os grupos e contextos anteriores ao movimento de ascensão social, como família e amigos.

Outro ponto a se destacar na narrativa de Thaís consiste no papel e lugar que a afirmação da individualidade e da autorrealização passam a assumir em sua vida subjetiva. Há um evidente e insólito contraste entre as escolhas educacionais e profissionais sem sentidos fortes de vocação e individualidade do início de sua trajetória social de ascensão com, por outro lado, a sua situação atual de intensa preocupação com a autoexpressão de sua individualidade e a realização de suas potencialidades. Sua ascensão social tomou a forma, em grande medida, de um processo de autoafirmação

---

<sup>98</sup> A mobilidade social é um processo multifacetado e com dimensões e sentidos variados. Por mais que exista uma grande tendência de encará-la em seu aspecto econômico, isto é, mudança nos rendimentos, tipo de emprego e nível de escolaridade, a mobilidade social se processa também por dimensões e sentidos outros, como práticas e preferências culturais, estilo de vida, tipo de bairro e residência. Apesar de relacionadas ao econômico, elas tem suas próprias dinâmicas e peculiaridades.

individual em relação ao grupo familiar original e em relação ao seu trabalho. Em ambos os contextos, Thaís se vê acossada por negociações internas e externas com respeito ao seu lugar, valor e papel no trabalho e na família e a necessidade premente de estabelecer para si sua própria individualidade e autenticidade.

Nas entrevistas, cada uma de mais de duas horas e que ocorreram numa sala da universidade federal, Thaís se mostrou bastante à vontade, comunicativa e motivada. Ao contrário de outros interlocutores, não há nela o embaraço inicial nem aquela hesitação desconfiada que busca decifrar as intenções do pesquisador. Thaís embarca, com entusiasmo e alguma ansiedade, no jogo de perguntas e respostas. Ao final da entrevista, ela destacou como havia discorrido sobre assuntos e se dado conta de aspectos de sua vida que, mesmo com um histórico de terapia e análise, ela afirmou não ter até então exposto e se atentado anteriormente.

De imediato, a autoapresentação segura e autoconfiante de Thaís, manifesta na postura, no modo articulado de falar e na elegância das roupas, se sobressai quando a encontro. À primeira vista, estamos diante de uma mulher branca de classe média, que aparenta estar confortavelmente nessa condição e identidade. Thaís é uma mulher não apenas acostumada, mas zelosa no autocontrole da sua imagem e impressões pessoais – algo que ela própria afirma valorizar e cultivar, com prazer e intencionalidade, em razão do seu trabalho ser marcado por uma interação rotineira com “*pessoas importantes e em cargos influentes*”. A moda cumpre aqui um interessante papel autoafirmativo e também, pode-se pensar, de certo gerenciamento das emoções no jogo micropolítico do seu cotidiano profissional.

Não obstante a segurança e a autoconfiança que sua imagem pessoal transmitem, e que Thaís se esforça por manter, isso não impediu que no delongado da entrevista ela, por algumas vezes, se emocionasse. A difícil relação de proximidade e distanciamento com a casa familiar, a insuficiência da autorrealização pelo trabalho atual e a ansiedade em relação à própria autoafirmação individual são alguns dos pontos deflagradores de sentimentos de mal-estar que aqui irei examinar.

#### **4.3. Uma ascensão sem vocação**

Quando se analisa a trajetória social de Thaís e sua narrativa de ascensão, uma visão planejada e deliberada da mobilidade social não encontra chão. A noção de “projeto” como uma conduta organizada de escolhas e decisões para atingir certos objetivos materiais e ideais, cara à compreensão de Gilberto Velho a respeito da experiência de mobilidade como uma experiência subjetiva consciente, não se coaduna exatamente com o relato e a percepção de Thaís sobre sua trajetória social.

Já trabalhando como vendedora de loja, suas escolhas e expectativas educacionais e profissionais de futuro eram, como ela própria afirma, guiadas pela necessidade de ter “*que fazer alguma coisa*”, já que “*estava ficando velha*”. Aliás, essa combinação entre a necessidade premente de “*fazer algo*” com uma certa indistinção e indiferença acerca da natureza peculiar da atividade que deve ser feita é, pode-se dizer, bastante característica do universo das classes populares e os compromissos morais que o animam no interior das redes familiares e grupos domésticos<sup>99</sup>.

De sua narrativa não se depreende exatamente um projeto racional claro para “subir na vida” nem, muito menos, um *ethos* de autoafirmação da individualidade pelos estudos e trabalho, como é comum aos jovens oriundos de famílias de classe média e também nas frações mais estáveis das classes trabalhadoras. Nenhum nem outro, pode-se afirmar, orientaria, prematuramente, suas decisões e aspirações. Ao contrário, como se verá, este *ethos* de autoafirmação da individualidade parece ser algo muito mais contingente, construído à medida em que Thaís se esforça para acumular e dar forma a um capital cultural tardio, e, principalmente, produto da fratura subjetiva com a família e das relações de classe em seu ambiente profissional do que alguma coisa herdada precocemente.

O modo como se deram as escolhas educacionais e profissionais de Thaís salientam o papel da contingência e da ausência de um plano bem traçado e vocacional. Não é que suas decisões não envolvessem ponderação reflexiva ou uma “propensão ao provável”, um ajustamento prático e realista das aspirações subjetivas às chances

---

<sup>99</sup> Como já demonstrado por diferentes trabalhos nas ciências sociais acerca dos sentidos morais do trabalho nas famílias de classes populares, tais como os de Alba Zaluar, Cynthia Sarti, Claudia Fonseca e Jessé Souza, os filhos estarem ocupados ou trabalhando, a partir de uma certa faixa etária, faz parte de um compromisso moral com o grupo familiar, e que envolve tanto razões econômicas de retribuição quanto razões morais ligadas ao dever, à honra e à honestidade. O que não significa que o trabalho dos filhos nas classes populares não carreguem para estes, em determinados contextos, sentidos e significados morais de individualização, hedonismo e busca por autenticidade e reconhecimento social.

objetivas (BOURDIEU, 1990). Sua opção pelo curso de economia é um exemplo do argumento segundo o qual os atores são razoáveis sem precisarem ser calculistas e que eles mais se convencem do que raciocinam (LAHIRE, 2011, p. 14).

A decisão pelo curso de economia foi uma combinação de ter de escolher um curso, como ela própria diz, e o senso do possível diante das restrições e alternativas, as quais, para Thaís naquele momento, tornaram o permanecer na cidade e evitar um oneroso sacrifício econômico da família, que teria que mandá-la para a casa de um outro parente e custear sua estadia e estudos, fatores mais importantes e decisivos em sua escolha profissional do que sentimentos e concepções de individualidade e realização. Suas escolhas se processaram num escopo temporal mais imediato, quase no momento mesmo em que elas surgiam como questões para sua vida, sem, de fato, uma racionalidade organizadora de colonização do futuro ou um *ethos* vocacional possuir grande significância em sua agência.

A entrada de Thaís no serviço público para desempenhar a função em que até hoje atua destaca-se, mais uma vez, pela contingência e carência de sentidos de vocação, como exprime suas próprias palavras: “...*esse cargo foi porque apareceu, estava estudando, procurando alguma coisa que fosse mais estável e fiz esse concurso.... ai apareceu o edital, vamos estudar para vê se dá certo e deu certo*”. Sua preparação e aprovação para o concurso de técnico administrativo do Ministério Público Estadual não obedeceu também o que se pode chamar de um “*ethos* concurseiro”, comum aos candidatos “profissionais” em concursos públicos, quer dizer, uma rotina ascética e especializada de estudos motivada por uma narrativa moral de conquista pessoal, merecimento e autorrealização individual<sup>100</sup> (ARAÚJO, 2016). Thaís buscava, pragmaticamente, um trabalho cuja fonte de renda lhe assegurasse estabilidade econômica e ocupacional. Tanto que o fato do cargo não possuir relação com sua graduação não lhe pareceu uma questão importante nem a ambição de fazê-lo uma “escada”, num futuro próximo, para um cargo melhor remunerado e com mais status também.

---

<sup>100</sup> Henny Araújo, em sua interessante pesquisa de dissertação, investigou a experiência e as disposições dos chamados “concurseiros”. A autora demonstra como estas são constituídas por narrativas, referências e práticas de caráter moral e normativo, conformando um *ethos* peculiar e orientador da relação com tempo, com a vontade e as expectativas sociais. **Para maiores detalhes ver** ARAÚJO, Henny Nayane Tavares. A Construção do Ethos Concurseiro: Mérito e Experiência Moral na Competição por Cargos Públicos. 2016. 113f. Dissertação - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil, 2016.

Desse modo, a mobilidade ascendente de Thaís parece ocorrer, em suas primeiras etapas, por este curioso paradoxo de ser, inegavelmente, uma ascensão pela educação mas sem sentidos fortes de vocação ou de um projeto individual de autoafirmação ou familiar de ascensão social. Aliás, quando discorre a respeito de sua convivência familiar com os pais, Thaís não sublinha práticas e estímulos intensos e rotinizados de treinamento escolar ou de expansão do interesse e curiosidade intelectuais. Os próprios interesses culturais e de lazer dos seus pais são descritos por ela como restritos, mais voltados para a conversa com os vizinhos, as missas aos domingos e a programação da televisão.

Por conta das próprias limitações escolares dos pais, o acompanhamento educacional familiar era limitado, restrito ao auxílio nas atividades nos primeiros anos e idas pontuais nas reuniões na escola. Perguntada acerca do papel dos pais em sua educação escolar, Thaís responde, com resignada clareza, a propósito dos limites educacionais destes: *“Eu acho que eles fizeram o que podiam fazer e fizeram do jeito que eles sabiam fazer”*.

#### **4.4. Em busca de si**

Thaís reconhece a excepcionalidade de sua trajetória social e a condição econômica e profissional privilegiada que alcançou. Compreende a si mesma como uma “trânsfuga de classe”; como uma mulher que saiu de uma família modesta, de trabalhadores manuais de baixa escolaridade e acostumada a viver entre restrições e instabilidade, para uma posição e status classe média, para um padrão de vida confortável, estável e rico em possibilidades. Contudo, nem por isso, sublinha, considera que se despreendeu por completo de sua origem de classe nem esta constitui para ela um problema relevante. A relação com o seu passado e origem social não é da ordem da vergonha nem sobre ela pesam as dores da culpa por sua mobilidade social, ao contrário de outros interlocutores.

Com a perspicácia típica dos que realizam movimentos pelo espaço social, Thaís articula continuidade e mudança em sua trajetória e identidade de classe. Ela vê isso, por exemplo, em suas práticas e critérios de consumo:

*Claro que minha noção de valor foi mudando ao longo do tempo, eu venho de uma origem humilde, minha família não era rica, e longe de ser classe média. As coisas foram melhorando para mim quando eu passei*

*no concurso para Procuradoria. A partir de então, meu acesso a coisas que eu não tinha antes aumentou consideravelmente. Só que não é por isso que irei gastar sem pensar. Então eu sei que posso comprar algo que eu gosto por um preço mais barato e que eu ache justo. Eu não costumo entrar em lojas de marca. Apenas quando é para comprar presentes para pessoas que sei que gostam disso. Claro que eu também acho bonito e tenho. Mas eu gosto de entrar numa loja e ver uma coisa que ache bacana e que eu não esteja pagando muito caro (Thaís, servidora pública, 39 anos).*

Para Thaís, como se pode notar, classe social tem haver tanto com distribuição (acesso à “coisas”, padrão de vida) quanto, como ficará mais claro a seguir, com comportamento e certas disposições herdadas e formadas de ser e agir (como, por exemplo, sua orientação seletiva de consumo mediada por “preços baratos e justos” do que por “marcas, prestígio e status”).

Sua entrada no Ministério Público é, certamente, um ponto de inflexão em sua trajetória de ascensão social. Significou, além de acesso a novos recursos econômicos e sociais, mudanças em seu círculo social e formas de convivência, uma alteração drástica de sua experiência vivida de classe e do papel e relação com sua individualidade.

Ela diz que, pela primeira vez em sua vida, se deu conta das diferenças de classe entre as pessoas: *“Lá, encontrei um mundo muito diferente do meu, um mundo que eu nunca tinha entrado em contato, que eu nunca sequer tinha imaginado. De repente, estava lá entre aquelas pessoas e para mim aquilo era quase como estar em outro país”*.

Thaís pontua essas diferenças não meramente como capacidade financeira e a partir dos signos externos de riqueza. Ela fala de *“mundo muito diferente”*. Refere-se às maneiras, às posturas, ao tom de voz, às formas diferenciadas de consumo, aos temas e assuntos das conversas, aos lugares frequentados e ao status de poder e influência das pessoas. Ou seja, da classe feita corpo, prática, estilo de vida e autoridade.

Um ponto interessante aqui, e que não é exclusivo a Thaís, é a maneira como percepção das diferenças e fronteiras de classe parece mudar ao longo da trajetória de ascensão e conforme o nível de interação e inserção dos indivíduos em universos de classe distintos. Vários dos interlocutores destacaram que, em sua infância e adolescência, costumavam perceber as diferenças de classe a partir de bens (residências, carros, roupas) e locais de residência (bairros) e de estudo (tipo de escola). Por outro lado, à medida em que sua experiência de ascensão os conduziam para uma convivência e interação mais estreita com pessoas identificadas como de classe média e alta, em especial nos espaços de trabalho, lazer e consumo, as diferenças e fronteiras evocadas assumiam formas e conteúdos menos explícitos e mais sutis, relacionadas sobretudo à conduta e às práticas

culturais. A classe é percebida a partir das diferenças materiais e imateriais entre as pessoas em um dado contexto.

Retomando, essas diferenças não são apenas especificidades e idiossincrasias culturais. Elas estão revestidas de poder e desigualdade, tanto no sentido da própria hierarquia profissional quanto no sentido dos significados e julgamentos de valor operantes nas relações e interações:

*Meu trabalho faz com que eu me relacione com pessoas que se acham importantes por seus cargos, funções, por suas posses, diplomas, pela quantidade de línguas que fala, pelos países que conhece, essas coisas. E eu não quero deixar nada para eles falarem de mim, acharem qualquer coisa de mim. Eu sei que eu não preciso ou não deveria me preocupar tanto com essas coisas, eu estou trabalhando, melhorando nisso (Thaís, servidora pública, 39 anos).*

Thaís relata que seus primeiros anos em seu novo trabalho foram marcados por sentimentos de ansiedade, insegurança e retraimento a cada vez que ela tinha de participar de uma reunião, apresentar um relatório ou mesmo interagir mais informalmente com colegas. Os relatos de Thaís são significativos dos esforços de adaptação que as pessoas socialmente móveis dispõem para encontrar o seu lugar nos novos contextos de classe em que passam a conviver, tendo que lidar, com efeito, com distinções sociais de gosto, comportamento e linguagem bastante tácitas e classificadoras. Ela conta que desenvolveu, inclusive, problemas de saúde, mais especificamente problemas de controle da respiração.

Os momentos de inserção e a capacidade de se adaptar ao novo ambiente de relações são uma das primeiras e principais provas de si que os atores socialmente móveis enfrentam. E elas, em particular, parecem ser bastante suscetíveis para “momentos autocríticos”, isto é, de avaliação de si mesmo. Thaís responde a essas provas colocando-se um enorme peso de autocobrança e perfeição sobre si. Sua relação com o trabalho e com os colegas funciona como se não houvesse espaço para mais nada além do desempenho técnico.

*Eu simplesmente não relaxava, eu andava na pista rápida, sabe?! Eu sempre me cobrava, me cobrava muito, de querer fazer as coisas da melhor forma possível, só que depois, ao longo do tempo, fui percebendo que isso tem um preço muito alto. Tive que aprender isso e acho que hoje estou bem melhor porque entendi que tenho que fazer bem as coisas para viver melhor, para estar bem comigo e não para ser simplesmente uma profissional melhor (Thaís, servidora pública, 39 anos).*

As emoções relatadas por nossa interlocutora, em seu começo e cotidiano profissional, ganham sentido quando reconhecidas como vinculadas às distâncias e

barreiras materiais e simbólicas de classe. Estas separam Thaís, em seu passado e presente, da maior parte dos seus colegas em seu ambiente profissional e assumem não somente a forma de desigualdade de recursos, práticas e disposições mas também a forma de autoavaliações e julgamentos que tem como objeto a autopercepção do valor pessoal e percepção dos outros. Essas distâncias e barreiras não precisam ser explícitas, enunciadas e afirmadas pelos outros. Sua força simbólica se impõe e se faz perceber e sentir sem precisar de verbalização direta. Como explica a própria Thaís:

*Veja, eu não fui destrutada por ninguém, não fui cobrada para fazer o máximo de mim, eu simplesmente agia assim porque na minha cabeça era como se eu estivesse sendo constantemente avaliada pelo que eu fazia no meu trabalho, pelo que eu falava. Então, eu não queria errar, dar motivo algum para alguém olhar ou pensar qualquer coisa sobre a minha capacidade. Minha cobrança era mais interior do que exterior, sabe?! (Thaís, servidora pública, 39 anos).*

As dificuldades de navegar em um mundo distinto de classe e de se apropriar de seus códigos culturais em meio aos pressupostos e julgamentos de valor neles condensados fizeram com que Thaís adotasse um conjunto de estratégias defensivas e afirmativas do seu valor pessoal. Nesse sentido, o investimento em capital cultural pareceu-lhe uma alternativa viável para lidar com suas ansiedades e inseguranças no ambiente profissional e às desigualdades percebidas. Ela fez isso tanto em suas formas mais institucionalizadas quanto incorporadas de capital cultural; cursos de idiomas (inglês e francês), ingressar no curso de Direito, adquirir conhecimentos mais especializados em matéria de consumo cultural e, por último, uma certa estilização da autoapresentação por meio da moda.

Assim, uma das maneiras pelas quais Thaís forja e negocia os sentidos de sua mobilidade e identidade de classes é, sem dúvida, através do seu corpo e hábitos corporais. Estar ou encontrar-se em meio às pessoas de uma classe diferente daquela em que se cresceu significa, em primeiro lugar, dar-se conta de um diferente, classificador e impactante padrão de posturas, gestos, gostos e de maneiras de falar, interagir, se vestir, comer, beber, sentar. Thaís realiza ajustes conscientes em suas disposições herdadas, alterando seu modo de se vestir, gestos, padrões de fala, posturas<sup>101</sup>. Quando perguntada

---

<sup>101</sup> Mudanças e investimentos nas formas de autoapresentação como estratégia adaptativa e ajustamento também foram identificadas e assumidas por vários interlocutores homens. Por exemplo, o empresário Antônio comenta sua admiração pela fala organizada, coesa e objetiva de jornalistas e executivos com quem convive, e, declara, tomá-los como referência para melhorar seu próprio desempenho verbal. O engenheiro Ricardo, por sua vez, sublinha que organiza, temporalmente, sua trajetória social e mudança de classe a

acerca de como esses investimentos em si mesma e em seu capital cultural a ajudaram no trabalho, ela não poderia ser mais direta em relação ao argumento que aqui se sustenta: “(...) *ter mais confiança, autoestima, se sentir segura para falar, se contrapor em reunião, não me sentir por ‘baixo’*”.

O processo de aquisição de capital cultural em espaços profissionais de classe média, por parte de indivíduos de origem de classes populares, não é um processo simples, como uma espécie de “osmose social” em que pouco a pouco o “sentido do jogo” é assimilado. Afinal, “refazer” e “reorganizar” hábitos e práticas indumentárias, linguísticas e gestuais significa atuar em realidades corporais, constituídas e gravadas no corpo por uma história particular de estímulos, injunções, práticas e sanções. Como tal, não é algo sob o completo controle do indivíduo e de suas intenções subjetivas, pois; “O que é aprendido pelo corpo não é algo que se tem, como um saber que se pode segurar diante de si, mas é algo que se é” (BOURDIEU, 2013a, p. 120).

Além do mais, pode ser considerado emocionalmente conturbado, gerador de ansiedades, desconfortos, frustrações, pois investido de prerrogativas morais e expectativas de valor e reconhecimento. O corpo, ou melhor, a *hexis* corporal existe em de maneira solidária a “todo um sistema de objetos e carregado de uma massa de significações e valores sociais” (BOURDIEU, 2012, p. 121). Como já vimos no relato da gerente de marketing Sandra, a convivência em espaços profissionais de classe média exige um enorme esforço de autorregulação e acomodação dos indivíduos de origens populares na relação com seus gestos, vocabulário, roupas, preocupações com marcas de origem e com os julgamentos dos outros.

O reconhecimento social esperado pelo indivíduo por sua trajetória de ascensão social não é algo exatamente dado e garantido nesses espaços. Antes, pode ser algo bastante escorregadio e incerto. A pouca familiaridade e conhecimento dos códigos culturais dominantes nesses espaços é um terreno fértil para produzir o que Bourdieu (2001) chama de *alodoxia*: estados e situações de ansiedade, insegurança e medo de agir provocados por temores de avaliar e se expressar equivocadamente em relação aos códigos de ação e sentimento de um dado contexto.

---

partir do momento em que passou a se “*vestir* melhor”. Considera-se, aliás, alguém viciado em comprar sapatos.

Thaís relembra, certa vez, como se sentiu em uma reunião em seu trabalho com o jurídico de uma empresa norte-americana em que todos os participantes conversavam em inglês. E ela, apesar de, a esta altura ter concluído um curso nessa língua, se sentira completamente “constrangida”, “travada”, com medo de cometer erros de pronúncia e de não se mostrar com a “fluidez” adequada. Indagada para explicar por que se sentira desse modo, Thais disse

*Eu fiquei congelada, quase muda, por medo de passar vergonha diante dos meus colegas de trabalho. Não foi por causa dos americanos. Afinal, eu sei inglês, em várias outras situações eu me saí bem, já conversei com pessoas estrangeiras por várias vezes. Só que ali eu estava com pessoas que moraram nos EUA, que estudaram lá em pós graduações, que realizaram intercâmbio no Canadá, Austrália, Nova Zelândia, que viajam todo ano para fora. Então, pensar nisso, que meu inglês não era bom, tão fluido e natural quanto o deles me deixou insegura e desconfortável. (Thaís, servidora pública, 39 anos).*

Assim como Thaís, outros interlocutores cujo ofício profissional é exercido em ambientes de classes médias relataram que, apesar do investimento e aquisição de capital cultural, em suas formas mais institucionalizadas, sentiam-se “desconfortáveis”, “tímidos”, “inseguros” em sua ação e expressão como se estivessem, quase sempre, sob um escrutínio tácito de olhares avaliativos por parte dos seus colegas.

A “boa vontade cultural” em assimilar e reproduzir os ditames dos códigos, disposições e signos culturais dominantes de classe não é suficiente para conferir a autoconfiança, a segurança e a desenvoltura que somente o senso de direito e de naturalidade incorporados dos que só precisam ser o que são e que, portanto, se sentem em seu próprio elemento, como “peixes dentro d’água”, transmite. Dito de outro modo, a incorporação do capital cultural liga-se a uma certa economia afetiva, a qual, no caso dos socialmente ascendentes, exprime o inverso da confiança e naturalidade à despeito da posse dos símbolos, recursos e competências legítimas.

O domínio seguro e familiarizado com determinados espaços sociais e atividades práticas não é algo natural e equitativo. A confiança e a desenvoltura em falar público, interagir em um outro idioma, sustentar pontos de vistas em uma reunião de trabalho, assim como a mera familiaridade e naturalidade em estar, agir e interagir em restaurantes refinados, livrarias, exposições artísticas, tratam-se de disposições que dependem de estímulos e aprendizados que são desiguais, conforme os contextos de classe e práticas em que eles se dão, logo, profundamente afetado por desigualdades e relações assimétricas.

Tal como ocorre com outros tipos de habilidades linguísticas, cognitivas e afetivas, todas essas competências e capacidades existem entranhadas ao corpo, como propriedades físicas dos atores e do seu desempenho prático no mundo. Elas são parte de um capital cultural incorporado, que é socialmente seletivo e restrito, insista-se, e que atua, para aqueles oriundos de ambientes sociais dele favorecido, como um poderoso recurso de classe para assegurar privilégios e obter de vantagens em atividades variadas e espaços ocupacionais costumeiramente compostos por integrantes das classes médias e altas.

Aqueles que ascendem socialmente e tem de conviver em espaços ocupacionais e profissionais tradicionalmente ocupados pelas classes médias, como é o caso, dos altos órgãos do sistema de justiça brasileiro, precisam justificar constantemente sua presença, merecimento e capacidades, isto é, enfrentar e superar provas de si em condições desiguais em relação a outras pessoas e nas quais está em jogo a (auto)comprovação de que são dignos e aptos de carregar o valor simbólico que circula nesses meios.

Ora, isso significa que as “lutas de justificação” (BOLTANSKI, 2011), ou melhor, as reivindicações de valor e o questionamento das justificativas segundo certos princípios e sentidos de justiça, elas ocorrem em condições desiguais e diferenciais. Assim, como as próprias *provas de si*. Não só porque ambas são travadas, muitas vezes, em espaços estruturados por relações de poder mas também porque elas colocam em confrontam corpos desiguais em termos de aprendizado e domínio das disposições e competências exigidas e necessárias e, também, diferenciais em termos dos afetos e estados emocionais que animam, motivam, potencializam ou, pelo contrário, inibem, constroem, limitam e reprimem a ação, a manipulação e domínio de um dado sistema dominante de símbolos, categorias, significantes, hábitos corporais e habilidades cognitivas.

É preciso enxergar nas estratégias de “boa vontade cultural” mais do que assimilacionismo, um desejo do oprimido de se identificar com o opressor ou uma reação legitimista à situações e sentimentos de vergonha cultural. Certamente, em algum nível, tratam-se de estratégias de ajustamento que, por um lado, reconhecem o capital legítimo que fundamenta a lógica das classificações e interações de um dado espaço, e, nesse sentido, busca jogar dentro do campo inclinado e das regras dos “classificadores”. Também há, inegavelmente, um componente emocional enquanto resposta aos afetos de mal-estar experimentados nas relações diárias.

De todo modo, seria equivocado reduzir o investimento e o intenso engajamento subjetivo de Thaís na incorporação de capital cultural a uma forma tácita de resignação e adaptação às regras e ao sentido do jogo. Nesse sentido, é preciso atentar não apenas para os usos estratégicos do capital cultural, isto é, seu valor de troca ou de conversão para obtenção de vantagens materiais e simbólicas. Mas também para os usos e fins morais que os atores podem realizar desse tipo de capital.

No caso de Thaís, pode-se identificar dois usos ou significados morais a esse propósito: primeiro, a incorporação de capital cultural foi para ela, em sua trajetória social, uma forma de assegurar e reivindicar um sentido de igualdade de valor em um ambiente profissional predominantemente de classe média, e, assim recusar ser moralmente rebaixada nas interações. Uma maneira de lidar e confrontar uma sutil e não-dita expectativa de inferioridade que ronda - e pesa sobre - às interações dos indivíduos de origens populares em espaços de classes médias. Tornar-se uma “mulher de classe média”, para Thaís, é mais do que partilhar ou se acomodar a uma identidade de classe específica, é uma reivindicação de igualdade, de mostrar-se de igual valor diante de uma tácita presunção de condescendência ou de superioridade cultural que ela afirma sentir nas interações com alguns de seus colegas de trabalho.

É interessante notar que muitos dos indivíduos oriundos de fora do universo das classes médias podem tentar se apropriar do capital cultural valorizado ou mesmo levar à cabo formas de desidentificação da classe de origem enquanto uma estratégia para evitar experiências e julgamentos de desvalorização. Passar-se por alguém de classe média, numa sociedade desigual e de profundo histórico de estigmatização e rebaixamento moral das classes populares como a brasileira (SOUZA, 2006; CARDOSO, 2010), pode ser entendido como uma estratégia e tentativa, em certo sentido, de defesa do valor moral pessoal. Este é o caso da interlocutora Sandra e de seu empenho reformador de sua origem social.

Segundo, o esforço de autoestilização e de cultivo consciente de certos conhecimentos, disposições e maneiras, bastante saliente da relação terapêutica com os livros, com a moda e com as artes plásticas que Thaís estabelece, está ligado aos efeitos de sua experiência de mobilidade social sobre a construção e negociação subjetiva de sua identidade. As barreiras e distâncias de classe afetam e pressionam Thaís nas maneiras mesmas pelas quais ela busca construir, manter e expressar uma autocompreensão e

autoimagem positivas e coerentes a respeito de si. Este aspecto particular de mal-estar da experiência subjetiva de mobilidade social de Thaís, muito comum entre pessoas cujas trajetórias de ascensão social as conduziram para atividades, espaços e rotinas marcadamente estruturadas por signos, práticas, valores e disposições das classes dominantes, pode ser, a meu ver, adequadamente traduzido nos termos de uma abordagem sociológica das identidades: enquanto uma tensão entre “identidade para si” e “identidade para o outro” (DUBAR, 2005). Refiro-me ao trabalho desenvolvido por Claude Dubar (1998; 2005) a propósito dos processos de construção das identidades pessoais e sociais.

Para Dubar, a identidade das pessoas não está dada de maneira prévia e definitiva, seja pela natureza seja pela cultura ou origem social; ela é constituída e reconstituída, ao longo do curso de vida e de maneira problemática, por “sucessivas socializações”, as quais estão inscritas em uma dualidade fundamental: a experiência subjetiva consigo mesmo do indivíduo e as interações deste com outras pessoas e as instituições. Há na construção da identidade, portanto, uma dualidade ontológica e experiencial da subjetividade humana e do mundo social. Em linguagem sociológica, o autor a descreve com a fórmula da dupla transação entre o “mundo subjetivo” e o “mundo objetivo” do sujeito e de sua experiência no mundo. Em suas palavras quanto à identidade, “o indivíduo jamais a constrói sozinho: ele depende tanto dos juízos dos outros quanto de suas próprias orientações e autodefinições (DUBAR, 2005; p. XXV).

A transação “subjetiva” ou “interna”, explica o sociólogo francês, refere-se a um processo autobiográfico e autointerpretativo do indivíduo sobre sua história e si mesmo; concerne, com efeito, as ações e relações do indivíduo para construir e expressar uma compreensão e imagem de si para si próprio e para o outro. Dubar nomeia este mecanismo ou dimensão da construção identitária de “atos de pertencimento” ou “identidade para si”.

A transação “objetiva” ou “externa” significa um processo relacional exterior, entendido também como “atos de atribuição” ou “identidade para o outro”. Ela concerne, por sua vez, às imagens e compreensões de si definidas com base em categorias, identificações e representações externas, as quais são fornecidas, compartilhadas ou herdadas pela ação de coletividades, agentes e instituições integrantes do passado e do presente dos indivíduos. São exemplos: as identidades associadas às designações do Estado, aos vínculos familiares, às denominações religiosas e étnicas, às categorias profissionais, às ideologias políticas, às práticas sexuais (DUBAR, 2005).

Ao falar de dualidade, Dubar não quer afirmar uma dicotomia entre processos opostos e exclusivos. Na verdade, trata-se de processos ou tipos de transação interdependentes, heterogêneos e ambivalentes, de modo que a identidade é entendida como “o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e as instituições” (DUBAR, 2005, p. 135)<sup>102</sup>.

Com a noção de dualidade, o sociólogo francês visa dar conta do papel e dos desdobramentos das interações, sociabilidades, instituições e relações sociais que condicionam e influenciam a construção identitária do indivíduo em seu cotidiano e percurso de vida. Porém, sem abrir mão, por outro lado, de como o indivíduo, em sua agência e reflexividade, interpreta e reage, ora endossando, recusando, questionando ou reconstruindo e ajustando o complicado jogo entre identidade para si e identidade para o outro, entre “identidade herdada” e “identidade visada” ou aspirada. Dessa maneira, conclui Dubar: “a identidade de uma pessoa não é feita à sua revelia, no entanto não podemos prescindir dos outros para forjar nossa própria identidade (DUBAR, 2005, p. 143).

Com base nessa perspectiva, pode-se caracterizar que uma das dimensões do conflito vivido e mal-estar de Thaís reside no fato da mobilidade social constituir uma experiência problemática do ponto de vista das transações subjetivas e objetivas da construção e reconhecimento da identidade. Em razão das distâncias e desigualdades simbólicas e materiais de classe, ela produz fissuras e solavancos consideráveis entre identidade para si e identidade para o outro, tornando sua compatibilização e coerência afetivamente mais custosa e difícil.

De modo mais preciso, Thaís anseia alcançar uma identidade para si significativa e autêntica, isto é, que expresse sua própria concepção de boa vida nos termos do que Charles Taylor (2011) intitulou de “ética da autenticidade”. Thaís se reconhece em uma identidade herdada ou categorizada abstratamente. Assim, ela coloca sobre si, cobrando-se bastante a este respeito, exigentes expectativas de singularização e de afirmação de sua

---

<sup>102</sup> A perspectiva sociológica de Claude Dubar sobre a identidade é, como pode notar o leitor e a leitora de teoria sociológica clássica, bastante tributária das reflexões de Herbert Mead e Norbert Elias sobre a temática. A estas últimas se somam ainda pressupostos da filosofia da ação e da linguagem de Paul Ricoeur e da psicanálise freudiana. Para maiores detalhes das influências teóricas da abordagem proposta por Dubar ver o capítulo cinco, “uma teoria sociológica da identidade”, em DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

subjetividade. No entanto, ela não encontra, como esperado e projetado por seus próprios anseios, a devida efetivação prática e reconhecimento dessa identidade visada. Para ela, é no campo da identidade ou subjetividade, isto é, da expansão das possibilidades e da autoexpressão de sua individualidade que se encontram as fontes de sentido e de realização pessoal:

*(...) não está claro o suficiente ainda, eu trabalho muito, mas eu quero me abrir mais para as minhas potencialidades. Não sei, investir mais na coisa da arte, ultimamente eu tenho pensado em escrever alguma coisa, um livro, quem sabe... queria voltar a me dedicar a aprender a pintar, porque eu comecei a fazer de brincadeira, era uma coisa que eu queria fazer por mim sem ter horário, sem ninguém 'tá' me mandando fazer, porque eu acho que eu faço muitas coisas que outras pessoas querem, um trabalho que outras pessoas querem, e eu preciso disso, eu sei... eu quero fazer algo por mim assim que ninguém vai me cobrar, nem me policiar, nem nada, algo meu, entende?! Eu quero ler mais, coisas interessantes, fazer outro curso, enfim, eu preciso de um tempo para descobrir se tem alguma outra coisa na qual eu deva realmente me dedicar, entendeu? (Thaís, 39 anos).*

Em certa medida, pode-se ler em suas expectativas e práticas por construir uma identidade para si significativa o que Michel Foucault (1984) intitulou de subjetivação moral. Quer dizer, um trabalho refletido dos indivíduos sobre si para construir e alcançar maneiras de ser moralmente valorizadas e pessoalmente significativas e realizadoras. O que está em questão na mobilidade social de Thaís não é uma realização econômica, concretizar aspirações de segurança financeira e conforto material. Sua ascensão social é vivida como um processo de descoberta e cultivo pessoal, cultural, moral e intelectual de sua identidade para si.

Suas aspirações morais mais fortes são aspirações de realização e compromissos morais ligadas a uma identidade para si autoafirmativa e expressiva em matéria de suas potencialidades e singularidade. Pode-se dizer que Thaís abraça um ideal de independência expressiva para o qual importa menos a liberdade negativa e os resultados materiais da ação e mais a liberdade de expressão das preferências pessoais, a capacidade de moldar, com sua subjetividade, os contextos de atuação e desenvolver e explorar seus próprios interesses e potencialidades para o enriquecimento e aprimoramento subjetivo (experiências, habilidades, conhecimentos).

Em outras palavras, é a autocriação de um *self* conforme um modelo normativo de subjetividade característico do universo simbólico e moral das “classes médias” – quer dizer, que enfatiza o cultivo e a expressão da individualidade e o autocontrole e o autoconhecimento das emoções. Não alcançá-lo, para ela, é motivo de grande

preocupação e frustração, pois é sentido não apenas como frustração de suas expectativas de realização de si mas como um fracasso de sua própria capacidade de conhecer-se e expressar-se a si própria. Como sublinha Charles Taylor (2000, p.17) acerca do ideal moderno de busca da autorrealização, este consiste na crença genuína das pessoas de tomarem como imperativo a construção ao seu modo de suas vidas sob pena de desperdiçá-las.

As “provas de si” em direção das quais Thaís se lança para provar-se são as de descobrir-se e realizar as potencialidades e a autenticidade de sua própria individualidade. Provar que é capaz de se autoconhecer e de se autoconstruir, conforme seus valores, expectativas e projetos. Suas provas são provas para construir uma identidade visada. Para ela, tais desafios se revestem, com efeito, de sentidos de urgência e de missão pessoal. É uma questão premente, que, nela, implica seu senso de valor pessoal e sentimento de autorrealização e de justificação do existir mas que, contudo, contra a qual pesam limites de classe que Thaís não deixa de reconhecer:

*Não posso deixar o meu trabalho, eu preciso dele, sei disso, mas preciso descobrir alguma outra coisa, eu preciso, talvez, passar em outro concurso que me permita trabalhar menos horas para que eu possa investir em mim mesma, em me conhecer mais, só que o tempo está passando, o tempo está passando (Thaís, servidora, 39 anos).*

Seu relato está atravessado por sentimentos e queixas de incompletude e não-realização pessoal. Nem o trabalho nem sua situação socioeconômica preenchem suficientemente os seus anseios, cobranças e aspirações subjetivas de autorrealização. De maneira reiterada, Thaís fala da necessidade premente de “*se descobrir*” e de “*fazer algo para si mesma*”:

*Hoje eu penso coisas que eu poderia fazer... eu estou muito bem hoje, financeiramente falando, eu acho que eu já cheguei lá, só que eu quero buscar outras coisas, me descobrir mais e fazer algo que tenha mais do que eu sou, fazer com que as outras pessoas se descubram, eu preciso... ser instrumento de algo que eu não sei exatamente, porque acho que todos nós somos muito limitados no que podemos ser, fazer (Thaís, servidora, 39 anos).*

O não êxito nessas “provas de si” não somente origina e alimenta um julgamento de valor negativo sobre sua própria vida e identidade, fundado em um ideal ou princípio de autenticidade, ele engendra consequências afetivas e relacionais para Thaís. Sua experiência subjetiva de mobilidade social é marcada por uma lacuna identitária que ela

avalia não conseguir preencher. Essa lacuna subjetivamente vivida intensifica esta ambivalência, muito típica entre indivíduos com trajetórias de ascensão social, que é a de veem-se encerrados em um antagonismo emocional: sentirem-se bem e satisfeitos com sua condição social e padrão de vida ao mesmo tempo em que sentem-se mal consigo mesmos.

No caso de Thaís, essa ambivalência causadora de mal-estar abrange as defasagens e fraturas entre identidade para si e identidade para o outro, entre identidade herdada e identidade visada (DUBAR, 2005), de modo que, para ela, sua ascensão social, nesse sentido, é vivida pessoalmente como fracasso, fracasso enquanto sujeito, fracasso de construir e expressar sua identidade para si. Para Thaís, assim como reconhecido em outros interlocutores, o aumento das possibilidades de ação, quer dizer, das condições e recursos para a realização das preferências e objetivos pessoais, alavancadas pela ascensão social não significa, com efeito, redução da vulnerabilidade nos relacionamentos e identidade, algo já percebido por Sennett e Cobb (1977).

Além de apontar para essa dissociação entre o bem-estar do status socioeconômico e o da relação consigo, os sentimentos de mal-estar de Thaís dão a conhecer sua adesão e compromisso com certas concepções e julgamentos de valor acerca de formas valorizadas e desvalorizadas de ser e existir no mundo como condição necessária para realizar-se.

Portanto, ao contrário de outros ascendentes, não é a história familiar de superação e redenção, uma suposta cultura de classe compartilhada ou às virtudes e capacidades pessoais distintivas de seu caráter. Thaís abraça um repertório do autoaperfeiçoamento e expressão da subjetividade, entendida por ela como espécie de matéria ética a ser enriquecida pela multiplicação de experiências, conhecimentos e habilidades expressivas e significativas. Sua experiência de mobilidade social se desenvolve como um processo crescente de autonomização de sua individualidade em relação ao contexto familiar e sua identidade herdada, o que Luiz Fernando Dias Duarte e Edlaine C. Gomes (2001) chamam de “desentranhamento da relacionalidade original”, estimulando e fortalecendo uma consciência ou sentimento da própria autonomia e singularidade.

Essa outra ambivalência da experiência afetiva da mobilidade social, possui, por sua vez, uma conotação mais trágica e paradoxal. A mesma ascensão social que oportunizou para a Thaís as condições materiais para buscar desenvolver sua subjetividade e aspirações pessoais de maneira mais autêntica e autônoma, isto é, lhe

permitiu abraçar um individualismo qualitativo<sup>103</sup> e perseguir autonomamente sua própria concepção de boa vida, também lhe causou um desenraizamento relacional, esgarçando laços de solidariedade e, dessa maneira, fechando-a em sua própria busca de si, que ao não ser realizada, se que é possível realiza-la, somente amplia a consciência e experiência lacunar de sua identidade visada.

A narrativa de Thaís sobre os seus conflitos interiorizados pode ser compreendida, em grande medida, como uma narrativa das ansiedades e dificuldades provocadas pelo imperativo de construir uma identidade para si baseado em um modelo do *self* autêntico e expressivo em uma sociedade desigual, isto é, em uma sociedade em que os recursos e técnicas para este tipo de individualização são escassos e seletivos. Suas ansiedades vividas são ansiedades de classe, mais precisamente do universo expressivista das classes médias que tem na busca e afirmação de si enquanto indivíduo singular um modelo normativo de autorrealização ética e de como ser e agir.

#### **4.5. Geraldo: conquistar a autonomia, provar o valor**

*“Eu acho que eu sempre fui assim de dar muita atenção ao que os outros, ao conceito que os outros tinham de mim”.* Geraldo, 60 anos, bancário aposentado.

Geraldo, 60 anos, é funcionário público aposentado pelo Banco do Brasil. Ingressou cedo e fez carreira na instituição, assumindo postos de supervisão, chefia e gerência em diversas cidades, principalmente interior do Nordeste. Sua trajetória de ascensão social é caracterizada, portanto, por outros tipos de mobilidade: uma vertical mobilidade profissional e uma intensa mobilidade geográfica. Por conta de seu trabalho como bancário, transferiu-se de um lugar a outro várias vezes, residindo em mais de dez municípios em quatro estados diferentes. Com a carreira no banco logrou um padrão de vida financeiro bastante confortável: casa própria em condomínio fechado, imóveis alugados em diferentes cidades, investimentos no mercado de ações, além de custear

---

<sup>103</sup> Georg Simmel (1998), com a noção de “individualismo qualitativo” e, depois, Charles Taylor (2001), com a noção de “ética da autenticidade”, ambos os autores destacaram que a modernidade se distingue culturalmente, entre outras coisas, por um ideal de individualidade e concepção normativa de boa vida alicerçados na crença segundo a qual a realização de cada indivíduo está em si mesmo, quer dizer, em tornar realidade aquilo que lhe é único e distinto. A tarefa do indivíduo para viver uma existência justificada, significativa e plena consistiria, portanto, em realizar sua singularidade e potencialidades segundo sua própria concepção de boa vida.

integralmente a educação e cursos extraescolares para todos os três filhos em instituições particulares.

A trajetória social de Geraldo é bastante semelhante àquelas descritas e analisadas por Antônio Sérgio Guimarães, Michel Agier e Nadya Araújo Castro (1995) com respeito aos operários de nível técnico, oriundos de famílias pobres, que se tornaram trabalhadores prósperos por conta das mudanças na estrutura ocupacional do mercado de trabalho e nas relações profissionais promovidas pelo Complexo Petroquímico de Camaçari-BA. Sua mobilidade social pode ser caracterizada como uma trajetória de ascensão intergeracional, fundada na experiência e carreira profissionais no funcionalismo público e expressa sobretudo na mudança do volume e composição de capital econômico.

Filho de pequenos comerciantes urbanos com poucos anos de escolaridade, Geraldo, no entanto, contou com uma estratégia familiar de mobilidade social. Mais novo de três irmãos, ele descreve o dia-a-dia dos seus pais como de rotinas de muito trabalho, sacrifício e esforço para oferecer o melhor aos filhos e deixá-los o mais livre possível para a se dedicarem aos estudos, contexto que, ao que indica, foi mais favorável ao bancário aposentado do que a seus irmãos.

Em seus relatos sobre a convivência e interações familiares na infância e adolescência, a ascensão social emerge como uma pretensão decidida dos seus pais, forjando nele a própria propensão à ascensão social como uma disposição. Além do expresso desejo e esforço de não-engajamento dos filhos no trabalho, Geraldo contou com o suporte econômico da rede de parentesco paterna – seu pai era filho adotivo de um casal de comerciantes e de produtores rurais de média propriedade e suas tias eram “pessoas bem posicionadas e bem de vida”. Desse modo, estudou, durante a maior parte dos anos de sua formação básica, em escolas de excelência e de elite da cidade, convivendo, pois, muito prematuramente, em ambientes mais abastados das classes médias e altas locais.

A relação de forte identificação e valorização da educação é um tópico saliente e reiterado na narrativa de Geraldo. A educação escolar aparece em seus relatos como uma verdadeira força de emancipação social e pessoal. Geraldo a concebe como o único meio de “*pessoas sem berço mudar e vencer na vida*”. Sua valorização da educação não é apenas porque ela seria o meio por excelência de ascensão social dos desfavorecidos. Contextualizada em sua história particular de vida, a educação é vista, por ele, como o

único meio legítimo, “*honesto*”, de alguém conseguir superar fronteiras sociais, tornar-se igual e obter respeito dos outros.

Geraldo define sua história escolar como a de um “*aluno exemplar*”, “*perfeccionista*” e “*competitivo*”. Muito cedo, afirma, encarou os estudos como o bilhete premiado para uma vida melhor, uma via de ascensão social possível “*sem depender dos outros*”. Formou-se como técnico em contabilidade e, após algumas experiências de trabalho administrativo em escritórios de companhias telefônicas, ingressou por concurso no Banco do Brasil.

O bancário aposentado exalta, em sua trajetória, o papel do esforço e do mérito e o desejo de ter sucesso e de alcançar melhores oportunidades materiais e um padrão de vida reconhecido e estável. Sente-se orgulhoso pelo patrimônio que formou e pelas oportunidades que pode oferecer aos seus filhos. Quando indagado sobre suas “conquistas pessoais e sociais”, Geraldo enfatiza “bens externos”, seus imóveis próprios, a casa de veraneio, o primeiro carro, as escolas e cursos que pode proporcionar aos seus filhos, a reforma da casa dos seus pais. No entanto, como observa Andrew Sayer (2005, p. 114), os bens “externos”, como o dinheiro, não são fins em si mesmos. Eles são significativos e buscados porque exprimem e se articulam com bens “internos”, isto é, com qualidades e crenças estimadas como definidoras do que somos, de nosso valor, integridade e merecimento.

Geraldo se autoidentifica, com efeito, como alguém que, em sua vida, aprendeu a ser “*forte e independente*” diante de dificuldades, principalmente contra um duro revés que a vida lhe deu, qual seja: não poder seguir à carreira de medicina como esperava. Sua narrativa de ascensão claramente afirma a adesão e compromisso com um individualismo competitivo como meio para a conquista da autonomia e do respeito como indivíduo. Contudo, seu investimento neste individualismo competitivo quando analisado à luz da sua experiência de classe e das emoções nela entrelaçadas revela algo mais: um ímpeto moral de provar e afirmar o seu valor pessoal, sua capacidade e independência. A conquista da independência financeira e a busca pela formação de um patrimônio familiar extensível aos filhos na forma de capital econômico e investimento escolar constituem os nortes de sua história de ascensão social.

Ao contrário de Thaís, o desenraizamento de Geraldo em relação à família foi de ordem espacial. O bancário aposentado não carrega uma ruptura relacional nem grandes mudanças subjetivas que o distanciaram da identificação com seus pais e irmãos.

As entrevistas com Geraldo ocorreram, primeiro, em um café de um shopping e a segunda entrevista na sala de estar de sua residência. Ele mostrou-se bastante receptivo e aberto para discorrer sobre sua história de vida, detalhando momentos, pessoas, lições aprendidas, sentimentos suscitados. Visivelmente, o bancário aposentado tenta organizar sua biografia como uma narrativa de resolução de um impasse inesperado - não conseguir cursar medicina – diante do qual ele teve de improvisar uma solução com as próprias forças e meios “*sem depender dos outros*”, como gostar de insistir, pois estes, quando ele mais precisou, assim narra, o teriam desapontado e largado.

Geraldo possui forte ligação emocional com sua trajetória social, com os caminhos e escolhas que teve de tomar e com os projetos pessoais de vida que teve de construir e abdicar, externando no decurso da entrevista sentimentos como orgulho, ressentimento, autossatisfação e frustração.

#### **4.6. Em defesa de si**

A condição familiar e social contraditória de Geraldo, isto é, de filho de pequenos comerciantes com uma parentela economicamente bem estabelecida, e que tanto ofertou quanto negou apoio econômico, o fez conhecer e provar, precocemente, as vantagens e as agruras das desigualdades e de sua condição ambivalente de classe. Geraldo vivenciou cedo as desigualdades e tensões de classe, tanto na família ampliada quanto na escola<sup>104</sup>.

Diferenças percebidas por ele não apenas naquilo que a classe social torna mais visível e evidente, ou seja, o patrimônio econômico, o tipo de casa, os carros e demais bens. Mas também e, principalmente em seu caso, nas formas de tratamento, consideração, valor e respeito, evidenciando o papel da construção intersubjetiva do significado e das ações e interações rotineiras na produção e reprodução da desigualdade (LAMONT; BELJEAN; CLAIR, 2014).

---

<sup>104</sup> Certamente, tal heterogeneidade, em conjunto com sua experiência escolar em estabelecimentos educacionais de classe média, é um dos fatores pelos quais produziu-se, em sua socialização, um descompasso entre suas aspirações sociais e as probabilidades objetivas de sua origem social familiar (BOURDIEU, 1998).

Por exemplo, Geraldo explica que foi ao longo da infância e adolescência que, pouco a pouco, se deu conta das disparidades econômicas entre ele e seus colegas de escola e primos. E, primeiro, através de coisas triviais do dia-a-dia, tais como os brinquedos que seus primos e colegas tinham e ele não, as roupas que usavam, a quantidade de sapatos de que dispunham, os lugares que passavam as férias com seus pais. Ele diz que, embora não se importasse tanto, percebia que sua vida, do ponto de vista econômico, não era como a dos demais. Diferenças pronunciadas que iam desde a alimentação, de “*coisas que só comia quando ia para a casa das minhas tias, não tinha na minha casa*”, até ao espanto com a existência de três carros na garagem da casa de um seus colegas de escola, filho de desembargador.

Apesar das significativas diferenças materiais, o bancário diz que não sentia raiva, inveja ou ressentimento, nem mesmo se sentia inferior ou excluído por conta disso, pois, como explica, tratavam-se de seus primos e amigos, com quem se divertia, estudava, jogava xadrez. Mesmo não sendo economicamente igual ou semelhante, ou seja, ter consciência das distâncias em matéria de padrão de vida, sentia que era tratado como igual, como se fosse igual. Dito de outro modo, em sua memória, as diferenças econômicas, nas interações com os seus primos e colegas, não se revestiam, pelo menos não de forma incisiva, de sentidos de superioridade/inferioridade. Por outro lado, é na relação com os adultos que, de fato, Geraldo, mais do que unicamente constatar, “sentia” as desigualdades de classe e percebia o seu “lugar” em um mundo socialmente desigual.

Seu relato sobre a convivência com as irmãs do lado paterno e com os pais de seus amigos de classe média expõe uma dinâmica afetiva completamente diferente. Ao contrário dos momentos de contentamento, amizade e descoberta, como aprender a jogar xadrez e tocar violão, as lembranças ressaltadas são as dos olhares de desconfiança, o ar de reprovação e impaciência com sua presença, palavras irônicas sobre suas roupas e maneiras, conversas sussurradas de que ele estaria ali apenas para se aproveitar. Em outras palavras, todo um conjunto de formas de tratamento sutis e diretas que tentavam afirmar o seu menor valor e sua posição de inferioridade social, inclusive fazendo ele próprio colocar em xeque o seu senso de valor como pessoa e seu status de igual perante os outros<sup>105</sup>.

---

<sup>105</sup> Geraldo mostra-se consciente a propósito desse lugar subordinado. Ele o atribui à condição de filho adotivo do seu pai e por este ter, entre os irmãos, a condição econômica mais baixa. Desde cedo, como já dito, Geraldo percebia e sentia na impaciência, palavras e gestos de suas tias que ele não era exatamente

A esse respeito, Geraldo conta:

*Às vezes eu ouvia uns negócios que não gostava ou um jeito, sabe, de olhar... tinha hora que minhas tias me mandavam embora, não me tratavam bem. Eu saía de lá com o “rabinho entre as pernas”. Aí essas coisas vão acontecendo e você pensa que tem de fazer de tudo para ser alguém na vida, mesmo que não seja, mas fazer a sua parte é importante.* Geraldo, 60 anos, bancário aposentado.

As relações familiares, no relato de Geraldo, já trazem uma experiência de classe, de distinções socioeconômicas e, enredadas nelas, o mais importante: julgamentos de valor moral do seu status e valor relativo como pessoa (SAYER, 2005).

Muito embora o bancário aposentado tenha contado, no início de sua trajetória social, com importantes recursos de apoio de uma rede familiar economicamente bem provida, as desigualdades e relações de status intrafamiliares mostraram-se decisivas no momento de definição da carreira, precipitando uma ruptura do percurso biográfico e profissional imaginado e eticamente desejado e valorizado por Geraldo. Em seus últimos e preparatórios anos para o vestibular e ingresso ao ensino superior, a parte mais abastada de sua família, conta o bancário aposentado, recusou-se a continuar a custear seus estudos. Fato que culminou em sua saída para uma escola menor e de menos prestígio, fazendo-o abandonar, abruptamente, sua pretensão e projeto de cursar medicina.

Esse episódio é tratado por Geraldo como um marco biográfico a partir do qual ele busca reorganizar seus projetos pessoais e dar sentido aos rumos, realizações e infortúnios de sua vida - um “momento autocrítico”, por assim dizer, que, em seu caso, apresentou efeitos que prolongaram no tempo para além do contexto situacional originário.

Dada as repercussões, pode-se mesmo dizer que dito episódio constitui um “trauma biográfico” em sua trajetória social. Geraldo conta que, durante certo tempo, afastou-se de seus amigos de escola e também demorou bastante a voltar a conviver com suas tias mais abastadas. O bancário aposentado detalha que, ao vê-los, mesmo que de longe, sentia uma mistura de raiva e vergonha, sentia-se deslocado, nervoso e seu o rosto ficava bastante “*avermelhado e ardido*”. Retomar os vínculos de convivência, ainda que

---

bem-vindo quando visitava os seus primos para brincar, jogar xadrez ou estudar. Tratamento que, segundo o bancário aposentado, mudou quando ingressou no Banco do Brasil, ao ponto de uma das tias, em suas palavras “*ficar empurrando a filha para casar comigo...*”.

por civilidade, foi, para Geraldo, um desafio no qual ele teve enfrentar reações afetivas e somáticas do seu próprio corpo.

Este episódio não apenas interrompeu uma trajetória provável de maior mobilidade ascendente, ou, pelo menos, produziu um desvio capital no percurso social esperado de Geraldo em direção a novos e diferentes caminhos. Como uma verdadeira inflexão, ele produziu significativo impacto porque o afetou em sua estrutura subjetiva, rompendo ou abalando suas expectativas e aspirações morais sobre o que deveria fazer e que tipo de pessoa ele esperava ser. Além do mais, moldou, em grande medida, sua radical “vontade de autonomia” em relação aos outros. Seus julgamentos, crenças e atitudes a respeito da vida em geral e de sua história de vida em particular possuem neste insucesso de não prosseguir seus estudos e cursar medicina, como fizeram os seus primos e vários de seus amigos, uma referência fundamental de organização de sua própria existência, autocompreensão e biografia.

No relato abaixo, quando indagado sobre o papel de sua família em sua educação, pode-se identificar como classe social, valor moral e subjetividade se entrelaçam na construção da trajetória e mobilidade social de Geraldo:

*[...] eles (pais) fizeram o que estava ao alcance deles... Tentaram ao máximo, tentaram de todo jeito, falou com um, com outro, mas não tinha mais o que fazer. Falou com meu avô, minhas tias, mas eles podendo não quiseram. Hoje, meus primos e colegas de turma da época, todos são médicos. Eu queria, queria muito, mas não deu, não deu, não tinha o que fazer... outra coisa que eu acho que influenciou isso, é que papai é filho adotivo, e ele reclamava muito que as coisas da fazenda era mais pra filhas, ele ficava apenas com o que sobrava, com o mais difícil, ele era pesado, dizia, ficava com o mais sofrido, até quando dividiram a herança, ele ficou com a pior parte... Fui entendendo que tinha que me virar, pois não tinha onde me escorar, contar com os outros era complicado. Como se fosse inconsciente, sabe, se a pessoa depender de alguém está lascada, tem que se fazer, correr atrás.*

Há pontos interessantes aqui para compreendermos o papel da experiência de classe e suas desigualdades na produção do *habitus* e dos sentimentos de mal-estar com a mobilidade ascendente. Primeiro, as iniquidades de classe e status podem atuar e se fazer notar já nas socializações e interações familiares, constituindo precocemente uma experiência de desigualdade com impactos nas trajetórias de vida e nas formas de autoavaliação. Ou seja, Geraldo não precisou aguardar à vida adulta ou inserções escolares mais altas e profissionais mais qualificadas para experimentar divisões e relações de classe. Estas faziam parte de sua família ampliada. Desse modo, assim como ocorre com os domínios escolares, profissionais e de consumo, a família ampliada pode

já ser um contexto institucional e de relacionamento em que as pessoas vivenciam confrontações de classe e de status.

Segundo, as emoções de mal-estar e os conflitos internos ligados à experiência de mobilidade social já estão presentes no começo da trajetória ascendente de Geraldo. Inclusive em um ponto específico de sua trajetória social.

Terceiro, no caso de Geraldo, a experiência de classe que se impõe para ele de maneira mais expressiva e marcante não é tanto a das desigualdades de recursos materiais e oportunidades, e sim a da desigualdade e negação de status, reconhecimento e valorização vivida por ele não na esfera escolar ou profissional mas, fundamentalmente, na esfera familiar.

A ascensão social de Geraldo é, pode-se dizer, a ascensão de um “*outsider*” dentro da própria família. No entanto, para Geraldo, sua ascensão social tal como imaginada até o momento da frustração de seus planos profissionais representava a maneira pela qual ela provaria o seu valor e capacidades para si mesmo e para os outros, em especial para alguns de seus familiares. Novamente, tem-se aqui um exemplo de como as provas de si, nas carreiras dos atores, produzem repercussões biográficas e afetivas.

Quando Geraldo discorre a respeito da frustração de seus projetos originais de vida, sua frustração e raiva exprimem feridas emocionais que estão relacionadas ao impedimento da realização de aspirações de boa vida e de modos de ser valorizados. Na verdade, para ele, não ingressar na carreira de medicina significou a ruína de todo o modo incorporado e naturalizado de conceber e imaginar o futuro, o seu futuro, e sua própria identidade. Com isso, expectativas normativas de confiança acerca do que esperar dos outros foram rompidas. De tal modo que elas cederam lugar, como é enfatizado em seu relato, a um imperativo moral de “*não depender, de forma alguma, dos outros*”. Em outras palavras, o individualismo competitivo e os compromissos de responsabilidade individual e mérito pessoal já assimilados são reforçados e exacerbados por esse evento particular.

Além do abalo na confiança, esse episódio atingiu em cheio sua atitude natural diante de um futuro tomado como dado e certo. Geraldo compartilhava da propensão de naturalidade e direito, tão corrente entre os filhos das classes médias, de perseguir despreocupadamente suas próprias preferências vocacionais. Ele acreditava ser um “eleito” no jogo da competição social e escolar. Alguém socialmente destinado a um bom,

exitoso e merecido futuro. Um futuro que, assim como os dos demais do seu círculo social, parecia estar a sua espera mas que, para ele, contudo, foi bruscamente arrancado e tornou-se, então, incerto e duvidoso.

Desse modo, este senso de naturalidade da realização de projetos de vida (prosseguir os estudos, escolher a profissão, construir uma carreira, consolidar-se material e profissionalmente), um privilégio de classes economicamente privilegiadas, foi, bruscamente arrancado e substituído pela sensação de “*ficar para trás*” em comparação aos seus amigos e familiares mais bem providos de capital econômico:

*É porque assim, eu, como estudei no Marista, aqueles colegas ali, tinha grupo de estudo, ia para casa deles, eles iam para minha casa, a gente estudava até uma hora da madrugada, duas, era aquela amizade, eu estar junto deles, queria estar junto, e eles tudinho passaram para medicina, tudinho, só eu que não passei, nem tive como tentar, daí ficava pensando comigo, poxa, 'estou ficando pra trás, estou ficando pra trás'.* (Geraldo, bancário aposentado).

Ele relembra e destaca o quanto esse episódio foi marcante:

*Foi daí que eu comecei a ver a importância que tinha você ter dinheiro. Fui estudar à noite para poder trabalhar de dia, um trabalho assim só tirando cópia. Eu entendi que tinha que correr atrás, que não era para esperar por ninguém; vi os meus colegas passarem para medicina e eu naquela. Foi como puxassem o tapete dos meus pés, fiquei sem chão e tudo virou de ponta cabeça.* (Geraldo, bancário aposentado).

Diante da ruptura de suas expectativas e aspirações de mobilidade e classe, Geraldo, então, teve de reorganizar seus planos. Realizar ajustes de rota e, ao mesmo tempo, lidar subjetivamente com a frustração e a ruptura de suas aspirações - processo lento e difícil que, assim conta, deixou sequelas. Por um período curto, ele abandona a escola e tem menos interesse nos estudos, voltando-se mais para a busca de um emprego que lhe pudesse ofertar alguma renda e estabilidade para poder se preparar para concursos. Geraldo afirma que até mesmo sua relação com os filhos foi, em certa medida, moldada por esse episódio. Para ele, não permitir que o mesmo acontecesse com seus filhos, isto é, ter de sair de uma boa escola e abandonar seus planos profissionais, tornou-se um compromisso moral inegociável em favor do qual sacrificou-se financeiramente: “*eu me virei de todo jeito porque eu não queria que eles passassem pelo que eu passei; vou me apertar, pegar empréstimo, mas eles irão estudar nas melhores escolas*”.

Mesmo depois de desfrutar um padrão de vida estável e abastado, conquistado progressivamente pela carreira como bancário, Geraldo continua a se queixar de que não realizou o potencial que ele acreditava ser capaz e, mais ainda, que ele acreditava merecer:

*“sinto que não pude ser o que quis ou poderia ser”*, diz com visível remorso e alguma indignação. Os sentimentos de mal-estar, imbricados na experiência vivida de classe, são emoções incorporadas, portanto, com grande permanência, de sorte que elas acompanham os indivíduos ascendentes por um longo período de tempo. Como exprime a experiência vivida de Geraldo, elas não desaparecem com a mobilidade social; as emoções de mal-estar são revividas, lembradas e persistem na subjetividade, pois existem gravadas no corpo.

Em suma, a maneira como as desigualdades de classe foram vivenciadas por Geraldo em sua família e configuradas, em particular, pela experiência de ruptura dos seus planos vocacionais, moldaram sua autopercepção a propósito do seu próprio valor pessoal. A resposta ágil e exitosa sob certo ponto de vista que precisou lançar mão para superar as desvantagens de classe e a frustração de suas pretensões profissionais lhe custou um alto preço emocional, pois, entre outras coisas, o pano de fundo moral em que se deu sua trajetória de ascensão foi formado por uma experiência de desprezo, deslegitimação e descrença dos outros com respeito as suas aspirações, expectativas e qualidades pessoais.

Outro aspecto digno de menção acerca da experiência de classe de Geraldo consiste nos desdobramentos da heterogeneidade socioeconômica de sua família ampliada e, em até certo ponto, a diversidade de suas experiências de socialização em espaços de classe de média ao longo da vida. O contexto plural de classe dos processos de socialização não resultou exatamente em uma pluralidade interna de disposições, pelos menos de maneira significativa (LAHIRE, 2002) nem também em um habitus clivado (BOURDIEU, 2001).

A despeito da heterogeneidade social familiar e a mudança econômica e do padrão de vida e consumo que sua ascensão ocasionou, o bancário aposentado apresenta uma linha de continuidade no que diz respeito às práticas culturais, disposições e representações subjetivas - com algumas poucas alterações em matéria de consumo, como confessa com um ar quase de culpa sobre seu gosto por restaurantes especializados em frutos do mar e carros novos e grandes. Ao mesmo tempo em que se sente confortável com um estilo de vida materialmente de classe média, Geraldo continua a valorizar uma ética do trabalho duro e a responsabilidade familiares como valores e deveres morais inegociáveis e acima das preferências individuais. O investimento e crença na ascensão

social dos filhos via educação e a ênfase na interdependência e relacionalidade da vida familiar são outros elementos que ilustram o prosseguimento e a ligação com o *habitus* do seu grupo de origem e o equilíbrio com as disposições adquiridas posteriormente ao longo de sua trajetória de classe.

Nosso interlocutor não é um sujeito preso entre dois mundos nem sua experiência de si pode ser descrita como a experiência de um “sujeito dividido e fragmentado”, que vive numa situação de ambivalência e oposição em termos de identidade e pertencimento, como é o caso de outros interlocutores. Não se encontra em Geraldo o sentido incorporado de autodilaceramento e de divisão interna, que define precisamente o significado existencial mais forte da noção *habitus* clivado (FRIEDMAN, 2016, p. 129).

Dito de outro modo: sua problemática existencial não é a da coerência ontológica de sua identidade. No que diz respeito às disposições e às condições presentes da ação, origem e destino de classe, *habitus* de partida e *habitus* de chegada, estão relativamente em harmonia. A socialização plural e heterogênea experimentada precocemente por Geraldo em sua infância e adolescência nos contextos de sua família e escolar pode ter sido um fator que contribuiu nesse sentido. Geraldo se vê como um indivíduo de origens modestas e populares que se tornou de “classe média” pelo padrão de vida que alcançou com seus esforços e sacrifícios. Sente-se bem com ambas identificações, embora mantenha certa atitude de deferência diante de pessoas que ele considera como “importantes” por sua profissão, diploma e renda.

Portanto, não necessariamente uma socialização plural e trajetórias de mudança de classe redundam em *habitus* clivados, como corretamente pondera Bernard Lahire<sup>106</sup>: “hábitos podem coexistir pacificamente quando se exprimem em contextos sociais diferentes, ou ocasionar conflitos limitados” (LAHIRE, 2002, p. 41). No entanto, a despeito da não-existência de uma clivagem nos modos de ser, isso não autoriza concluir, por outro lado, que a experiência vivida de mobilidade de Geraldo seja livre de conflitos interiorizados e seus sentimentos de mal-estar e tensões com sua trajetória e subjetividade sejam limitados. Mas apenas que esses não são da ordem da clivagem ou da pluralidade interna das disposições.

---

<sup>106</sup> Apesar de crítico da noção de *habitus* clivado e da ideia inescapável de que pluralidade disposicional geraria sofrimento e identidades clivadas nos indivíduos, Lahire (2002, p. 42) reconhece que “trânsfugas de classe”, por vivenciarem matrizes de socialização muito contraditórias, são muito mais vulneráveis a conflitos e sofrimentos pessoais intensos.

Mais do que uma divisão de si, disposições dissonantes ou sentimentos de estar “fora do lugar”, a relação de mal-estar presente em sua trajetória social versa, na verdade, a propósito dos aspectos morais de sua experiência de classe. Quer dizer, o seu lugar e estima social em uma hierarquia de valor e respeito, constituída por fatores de classe e familiares, em que, ao longo de sua vida, ele se viu colocado pelos outros. As situações de rebaixamento e negação de status vividas nas formas de tratamento nos relacionamentos familiares e na frustração de suas aspirações vocacionais precipitaram em Geraldo um agudo e resistente sentimento de incompletude e de desvalorização pessoal, que, ao longo de sua vida, o acompanharam como ressentimento, indignação e uma premente autocobrança por perfeição no trabalho.

Seus conflitos interiorizados possuem, certamente, um pano de fundo de classe. A seu modo, ele reconhece esses sentimentos como feridas de classe. Relaciona-os, retrospectivamente, a sua origem socioeconômica e familiar, bem como às desigualdades percebidas. Contudo, só os compreenderemos, de um ponto de vista sociológico mais profundo e pertinente, se apreendermos em sua trajetória social as feridas de classe como marcas de uma experiência moral negativa, que, no caso do bancário aposentado, como pode-se notar em seus relatos, consistem na desvalorização de seu valor pessoal e na negação de seu status como igual dentro da própria rede familiar.

Considerada a partir desse pano de fundo, a narrativa de ascensão social do bancário aposentado ganha significados e nuances que a noção de meritocracia não contempla suficientemente como enquadramento. De um ponto de vista da experiência moral, a mobilidade social de Geraldo é uma mobilidade social “reativa”. Explico: sua tenacidade em “ser alguém na vida”, em ascender socialmente, entendida por ele basicamente como alcançar independência e autonomia econômica, é, em larga medida, uma reação de indignação contra a inferiorização de que sentia ser objeto e vítima.

Se em sua ascensão social pode-se identificar um desejo por “autonomia” e “independência” não é, importante frisar, no sentido do indivíduo que alcança seus objetivos por ser capaz de fazer escolhas autônomas, por seu talento, disciplina e trabalho árduo. Geraldo não reivindica o *self made man*, não atribui puramente a si mesmo o seu êxito, como se tivesse arrancado de dentro de si sua ascensão social. Não. Ele tem clareza acerca do contexto social e econômico do qual veio, das disparidades de oportunidades,

de como isso moldou o seu caminho, abriu e fechou oportunidades, delineou expectativas que os outros lhe depositavam.

Seu esforço, ou se quiserem, seu apelo à meritocracia, não é o de superar e mostrar-se melhor e superior. Seu esforço é o de provar-se igual aos outros, moralmente igual em matéria de exigência de valor e respeito. Geraldo reveste sua narrativa de promoção social de um sentimento de obrigação moral, qual seja: justificar o seu próprio valor e dignidade pessoais. Sob esse ângulo, sua ascensão social é encarada como uma forma de fazer justiça; em primeiro lugar, a si próprio, provar o seu valor pessoal; e, em segundo lugar, em certo sentido, ao seu pai, que figurava em uma posição familiar economicamente e simbolicamente inferiorizada e dominada.

#### **4.7. O mal-estar na *classe-ficção*: classe, significado moral e corpo**

Um dos pontos cruciais dos relatos de mal-estar nas experiências de mobilidade social de nossos interlocutores reside na centralidade que a classe social assume. Os “momentos autocríticos”, as tensões normativas, os afetos que constituem o mal-estar dos interlocutores com a mobilidade social, assim como as respostas dos atores a este, tocam, todos eles, em algum grau, o tema da classe. Com suas nuances e variações, a classe como um problema está presente no desejo de não-assimilamento da advogada Paula, na negociação da distância e do pertencimento do empresário Antônio com seus familiares menos favorecidos, no estranhamento do passado do engenheiro químico Ricardo, nos sentimentos de culpa e dívida de Andressa em relação aos irmãos, no sentimento de ilegitimidade da médica Lisa, na vergonha e negação da origem social pela gerente Sandra, assim também nos conflitos vividos por Thaís e Geraldo apresentados neste capítulo.

Muitas das tensões, emoções e situações problemáticas experimentadas por nossos interlocutores e as provas de si enfrentadas ao longo de suas trajetórias sociais, sejam elas nas relações familiares, nos espaços profissionais ou de lazer, sejam elas na relação consigo mesmo, derivam e vinculam-se, de um modo ou de outro, à questão da classe. A classe, nesse sentido, é uma questão transversal na experiência de mal-estar dos atores. Ela forma o pano de fundo das situações e tensões de mal-estar compartilhadas

pelos interlocutores e, também, o pano de fundo dos “momentos autocríticos” e das provas de si que estes enfrentam em relação às suas trajetórias sociais.

Direta ou indiretamente, de maneira mais articulada ou inarticulada, a classe está presente, e, de certo modo, de maneira constituinte, nas situações de mal-estar e nos momentos autocríticos que a experiência de mobilidade social fomenta. Dito isto, a questão passa ser entender o que torna a classe um problema relevante do ponto de vista da experiência subjetiva dos atores socialmente móveis? Quer dizer, um problema que suscita e demanda deles reflexividade e ação sobre si mesmos e sobre sua relação com e percepção dos outros, sobre o seu passado e também sobre as ações e relações presentes.

À luz das histórias analisadas nesse trabalho e também das perspectivas teóricas empregadas, penso que é possível responder a pergunta acima prestando atenção em algumas lições que algumas perspectivas sociológicas alternativas de estudo de classe<sup>107</sup> aportaram para conduzir a análise de classe para além dos limites dos esquemas neomarxistas e neweberianos<sup>108</sup> (ERIKSON; GOLDTHORPE, 1993; WRIGHT, 2015), ainda bastante fortes nas ciências sociais<sup>109</sup>. Destaco três delas: a natureza simbólica e classificatória das classes (BOURDIEU, 2008), o seu caráter normativo e moral (LAMONT, 1992; SAYER, 2005) e sua realidade corporal e afetiva (BOURDIEU, 2008; REAY, 2005).

---

<sup>107</sup> O sociólogo Erik Olin Wright (2015), um dos mais renomados pesquisadores em análise de classe, organizou uma relevante e sistemática coletânea na qual apresenta as diferentes tradições e abordagens que compõem a análise de classe nas ciências sociais. São elas: a neomarxista, a neweberiana, a neodurkheimiana, a bourdiesiana e, a última, mais próxima à economia e à demografia, é intitulada como uma análise de classe orientada por critérios de renda.

<sup>108</sup>Os esquemas neomarxistas e neweberianos tem sido criticados e considerados insatisfatórios para muitos cientistas sociais por causa de sua concentração excessiva nas questões e dinâmicas da divisão ocupacional do trabalho, como as desigualdades de oportunidades, as diferenças de poder, autoridade, renda e habilidade, tipos de emprego e contrato. O uso de modelos da ação racional, a crescente especialização estatística para construção de esquemas de posições de classe e a visão verticalizada do espaço social são outros pontos de crítica, os quais, em particular, os limitam significativamente para dar conta “de como as determinações de classe são realmente percebidas, sentidas e vividas” e da multidimensionalidade do espaço social e das relações e experiências de classe (ATKINSON, 2017, p. 1-2).

<sup>109</sup> Entre os esforços contemporâneos para estudar como as relações de classe são estruturadas e vivenciadas nas sociedades contemporâneas a partir de uma perspectiva alternativa aos esquemas predominantes de análise de classe estão algumas perspectivas inspiradas – e críticas – na praxiologia cultural de Pierre Bourdieu, tais como abordagens que se concentram no papel constituinte das lógicas de valores e de significados morais nas relações e diferenças de classe entre coletividades situadas (LAMONT, 1992; 2005; SKEGGS, 1997), que enfocam a relação com e a construção de identidades subjetivas de classe (SAVAGE, 2000) e, também, abordagens dirigidas às dimensões afetivas e à “economia psíquica de classe” (REAY, 2005). Cabe mencionar, ainda, os estudos interseccionais nos quais a categoria de classe social é tomada enquanto um marcador e dimensão relacionalmente referido e interdependente a outras dimensões e desigualdades estruturais do mundo social, como gênero, raça, nacionalidade, idade (HIRATA, 2014).

Todas elas estão ancoradas na importância de estudar a classe do ponto de vista dos atores, isto é, de como eles a experimentam cotidianamente, o que ela significa para eles e quais são os seus efeitos em suas experiências, interações, afetos, comportamentos. Em outras palavras, tais lições lançam um olhar sobre o que as pessoas fazem com a “classe” e também sobre o que a “classe” faz com elas.

Para começar, convém recordar uma das importantes lições de Bourdieu sobre o tema das classes sociais, sua “dupla objetividade”:

Os grupos sociais, notadamente as classes sociais, existem de algum modo duas vezes, e isso antes mesmo de qualquer intervenção do olhar científico: na objetividade de primeira ordem, aquela registrada pela distribuição das propriedades materiais; e na objetividade de segunda ordem, aquela das classificações e das representações contrastantes que são produzidas pelos agentes na base de um conhecimento prático das distribuições tal como se manifestam nos estilos de vida (BOURDIEU, 2013b, p. 111).

A objetividade de segunda ordem<sup>110</sup> significa que as pessoas, em seu cotidiano, produzem uma “visão das divisões” (BOURDIEU, 1990, p. 167). Elas classificam e categorizam as divisões e diferenças do mundo social, convertendo-as em “distinções reconhecidas nas e por meio das representações que fazem e que formam delas...” (BOURDIEU, 2013b, 111). Portanto, os próprios agentes sociais, por meio de suas representações e avaliações subjetivas, fabricam esquemas classificatórios e instituem diferenças simbólicas de classe e de status, as quais, sustenta Bourdieu, precisam ser devidamente consideradas na análise e interpretação sociológica, especialmente em seus efeitos de dominação, de formação de grupos e de tomadas de posição no mundo social (BOURDIEU, 2008; 2013b). Essas representações simbólicas e relacionais circulam e se instituem socialmente na produção cultural, nas instituições, na sociabilidade, de modo que elas contribuem para formar a própria realidade social na qual as pessoas se movem e interagem umas com as outras (BOURDIEU, 2007<sup>a</sup>; 2013<sup>a</sup>).

As maneiras leigas e cotidianas, por assim dizer, de classificar os outros e de se autoclassificar como membro desta ou daquela classe social, ou de suas frações, são muito

---

<sup>110</sup> Em sua abordagem não-substancialista, Bourdieu trata a noção de classe como um artefato teórico construído e de existência relativa e provável no mundo social (2008, p. 101): as demarcações e fronteiras entre as coletividades no mundo social são, antes de qualquer coisa, uma questão a ser respondida através da análise das práticas sociais dos agentes e dos sistemas classificatórios utilizados por estes para classificar a si e os outros, e não em função das pré-noções teóricas do pesquisador. Nesse sentido, para Bourdieu, as classes podem ser analisadas a partir da construção teórica do espaço relacional de posições, capitais, práticas, disposições e representações de um universo social e histórico considerado.

mais reivindicações de reconhecimento e pertencimento, fortemente relacionais, situadas, comparativas e disputadas, do que um simples reflexo das condições socioeconômicas objetivas. Elas são fundamentais para compreender o processo de formação das identidades de classe e o de suas fronteiras e hierarquias simbólicas (LAMONT, 1992; 2000); são as classes sociais no “discurso”, isto é, as formas de identificação, diferenciação e hierarquização construídas, afirmadas e negociadas pelos atores sociais com base nas representações culturais, princípios de classificação e interpretações simbólicas compartilhadas do espaço social e de suas posições, contrastes, divisões e identidades.

As classes não se limitam às relações objetivas que, condicionadas por uma distribuição e apropriação desigual de recursos sociais, econômicos e culturais escassos, eficientes e relevantes, definem posições e situações sociais díspares de conjuntos de pessoas em uma dada estrutura social. Tão importante quanto estas são as relações simbólicas que as representações classificadas e classificantes que os agentes fabricam para, em sua experiência cotidiana, diferenciar, distanciar, categorizar e hierarquizar pessoas, grupos, práticas, gostos, atitudes e pensamentos, expressando, duplicando e legitimando, assim, as diferenças de situação e posição (BOURDIEU, 2007b, p. 14).

As fronteiras e limites entre as classes não são realidades inerentes e dadas. Elas dependem das práticas sociais dos atores<sup>111</sup> e dos processos de autoclassificação e classificação (BOURDIEU, 2008; LAMONT, 2000). As classes se compõem e se decompõem, portanto, a partir de relacionalidades objetivas e subjetivas que são percebidas, afirmadas e vivenciadas pelos agentes nos mais diversos domínios da vida cotidiana a partir de práticas sociais e culturais e, sobretudo, quando estes se movimentam pelo espaço social (BOURDIEU, 2008).

O sociólogo francês coloca, assim, no plano principal da análise de classe o papel dos sistemas classificatórios e das lutas simbólicas em torno das classificações e representações subjetivas dos agentes. As classes sociais não são simplesmente categorias

---

<sup>111</sup> Em sua grande e mais significativa obra, *A Distinção: crítica social do julgamento*, publicada em 1979, Bourdieu realiza uma radiografia das conexões entre classe e uma variedade de práticas culturais situadas em diferentes domínios de consumo, tais como alimentação, esportes, decoração doméstica, vestuário, pintura, música, cuidados e apresentação pessoal, entre outras (BOURDIEU, 2008, p. 196-7). Tais práticas estabelecem o espaço simbólico dos estilos de vida em que diversas fronteiras e distâncias simbólicas entre classes e frações são construídas e afirmadas.

econômicas e ocupacionais ou uma realidade pertinente para as pessoas somente no âmbito de sua experiência produtiva nos locais de trabalho. As relações de classe são formadas também por estruturas simbólicas e por representações subjetivas dos agentes. Elas moldam como a classe é vivida e interpretada no cotidiano das pessoas e, desse modo, dão corpo e vida à lutas de classificação travadas para definir status diferenciais e limites entre indivíduos e grupos em um espaço de classificações estruturado por princípios variados e disputados de visão e divisão do mundo social (BOURDIEU, 2008; 2001).

Desse ponto vista, as situações de mal-estar com condição de mobilidade social de nossos interlocutores expressam, com efeito, as dificuldades, incômodos e tensões de se perceber inserido em um jogo performativo, arbitrário e agonístico de classificações de classe. Um jogo que é, irremediavelmente, relacional e comparativo e que a classe opera, principalmente para atores com trajetórias de mobilidade social, como um princípio lógico organizador dos significados das relações, práticas e interações sociais nas quais eles estão envolvidos, constituindo, na prática, uma das principais bases por meio das quais interpretam e reagem ao que lhes sucede. Ou seja, para muitos dos que ascendem socialmente a classe torna-se uma referência fundamental tanto para interpretar, comparar e distinguir suas experiências, comportamentos, qualidades e aspirações com a de outras pessoas quanto, também, para negociar as formas pelas quais se percebem e as maneiras pelas quais são ou acreditam ser percebidos pelos outros com quem interagem.

As situações de mal-estar com a mobilidade social podem ser lidas como efeitos das lutas relacionais de classificação e autoclassificação nas quais os atores socialmente móveis são inseridos por e ao longo de suas trajetórias de deslocamento social. Ou melhor, elas são o enfrentamento de situações de “classificação” nas quais os atores percebem-se implicados em expectativas, classificações, distinções e comparações em termos de classe, ainda que esta categoria não seja explicitada. Nossos interlocutores movimentam-se em espaços e relações percebidos como marcados, de algum modo e em algum nível, por classe, por diferenças de classe, e que, por isso, o fazem, em muitos casos, pensar sobre si mesmos e sobre os outros, sobre sua experiência do mundo, suas emoções, atitudes em termos mais ou menos diretos ou indiretos de classe. A classe é concebida como uma realidade que afeta a forma como eles se relacionam com e julgam

os outros e a si mesmos em determinadas situações, de sorte que precisam, dessa forma, lidar com definições, interpretações e comparações, muitas vezes hierárquicas e desqualificadoras, que envolvem, mesmo que sutilmente, classificações de classe sobre a conduta, a identidade e o valor pessoal.

Nessas situações de mal-estar e de “classificação”, os atores, então, se comparam, se medem e se avaliam em suas grandezas e legitimidade com base em algum tipo de referência ou alusão, mais tácita ou explícita, à classe social, à origem social e à diferenças materiais e imateriais que eles acreditam definir e entendem como relacionadas às distinções e classificações de classe. “Como devo agir nesse ambiente? Como me adaptar? O que irão pensar de mim? Será que pertenço e mereço estar nesse lugar?” São algumas das perguntas que representam o esforço e o mal-estar que as exigências pragmáticas de ajustamento à “classificação” por si só impõem para os nossos interlocutores.

Outro aspecto do mal-estar na “classificação”, para além dos constrangimentos, custos e das exigências que seu envolvimento por só si acarretam, é o significado normativo das classificações de classe (SAYER, 2005). A atenção de Bourdieu à importância do simbólico e da cultura abriu caminho para pesquisas focadas nas representações subjetivas e no significado da moralidade na constituição das relações de poder e desigualdade de classe (LAMONT, 1992; SKEGGS, 1997; SAYER, 2005). Essas pesquisas buscaram levar adiante a abordagem topológica e relacional de classe bourdieusiana<sup>112</sup>. Com rigor teórico, críticas e empenho empírico, contribuir para uma visão mais detalhada da experiência de classe na vida cotidiana através das lutas classificatórias que a modelam e de como a classe é significada e negociada nas interações entre coletividades situadas.

Movido pelo propósito teórico de apreender não só o sentido prático da vida cotidiana mas também seu caráter normativo, Andrew Sayer (2005) sustenta que a classe

---

<sup>112</sup> Bourdieu considera que os agentes sociais são dotados de propriedades diferentes e sistematicamente relacionadas entre si. Dessa maneira, a realidade social, para ele, se apresenta como “estruturas de diferenças”, as quais são, também, campos de forças. Razão pela qual, o mundo social pode ser representado, sociologicamente, em forma de um espaço com várias dimensões e construído a partir de princípios de diferenciação e distribuição. As posições nesse espaço são exteriores e relativas, constituídas, em suas interrelações de proximidade e distância, em função de um conjunto de propriedades ativas e relevantes para determinação e distribuição das diferenças empiricamente observadas entre os agentes sociais em uma dada formação social. Para maiores detalhes ver o capítulo “Espaço social e gênese das classes” em *O poder simbólico* (Bourdieu, 2007a).

e as relações de classe são uma das vias privilegiadas a esse respeito: a classe levanta questões sobre o valor relativo das pessoas e sobre as diferenças entre a forma como elas são valorizadas economicamente e como são valorizadas eticamente nos contextos em que vivem suas vidas. A classe social possui um poderoso sentido moral na vida social, nas interações entre as pessoas, entre estas e as instituições e nas próprias relações das pessoas consigo mesmas. Ela é carregada de significados que classificam e hierarquizam e que oferecem e negam reconhecimento e estima para que as pessoas tem, fazem e são (SAYER, 2005).

Na esteira da abordagem de classes de Pierre Bourdieu (2008a), cientistas sociais Michèle Lamont (1992; 2000), Beverly Skeggs (1997) e Andrew Sayer (2005) explicam que a classe social não é feita apenas de processos estruturais econômicos e lutas genéricas pelos recursos materiais socialmente produzidos<sup>113</sup>. Como um espaço relacional de distribuição de poder e de reconhecimento, ela é feita também de julgamentos de valor e de classificações simbólicas que as pessoas e as coletividades projetam, assimilam, atribuem, cultivam e negociam acerca de si próprias e dos outros para expressar diferenças e fronteiras morais. Em outras palavras, a preocupação cotidiana com a classe transcende a questão redistributiva (LAMONT, 2000; SAYER, 2005).

Em seus trabalhos particulares, Lamont, Skeggs e Sayer<sup>114</sup> consideram que as pessoas são capazes de refletir e agir, normativamente, sobre suas ações e sobre as maneiras como suas ações podem ser percebidas e classificadas moralmente por outras

---

<sup>113</sup> Embora reconheça-se o *insight* bourdieusiano a propósito dos múltiplos processos, práticas e influências que modelam as relações de classe e sua experiência, moralidade e afetos são considerados, no entanto, por Sayer e outros cientistas sociais como aspectos não devidamente desenvolvidos em seu potencial teórico e empírico na obra bourdieusiana (SKEGGS, 1997; LAMONT, 2000; SAYER, 2005; REAY, 2005). Além do mais, nesses mesmos trabalhos, a agência e as capacidades cognitivas e normativas dos atores adquirem um alcance e ênfase maiores que uma teoria disposicional da ação, como a do *habitus* e do inconsciente de classe em Bourdieu, e sua visão do mundo social como competição estratégica generalizada, admitiriam.

<sup>114</sup> Lamont (1992; 2000) realizou estudos comparativos e etnográficos entre as classes trabalhadoras e médias-altas da França e dos Estados Unidos com o objetivo de investigar o papel relacional da construção de significado, valores e categorias morais compartilhadas e seus efeitos na produção e manutenção de fronteiras simbólicas (noções de distinção moral, como dignidade, sofisticação cultural, sucesso material), as quais não necessariamente coincidem com fronteiras sociais entre as classes (segregação espacial, condições díspares no mercado de trabalho, padrões de casamento). A socióloga inglesa Beverly Skeggs (1997), por sua vez, também em uma perspectiva etnográfica pesquisou as formas de respeitabilidade moral construídas pelas mulheres inglesas de classe trabalhadora para se distanciar dos estigmas culturais de classe e de desvalorização do seu status pessoal. O cuidado com os outros, a maternidade amável e a desidentificação de classe são algumas dessas estratégias de respeitabilidade e de autoestima. Por último, Andrew Sayer (2005) se dedicou à produção de um esquema teórico e analítico baseado na centralidade da moralidade para estudar e compreender a estrutura e distribuição de poder de uma sociedade de classe e suas consequências morais.

pessoas. As definições, classificações e representações de classe codificam e instituem na cultura e na sociabilidade significados morais do valor de uma pessoa, grupos, ocupações, práticas e espaços, e as pessoas percebem, sentem e reagem à força normativa dessas classificações.

As relações e lutas de classe são, nesse sentido, sobre diferentes entendimentos de valor e fontes de dignidade e respeito, e não somente sobre recursos econômicos e posições na divisão de trabalho (SKEGGS, 1997; LAMONT, 2000; SAYER, 2005). Elas estão carregadas de associações simbólicas de valor, associações relativas ao status ou estigmas das pessoas, suas qualidades e realizações na vida. Noções como sucesso e fracasso, respeito e dignidade, bom gosto e vulgaridade, esforço e preguiça, independência e dependência, autocontrole e descontrole, inteligência e ignorância, honra e vergonha, superioridade e inferioridade, honestidade e desonestidade, ordem e desordem, empreendedorismo e conformismo são todas noções, em alguma medida, associadas às classificações, representações e identidades estereotipadas de classe e de frações de classe, ou, como chama Skeggs (1997), “designações de valor adjetivo” à classe.

O senso de autoestima e o senso de valor pessoal dependem enormemente de como os outros nos avaliam e também, por consequência, nós próprios (LAMONT, 1992; 2000; SAYER, 2010a). Por isso, a classe e as relações de classe nas interações e nas próprias considerações individuais das pessoas são um motivo de preocupação, embaraço e ansiedade<sup>115</sup>. Não tanto em termos das desigualdades nos recursos materiais, senão enquanto uma fonte de estigmas e de desvalorização do status relacionada à construção de significado e de classificações compartilhados centrada no valor da pessoa. Classe é um assunto, portanto, que traz consigo questões de autoavaliação, comparação e justificação do valor pessoal para os atores que com ela se veem confrontados em sua experiência, interação social e autoimagens (SKEGGS, 1997; LAMONT, 2000; SAYER, 2005).

---

<sup>115</sup> Sayer (2005; 2010), em particular, reprova duramente a postura da maior parte das ciências sociais interessadas em classe social por transformar um assunto que é, para as pessoas em seu cotidiano, uma questão sensível e preocupante em um debate árido e tecnocrático sobre esquemas e modelos abstratos de classificação social. Entre as razões principais para essa desconexão entre a experiência e os sentidos leigos de classe e a postura dos cientistas sociais estudiosos das relações de classe está, para o sociólogo inglês, na recusa e incapacidade destes de compreender o caráter normativo da vida social cotidiana e em sua compreensão empobrecida e limitada da agência e da subjetividade humana como movidas e definidas pela persecução de interesses.

A partir dos trabalhos de Lamont, Skeggs e Sayer, podemos afirmar que a classe e moralidade envolve relações entre pessoas e as formas como suas ações, identidades e status são percebidas, classificadas e hierarquizadas por julgamentos e entendimentos de valor. Na experiência cotidiana, sobretudo em contextos de mobilidade social, a classe é um parâmetro subjetivo de representações e entendimentos de valor por meio qual as pessoas procuram entender como se sentem e se definem moralmente em relação aos outros e em relação à si mesmas. Ela está estreitamente conectada não somente à percepção e consciência dos atores acerca das hierarquias sociais e das disparidades socioeconômicas como também às questões de identidade, valor e status.

Os sentidos e senso de valor que as pessoas tem de si próprias e dos outros e os compromissos práticos e substantivos através dos quais os atores constroem seus pertencimentos, diferenças e fronteiras em relação à grupos são questões profundamente relacionadas à classe e como esta é percebida e significada pelos atores. As desigualdades e os significados atribuídos à classe social são poderosas forças nas maneiras pelas quais as pessoas percebem e valorizam a si mesmas e aos outros, assim como os bens éticos desejados e concebidos como significativos para autoestima, realização e bem-estar (LAMONT, 1992; 2000; SAYER, 2005). Por isso, as classificações e significados normativos vinculados à classe abalam o senso de autoestima, identidade e valor pessoal, impelindo-os a um trabalho reflexivo e relacional de justificação e negociação dos significados de suas trajetórias pessoais, dos compromissos com os outros e dos sentidos atribuídos a si mesmos e a sua experiência de deslocamento de classe

Na experiência vivida de mobilidade social, a classe emerge como um problema que carrega e exprime, para os atores, preocupações e categorizações normativas: a classe como fontes de compromissos inegociáveis de pertencimento, como origem a ser superada, como um conjunto de expectativas e julgamentos que identificam uma inferioridade, como ilegitimidade e não-merecimento, como culpa em relação aos que “ficaram para trás” etc. Em diversos relatos de nossos interlocutores, podemos identificar situações de mal-estar que são acompanhadas de preocupações morais em relação à posição e representações subjetivas de classe no sentido da forma como os outros enxergam e avaliam os nossos interlocutores.

O empresário Antônio compartilha uma história interessante, a esse respeito. Ele conta que, certa vez, em sua empresa ouviu alguns dos seus funcionários da administração

financeira e do setor jurídico zombarem das maneiras dos trabalhadores da limpeza e manutenção. O empresário lembra de ter se sentido bastante incomodado, pois segundo recorda, pensou:

*Quando as pessoas fazem essas piadas de ridicularizar, elas estão falando e menosprezando pessoas como eu. Não importa se tenho dinheiro, recursos e ando bem vestido. Sem saber, elas estão falando de tias, primos e irmãos meus que são faxineiras, porteiro, operários, agricultores, e que elas podiam muito bem qualquer dia encontrar por aí.*

Tais situações mobilizam dos atores respostas emocionais (raiva, ressentimento, vergonha, culpa) e reflexões normativas a propósito de suas histórias de vida, famílias, relacionamentos, valor pessoal, qualidades, aspirações. O que chamamos de “momentos autocríticos” é gerado exatamente pelas implicações afetivas e pelo significado moral que as classificações e representações subjetivas de classe assumem socialmente, desencadeando situações de reflexão e autorreflexão.

A classe, seus constrangimentos objetivos e suas representações subjetivas, impacta e molda, em nossos interlocutores, suas percepções e reações às situações, interações, espaços e relacionamentos em que estão envolvidos, assim como os motivos e afetos que os movem a agir e a pensar. Assim, muitos interlocutores tem suas trajetórias e relações subjetivas marcadas pela negociação de julgamentos de inferioridade e tentativas de defender e afirmar o próprio valor moral contra classificações e avaliações desclassificadoras de classe. Por exemplo, tanto Thaís e Geraldo, mas também Otávio e Lisa, exprimem, contundentemente, no âmbito das interações e desigualdades de classe nos espaços do trabalho, da família e da universidade, episódios e os efeitos daquilo que Michèle Lamont e demais pesquisadores (2016) intitularam de *assault-on-worth* em seu estudo sobre a experiência de discriminação e estigmatização entre minorias<sup>116</sup>.

Se lembrarmos os conflitos de Lisa sobre suas dificuldades iniciais de adaptação à faculdade de medicina, o problema da classe surge para ela como uma questão pessoalmente premente, reconhecido pela tomada de consciência das desvantagens de

---

<sup>116</sup> Com este conceito, a socióloga e demais autores chamam a atenção para um conjunto diverso de situações e experiências que subtraem e rebaixam o valor e o status relativo de indivíduos e grupos devido a sua raça, etnia e nacionalidade em um dado contexto. Refere-se, portanto, a ações de desrespeito à dignidade que envolve a estigmatização de características e atributos, assim como a restrição de seu acesso à oportunidades e recursos. Os autores citam um leque de situações e práticas cotidianas que arrancam valor das pessoas, tais como insultos, receber serviços precários e degradantes, ser subestimado e ignorado em sua agência e capacidades, ser tomado como objeto de chacota e piadas, ser estereotipado, excluído de redes informais, ameaça ou agressões físicas. (LAMONT et al., 2016, p. 6).

recursos culturais e econômicos herdados entre ela e seus colegas de classe média. Um problema que a indaga quanto ao que a torna diferente dos outros e desigual com quem ela convive. Mas que, também, a indaga, principalmente, quanto ao seu valor e legitimidade pessoal de estar junto, nos mesmos espaços e atividades, dessas pessoas a quem ela enxerga como tão díspares dela. Sua entrada em um espaço tão classificador como o curso de medicina a faz se interrogar com uma complicada questão, que é compartilhada por diversas pessoas com trajetórias similares a dela: como se sentir legítimo, não inferior, respeitado em um espaço e em relações que escancaram diferenças e desigualdades?

Mas há também, como veremos melhor na parte final desta tese, dedicada às narrativas de justificação da ascensão social, aqueles que tomam a questão das classes sociais, suas desigualdades, em um sentido positivo, pois associam sua existência e manutenção à uma forma de justiça meritocrática: as disparidades e diferenças sociais e de reconhecimento são produtos de esforços e talentos desiguais dos indivíduos.

Os relatos de nossos interlocutores são elucidativos acerca do quanto a mobilidade social pode ser um processo atravessado por avaliações e julgamentos de valor, fortemente influenciados pelas relações de desigualdade de classe e pela experiência de deslocamento social. As situações de mal-estar e as preocupações normativas de nossos interlocutores relacionadas à mobilidade social são, em larga medida, manifestações de conflitos de classe internalizados ou produzidos nas interações e determinadas situações vivenciadas. Em uma sociedade cujo acesso à práticas e bens morais que permitem reconhecimento, estima e respeito é desigual e, em grande medida, seletivo e influenciado por dinâmicas e lógicas de desigualdade de classe social (HONNETH, 2003; SENNETT, 2004; SAYER, 2005), a ascensão social é vivida como um tortuoso caminho de provação, negociação e justificação das classificações de classe que questionam e atacam o valor moral pessoal.

Como a posse de propriedades materiais e imateriais que garantem reconhecimento, estima e respeito em uma ordem social particular, isto é, “dignidade e valor aos olhos dos outros” (ATKINSON, 2017, p. 3), a classe é vivida, com efeito, como algo que pode ser profundamente dramático, difícil e controverso. As classificações de classe, sua relacionalidade objetiva e subjetiva, engendra nos atores socialmente móveis não apenas “momentos autocríticos” mas os colocam sob e à prova, isto é, diante de

situações e processos experimentados individualmente como de comprovação de suas capacidades, legitimidade e grandezas. Algo que passa pela comparação e percepção da avaliação dos outros e que eles devem enfrentar e procurar soluções diante e contra si mesmos ao mesmo tempo em que também devem fazê-lo diante e contra os outros – sendo, muitas vezes, esses outros, pessoas com as quais ele possuem uma história de laços afetivos, sociais, econômicos, culturais. A negociação dos laços de origem é um bom exemplo dessas situações e processos de comprovação em que os atores se provam em suas capacidades relacionais e normativas para gerir relações tensionadas, conciliar expectativas conflituosas, assumir e lidar com separações e rupturas.

Entre muitos dos socialmente móveis existe um sentimento de insuficiência persistente, como se pode observar nos retratos de Thaís e Geraldo e nos relatos de Otávio; para sentir-se justificado, reconhecido e estimado não basta apenas ser o que se é. Nesse sentido, o *self*, a ideia ou autoimagem que fazem de si mesmos, e as qualidades distintivas que acreditam lhes conferir dignidade e valor como pessoas são alçadas à condição de problema, conflito e comprovação. Eles precisam provar-se, para si e para os outros, para aqueles de seus ambientes e contextos de classe de origem e também aqueles de seus ambientes sociais novos, que são merecedores de estar onde estão e de ser o que afirmam ou imaginam que são.

Esse componente moral da desigualdade de classe, isto é, da segurança e insegurança diante do próprio valor, incita, entre os ascendentes, pesados sentimentos de obrigação de provar o próprio valor pessoal. Em nossas entrevistas, esta é uma intensa fonte de mal-estar e sofrimento emocional. Muitas das emoções comuns relatadas entre aqueles que atravessam posições no espaço social, como ansiedade, insegurança, sentido de ilegitimidade, vergonha, culpa, estão, em certa medida, relacionadas à autoavaliação de insuficiência e insegurança do próprio valor pessoal. Da mesma maneira, elas estão na base de uma atitude também recorrente entre os indivíduos ascendentes, qual seja: uma atitude desmedida de autocobrança, uma alta e dura exigência consigo mesmo. Antes de ser um sentimento natural ou inclinação individual, a obrigação de provar o próprio valor e a autopercepção de possuir um *self* subvalorizado são injunções afetivas e normativas provocadas pela força, eficácia e naturalização dos julgamentos de valor e de fronteiras simbólicas de classe, seja nos espaços do trabalho, como no caso de Thaís, seja na família, como no caso de Geraldo.

Nos relatos de Geraldo e Thaís, a classe emerge como questão relevante enquanto uma preocupação normativa acerca do seu valor e status diante de si e dos outros. Isto é, Geraldo se dá conta de seu lugar de classe, ou melhor, que esta importa e influencia em sua vida, pois a classe define e separa, hierarquiza, inclui e exclui, estima, valoriza e desvaloriza, através das interações e julgamentos carregadas de constrangimentos, justificações e comparações de valor. Mesmas as diferenças materiais tornam-se pessoalmente relevantes, isto é, subjetivamente significativas para ele, quando elas impactam sua aspiração de “ser médico”, entendida por ele como uma espécie de autocertificação social de valor, de igualdade de status e reconhecimento. Por isso, Geraldo tenta encontrar na afirmação de sua capacidade de superação e independência pessoais as bases e as razões de seu autorrespeito e autojustificação. No caso de Thaís, seu apelo normativo de valor pessoal, para ser percebida e se perceber como igual e não-inferior, volta-se para a construção do valor e reconhecimento de sua subjetividade singular e expressiva.

A ascensão social significa mostrar-se capaz de realizar e corresponder a certas aspirações, expectativas e convenções morais estimadas, ligadas às representações subjetivas de classe e, por vezes, para os atores socialmente móveis, conflitivas e antagônicas por causa de sua condição de duplo vínculo. Foi que se viu, por exemplo, no caso da advogada Paula e seu dilema entre a dedicação ao crescimento profissional e suas demandas mais individualistas e a obrigação dos compromissos de solidariedade com a família. A experiência de desigualdade de classe diz respeito também às disparidades de acesso e aos bloqueios às práticas, avaliações e formas de vida (identidade, aspirações, estilo de vida, bens) que são aspiradas e valorizadas; as desigualdades de classe significam desigualdades de chances de alcançar as coisas que as pessoas valorizam para se sentirem bem e realizadas consigo mesmas (SAYER, 2010a, p. 172).

Além de vinculada a uma lógica classificatória e normativa que opera através das relações objetivas e simbólicas na experiência cotidiana das pessoas, a experiência de classe existe, no tempo e no espaço, enquanto uma realidade corporal e afetiva, isto é, sentida, conhecida e vivida através dos corpos e seus afetos (BOURDIEU, 2001; 2013<sup>a</sup>; REAY, 2005). Já discutimos, em suas linhas gerais, o quanto a praxiologia bourdieusiana por meio do conceito de habitus sustenta-se em uma concepção do agente humano como um corpo engajado no mundo, quer dizer, “aberto e exposto ao mundo, suscetível de ser

por ele condicionado, moldado pelas condições materiais e culturais nas quais ele está colocado desde a origem” (BOURDIEU, 2001, p. 163).

Para Bourdieu, a relação entre as estruturas sociais objetivas de uma sociedade e seus indivíduos e grupos não é uma relação da ordem de um “estado da mente” mas sim, segundo uma lógica de retenção do mundo social e seus constrangimentos, a de um “estado do corpo”. As estruturas sociais, com seus princípios de visão, divisão e classificação das coisas e das pessoas do mundo, se inscrevem e se sedimentam nos indivíduos, primeiro e fundamentalmente, por meio do corpo e não pela consciência ou razão. Forjam neles, pela impressão cultural, afetiva e cognitiva das condições, constrangimentos, divisões, relações e possibilidades decorrentes da posição no espaço social, esquemas mais ou menos unificados de posturas, inclinações e habilidades para agir, sentir, conhecer e pensar o mundo em que foram formados (BOURDIEU, 2013<sup>a</sup>, p. 112).

Desse modo, em razão da experiência duradora de condições e condicionamentos característicos da localização no espaço social (BOURDIEU, 2008, p. 97), a classe é um tornar-se corpo, uma “história feita corpo”. Isso significa que as classificações e representações de classe e as disputas de valor em jogo nas interações, espaços e relações em que os nossos interlocutores se movem não são alguma coisa simplesmente registrada e processada cognitivamente e desencarnadamente. Como o corpo não é um simples depósito físico-orgânico ou receptáculo das estruturas do mundo social, mas um complexo aparelho somático plástico, aberto e condicionado para agir, sentir e pensar o mundo no qual existe de maneira engajada, essas classificações e disputas simbólicas de classe são sentidas, reconhecidas e refletidas pelos interlocutores.

Os nossos interlocutores levam à sério as situações de “classificação”, e de comprovação do valor que elas incitam, suas exigências, constrangimentos e desdobramentos, porque elas são também sentidas, experimentadas e percebidas no e pelo corpo, os seus e dos demais. As reações gestuais, somáticas, afetivas e emocionais, e sua observação no corpo dos outros, que as situações de mal-estar vivenciadas na experiência de classe suscitam e expõem, recordam que o corpo e sua *hexis* são “uma maneira prática de experimentar e exprimir o sentido que se tem, como se diz, de seu próprio valor social” (BOURDIEU, 2008, p. 440). A classe, com suas diferenças e desigualdades, é sentida corporalmente.

Basta lembrar do espanto da então estudante de medicina Lisa com o senso de confiança, naturalidade e a desenvoltura argumentativa, expressas no gestual dos corpos e na forma como estes, pelo capital cultural incorporado, se movimenta e se impõe no espaço, com os quais alguns de seus colegas de faculdade enfrentavam a rotina de trabalhos e provas no curso ou conversavam com os professores. Diferentemente, seu corpo era um corpo ansioso, inseguro e deslocado que experimentava o espaço de possibilidades que recentemente se abria para ela como fechando-se às suas capacidades e potencialidades e recusando sua presença. Para Lisa, sentir adaptada, confiante e legítima foi ao preço de intensificar a submissão de seu corpo a mais disciplina e ascese pelos estudos. Ou do corpo envergonhado de Sandra e do corpo embravecido de Geraldo. Expresso na primeira por seus silêncios, travamentos e recusa de falar em público em reuniões de trabalho por vergonha e insegurança de suas competências linguísticas e expresso no segundo por sua decisão de se recolher e se esconder dos outros que, ao contrário dele, puderam seguir suas vocações profissionais desejadas.

As diferenças e desigualdades de classe estão no corpo, nas atitudes e posturas corporais que exprimem uma certa maneira deste de se relacionar com o mundo a sua volta, mais confiante ou menos confiante, mais ativa ou passiva, mais natural ou mais forçada etc. Percebê-las e experimentá-las, como é, particularmente, o caso dos que se movimentam pelo espaço social de classes, pode ser algo emocionalmente estressante, pois elas influenciam os atores percebem a si mesmos, suas potencialidades e limites em um determinado contexto ou situação social. Nesse sentido, é pelo corpo, seus afetos, desconfortos, seus movimentos e reações internos, e só depois pela reflexividade, que os interlocutores se dão conta, primeiro, de que há algo errado e desajustado em sua ação: os suores na mão, sensações de nervosismo, agitação nas pernas, tiques, a ruborização, a aceleração dos batimentos e da respiração, etc..

Para alguns de nosso interlocutores, a experiência de mobilidade social, sobretudo nessas situações de mal-estar e “classificação”, com seus afetos e preocupações, representou uma tomada de consciência de seu corpo como um corpo de classe, ou da classe em seu corpo. Principalmente, em um sentido negativo, de limitações pessoais, inadequações, de atribuição de um lugar ilegítimo no mundo e de experimentação de estados afetivos de ansiedade, medo e insegurança e sentimentos morais como vergonha, raiva, impotência, humilhação, ressentimento. Mais do que meramente formas de “afeto”,

como sustenta Sayer, são respostas avaliativas e morais sobre como os atores se sentem tratados em relação ao que eles e elas valorizam e consideram interferir em seu bem-estar e sentido de valor pessoal. Como “parte crucial daquilo que torna a vida valiosa e significativa” (TAYLOR, 1997, p. 378), os sentimentos morais estão vinculadas, portanto, à nossa vulnerabilidade e ao nosso estado físico, psicológico e emocional de dependência dos outros (SAYER, 2005, p. 162).

Desse modo, entre os socialmente móveis, a classe é vivida não só como uma posição em um espaço social. Ela é uma individualização emocionalmente dolorosa de afetos e sentimentos morais que exprimem uma relação fraturada com o mundo, ou com uma parte dele, na qual os atores se dão conta de seu lugar, valor e distância social através de experiências de desigualdades relacionais e classificações que os atingem, simbólica e afetivamente, em seu próprio corpo e sentidos de si.

## 5. AS NARRATIVAS DE JUSTIFICAÇÃO DA ASCENSÃO SOCIAL: SENTIDOS DO MERECEMENTO

*“Não se tornam as vidas humanas mais legíveis quando são interpretadas em função das histórias que as pessoas contam a seu respeito?” (RICOEUR, 1991, p. 138).*

Nos capítulos anteriores, assim como a maior parte deste trabalho, explorei os aspectos morais da experiência da mobilidade social ascendente a partir das situações e emoções de mal-estar relacionadas aos deslocamentos de classe. Tomei as feridas ocultas da mobilidade social e os conflitos interiorizados relacionados às trajetórias de ascensão social como uma chave para abordar não apenas a questão de como a ascensão social é vivenciada mas, sobretudo, as implicações afetivas e normativas envolvidas em sua experiência. O argumento segundo o qual a relação dos atores sociais com a moralidade e com a experiência de classe social é, também, uma relação afetiva, moral e corporal (JOAS, 2000; BOURDIEU, 2001; SAYER, 2005; TAYLOR, 2011), e não uma relação de internalização, obediência ou sujeição em termos de normas ou uma relação neutra, mostrou-se bastante pertinente e coerente com a análise conduzida até aqui.

Contudo, a dimensão moral da relação dos indivíduos com suas trajetórias sociais será abordada, nos próximos capítulos, de maneira mais direta e positiva, por assim dizer. Irei explorar e discutir as justificativas abertamente articuladas pelos entrevistados e entrevistadas quanto às razões que eles e elas acreditam explicar como e por que chegaram a sua condição social atual. É preciso perguntar e estudar o que as trajetórias pessoais de mobilidade social significam para os próprios atores e quais repertórios de valores e significados são por eles empregados para justificar, valorizar e dar sentido de merecimento e legitimidade aos seus destinos sociais.

Para explorar essa seara, cumpre, novamente, levar à sério a agência moral dos atores, isto é, as razões de agir e as justificativas morais que estes dão si mesmos e às suas experiências de mobilidade social. Isso significa tratá-los como seres capazes de compreender, reagir e formular, a partir de certos princípios de valor institucionalizados e compartilhados ou de gramáticas situadas e repertórios contextuais da vida social, os elementos significativos e normativos do mundo social e de suas experiências neste último (BOLTANSKI; THEVENOT, 1992; LAMONT, 2000).

Em segundo lugar, que as justificações da ascensão social revelam-se, com efeito, dentro de narrativas pessoais de vida, e não, simplesmente, como um discurso neutro, externo e normativamente impessoal e abstrato. Os interlocutores elaboram, ordenam e conectam ações e eventos segundo padrões de significados mais ou menos organizados e que lhes são pertinentes, valiosos e expressivos em relação àquilo que consideram importante para sua existência, isto é, que lhes auxiliam a definir e afirmar que tipo de pessoas entendem ser, quais seus projetos de vida, seus valores e compromissos mais fortes. Em outras palavras, uma orientação para o *bem* e para a boa vida (TAYLOR, 2011).

Ao tentar explicar e encontrar as razões dos caminhos de suas biografias, as pessoas, na verdade, “constroem eventos e ações passadas em narrativas pessoais para reivindicar identidades e construir vidas” (RIESSMAN, 1993, p. 02). Elas não estão se relacionando com um objeto qualquer que elas simplesmente almejam conhecer e fazer conhecer melhor à outrem; elas estão lidando e tentando articular sentidos sobre algo que importa seriamente para elas, que possui significado e implicações para a maneira como definem e julgam suas ações, decisões e, inclusive, a si próprias<sup>117</sup>.

Ou seja, o trabalho narrativo de contar a própria história de ascensão social é, também, um trabalho relacional de avaliação e de justificação em que a agência moral dos atores é, inevitavelmente, exercida, podendo, assim, ser também estudada. Porque as narrativas, escreve o antropólogo Jarret Zigon (2007, p. 147-8), “são o meio primário para as pessoas atribuírem significado e ordem às suas vidas, elas fornecem *insights* importantes sobre as maneiras pelas quais as pessoas se concebem como pessoas morais”.

Quando as pessoas contam acerca de suas histórias de vida, elas põem em ação um vocabulário de valores e de pressupostos normativos para falar de si próprias, para esclarecer os rumos, motivos e fins mais definidores e significativos a propósito de como elas se tornaram quem são e de como suas vidas chegaram ao ponto e contexto em que estão. As narrativas pessoais, portanto, trazem à tona as “avaliações fortes”<sup>118</sup> que as

---

<sup>117</sup> A prática da narrativa está ligada à constituição e compreensão da própria identidade no fluxo do tempo como “aquilo que nos permite definir o que é e o que não importante para nós” (TAYLOR, 2011, p. 47) - um trabalho necessariamente reflexivo e relacional que se realiza contando histórias sobre a sua própria história pessoal, quer dizer, como uma produção narrativa de si mesmo, uma autonarrativa, portanto.

<sup>118</sup> O conceito de “avaliação forte”, em Charles Taylor, está ligado a duas das principais premissas de sua antropologia filosófica e teoria da ação. A primeira delas é a de que o ser humano é um animal capaz de se auto-interpretar (*self-interpreting animals*), e, por isso, tem “a capacidade de avaliar desejos”, de realizar distinções qualitativas entre estes (TAYLOR, 2007, p. 23). A segunda é a de que a existência humana e as

peças realizam e os princípios de valor e critérios de avaliação que elas reivindicam como mais importantes e significativos para compreender e expressar seus compromissos e identificações de valor, os quais implicam, entre outras coisas, os seus sentidos de *self* - suas concepções de si sobre si mesmas - e os significados de suas histórias de vida, posicionando ambos em um espaço moral de bens e de pressuposições constitutivos (TAYLOR, 2007; 2011).

A compreensão que vincula, do ponto de vista ontológico, *self*, agência e narratividade à estruturas morais (TAYLOR, 2011) e à dimensões éticas (RICOEUR, 1994) do coexistir humano no mundo, também é validada na sociologia e antropologia da moral contemporânea. Em diversos trabalhos destas, a moralidade, além de entendida como variável, situada e ordinariamente vivida na vida social, é concebida como vital, palpável e constituinte para os relatos narrativos de autocompreensão que as pessoas dão de si mesmas e de suas ações (ZIGON, 2007; HITLIN; VAYSEY, 2010).

Nesse sentido, as narrativas pessoais de justificação da ascensão social podem ser pensadas como uma forma de ação moral (TAVORY, 2011) em que, inevitavelmente, as pessoas tem de lidar e negociar, em graus distintos e contextos distintos, com conceitos moralmente densos<sup>119</sup> (ABEND, 2011), carregados de significados e de implicações normativas e existenciais, a propósito de como elas compreendem o mundo e o seu lugar e história nele. Um exemplo das questões moralmente e existencialmente densas que as explicações subjetivas e pessoais com respeito à própria mobilidade social colocam para

---

identidades dos agentes são constituídas e expressam os significados dessas autointerpretações e avaliações: “nossa identidade é definida por certas avaliações que são inseparáveis de nossa condição de agentes” (TAYLOR, 2007, p. 23). Taylor considera que existe uma forma de avaliação restrita e orientada ao cálculo das consequências e à deseabilidade mais básica, a qual ele nomeia de “avaliação fraca”. No entanto, para o filósofo canadense há uma outra modalidade de avaliação, mais reflexiva, de maior profundidade e mais implicada com a autocompreensão da identidade. Esta ele define como “avaliação forte”. Para maiores detalhes ver: TAYLOR, Charles. “O que é agência humana?” In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (orgs.). **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007, p. 9-39.

<sup>119</sup> Para distinguir os sentidos e a abrangência conceitual das categorias morais empregadas pelas pessoas em seus julgamentos sobre o mundo, e, principalmente para criticar os experimentos da psicologia e neurociência a propósito dos julgamentos morais das pessoas, o sociólogo Gabriel Abend propõe uma classificação dos entendimentos morais em conceitos “finos” e “densos” de moralidade. Os primeiros referem-se à julgamentos que incluem categorias avaliativas de definição e aplicação mais genéricas, como “certo e errado”, “bom e ruim”, “apropriado e inapropriado”, “permissível e inadmissível”. Os conceitos densos, por sua vez, referem-se às categorias avaliativas cujos conteúdos, significados e aplicação são mais nuançados, situados e dependentes em relação à determinadas práticas, instituições, modos de ser e sentimentos, tais como dignidade, decência, integridade, piedade, responsabilidade, honestidade, civilidade, humanidade, fanatismo, exploração, coragem, crueldade, entre outros mais. Para maiores detalhes ver: ABEND, Gabriel. Thick concepts and the moral brain. **European Journal of Sociology**. 52 (01), 2011, p. 143-172.

os sujeitos socialmente móveis é, entre outras, o problema da justificação do merecimento e da autopercepção de legitimidade da própria trajetória social<sup>120</sup>.

As narrativas auxiliam os atores a forjar sentidos éticos para as suas histórias de vida e para si próprios, ajudando-os a significar e localizar suas trajetórias e autocompreensões em relação aos valores, ideais, princípios e significados morais densos que eles reconhecem e desejam assumir como caros e fontes de sentido e valor para afirmar que tipo de pessoas entendem ser. Dito de outro modo: as histórias que as pessoas contam sobre si mesmas exprimem os modos de subjetividade e personalidade ética e pessoalmente valorizados e significativos para elas; suas histórias constituem identidades narrativas (RICOEUR, 1991), que, como sustenta o filósofo francês, são uma condição necessária para as identidades pessoais (RICOEUR, 1991, p. 176). As narrativas pessoais de justificação da ascensão social estão muito próximas ao que as sociólogas Somers e Gibson (1994, p.61) nomearam de “narrativas ontológicas”, quer dizer, aquelas “histórias que os atores sociais usam para dar sentido às - e agir nas - suas vidas”, em que buscam narrar como e por que se tornaram quem são.

Seguindo essa compreensão, que leva à sério como os atores explicam e valorizam suas histórias pessoais e a si mesmos (SAYER, 2010a, p. 959) através de narrativas, pode-se identificar não somente diferenças no que tange às formas narrativas empregadas mas também diferenças em termos de investimentos, sentidos e lógicas morais empregadas. As narrativas não são produtos individuais personalizados das mentes de cada pessoa, elas se relacionam e integram, com efeito, repertórios de histórias, noções, categorias, representações, princípios que são sociais, culturais, públicas e compartilhadas (SOMERS; GIBSON, 1994).

Neste sentido, nelas operam diferentes e particulares critérios de “valorização e avaliação” (LAMONT, 2012, p. 21), uma variedade de princípios e definições de valor (BOLTANSKI; THEVENOT, 2006). E isso mesmo entre uma categoria de pessoas que compartilha, em certa medida, atributos sociais similares ou uma experiência social mais ou menos comum e na qual se reconhecem, como é o caso da trajetória de mobilidade ascendente de nossos interlocutores. Assim, a organização e a justificação dos sentidos subjetivos da experiência de mobilidade social pelos atores mostram-se, na prática,

---

<sup>120</sup> Uma questão, como se viu ao longo deste trabalho, bastante sensível e problemática pela ambivalência do pertencimento de classe e por sua dependência dos julgamentos dos outros.

abertas à ação e mobilização de distintos repertórios culturais e vocabulários de valores, social e historicamente situados. O antropólogo Zigon, novamente, é preciso nesse ponto:

E porque as narrativas são estruturadas pelo âmbito sócio-histórico-cultural do dizível, também revelam noções locais dessa relação. (...) então, nas narrativas é possível ver a intersecção dos processos subjetivos dessa relação e as estruturas do possível sócio-histórico-cultural (ZIGON, 2007, p. 148).

As narrativas pessoais de ascensão social funcionam dentro de quadros valorativos e éticos mais amplos, de modo que abordá-las significa enfrentar importantes questões sociológicas: a partir de que quadros morais as pessoas socialmente móveis tentam produzir sentido para suas trajetórias de vida e identidades? Quais são os quadros valorativos e éticos predominantes e quais são os alternativos, marginalizados e suprimidos (BOLTANSKI; THEVENOT, 2006) no trabalho de justificação e construção do merecimento na experiência de ascensão social? E o que condiciona suas diferenças e variações em matéria de adesão, legitimidade, poder e significados?

Portanto, nos dois capítulos dessa última parte da tese, pretendo sondar as respostas normativas mais diretas dos entrevistados e entrevistadas acerca de como eles e elas avaliam e justificam sua ascensão social em uma sociedade desigual como a brasileira. Como os interlocutores justificam suas trajetórias de ascensão social para significá-las, para si e para os outros, como legítima e merecida? Que gramáticas e princípios de valor, eles mobilizam para fundamentar suas reivindicações de legitimidade e merecimento? Para tal, procurei identificar nas entrevistas individuais a recorrência e a relevância de certos temas, preocupações, noções e categorias presentes e empregadas nos discursos pessoais. O que, por sua vez, permitiu articular no *corpus* das entrevistas o uso de certos repertórios morais específicos e partilhados para construir, contextualizar e justificar a trajetória subjetiva de mobilidade social e sua narrativa.

Ao contarem sobre suas trajetórias de ascensão social, os interlocutores reconfiguram suas histórias pessoais para afiná-las com as crenças, valores e concepções que eles acreditam definir aquilo lhes é mais importante e caro com respeito a si mesmos e suas próprias biografias. Desse modo, é possível apreender diferentes lógicas de justificação da ascensão social e seus sentidos de merecimento, dignidade e valor próprio.

Gostaria de discutir, nesta parte da tese, duas narrativas de justificação da ascensão social, as quais articulam duas modalidades de identidades narrativas. A primeira delas

caracteriza-se por um discurso mais autoorientado e voltado para o poder subjetivo e objetivo do indivíduo para determinar e ser a principal causa de sua trajetória de ascensão social. O foco principal das narrativas sobre as razões da mobilidade social ascendente está, portanto, no indivíduo e sua agência. Suas escolhas de vida, habilidades, esforços e valores pessoais são entendidos como as forças protagonistas de suas biografias e destinos sociais e também, juntamente com o sucesso material, as fontes de justificação de seu merecimento.

Quando vista em seu conjunto, esse tipo de narrativa aponta, ainda, para um outro ingrediente: a narrativa da ascensão social não é somente explicada como o resultado das ações e atributos pessoais do indivíduo, ela emerge, sobretudo, como a história de uma vitória pessoal, uma conquista do indivíduo sobre sua condição social de origem e contra toda sorte de obstáculos e adversidades encontrados pelo caminho. Por isso, intitulo essa narrativa como uma narrativa da ascensão social como conquista individual. Como se verá, ela apresenta traços de um relato heroico e faz uso de um repertório individualista e meritocrático da mobilidade social, bastante influenciado por valores e concepções de subjetividade e agência neoliberais para afirmar uma identidade narrativa de um *self* autodeterminado, responsável e protagonista de sua trajetória social.

A segunda narrativa de justificação, por sua vez, os sentidos de esforço, merecimento e até mesmo de ascensão social adquirem significados e referências diferentes da narrativa da conquista individual. A memória transgeracional da família, os laços afetivos e simbólicos de parentesco e uma lógica moral da retribuição tornam-se uma fonte fundamental de construção de sentido. Pode-se chamá-la, com efeito, de uma narrativa da ascensão social como retribuição; esta apela para modalidades de significado e experiência da mobilidade social mais relacionais e enraizadas no que os atores compreendem como uma herança simbólica compartilhada de exemplos, compromissos e valores ligada à história da família, à origem de classe e ao local em que se nasceu e cresceu. Além de fortes sentimentos de pertencimento e interdependência, há nesse tipo de narrativa um certo sentido da ascensão social como uma forma secular de redenção.

Em vez da valorização das qualidades e capacidades individuais como molas propulsoras da ascensão social, a legitimidade moral das trajetórias de ascensão social é reivindicada com ênfase na valorização da relacionalidade e das experiências de sofrimento e adversidades familiar e, também, dos sentimentos e compromissos de

solidariedade, obrigação e retribuição com os outros significativos. Nesse tipo de justificação, a mobilidade social é significada com base em uma narrativa multigeracional centrada no grupo e concebida, nesse sentido, como uma realização material e simbólica de caráter coletivo, isto é, que envolveu as ações e histórias de vida de muitas pessoas ao longo do tempo. E a identidade narrativa é de um *self* engajado em um mundo relacional e comprometido com uma missão social de retribuição e redenção coletiva.

A tabela abaixo resume as principais características das duas narrativas de justificação da ascensão social que serão objeto de análise, comparação e discussão nos próximos capítulos.

**Tabela 6 – Características e comparação das narrativas de justificação da ascensão social**

Narrativa	Repertório Cultural	Princípio orientador de justificação do merecimento	Valores salientes	Suportes	Identidade narrativa
Ascensão social como conquista individual	Individualismo Meritocracia Neoliberalismo	Autodeterminação individual; Mérito	Autossuperação; Sucesso material; Ação individual; Responsabilidade individual;	Qualidades individuais; Esforço pessoal; Autoconfiança;	<i>Self</i> autodeterminado, responsável e protagonista
Ascensão social como retribuição	Solidariedade Histórias familiares	Retribuição; Passado social da família;	Relacionalidade; Pertencimento; Obrigações familiares;	Redes de entreadeja; Herança simbólica transgeracional	<i>Self</i> relacional, engajado e comprometido

Fonte: Elaboração própria.

### 5.1 “A fortuna favorece os bravos”: A ascensão social como conquista individual

*Na ordem da sociabilidade e das satisfações correlatas é que o pequeno-burguês realiza os sacrifícios mais importantes, para não dizer, mais manifestos. Com a garantia de que deve sua posição apenas a seu mérito, ele está convencido de que se deve contar somente consigo para conseguir sua salvação: cada um por si, cada um consigo mesmo (BOURDIEU, 2008a, p. 316)*

Para falar de suas histórias pessoais, alguns de nossos interlocutores adotam uma narrativa que poderia ser qualificada como a ascensão social como conquista individual. Eles mostram-se inclinados a conceberem as razões e aspirações de sua mobilidade social em termos individualistas e meritocráticos; entendem sua ascensão social como a

construção e realização de um projeto pessoal e suas trajetórias sociais como o resultado merecido de suas capacidades subjetivas e esforços pessoais na vida. Para interpretar suas trajetórias ascendentes no espaço social, eles se valem, sobretudo, do vocabulário da iniciativa e da determinação, do talento e do mérito, da superação, do sucesso e da realização individuais. Ascender socialmente é um assunto que tem mais a ver com a capacidade de agir por si mesmo e com as qualidades que definem os indivíduos como sujeitos capazes e protagonistas de suas próprias vidas.

Muitos deles veem-se, atualmente, como pertencentes à classe média e descrevem seus projetos de mobilidade social, em larga medida, como orientados e motivados para maximização de suas perspectivas econômicas e profissionais. Suas narrativas podem ser compreendidas como a história bem sucedida da conquista da condição de indivíduo e de uma vida reconhecida e atrelada às possibilidades e signos relacionadas ao status e identidade de classe média no Brasil (BONELLI, 1989).

O primeiro aspecto diz respeito ao processo de se “tornar alguém”, pelas vias da acumulação de recursos econômicos, educacionais e profissionais, autônomo e responsável pelas condições de sua própria reprodução social. O segundo aspecto, ao contrário do que ocorre em outros países, como o Reino Unido, em que as pessoas tendem a resistir ao rótulo “classe média”, pois o consideram uma expressão de esnobismo, artificialidade e privilégio (SAVAGE et al, 2001), no Brasil, classe média é um termo que contém, ainda, muitas conotações simbólicas positivas para parcela significativa da sociedade, pois fortemente relacionadas ao sucesso econômico, à certa segurança material, à estabilidade profissional, ao prestígio de um profissão não-manual ou liberal, ao esclarecimento cívico e a um padrão idealizado de consumo, o qual, aliás, é bastante restrito em termos sociais, sobretudo em períodos de inflação e recessão econômica (O'DOUGHERTY, 1998).

Contudo, esse retrato panorâmico não diz o suficiente sobre este tipo de narrativa individualista e meritocrática da ascensão social. É preciso examiná-la em seus critérios de avaliação e princípios de valor fundamentais. Ao contrário de narrativas que organizam a compreensão da mobilidade social em torno de noções como o acaso, a graça divina, o trabalho duro, o cultivo cultural (NAUDET, 2018), as narrativas pessoais da ascensão social como conquista individual distinguem-se por sua preocupação em fazer sobressair,

nas trajetórias subjetivas, um *ethos* de autodeterminação no qual a agência individual é alçada à condição protagonista na determinação das biografias e destinos sociais.

Três são os critérios de avaliação e princípios de valor sobre os quais a narrativa da conquista individual fundamenta sua justificação da mobilidade ascendente: a superação pessoal, o sucesso material e, principalmente, a crença na agência individual enquanto a força propulsora e justificadora da ascensão social. O quadro abaixo resume a estrutura cognitiva e normativa da narrativa da ascensão social como conquista individual, sistematizando os princípios de interpretação e explicação da ação e os princípios de valor e justificação da ação (como e por que agir) mobilizadas pelos interlocutores identificados como “representantes” desse tipo de narrativa:

**Tabela 7. A estrutura cognitiva e normativa da “narrativa da conquista individual”**

	Princípios de explicação da ação	Princípios de justificação da ação
Narrativa da conquista individual	A ascensão social é produto das ações dos indivíduos e do seu esforço e habilidades pessoais.  A ascensão social é uma superação de dificuldades internas e externas do indivíduo.	A ascensão social é uma maneira de alcançar independência pessoal, sucesso material e realizar e satisfazer preferências pessoais;  A ascensão social é uma maneira de provar ser “possuidor” de predicados individualmente distintivos e socialmente reconhecidos e estimados;
Recursos de ação	Recursos motivacionais internos Habilidades para otimizar a ação individual e seus resultados	Iniciativa, protagonismo, determinação, perseverança, autoconfiança, resiliência, disciplina, autocontrole, responsabilidade individual

O primeiro deles, o tema das adversidades sociais e pessoais enfrentadas e dos sacrifícios realizados e sobrepujados é, grosso modo, bastante comum e transversal às narrativas pessoais de justificação da ascensão social em geral. São narrativas que se apoiam na imagem da ascensão social como uma espécie de “luta e superação” exitosas do indivíduo e suas famílias para transformar a própria condição e status sociais. A privação material na infância e na adolescência, o desemprego dos pais, os efeitos perniciosos da comparação social, o preconceito de classe, o racismo, a descrença e

desvalorização por parte de familiares, a adaptação para viver longe de casa e com poucos recursos, a abdicação do convívio familiar em nome de um projeto individual, o adiamento de prazeres imediatos em favor da carreira, o crescimento profissional lento, a busca pela vocação, a conciliação trabalho e estudos, entre outras, formam algumas das dificuldades e desafios descritos e narrados nas histórias pessoais de mobilidade social.

No entanto, as categorias, os pressupostos e as preocupações normativas mobilizadas para narrar e justificar as trajetórias de mobilidade social como trajetórias de superação não são unívocas. Antes, na verdade, podem se definir por lógicas morais distintas que aquilatham significados e motivações específicos para a ascensão social, assim como reivindicam valor, reconhecimento, legitimidade e merecimento a partir de critérios e princípios de avaliação diversos.

Ao contrário da narrativa da ascensão social como retribuição, como se verá posteriormente, a narrativa da conquista individual realiza um enquadramento individualista e, em certo sentido, terapêutico do tema da superação. De maneira recorrente, prepondera um tom de autoglorificação. As adversidades pessoais e sociais relatadas pelos entrevistados se dedicam muito mais a caracterizar o contexto da personalidade e das qualidades individuais do autor da narrativa do que uma situação social, econômica e familiar mais ampla em que ele está estruturalmente inserido. Dito de outro modo, as adversidades e dificuldades vivenciadas são estruturadas e narradas para destacar a superação como superação pessoal, isto é, como resultado das forças e atributos especiais de um indivíduo.

A gerente de marketing de uma empresa nacional de tecnologias de segurança e monitoramento, Sandra organiza sua narrativa de ascensão social em torno dos obstáculos profissionais que enfrentou para construir paulatinamente sua carreira: transferências de cidade, frustração de promoções, competição, priorização da carreira em detrimento da vida pessoal, períodos sem emprego, relacionamentos difíceis no trabalho e, especialmente, como se viu anteriormente, enfrentamento contra uma sensação de inadequação de suas capacidades linguísticas de exposição. Como alguém autodefinida como vindo “*de baixo, com a cara e a coragem e com muita vontade de superar as expectativas*”, ela discorre sobre sua ascensão social como espécie de jornada pessoal de superação de desafios e obstáculos internos e externos:

*Sem ter força de vontade, querer e perseverança, você não sai do canto. Para quem vem de baixo, barreiras tem muitas, aparecem de todo lado, não tem dinheiro pra isso, pra aquilo, mora longe, exemplos de inspiração ao redor são difíceis. Mas você tem que superar. Para crescer não pode ter medo de crescer, penso assim, (...). Meu caminho foi cheio de desafios, e se deu tudo certo, foi porque batalhei muito para conseguir.* Sandra, 43 anos, gerente de marketing.

As adversidades do mundo do trabalho para se estabelecer econômica e profissionalmente também estão no centro da narrativa pessoal do empresário Antônio. Para “*sair de onde saí e chegar onde cheguei*”, ele ilustra sua trajetória social com a sugestiva imagem da superação pessoal de alguém que teve de “*subir uma montanha com as pernas amarradas*”. E, nesse sentido, pontua:

*Rapaz, boa parte dos meus anos de vida eu não pude trabalhar com o que eu gosto. Posso dizer: fui pobre por mais de trinta anos! Grana curta, cansado, dormindo pouco, aguentando esporro, ralando, ralando muito. Fiquei alguns anos dormindo, acho, umas quatro horas por noite, dois empregos, bicos, cursos, de tudo que aparecia eu queria tá dentro. Inventava algo extra pra vender, oferecer, se tinha algum curso para aprender a consertar televisão, garçom, eletricista residencial, eu fazia.* Antônio, 51 anos, empresário.

Luís, oficial da Marinha do Brasil, tem na migração um evento-prova em sua história pessoal e trajetória. É sobre ela e seus desdobramentos práticos e pessoais que ele ancora sua narrativa de ascensão social como uma decisão e processo que implicaram superação pessoal. Filho de um encanador e uma empregada doméstica, o oficial de quarenta e sete anos conta que, não enxergando perspectivas de futuro permanecendo entre os seus, buscou “*fazer a vida longe de casa*”:

*(...) meados dos anos 1990, uma crise econômica pesada. A situação financeira em casa estava muito ruim, ruim mesmo. Erámos meus pais e cinco filhos, três mais novos, crianças ainda, e meu irmão mais velho que vivia de bico em bico. Eu olhava aquilo, e só pensava: “preciso sair, preciso sair”. Faculdade? Sem chance, muito tempo estudando até conseguir dinheiro... e tinha os livros, comprar os livros. Naquela situação, eu não podia ser um estorvo para os meus pais, ser mais um problema, um peso... uma boca a mais pra alimentar. (...) A oportunidade da Marinha apareceu nesse momento conturbado, daí fui ser aprendiz de marinheiro, fui direto para a babilônia do Rio de Janeiro. Se hoje tenho outro patamar de vida foi porque consegui ser forte para aguentar o que a vida trazia. A vida é assim, ela não pergunta se você está pronto ou não, se é o que você quer ou não, ela joga nos seus peitos, na sua cara e você tem que se virar. Abri mão de confortos, deixei pra trás amigos, convívio com pai, mãe e irmãos... Estou há mais tempo fora de casa do que o tempo em que passei com a minha família.* Luís, Oficial da Marinha, 47 anos.

Para outros, por sua vez, o contexto de ação privilegiado para realçar sua superação pessoal das adversidades e dificuldades pelos quais passaram é o da formação acadêmica e das experiências escolares. Aqui, a trajetória escolar, os diplomas, o desempenho diferencial, o amor e a entrega aos estudos aliado à renúncia e ao adiamento

de alguns prazeres imediatos são os pontos em função dos quais alguns entrevistados buscam articular ascensão social, merecimento e conquista individual. É o caso do engenheiro químico Ricardo, que encontrou na dedicação aos estudos e no sucesso acadêmico uma razão de ser e uma maneira de lidar com os seus sentimentos de frustração em relação ao que percebia como desvalorização e descrença por parte de familiares e colegas de escola quanto ao seu valor e futuro.

Para ele, sua ascensão social tem, sobretudo, um sentido de emancipação, não só socioeconômica, senão, também, pessoal em relação a sua família e os julgamentos de valor negativos que sobre ele pesavam:

*(... ) e uma coisa que me chamou muita atenção desse vestibular não foi só fato de ele ser vocacionado, o fato de fazer universidade fora da minha cidade. Pra provar pra todo mundo, de certa forma, que eu era capaz, que eu não era o vagabundo que eles “tavam” pensando, e que eu tinha condições de ser alguém na vida. Certo? Então, foi diante dessas críticas quando eu terminei o ensino médio, que eu era obrigado a trabalhar, que eu tinha condições sim de eu ser alguém bem melhor do que eles achavam que eu seria se eu fosse trabalhar com qualquer coisa, como eles me diziam para fazer, e muitos deles fizeram. Eu tomei isso como um grande desafio, né? Peguei minhas malas, fiz a seleção da residência, fui morar lá. Morei quatro anos na residência universitária. Ricardo, Engenheiro Químico, 34 anos.*

Semelhante a outros interlocutores desse grupo, Ricardo atribui enorme valor e importância à educação como determinante de sua mobilidade social. Contudo, assim como os demais, a educação é encarada como um empreendimento individual de ascensão social, diferentemente do que ocorre com a narrativa da ascensão social como retribuição em que a educação é encarada como um projeto coletivo, um projeto geracional-familiar de mobilidade ascendente.

Nas narrativas, para resolver as dificuldades para se “tornar alguém” e alcançar um “lugar ao sol” nossos interlocutores desse grupo enfatizam sobretudo recursos motivacionais “internos”, tais como “força de vontade”, “empenho”, “autossuperação”, “fé pessoal”, “autoestima”, “energia interior”. Os próprios valores morais quando mencionados possuem uma conotação “internalista” e subjetivista. A solução das adversidades, a despeito destas muitas vezes estarem relacionadas à fatores sociais e econômicos, parece ser, com efeito, uma questão de natureza privada, isto é, a ser solucionada internamente pelo indivíduo.

O lugar de relevância ocupado pelas adversidades vivenciadas, principalmente aquelas dos primeiros anos da trajetória de ascensão social, se deve ao papel que elas parecem desempenhar na construção de significados dos atores com respeito ao sentido

positivo de suas autoimagens e seu senso de merecimento. O tema da superação pessoal para a conquista da ascensão social é pautado por duas lógicas morais complementares que prevalecem como ferramentas culturais para conformar uma narrativa de merecimento e performar um *self* “vencedor” e “ascendente”; de um lado, a lógica moral do discurso terapêutico, que faz emergir um senso de valor e individualidade baseados no triunfo contra os obstáculos internos e na crença segunda a qual tudo o que é necessário para alcançar êxito e autorrealização na vida está na própria individualidade (ILLOUZ, 2011). A segunda lógica moral é de ordem meritocrática. Com esta, os atores enxergam a superação em suas vidas como a realização exitosa de um esforço individual competitivo e seu próprio *self* é, dessa maneira, projetado e idealizado como orientado e formado por virtudes competitivas, como ambição, ousadia, determinação e desejo de sucesso.

Interpretadas como provações pessoais, a evocação reiterada das adversidades suportadas e vencidas no decurso da ascensão social faz sobressair um senso de agência pessoal e, com ele, um autojustificador sentimento de merecimento e de valor meritório na relação e percepção com a própria trajetória de vida. A trajetória pessoal e a ascensão social ganham, assim, sentido como uma narrativa convincente e dramática de autosuperação e merecimento de um indivíduo, que é, mesmo contra forças contrárias, o principal responsável e protagonista de sua história e destino.

A esse propósito, o trecho a seguir é bastante esclarecedor do quanto a ascensão social, significada como superação pessoal, reveste a autocompreensão e a avaliação do *self* de sentidos terapêuticos e meritocráticos de autojustificação e de afirmação do valor pessoal:

*Em resumo, essas pessoas antes elas me criticavam todas e hoje apenas veem o fruto do meu esforço, mas não procuraram fazer a mesma coisa que eu, é como se elas achassem mais merecedoras do que eu, do que eu consegui de certa forma, “ele conseguiu e eu não consegui.”. Só que elas não avaliam as coisas que eu fiz para eu chegar onde eu cheguei. Os sacrifícios que eu tive que fazer até chegar onde eu cheguei. As pessoas elas só veem o resultado, só o sucesso, mas não veem o trabalho que a gente tem até chegar aos frutos. Então, as pessoas de certa forma, são muito imediatistas, principalmente os meus primos. Ricardo, Engenheiro Químico, 34 anos.*

O segundo dos pontos nodais da narrativa da conquista individual é o sucesso material. Ele está bastante ligado à conquista de uma situação financeira estável, econômica e profissionalmente bem sucedida e, também, ao gozo de um estilo de vida e

de padrões de consumo materialmente confortáveis, com poucas restrições e subjetiva e individualmente gratificantes.

O sucesso material é apresentado e narrado como uma das principais motivações e objetivos buscados pelos atores com sua mobilidade social. Voltado tanto para propósitos de caráter mais individuais quanto familiares, o sucesso material aparece bastante associado, como uma condição certificadora e garantidora, ao emprego estável, ao incremento da carreira profissional, ao padrão de vida seguro e confortável, à poupança, custeio da educação dos filhos e planos de saúde, à facilidade de consumo e de acesso à bens e serviços valorizados.

Seria equivocado e reducionista limitar, no entanto, o papel e significado do sucesso material nas narrativas da ascensão social como conquista individual a apenas o componente econômico, não enxergando seus outros usos e como ele se conecta a uma moralidade de fundo e à própria individualização dos projetos de vida. Na construção de significados das narrativas pessoais, o sucesso material desempenha diversas funções na maneira pela qual os atores organizam os sentidos subjetivos de sua experiência de mobilidade social. Tal diversidade de usos, além de ajudar a compreender por que o sucesso material é mobilizado recorrentemente, atesta o seu alto valor simbólico e prático como critério de avaliação e atribuição de valor e significado da experiência de ascensão social.

A referência à bens de consumo, como carros, eletrodomésticos e imóveis, e também à promoções na carreira e saltos salariais e de renda tem enorme presença nas narrativas pessoais. Mas não se trata, em última análise, de uma simples vontade de afirmação de status e prestígio ou um gosto por acumulação. A ênfase no sucesso material não é meramente uma questão quantitativa: ter mais bens e mais dinheiro para consumir produtos e serviços desejados.

Assim como ocorre com o tema das adversidades e sua superação, o sucesso material é interpretado como um critério de avaliação que é empregado para organizar, temporalmente e simbolicamente, a narrativa sobre a própria trajetória de vida e o *self*. Sua força e significado mais densos provêm muito mais desse aspecto. Os bens materiais entram nas narrativas como suportes importantes para definir marcos biográficos e pontos de virada na percepção de melhorias e mudança na vida pessoal e econômica, assim como

para classificar aspirações e demarcar diferenças individuais e sociais entre as pessoas<sup>121</sup>, gerações e, até mesmo, considerações com respeito ao merecimento e legitimidade da mobilidade social.

Alguns entrevistados ordenam os momentos especiais e demarcadores de sua trajetória pessoal e de percepção de sua ascensão social destacando, por exemplo, a aquisição do primeiro automóvel ou de um veículo de alto valor econômico, o consumo regular deste ou daquele item alimentar, uma viagem para outro país, a conquista da casa própria, uma alteração significativa no padrão de vida em razão de uma promoção profissional ou aprovação em concurso público. O sucesso material funciona, com efeito, como uma espécie de régua comparativa aplicada para a caracterização e compreensão dos diferentes momentos e ciclos da trajetória social dos indivíduos, conferindo-lhes, assim, um senso de continuidade, rumo e progresso no tempo e espaço com respeito ao movimento de mobilidade social, de que foram, desse modo, “melhorando de vida”.

Importante destacar também que o sucesso material atua como um ponto de referência para o sentido das diferenças sociais e o senso das posições sociais dos atores em relação aos outros. Ao menos entre os interlocutores mais afeitos à narrativa da conquista individual, o trabalho subjetivo de construção de fronteiras e classificações simbólicas de classe aproxima-se daquele que Lamont (1992) observou na sociedade norte americana, que, ao contrário da sociedade francesa para a qual as hierarquias culturais constituem um elemento chave, abraça os bens econômicos e o estilo de vida material como um principal critério de diferenciação e classificação das classes sociais.

Se, como escreve Bourdieu (2007, p. 164), “a identidade social define-se e afirma-se na diferença”, o sucesso material constitui um indicador e critério muito visível e eficiente para a avaliação subjetiva tanto da mobilidade social quanto da identidade de classe<sup>122</sup>. E, para este grupo de entrevistados em particular, ele é especialmente

---

<sup>121</sup> Desde o clássico da antropologia do consumo, *O mundo dos bens*, de Mary Douglas e Baron Isherwood, às pesquisas contemporâneas de Daniel Miller sobre cultura material, o consumo é entendido como um rico e complexo campo de práticas produtoras de significados e de relações simbólicas. Os bens e seus usos mediam, organizam, comunicam e classificam as relações - e percepções - das pessoas com mundo, com os outros e com elas próprias.

<sup>122</sup> Para demarcar e descrever as diferenças e divisões do espaço social, as pessoas, em sua experiência diária, podem empregar e combinar diferentes critérios e propriedades para significar o que entendem como classe social e seus pertencimentos: renda, patrimônio, ocupação e posição no processo de trabalho, diplomas e qualificações educacionais, história familiar, estilo de vida e de consumo, a presença ou ausência de certas virtudes e valores morais, padrões de comportamento, práticas e gostos culturais, local de moradia. Para maiores detalhes ver: DEVINE, Fiona. SAVAGE, Mike. SCOTT, John. CROMPTON, Rosemary. **Rethinking Class: culture, identities and lifestyle**. Palgrave Macmillan, 2005.

empregado. As disparidades de escolaridade e diplomas, a condição ocupacional, os gostos e competências culturais ou a alusão a um passado familiar comum comparecem, comparativamente, nesse sentido, como elementos menos proeminentes e relevantes a esse propósito.

Perguntado por que se definia como pertencente a uma classe social distinta da dos seus pais, o engenheiro químico Ricardo salienta o acesso à determinados bens e serviços, bem como as possibilidades materiais do seu modo de vida, para traçar a diferença de classe que percebe entre ele e seus pais:

*Eu e minha esposa vivemos uma vida muito diferente da que tivemos na infância e adolescência, muito diferente do que os nossos pais podiam dar. Eu posso ter coisas, fazer coisas hoje que estavam muito longe do padrão aquisitivo da minha família; jantar em restaurantes, passar feriados e férias em outros lugares, viajar, comprar roupas, sapatos... sou viciado em comprar sapatos e camisas. Todo mês, compro camisas. Me declaro como um consumista nato. Antigamente, ter roupas novas estava interligado à datas comemorativas, roupa pro São João, aniversário, roupa pro natal... Então, basicamente, meus pais e eu eramos de uma classe de pessoas simples. A vida estava resumido em trabalhar e ter o essencial para viver, ir para a escola, ir para as comemorações de família. Se eles diziam que não tinham dinheiro para comprar algo, eu tinha que esquecer e seguir em frente. Era isso. Enquanto agora, se olho para o meu padrão aquisitivo hoje, eu tenho uma casa melhor, moro em um bairro mais estruturado, tenho condições de usufruir e investir para ter mais lazer, conforto, compro quase tudo que desejo e acho bonito. Acho que a principal diferença social está no conforto, na comodidade financeira de poder comprar e ter as coisas que eu quero. Ricardo, Engenheiro Químico, 34 anos.*

O advogado Miguel também se vale do sucesso material para caracterizar a posição relativa de classe das pessoas que, segundo o seu juízo, estão socialmente acima e abaixo dele atualmente, exprimindo, assim, como as percepções das posições sociais, as localizações subjetivas e as diferenças de classe entre as pessoas, formam-se com base em comparações, sejam elas mais imediatas ao ambiente social concreto dos atores ou mais imaginadas e projetadas:

*São aquelas pessoas com mais imóveis do que eu, que vivem em apartamentos maiores e mais caros; possuem carros melhores do que o meu, de marcas mais seletivas, aqueles carros que custam o preço de um apartamento e são comprados à vista, de uma só vez. Pessoas que viajam frequentemente sem precisar de um planejamento, mexer em poupança ou dinheiro extra... elas não pensam em economizar e cortar de um lado para fazer de outro, algo que pessoas como eu precisam fazer quando querem viajar para descansar e conhecer novos lugares. Por isso me vejo como classe média, não faço parte da realidade das pessoas que comem em restaurantes caros frequentemente, que possuem lanchas, veleiros para passear, até gostaria, é claro. Enfim, eu enxergo que são pessoas assim que são de uma classe diferente da minha, porque elas gozam de uma capacidade financeira superior a minha. Miguel, advogado, 45 anos.*

*Já aquelas que tem uma realidade financeira abaixo da minha, não tem os mesmos bens, da mesma qualidade, pelo menos, daqueles que eu possuo, digamos um carro simples, comum, mora de aluguel, em uma casa, não conseguem morar em condomínio de casas de bom padrão, tem poucos móveis e cômodos,*

*essas são pessoas de uma classe com menos condição, abaixo da minha economicamente falando. Miguel, advogado, 45 anos.*

Para discorrer a respeito de como e quando começou a perceber sua mobilidade social e as mudanças acarretadas por ela, Sandra, gerente de marketing, realça o padrão diferenciado de consumo e o estilo de vida que ela passou a usufruir em um determinado momento de sua trajetória:

*O meu trabalho me proporcionou muito, pessoal e financeiramente. Venho de uma família de gente muito simples, trabalhadora... muito pouco de supérfluo e trivial entrava em casa; sair todos juntos para se divertir, ir a uma praia, pizzaria, não existia isso; eu não tenho quase nenhuma lembrança de momentos assim com os meus pais. Eu só fui conhecer tarde muito disso que outras pessoas e famílias com melhor condição consomem e fazem juntos. Cinema, teatro, computador, só depois de adulta que entrei em um hotel, em um avião, que comi uma pizza, sushi! Imagina! Assim, na medida em que eu crescia profissionalmente, e sentia segurança da minha posição no mercado, fui mudando minha vida, mudando, minhas compras do supermercado; o carrinho cheio e com produtos que eu nunca tinha sequer pensado em consumir um dia, conhecer um resort na praia para descansar, acompanhar festivais de música, cinema, gastronomia. Sandra, 43 anos, gerente de marketing.*

O sucesso material, como se pode notar, é utilizado como um critério relevante a propósito de como as pessoas se colocam, socialmente, em relação aos outros, isto é, seu o senso de posição no espaço social, o estar socialmente acima, abaixo, perto ou distante dos outros. Mas, nesses trechos, os atores estão fazendo mais do que classificar posições sociais e reivindicar pertencimentos subjetivos de classe: primeiro, eles estão demarcando uma distância e consagrando a superação do estigma da pobreza, dos constrangimentos e restrições da mera necessidade, bastante associada às memórias do seu passado pessoal e situação de classe de origem. O que lhes permite, certamente, afirmar uma autorepresentação mais positiva sobre si mesmos, suas histórias de vida e autoestima.

Em segundo lugar, eles estão, sobretudo, organizando e significando uma mudança qualitativa possibilitada por suas trajetórias de mobilidade social. A importância atribuída às práticas de consumo e aos signos de sucesso material expressa, com efeito, o ajustamento no campo dos estilos de vida de uma nova posição social, assim como o êxito e o gozo de alcançar um certo “gosto de liberdade” (BOURDIEU, 2007) e a experimentação da individualização nas relações com as próprias preferências e expectativas de vida em geral e de consumo em particular. Ou seja, a referência e adesão recorrente ao sucesso material e ao consumo, nessa narrativa, faz parte do esforço simbólico e interpretativo dos indivíduos ascendentes para ajustar identidade subjetiva de

classe, trajetória e posição social e compreender e afirmar mudanças qualitativas nos sentidos e possibilidades do *self* em relação a si mesmos e ao seu contexto de ação. Embora não se revista de um sentido de distinção e distância simbólicas enquanto pretensão de superioridade cultural, sucesso material e alargamento das possibilidades de consumo são entendidos como marcadores de diferenciação e comparação social de classe.

Nesse sentido, como exprime em especial os trechos de Ricardo e Sandra, o sucesso material tem um papel nas narrativas pessoais que é o de auxiliar as pessoas a terem um sentido de orientação acerca de sua própria ascensão social, uma compreensão do seu passado e também do seu presente. Além de envolver um sentido de comparação e de transformação das condições de existência, de como era a vida antes e como a vida está hoje, ele também versa acerca das mudanças relacionadas ao próprio *self*, às práticas, preferências, à identidade de classe e ao status social em determinados contextos de ação.

Se o sucesso material é aceito como um princípio de avaliação e classificação das diferenças e identidades de classe e como uma maneira de ordenar a narrativa sobre a própria trajetória de vida e do *self*, isso não se deve apenas ao fato de que seus signos materiais tornam a relacionalidade e a comparação algo descritivamente mais substantivo e palpável. É sim porque, concebido não apenas como poder aquisitivo mas enquanto um bem moral e um princípio de avaliação e de justificação para os atores, o sucesso material é investido de significados e traços morais valorizados, tanto em termos do que os atores entendem como uma boa vida, isto é, uma vida materialmente segura, confortável, não-restritiva e aberta à realização e satisfação das preferências individuais, quanto também do que eles entendem como um modo de ser de valor, quer dizer, de um *self* afirmativo, autônomo e mais individualizado na relação com suas preferências e necessidades.

Conceitos moralmente densos (ABEND, 2011), como individualidade, independência, autonomia, liberdade, realização, mérito, determinação, autoconfiança, responsabilidade individual, muitos deles tomados também como características pessoalmente e eticamente densas de uma autocompreensão valorizada de si, são simbolicamente condensados e associados à noção de sucesso material. É esse caráter simbolicamente certificador do sucesso material, que brinda o seu possuidor não apenas com prestígio e status mas também com sentimentos de justificação e de autoestima, o

ponto principal que faz dele um importante princípio de avaliação e valor empregados na narrativa da ascensão social como conquista individual.

O economista Otávio considera que ascensão social, realização pessoal e ser bem sucedido financeiramente como elementos inseparáveis. Apesar de reconhecer que sua mobilidade social lhe trouxe mais do que unicamente conforto material e independência financeira, ele deixa claro que: *“Alcançar sucesso na vida é, para mim, ser bem sucedido financeiramente, porque isso está na base para a satisfação pessoal, para a qualidade de vida, para segurança e conforto para família, para o futuro dos filhos”*.

Otávio explica, com entusiasmo e orgulho, que sua condição mais abastada atual representa, na verdade, suas virtudes e capacidades como um certo tipo de pessoa. Ele descreve sua ascensão social como orientada e definida por sua vontade de pavimentar e seguir o seu próprio caminho na vida. Segundo sua compreensão, ele seria alguém que se autodeterminou em nome de um projeto individual e independente de vida, uma pessoa que teve a coragem e o mérito de abdicar de permanecer em sua cidade de origem e, assim, de dar prosseguimento ao negócio da família:

*Saí de casa para estudar, sabe, muito novo, dezoito anos, fui prestar vestibular em outro estado. Vou lhe dizer: não foi fácil. Muita gente me disse na época que meu “futuro” estava ali, pra quê ir para longe!? Afinal, o comércio dos meus pais tinha tudo que eu precisava para ter uma vida confortável, bastava tocar o negócio. Só que ali era a história deles, não a minha. Eu queria fazer a minha história. Talvez pela minha idade e inocência, o medo não era uma questão para mim naquele momento, não pensei no fracasso, talvez porque não tinha a noção exata dos riscos, vai ver porque eu ainda não era um economista... Se o medo de perder e arriscar tivessem preponderado, minha história hoje seria outra, com certeza. Eu não estaria aqui e não seria quem sou hoje.* Otávio, economista, 40 anos.

Outro exemplo de como o sucesso material é articulado para espelhar e legitimar conceitos e autoconceitos moralmente densos pode ser observado na narrativa de justificação do professor federal Danilo, para quem sua ascensão social é fruto, em grande medida, de sua “personalidade” determinada e de sua capacidade de disciplina e planejamento:

*Então eu fiz um caminho que, em paralelo, eu sempre quis ter as minhas coisas muito cedo, né? Então hoje eu estou com 35 anos, com muitos mais bens, digamos assim, materiais, do que um professor de 50 anos. Um colega meu de trabalho na federal, né? E você percebe assim esse olhar de inveja “como esse cara tão novo que mal acabou o doutorado e já tem tudo isso e eu “tô” aqui, e não tenho”. São escolhas que a gente faz, então eu sempre escolhi trabalhar muito cedo pra ter o conforto quanto mais cedo possível. Hoje eu me sinto que eu estou num lugar confortável, se ocorresse de eu ficar dois, três ou mais meses desempregado, não seria problema, né? Então eu sempre pensei dessa forma preocupada para pensar o futuro, para o quanto antes chegasse esse conforto, melhor. Essa estrutura sólida, né? Danilo, professor, 35 anos.*

No entanto, apesar do predomínio das moralidades da iniciativa, da independência, esforço e mérito individuais, elas ocupam, de fato, o centro das narrativas pessoais entre esse grupo de entrevistados, a valorização do sucesso material não está excluída de lógicas morais da solidariedade e retribuição. Ou seja, o êxito material é mobilizado também para definir expectativas e afirmar compromissos e laços morais e afetivos de solidariedade com outros significativos, especialmente pais, mães e irmãos, a família nuclearizada. Ainda que menos pronunciado nesse grupo de interlocutores, alguns deles mencionaram, orgulhosamente, os momentos, e sua satisfação pessoal em fazê-los, em que puderam presentear com bens, ajudar financeiramente, custear mensalidades escolares de irmãos, planos de saúde para os pais, levar estes para conhecer novos lugares, entre outras formas de solidariedade econômica.

Na narrativa da ascensão social como conquista individual, alcançar o status de indivíduo economicamente autônomo e independente é, certamente, uma das principais aspirações almejadas e um dos motivos do investimento e valorização do sucesso material. Por outro lado, isso não significa que dita aspiração está completamente desvinculada de laços de solidariedade e compromissos de suporte e ajuda com os outros significativos. Tornar-se um agente econômico autônomo é uma aspiração de realização individual mas não necessariamente restrita a fins exclusivamente individuais, autoorientados e instrumentais.

Muitas vezes, a ajuda material e o cumprimento de expectativas de solidariedade e cooperação são o principal meio pelo qual o indivíduo socialmente ascendente procura assegurar e negociar um sentimento de pertencimento e de proximidade afetiva para com o seu contexto relacional de origem. À despeito de, objetivamente e subjetivamente, perceber sua família de origem como um contexto distante e diferente de suas condições e expectativas atuais, muitos dos que ascendem socialmente continuam, no entanto, a valorizar suas origens sociais e a reconhecer obrigações para com os seus familiares, – algo bem mais forte, como se verá, no segundo estrato de entrevistados, reunidos como representativos da narrativa da ascensão social como retribuição mas, de todo modo, está também, em outro grau, presente neste estrato tipificado como tendencialmente mais individualista e autoorientado.

Como bem exemplifica a entrevistada Sandra:

*Em famílias grandes, como a minha, sempre tem alguém que precisa de uma forcinha. E eu não me privo de ajudar no que posso, porque cresci vendo minha mãe ajudando minhas tias e tios, sobrinhas e sobrinhos, fazendo de tudo um pouco. Sei o que é necessidade, precisar de algo e não ter dinheiro. Só de uma única tia minha, eu sou madrinha de dois dos três filhos dela - e sou de outros também na família. Então, assim, se eu tenho uma condição melhor, por que não? É festa de aniversário para fazer, ajudar para alugar a decoração, pagar o bolo, uma compra de supermercado, cartão de crédito que empresto para remédio caro ou para ajudar a comprar uma máquina de fazer salgado, uma quantia para pagar um advogado para um tio conseguir se aposentar. Sandra, gerente de marketing, 43 anos.*

O mesmo Danilo, filho de agricultores, que apresenta uma convicta e reiterada narrativa do mérito individual e bastante preocupação com a segurança e manutenção de sua situação econômica, por diversas vezes, sublinha sentimentos morais de retribuição e solidariedade domésticas. Para ele, a conquista da própria casa antes dos vinte e cinco anos se impunha como uma questão de obrigação e compromisso moral consigo mesmo e com o seu pai. Sua narrativa de ascensão social, embora individualista e meritocrática na maioria dos seus elementos, é orientada por um poderoso impulso moral de fazer melhor do que o pai:

*Meu pai não estudou, eu olhava assim, poxa, meu pai só estudou até a quarta série e conseguiu ter um monte de coisas. Eu sempre pensei dessa forma: é mais do que a minha obrigação, eu estou estudando, fazer, no mínimo, conseguir o que ele conseguiu. Então, assim, ele não estudou. Com 24 anos, ele tinha casa própria. Então eu sempre pensei nisso. É minha obrigação. Minha obrigação no sentido, assim, não que eu posso sofrer, mas, poxa, se hoje eu estou tendo mais condições do que ele teve, de estudo, de se qualificar, eu tenho que dar esse retorno em forma de exemplo também, né? Na forma de orgulho. Danilo, professor, 35 anos.*

Esses trechos são interessantes para destacar que a adesão a uma narrativa de conquista individual e de marcadores de classe média para organizar e avaliar a mobilidade social não quer dizer uma adesão irrestrita à sentidos convencionais de individualismo e meritocracia<sup>123</sup> e, muito menos, um apagamento completo ou negação da herança de valores, obrigações e laços comunitários de solidariedade e reciprocidade. Não obstante a valorização da ação individual, do mérito, do sucesso material e da vida privada e seus interesses estarem no centro da narrativa de explicação e justificação da ascensão social desses indivíduos, é possível perceber, como sugerem os trechos acima,

---

<sup>123</sup> Como pondera, acertadamente, Michèle Lamont (1992; 2000) em suas pesquisas com as classes médias e trabalhadores francesas e estadunidenses sobre o trabalho simbólico destas de definição de fronteiras morais inter e intragrupos, uma avaliação individualista não está limitada a uma compreensão unívoca de individualismo, como se este fosse uma ideia ou representação cultural unidimensional que circula livre e homogeneamente pelas sociedades. Existem variantes do individualismo (MARTUCELLI, 2019), de sorte que, como toda lógica de valores e representações compartilhadas, há especificidades nacionais, variações socioculturais em uma mesma sociedade e negociações contextuais do seu significado.

como tais concepções coexistem e se misturam com sentimentos e compromissos de responsabilidade em retribuir, solidariedade e gratidão familiar em vez de apagá-los por inteiro.

As aspirações e noções individualistas de mobilidade social, realização e pessoa são negociadas, com ajustes, tensionamentos, ambiguidades e, também, impactos relacionais e emocionais, com orientações normativas holistas de pertencimento, solidariedade e prioridade da relação familiar, características mais típicas e proeminentes do *habitus*, visão de mundo e moralidade das classes populares (SARTI, 2005; DUARTE; GOMES, 2008; SOUZA, 2012). Isso sugere, importante dizer, certo grau de permanência e durabilidade da herança sociocultural de classe, mesmo entre aqueles para os quais o status adquirido e a autoafirmação individual são mais pronunciados e os significados da mobilidade social mais próximos e orientados ao universo simbólico individualista das classes médias.

Para encerrar, passo para o último e mais definidor aspecto das narrativas da mobilidade social como conquista individual. Ele consiste na centralidade atribuída à agência individual, principalmente na forma de aptidões, decisões e qualidades individuais. Algumas das expressões e locuções utilizadas por esse estrato de entrevistados e entrevistadas exprimem, sinteticamente, essa crença e valorização da ação individual. Eis algumas delas: “fazer a minha história”, “ser a minha própria solução”, “vencer pelas escolhas e esforço pessoal”, “sem depender de ninguém”, “criar as próprias oportunidades”, “fazer a própria sorte”.

A trajetória de mobilidade ascendente é, seguindo esse fito, contada e interpretada a partir de um forte acento depositado sobre a agência individual. É ela, sobretudo, a força significativa e determinante dos rumos e destinos pessoais de ascensão social desses interlocutores. Em várias das narrativas pessoais, se identifica um quase voluntarismo heroico na avaliação e justificação da mobilidade social, como bem ilustra fala a seguir do interlocutor do advogado Miguel:

*A realidade social é transformada por nossas decisões, escolhas e atitudes. É isso que faz a diferença, no final das contas; tenha você grandes e fáceis oportunidades ou uma realidade muito dura e restrita. São suas decisões e atitudes que farão a realidade jogar a seu favor ou contra você.* Miguel, advogado, 45 anos.

A valorização enfática e estrita da ação e do empenho individuais aparece, inclusive, de modo triunfante nas narrativas. O filho de agricultores e ex-vendedor de sapatos, Danilo, é taxativo: *“Eu precisei batalhar sem ajuda, sem auxílio, digamos assim, então, foi tudo segundo as minhas obras, meu esforço e minhas capacidades”*. O engenheiro químico, Ricardo, descreve sua trajetória de ascensão social com um espírito semelhante. Interpreta-a como um processo de conquista da própria independência pessoal e econômica em que ele, por meio de sua própria agência, conseguiu *“ser alguém, sem, de certa forma, precisar de ninguém”*. O economista Otávio retrata sua ascensão social como a história de sujeito que teve de *“lutar e galgar palmo à palmo o meu espaço para ser que sou hoje e ter este padrão de vida”*.

Ideia semelhante ecoa forte em Sandra. Sua descrição das condições de vida familiares e de sua trajetória profissional procura, reiteradamente, reforçar o papel ativo e decisivo de sua ação e motivação individuais:

*Agarrei com unhas e dentes as oportunidades para fazer valer meus sonhos e objetivos. Eu tenho uma inquietude dentro de mim, de querer superar as expectativas. Onde eu chego quero mostrar que estou pronta para encarar qualquer tarefa, pronta para aprender rápido e dar resultado. Acho que foi bem isso, ser uma pessoa que foi à luta pra melhorar de vida, que não teve medo de tentar crescer, de querer uma realidade social e financeira diferente daquela em que nasci e vivi por tanto tempo com minha família. Sandra, gerente de marketing, 43 anos.*

Em duas frases marcantes, Sandra resume, de modo muito direto e autoconfiante, como percebe sua ascensão social perante a origem social modesta do seus pais: *“Nunca tive medo de tentar ser alguém na vida”* e *“Porque eu fui minha própria solução”*.

Também Antônio, que antes de se tornar empresário de uma rede de hipermercados trabalhou em uma série de ocupações como montador e instalador de móveis, entregador e garçom, sustenta sua narrativa de ascensão social baseado em uma forte crença no poder de sua agência:

*As oportunidades não vieram até mim, porque eu não tinha muito estudo, meus pais também não, então nessa parte o que recebi deles foi bem pouco, se você quer saber. Então, corri atrás das oportunidades do meu jeito, bati muito a cara na parede, porta fechada. Daí eu pensava: “sou eu que tenho criar minhas oportunidades, e não esperar que alguém faça algo por mim”. Não tem outra, minha única alternativa para ter uma vida melhor era acreditar que podia fazer por conta própria. Apesar de não ser estudado, minha cabeça sempre foi cheia de planos, ideias, nunca me faltou coragem, fé, e assim fui abrindo negócio atrás negócio, tentando, até dar certo. Antônio, empresário, 51 anos.*

Como se pode notar, não há, nessas trechos, menções incisivas à sorte e ao acaso ou a outra modalidade de força externa. Da mesma maneira, as referências ao papel das redes familiares, do capital de relações sociais, da socialização parental, religiosa e escolar enquanto suportes decisivos para concretização da ascensão social são bastante escassas e pontuais, assim como as menções à fatores estruturais ou da conjectura, tais como expansão do mercado de trabalho, crescimento econômico do país, um ciclo de políticas públicas específicas, governos, cidadania. Há, sim, um predomínio de uma visão da ascensão social como autodeterminação do indivíduo por meio de suas escolhas, motivação, esforços e atitudes. Embora nas narrativas se reconheça a objetividade da realidade social e a desigualdade que a estrutura, a ação do indivíduo, contudo, é imaginada como dotada de uma força capaz de moldá-la em seu benefício próprio.

Indagado a respeito de como lhe foi possível ascender socialmente em uma sociedade com tanta desigualdade, novamente Antônio ilustra bem a importância autoatribuída à agência e à confiança em si mesmo na forma de iniciativa e esforço persistente em detrimento dos fatores externos citados acima:

*Se eu me esforçar mais, estudar, trabalhar duro, eu vou me desenvolver, me aprimorar. Porque, sabe né, se a gente quer ganhar mais, temos que valer mais para o mercado, produzir e entregar mais para o mercado. É assim que funciona. Desse jeito, uma hora você consegue. Para chegar onde eu cheguei foi assim... demorou, foi muito suor, ralei bastante, e foi isso que aconteceu comigo. Tudo foi conquistado com muito esforço e vontade de vencer.* Antônio, empresário, 51 anos.

A trajetória do economista baiano Otávio é ilustrativa de como a narrativa da conquista individual deixa nos bastidores fatores e condicionantes externos que ajudaram a modelar a trajetória de mobilidade social. Para fazer o curso de economia em uma cidade a centenas de quilômetros da casa dos seus pais, Otávio contou com uma intervenção fundamental dos professores de sua antiga escola. Por meio da influência e da rede de contatos desses, eles lhe asseguraram o acolhimento e a estadia em uma família de ex-alunos durante sua graduação. O suporte econômico dos pais com o envio mensal de dinheiro para se manter na nova cidade e custear atividades extracurriculares e cursos de idiomas é outro aspecto essencial para explicar sua trajetória social.

Muito embora decisivos em sua ascensão social, Otávio comenta-os de relance, com quase naturalidade. Expressa, certamente, gratidão e entende-os como relevantes em sua história de vida e desempenho acadêmico-profissional. Contudo, eles não estão no

cerne da representação que constrói de sua ascensão social e da justificação do seu merecimento.

Já Danilo pormenoriza sua agência a partir de um conjunto de qualidades e valores pessoais que ultrapassam o *ethos* do trabalho duro e a simples afirmação do esforço pessoal. Em uma perspectiva disposicionalista, resulta claro que a motivação e eficiência de sua ação individual derivam de disposições ascéticas, como um forte senso de disciplina e de planejamento, formadas graças a uma socialização familiar em meio de pequenos agricultores comerciantes e reforçada por anos de estudo em um internato católico. Esse último contexto, aliás, não somente reforçou disposições ascéticas já formadas no seio familiar, como disciplina, planejamento e auto restrição do consumo imediato, como também permitiu à Danilo melhores condições de tempo e acesso à recursos educacionais formais voltadas à dedicação aos estudos, elementos fundamentais para que ele pudesse tornar possível sua aspiração de alcançar precocemente independência pessoal e financeira.

Independente que se possa condicionar tais disposições ascéticas e econômicas à herança familiar de uma intensa ética do trabalho e à sua experiência pedagógica em um internato religioso, e o próprio Danilo vincula o aprendizado de tais orientações de comportamento a essas instâncias e experiências, não é, em última análise, nesses termos que o professor de trinta e cinco anos descreve e justifica seu deslocamento social. Ele prefere, na verdade, narrar sua trajetória de ascensão social como produto de suas qualidades individuais distintas que, para ele, constituem, de uma só vez, uma fonte de explicação e de justificação do merecimento de sua ascensão. Nesse sentido, Danilo destaca sua “disciplina”, “vontade de produzir” e de “ganhar dinheiro” e, como tais virtudes, emergiram bastante cedo em sua vida:

*Eu tinha aquela vontade de produzir, de produzir, de ganhar e porque desde aquela época eu já pensava: “eu já quero ter esse dinheiro...” isso com dezessete anos, certo? Primeiro semestre de faculdade eu já quero, eu já pensava naquele dinheiro com dezessete anos de idade “porque eu quero ter minha casa aos vinte e cinco... Eu quero ter minha casa aos vinte cinco...” Danilo, professor, 35 anos.*

Para exemplificar suas qualidades individuais e o quanto elas constituem fator determinante de seu destino social, ele compartilha e comenta um episódio particular de sua biografia. Neste, pode-se observar como em sua tentativa de enaltecer e demonstrar

a autenticidade de sua vocação ao conhecimento e a força de seu pensamento de longo prazo, explicação e justificação do merecimento se misturam:

*No segundo semestre de faculdade foi a minha primeira grande decisão que eu tive que tomar. Consegui uma bolsa, uma bolsa de monitoria de R\$ 200, 2004. Aí o meu grande dilema. Vou abandonar o meu emprego que eu ganhava em média R\$ 700, 800, pra ganhar uma bolsa de R\$ 200, e, porém ter mais tempo para estudar, ou não? Quem não é do ramo universitário, do ramo de estudos, achava uma loucura. Porque para muitos, o sonho é ser vendedor de shopping, tá de bom tamanho, então eu tinha colegas de lojas que achavam que eu ia fazer uma loucura, “poxa, é um sonho você trabalhar aqui no Natal Shopping como é que você vai largar isso só pra ficar estudando?”. Olha a mentalidade das pessoas, né? E eu disse: “não”, mas eu tomei essa decisão de ganhar menos. (...) Porém eu ia ter mais tempo pra estudar e foi a melhor decisão que eu tomei, foi uma decisão acertada porque eu consegui ir adiantando o curso, eu tinha mais tempo pra estudar, entrei na parte de pesquisas. Danilo, professor, 35 anos.*

Em sua narrativa, esse momento é interpretado e significado não a partir da existência de uma política pública de assistência estudantil e o seu papel para ampliar os horizontes de possibilidades de ascensão social ao melhorar as condições de permanência e dedicação aos estudos na universidade dos filhos de famílias com menos recursos. Como se pode observar no trecho, a bolsa de estudo aparece para ilustrar uma situação biográfica em que, de fato, o que importa é a capacidade de cálculo da ação e demarcar uma diferença individual de “mentalidade” do autor em relação aos seus colegas de trabalho.

Em resumo, a despeito da inegável presença de suportes sociais e econômicos, vitais para os movimentos de deslocamento de classe, os que abraçam uma narrativa da ascensão social como conquista individual pouco recorrem à fatores externos e estruturais. Não enxergam nesses últimos os elementos determinantes de suas trajetórias sociais. É a ênfase confiante na ação individual, no esforço e na posse de determinados atributos e qualidades pessoais desejáveis o que predomina como fonte de explicação da mobilidade ascendente. Quando narram sobre os seus deslocamentos sociais, procurando razões para explicar o seu êxito particular para posições mais abastadas e de prestígio, eles sublinham o papel fundamental de suas decisões e de suas qualidades individuais. Preferem explicar suas trajetórias de ascensão social em termos de características “internas”, dos atributos especiais de sua agência e personalidade e de suas escolhas de vida, em vez realçar explicações “externas” a essas últimas.

Não é que não reconheçam influências, princípios e valores herdados de seu ambiente familiar e de outros contextos e agentes institucionais em suas trajetórias de ascensão social. Assim como a alusão às restrições e constrangimentos de sua origem

social e posição de classe, elas estão presentes em suas narrativas, em alguma medida, mas não são, em última análise, a partir delas que esse grupo busca validar e justificar o seu êxito social. Eles tendem a buscar em si próprios as chaves que explicam sua mobilidade social. Mais precisamente, em suas ações como indivíduos e nas capacidades subjetivas ativas que acreditam possuir, tais como determinação, iniciativa, responsabilidade, disciplina, esforço, independência, autoconfiança, autossuperação, ambição, valorização do sucesso econômico. E, com isso, enfatizam uma identidade narrativa não como indivíduos socialmente situados, enraizados e interdependentes em relação à outros mas como indivíduos autônomos, responsáveis e exitosos em suas escolhas e capacidade de determinar suas vidas.

Ascender socialmente envolve, portanto, ser capaz de superar dificuldades, confiar em si mesmo e ter iniciativa para, com seu esforço e talento pessoais, conduzir e determinar os rumos da própria vida. A mobilidade social, portanto, é concebida como um empreendimento individual, um projeto autodeterminado de realização pessoal, que, no final das contas, depende principalmente, senão exclusivamente, do indivíduo e de sua ação, e não necessariamente de seu contexto estrutural. Na narrativa da conquista individual, ascensão social é um processo biográfico que consiste, com efeito, no objetivo do indivíduo alcançar, em sua vida econômica, profissional e pessoal, um condição de autonomia, ou melhor, um poder de autonomia.

Nesse ângulo, em resumo, as trajetórias e destinos sociais são interpretados como questões de responsabilidade individual, moldados por atos de escolha e pelas capacidades subjetivas ativas de cada indivíduo. As chances de vida e os destinos de cada um são entendidas como moldadas não pelo acaso, pelas desigualdades estruturais ou pelos recursos familiares prévios que cada qual dispõe ao longo do curso de vida, e sim pelo próprio indivíduo, por sua agência, seu esforço e pelo capital pessoal de recursos subjetivos que este, por meio do seu mérito, desenvolveu e pode mobilizar a favor de seus projetos de vida. Este senso de agência, como uma capacidade pessoal e determinante para fazer o próprio caminho no mundo, é fundamental para o sentido de autoestima, senso de valor pessoal e de justificação do merecimento desses interlocutores em relação às suas personalidades e histórias de vida de ascensão social.

## **5.2. Algumas condições sociogenéticas da adesão à narrativa da conquista individual**

No entanto, saindo da seara descritiva e adentrando no campo das hipóteses explicativas, é preciso colocar a seguinte questão: por que essa narrativa da conquista individual faz sentido para os indivíduos enquanto explicação e justificação de sua ascensão social? O que explicaria sua elaboração e mobilização por este grupo de interlocutores? Penso que dois caminhos, não necessariamente paralelos e independentes, são frutíferos para responder a essas questões.

O primeiro deles define-se por uma perspectiva sociológica orientada por uma escala de análise, por assim dizer, mais micro e intermediária, isto é, que se concentra e se fundamenta nos atributos partilhados e nas características singulares dos atores como base para identificar, recortar e reunir determinados padrões compartilhados de ação, pensamento e significados. Em suma, trata-se de dar conta sobretudo do “efeito de trajetória”. Como argumenta Bourdieu, as práticas sociais dos agentes e as orientações éticas, políticas e cognitivas de seu comportamento em relação ao mundo social sofrem condicionamentos não só da ação de inculcação institucional das famílias e do sistema escolar, como também das condições originais de existência e dos tipos de trajetórias sociais dos agentes. Por isso, como escreve o sociólogo francês, é preciso prestar atenção ao “efeito exercido sobre as disposições e as opiniões pela experiência da ascensão social ou do declínio” (BOURDIEU, 2008a, p. 105).

A adesão e emprego da narrativa da conquista individual está bastante ligada algumas condições e características sociais dos interlocutores. Além de uma preponderância masculina, com os homens mais inclinados a esse tipo de entendimento individualista-meritocrático<sup>124</sup>, a autodescrição do ambiente socioeconômico de origem nesse estrato de entrevistados sugere a predominância de contextos de interação duradouros mais homogêneos do ponto de vista das diferenças de classe. Os mais afeitos a esse tipo de narrativa são aqueles que cresceram em ambientes socioeconômicos relativamente mais homogêneos e estáveis.

Seus relatos acerca de experiências e situações de desigualdade de classe na infância, família, escola e universidade são, aqui, mais raros e inferiores quando

---

<sup>124</sup> Este dado, ainda que sem uma devida e sólida base estatística, abre uma relevante via de investigação das afinidades eletivas entre formas específicas de masculinidade e entendimentos individualistas de mobilidade social. Um ponto de partida para essa discussão pode ser encontrado no capítulo cinco da obra: CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo. nVersos, 2016.

comparados com a descrição de outros interlocutores, oriundos de ambientes e contextos de interação socioeconomicamente descritos como mais instáveis e heterogêneos – muitos deles com disparidades de classe percebidas e vivenciadas na vida familiar, vizinhança, grupo de amigos, escola e faculdade. Nas entrevistas desse grupo, além da classe social constituir um marcador ao qual os interlocutores pouco recorrem para falar de si, de suas trajetórias, experiências e emoções e de estar atrelado a uma compreensão de diferenças econômicas e capacidade material de consumo, classe aparece mais de forma estimulada, quer dizer, a partir do estímulo do pesquisador, do que de uma forma “espontânea”, ou seja, como algo mencionado e abordado pelo próprio entrevistado ou entrevistada.

Outro aspecto importante consiste no alcance e na velocidade das trajetórias de mobilidade social. Comparativamente, os deslocamentos sociais desses indivíduos são, por um lado, de maior distância no espaço social, em particular do ponto de vista do eixo do capital econômico. São, em geral, indivíduos, no presente, com maior patrimônio e renda em relação aos demais entrevistados. Por outro, suas trajetórias sociais se distinguem por deslocamentos paulatinos, pouco bruscos no tempo, sendo construídas ao longo de vários anos através de carreiras educacionais e profissionais formais, muitas delas vinculadas ao mercado e à iniciativa privada cujas culturas ocupacionais se distinguem por uma maior orientação ao indivíduo, ao talento e ao sucesso material.

Por último, talvez um outro fator relevante, dentro dessa perspectiva da singularidade das trajetórias sociais, seja o fato de que os interlocutores que adotam a narrativa da conquista individual apresentarem trajetórias de mobilidade social marcadas por um certo distanciamento geográfico e relacional de suas famílias e ambientes sociais de origem. Isso pode ser observado em termos de mobilidade geográfica e residencial, mudanças para bairros e zonas mais afluentes e habitadas pelas classes médias da cidade, quanto por uma mobilidade geográfica regional.

Alguns deles, como se viu nos trechos apresentados, são migrantes, advindos de outros estados e regiões do país e que vieram ao Rio Grande do Norte para estudar e fazer carreira ou viveram longos períodos transferindo-se de um lugar para outro. Os relatos acerca de suas relações e interações familiares dão conta de uma concentração significativa no núcleo doméstico atual (cônjuge e filhos) e, em menor grau, com o filial original (pais e irmãos) em detrimento da parentela ampliada. O círculo social de

amizades desponta tendencialmente como mais propenso a ser formado por indivíduos e grupos relacionados aos contextos sociais de destino do que de origem, pelo menos do ponto de vista das relações mais frequentes. Em vista disso, cabe, nesse aspecto, considerar que os laços familiares e sociais, sua composição, extensão e intensidade, possuem um papel e força diferencial na adesão à valores e na construção das narrativas de justificação da mobilidade social.

Todos esses fatores, ligados às condições de existência da origem social, ao tipo de trajetória social e a mobilidade geográfica em relação à família, confluem, a meu ver, para favorecer uma certa tendência de experimentar subjetivamente a mobilidade social como um projeto de autoafirmação individual, quer dizer, como um processo de desenvolvimento e afirmação de “uma agência própria, pessoal, com algum componente, mais ou menos intenso, de afastamento do englobamento originário” (DUARTE; GOMES, 2001, p. 254).

Esta via de explicação, embora razoável e plausível, precisa, em cada um dos aspectos específicos aqui sugeridos e identificados a partir dos conteúdos das entrevistas e do perfil dos entrevistados, de aprofundamento temático, teórico e metodológico, especialmente com apoio de procedimentos etnográficos e estatísticos adequados, para que se possa extrair dela toda sua potencialidade e generalidade explicativa. As entrevistas em profundidade, recurso adotado por este trabalho, é particularmente eficaz para captar a existência de diferentes sendas, pistas e bifurcações nos campos relacionais e de experiência dos indivíduos. Algo, sem dúvida, relevante para a construção de hipóteses explicativas. No entanto, percorrê-los todos, satisfatoriamente, exigiria mais horas de entrevistas e desvios maiores nas questões condutoras do trabalho, além de, como já dito, complementos metodológicos talvez mais pertinentes. De todo modo, reconhecê-las e apontá-las ajuda a contextualizar, em suas linhas gerais, um possível quadro da sociogênese da narrativa da conquista individual do ponto de vista dos fatores sociais e individuais específicos às trajetórias e atuantes para sua incorporação nos atores.

O segundo caminho, por sua vez, situa a explicação da narrativa da conquista individual em uma escala macro e conduz a análise para a construção de um argumento mais amplo e, em certo sentido, abstrato.

Há um fundo normativo forte no tema da mobilidade social que a associa à valores e crenças estimadas. Pode-se dizer que a possibilidade e a valorização da mobilidade

social são parte fundamental da base motivacional de justificação da ordem capitalista. Elas estão ligadas às promessas emancipatórias capitalistas de autonomia, bem-estar e progresso através do êxito material e do mérito individual. A crença e a esperança de que a ascensão social é sim um horizonte possível e acessível coletiva e individualmente são uma condição necessária, quase um resultado natural, para muitas das expectativas e ideias normativas mais poderosas e cruciais das sociedades modernas capitalistas, tais como liberdade, individualismo, responsabilidade individual, meritocracia, livre concorrência, empreendedorismo e prosperidade coletiva. Sem a crença e a defesa da mobilidade social, como justificar a autoimagem da ordem capitalista como uma sociedade aberta e livre em que os indivíduos podem buscar o seu interesse próprio, melhorar suas condições de vida, tornarem-se mais autônomos e serem, merecidamente, recompensados material e socialmente por seus talentos e esforços?

O discurso da mobilidade social não extrai seu apelo normativo apenas dessas promessas mais gerais de justificação do capitalismo. Sem muito esforço, é possível reconhecer nos elementos centrais da narrativa da ascensão social como conquista individual uma sobreposição e atuação de princípios de valor e crenças típicos do que se costuma chamar de neoliberalismo. Nas narrativas pessoais examinadas neste capítulo, há um predomínio de concepções com respeito à agência, personalidade e autorrealização humanas associadas à visão de mundo e racionalidade neoliberais (MILLER; ROSE, 2012; LAMONT, 2019), as quais tem servido para informar e orientar os significados da ascensão social e os esforços de justificação e autocompreensão dos indivíduos contemporâneos em relação às suas trajetórias de vida, aspirações, merecimento e valor pessoal.

### **5.3. Neoliberalismo como semântica moral: uma teodiceia secular dos “vencedores”**

Para entender por que a narrativa da conquista individual faz sentido para os atores, tomarei o que se intitula de neoliberalismo, fenômeno histórico-político de muitas dimensões e aberto à diferentes abordagens (HILGERS, 2010; ANDRADE, 2019), como algo perpassado por certas pretensões de valor e orientações de boa vida para os

indivíduos e para a sociedade<sup>125</sup>. Mais especificamente, argumento que o neoliberalismo, em sua implantação institucional e semântica cultural, põe em ação e generaliza uma semântica moral fundada em uma ética de mercado. Seu repertório de noções, critérios de avaliação e princípios de valor está implicado em reivindicações e concepções de bem e entrelaçados com conceitos moralmente densos com respeito a uma forma de individualidade valorizada, ou seja, uma concepção de pessoa ou sujeito moral socialmente estimada, significativa e reconhecida.

O neoliberalismo, como diversos autores tem insistido (AMABLE, 2011, DAVIES, 2014; DARDOT; LAVAL, 2016; WHYTE, 2019), inclusive a partir de referenciais teóricos distintos, possui uma fundamentação moral, ainda que rarefeita, plástica, “não-coercitiva” e inclinada à hibridismos. Afinal, como observa a antropóloga Jessica Whyte, a sociedade de mercado que os pensadores neoliberais ambicionavam instaurar não se resumia ao intento de estabelecer e assegurar a existência e funcionamento de mecanismos mais eficientes de distribuição de recursos, mercadorias e serviços; suas ideias econômicas e políticas sobre o funcionamento dos mercados, o papel do Estado e a liberdade econômica dos indivíduos constituíam, na verdade, a base para “uma sociedade moral e ‘civilizada’ e um suporte necessário para direitos” (WHYTE, 2019, p. 11).

“Neoliberalismo” é, por definição, um conceito polissêmico. Por outro lado, pode-se, grosso modo, considerar que seu uso e referência representam um esforço teórico para conceituar a síntese político-econômica e ideológica de uma nova fase da acumulação capitalista e da legitimação de suas práticas, instituições e representações, e que é, em larga medida, refratária às premissas do capitalismo keynesiano-fordista e aos compromissos social-democratas de cidadania do pós-guerra. Nesse sentido, importa, então, indagar sobre que tipo de moralidade está sustentado e que apelos éticos são colocados em movimento para justificar o capitalismo neoliberal.

---

<sup>125</sup> A questão moral está presente desde os primórdios do neoliberalismo (WHYTE, 2019). Seu evento fundador, o Colóquio Walter Lippman, reuniu filósofos, economistas e outros intelectuais para discutir o livro do jornalista que deu nome ao colóquio. O livro de Lippman tinha como título o seguinte e sugestivo nome: *The good society*. A necessidade de uma construção política e econômica alternativa à economia keynesiana, ao Estado de Bem-estar social e ao socialismo soviético era encarada, já nesse momento entre os participantes, como uma resposta que passava, inevitavelmente, pelo campo dos valores morais da sociedade, em especial para o fomento de novas formas valorizadas de autorrespeito e autonomia através da promoção da responsabilidade individual e da cultura da concorrência e competição (FOUCAULT, 2008; MIROWSKI; PLEHWE, 2009).

Os principais nomes do “coletivo de pensamento neoliberal” (MIROWSKI; PLEHWE, 2009), como Friedrich Hayek, Ludwig Von Mises e Milton Friedman, à despeito de suas predileções metodológicas e nuances em relação à generalização da economia sobre a vida, concordavam que uma economia capitalista competitiva e uma sociedade de mercado, em que a busca do interesse próprio se sobrepõe a realização de propósitos comuns, demandam uma moralidade distinta. Para realizar eficientemente o seu potencial de produção de riquezas e de satisfação do maior número de projetos e expectativas individuais, não bastam as regras do direito, a propriedade privada e o respeito aos contratos; é necessário o compartilhamento de uma ética individualista cujas orientações de conduta e princípios de valor são, em muitos aspectos, “gerais e absolutas” (HAYEK, 1990, p. 141). Ou seja, é preciso uma moral ou ética de mercado, um conjunto de disposições e virtudes, como “a independência, a confiança em si mesmo e a disposição para assumir riscos” (HAYEK, 1990, p. 1991), assim como a responsabilidade individual e familiar, o ímpeto de competição e o espírito de iniciativa, que são, todas elas, para o pensamento neoliberal, pré-condição de uma ordem de mercado e por esta fomentados.

Com essa perspectiva, meu objetivo principal consiste em traçar as linhas de contato e afinidade entre certas ideias morais e princípios de valor compartilhados, identificados ao neoliberalismo e sua ética de vida, e as categorias de percepção e avaliação dos atores em suas narrativas de ascensão social como conquista individual. As narrativas de justificação da ascensão social são, a meu ver, uma frutífera via empírica e analítica para explorar o “neoliberalismo cotidiano” (MIROWSKI, 2013), em como este opera também como uma gramática de produção de significados morais constituinte de práticas, identidades e de diversas dimensões da experiência vivida das pessoas, como, no caso aqui em discussão, as maneiras pelas quais os atores constroem e racionalizam sentidos de justificação sobre suas trajetórias sociais, aspirações, personalidade e merecimento.

Nesse sentido, tal perspectiva contribui para compreender os liames em que as dimensões econômicas, culturais e pessoais do neoliberalismo se cruzam recriando e criando mundos, conformando a experiência vivida e seus significados para os atores. O interesse e a discussão proposta sobre o neoliberalismo aqui não se dirigem ao seu papel na produção sociogenética da narrativa da ascensão social como conquista individual ou

para sua incorporação nos indivíduos através de determinadas tecnologias e pedagogias políticas e culturais. Antes se volta para os pontos em que neoliberalismo, entendido e abordado em sua dimensão moral, e a construção de significados sobre o *self*, merecimento e valor pessoal se aproximam e se interpõem. A narrativa da conquista individual se nutre, como se verá, de uma noção de pessoa, de princípios de justificação, e de formas de autocompreensão e avaliação do valor social do *self* demasiadamente centradas em uma ordem de valor do mercado, na individualização, na cultura da competição e nos signos do sucesso material e profissional (LAMONT, 2019).

Neoliberalismo é, certamente, um termo conceitualmente elástico, uma “categoria fugidia, nebulosa e controversa”, como escreve Loic Wacquant (2012, p. 507). Entre o pós-guerra do século do XX e o início do novo milênio, ele ajudou a designar uma nova filosofia política econômica, integrou as diretrizes para formulação de políticas públicas e as orientações de agências multilaterais para um mercado global estável nas décadas de 1970 e 1980 e, talvez como nenhum outro, marcou sobremaneira o discurso teórico e político de crítica do capitalismo contemporâneo. Por essas e outras razões, trata-se, sem dúvida, de uma noção suscetível de definições variadas e, por vezes, genéricas e confusas (VENUGOPAL, 2015). Contudo, as ciências sociais tem realizado, nas últimas décadas, um esforço heurístico considerável e oportuno para defini-lo com mais rigor e precisão sem, em contrapartida, eliminar sua complexidade histórica, sua variabilidade geográfica e a diversidade de referentes e abordagens que o neoliberalismo como problema sociológico e antropológico comporta<sup>126</sup>.

Quando se trata de neoliberalismo, são, pelo menos, três as preocupações principais que costumam dirigir os esforços dos cientistas sociais para estudá-lo e compreendê-lo, a saber: a da sua origem e desenvolvimento intelectual como um “coletivo de pensamento” (MIROWSKI; PLEHWE, 2009), sua concretização histórica e expansão global como uma “configuração de poder particular dentro do capitalismo” (DUMÉNIL; LEVY, 2007, p. 2) e, por último, as tecnologias de governo e de produção da subjetividade das quais o neoliberalismo em geral, e em suas formas particulares em

---

<sup>126</sup> Para um balanço sistemático e crítico com respeito ao conceito de neoliberalismo e de suas diferentes abordagens teóricas nas ciências sociais ver: ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**, 34 (1), janeiro-abril, 2019. Ver também: HILGERS, Mathieu. The three anthropological approaches to neoliberalism. **International Social Science Journal**, 61 (202), p. 351-364, 2010.

contextos temporais, espaciais e institucionais específicos, lança mão (ROSE; MILLER, 2012).

A primeira preocupação trata da formação e atuação de uma rede transnacional de intelectuais, economistas, filósofos, cientistas sociais e juristas que, entre o final da década 1930 e os anos subsequentes do pós-guerra<sup>127</sup>, foi a responsável por gestar e difundir as principais “ideias-força” do neoliberalismo. A tarefa aqui é realizar uma arqueologia das condições históricas e intelectuais de formação e difusão dos conceitos neoliberais, das principais escolas, pensadores, vertentes nacionais e categorias que constituem o seu estilo de pensamento<sup>128</sup>. Os marcos, espaços e atores envolvidos em sua construção institucional e aplicação prática como um modelo político, econômico e filosófico alternativo ao binômio Estado de bem-estar social e capitalismo regulado keynesiano<sup>129</sup> são outra faceta privilegiada nesse tipo de abordagem (FOUCAULT, 2008; MIROWSKI; PLEHWE, 2009).

A segunda preocupação, por sua vez, volta-se para a economia política do neoliberalismo. O mais importante é abordá-lo como uma transformação global da dinâmica e organização da acumulação capitalista (DUMÉNIL; LEVY, 2007; HARVEY, 2008). Nesses termos, o neoliberalismo é concebido como um “ponto de ruptura

---

<sup>127</sup> Além de críticos à social democracia, ao planejamento econômico estatal e às políticas industriais keynesianas, esse grupo de intelectuais convergia em torno de uma outra preocupação: a reinvenção do liberalismo em novas bases institucionais. Mais do que simplesmente permitir o livre mercado e as naturais liberdades do indivíduo, o “novo” liberalismo e a construção de uma ordem econômica internacional estável deveriam, na verdade, se fundamentar na construção de um ambiente legal e institucional assegurador e promotor dos mecanismos e do *ethos* da economia competitiva de mercado, inclusive contra o imediatismo das massas e o “populismo” de governos eleitos, remodelando instituições políticas, legislações, agências estatais e indivíduos.

<sup>128</sup> Há importantes diferenças entre liberalismo e neoliberalismo. Além de uma reorientação da relação Estado-mercado, para “um Estado sob a vigilância do mercado em vez de um mercado sob a vigilância do Estado” (FOUCAULT, 2008, p. 156) e de ênfases em princípios econômicos basilares distintos, a troca para o liberalismo clássico e a concorrência para neoliberalismo, estes estão assentados em pressupostos ontológicos diferentes. O primeiro funda-se em uma ontologia naturalista, concebendo tanto o mercado como o sujeito racional autointeressado enquanto realidades dadas, inerentes e espontâneos ao mundo humano e suas trocas. O segundo abraça, por sua vez, uma ontologia construtivista: os mercados e os sujeitos econômicos são construções institucionais e psicossociais a serem estimuladas, realizadas e asseguradas, inclusive por meio da ação do Estado (FOUCAULT, 2008; DARDOT; LAVAL, 2016).

<sup>129</sup> O Colóquio Walter Lippman, realizado em Paris em 1938, e a fundação da “Sociedade Mont Pèlerin”, em 1947, capitaneada por Friedrich Hayek, e que reunia nomes importantes da revista alemã *Ordo* e do círculo de Milton Friedman na Escola de Economia de Chicago, constituem, ambos, os marcos históricos da constituição e disseminação intelectual do neoliberalismo como um “coletivo de pensamento”. Para maiores detalhes acerca da história do neoliberalismo ver: FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo. Martins Fontes, 2008; e MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (eds). **The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective**. Cambridge-MA. Harvard University Press, 2009.

revolucionário na história social e econômica do mundo” contemporâneo (HARVEY, 2008, p.11). Ele diz respeito, na prática, a um projeto político e ideológico de classe e de elites econômicas globais para reconstruir sua hegemonia de poder, riqueza e influência através do redesenho profundo e drástico das relações entre Estado, mercado e cidadania<sup>130</sup>, tanto à nível nacional quanto global (WACQUANT, 2012).

Pode-se resumir o objetivo precípuo desse tipo de abordagem do neoliberalismo do seguinte modo: identificar a lógica de interesses político-econômicos, os agentes sociais e as estratégias ideológicas envolvidas no esforço de tornar, por um lado, a administração pública mais favorável e permeável a ação, expansão e interesses das grandes corporações e dos fluxos internacionais de investimentos do capital financeiro, e, por outro, os mercados e seu funcionamento encastelados contra interferências e injunções exógenas e estranhas ao jogo do capitalismo globalizado e seus imperativos de maximização do lucro e minimização dos custos, oferta e procura, mobilidade e flexibilidade (HARVEY, 2008).

Por fim, a terceira preocupação, de inspiração foucaultiana, está engajada na apreensão da racionalidade de governo que singulariza historicamente o neoliberalismo enquanto um tipo de razão política, uma “arte de governar” distinta, em grande medida, dos modelos da sociedade disciplinar e do liberalismo clássico (FOUCAULT, 2008). O neoliberalismo, sob esse ângulo, é compreendido como uma forma de governamentalidade que amplia o mecanismo e a racionalidade de mercado para além da produção e distribuição de bens e serviços escassos. Ou seja, fazer das noções de concorrência, investimento, cálculo de risco e de custo-benefício, empreendedorismo e da forma-empresa normas e práticas legítimas e desejáveis para abranger e modelar outras esferas de atividades e relações da vida humana, tal como a política social, a educação, a administração penal, o fomento das artes e cultura, a burocracia estatal, a filantropia, a saúde mental (MILLER; ROSE, 2012; DARDOT; LAVAL, 2016).

A efetivação dessa governamentalidade para modelar instituições, populações e pessoas conforme uma racionalidade de mercado se sustenta em uma matriz plural e

---

<sup>130</sup> Grosso modo, isso significa implementar reformas institucionais e alterações legais que enrijeçam as políticas fiscais e monetárias, flexibilizem e desregulem os mercados de trabalho, enxuguem e privatizem serviços públicos, facilitem e expandam a ação do capital privado sobre a organização e oferta da educação básica e superior, fragilizem o poder de mobilização e negociação de sindicatos, abram regulamentações obrigatórias sobre as atividades empresariais e financeiras em favor de acordos negociáveis e flexíveis, entre outros pontos mais.

plástica de práticas e técnicas de saber-poder. O que interessa nessa abordagem é examinar e rastrear, em detalhe, a expansão e os efeitos diversos e, por vezes inesperados, da “arte de governar neoliberal” e de suas tecnologias. Disso decorre que é preciso prestar atenção aos tipos de sujeitos que as políticas e valores neoliberais constituem, à circulação global de seus mecanismos e discursos e de como eles se efetivam em diferentes contextos nacionais e situacionais, assim como com as maneiras pelas quais a racionalidade neoliberal se combina com outras racionalidades políticas, discursivas e normativas e quais são as consequências práticas para as relações sociais, o mundo do trabalho, os sistemas políticos (MILLER; ROSE, 2012; COLLIER; ONG, 2007; BROWN, 2015).

No entanto, a ascendência do neoliberalismo e a profundidade de seus efeitos ao longo das últimas quatro décadas levantam questões e implicações menos contempladas pelo conjunto de problemas e preocupações que resumi nos parágrafos anteriores. Entre elas está o modo como o neoliberalismo afeta e se enraíza nos quadros culturais e subjetivos da produção simbólica das sociedades. As práticas, critérios e conceitos neoliberais procuram se inserir profundamente no senso comum e na experiência diária para refazê-los e, assim, disputar a maneira como interpretamos, vivemos e compreendemos o mundo e a nós mesmos (DARDOT; LAVAL, 2016).

A implementação prática do neoliberalismo opera, também, “por meio de nossa linguagem, propósitos, decisões e relações sociais” (BALL, 2014, p. 64). Para utilizar a famosa fórmula dual habermasiana, não é apenas sobre a esfera da ação estratégica das sociedades que o neoliberalismo atua e gera efeitos importantes mas também sobre a produção e reprodução simbólica do mundo da vida e de seus esquemas e repertórios cognitivos, culturais e morais de ação e comunicação. Por meio deles, a gramática discursiva neoliberal se expande e busca se justificar e se legitimar social, moral e politicamente (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; DAVIES, 2014), como também, e este é o ponto principal do argumento aqui desenvolvido, constituir formas de autocompreensão e autoconcepção dos indivíduos (LAMONT, 2000; HILGERS, 2013), exercendo, assim, “uma influência real sobre a maneira pela qual os agentes pensam e problematizam suas vidas” (HILGERS, 2012, p. 351).

Pois bem, uma das principais características do neoliberalismo e de sua racionalidade política consiste, com efeito, no esforço sistemático e intransigente por transformar dinâmicas, valores, princípios e procedimentos da economia de livre mercado

em um modelo de organização e estrutura normativa aplicável para a vida social em geral (DAVIES, 2014; DARDOT; LAVAL, 2016). O neoliberalismo se afirma como uma normatividade prática eficiente e generalizada (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 15), “capaz de orientar internamente a prática efetiva dos governos, das empresas e, para além deles, de milhões de pessoas que não tem necessariamente consciência disso”. Sua pretensão normativa e sua capacidade expansiva estão ligadas, entre outros meios e fatores, à difusão e condensação de uma certa gramática e repertório conceitual altamente performativa e que se tornou, progressivamente, bastante legitimada política e moralmente nos contextos das sociedades contemporâneas<sup>131</sup>.

Noções novas ou resignificadas, como “capital humano”, “competitividade”, “produtividade”, “metas”, “eficiência”, “flexibilidade”, “risco”, “incerteza”, “empreendedorismo”, “competências”, “investimento”, “projetos”, “proatividade”, assim como modelos matemáticos e técnicas de mensuração e auditoria de mercado, adentraram e se consolidaram nos mais variados contextos de ação, em suas rotinas, regimentos internos, currículos e programas. Os modos de formulação e avaliação das políticas e práticas organizacionais no Estado, nas empresas e em diversas instituições não-econômicas passaram a se orientar por um repertório conceitual fortemente baseado em noções, técnicas e modelos econômicos-empresariais (BOURDIEU, 1998; DAVIES, 2014).

Sob essa perspectiva, o neoliberalismo coloca em marcha uma racionalidade de normatização de instituições, relações sociais e sujeitos conforme preceitos, “calculabilidades e intercâmbios” (BALL, 2014, p. 64) da forma mercado e do modelo empresa<sup>132</sup>. Sua pretensão, como já dito, é transformar a economia competitiva de livre

---

<sup>131</sup> Pierre Bourdieu (1998b) e, mais recentemente, o sociólogo inglês William Davies (2014) destacam esta dimensão do neoliberalismo como uma linguagem, um modo de pensamento e classificação do mundo. O primeiro enxerga no neoliberalismo uma forma de dominação simbólica que consiste em impor os postulados e a linguagem econômica neoclássica como sinônimo da própria realidade efetiva do mundo. Para este último, aliás, o neoliberalismo extrai sua força política e moral de legitimação e consentimento de sua semântica e vocabulário de mercado. A linguagem dos procedimentos de cálculo da economia de mercado, dos indicadores quantitativos e do sistema de preços converteu-se na fonte de autoridade por excelência para governar, tomar decisões e conduzir as instituições de uma sociedade, substituindo e neutralizando, em muitos aspectos, a linguagem política e sua legitimidade (DAVIES, 2014, p. 10).

<sup>132</sup> Domínios não-econômicos da sociedade, instituições e comportamentos específicos são encarados como objetos e campos sobre os quais é possível e desejável a aplicação de uma grade de inteligibilidade e forma de governo e de avaliação baseada em princípios e métodos extraídos do livre mercado, mais especificamente aqueles associados à atividade empreendedora e ao modelo da empresa. Essa é uma ideia já prefigurada nos teóricos do neoliberalismo (FOUCAULT, 2008) e que ganha corpo e realidade prática

mercado em um guia de orientação e avaliação das instituições e dos comportamentos individuais, uma grade de inteligibilidade para toda e qualquer ação e relacionamento humano (FOUCAULT, 2008). Em resumo, a ascensão do neoliberalismo pode ser pensada como uma “revolução simbólica”, na medida em que se trata também da instituição de novos princípios dominantes de visão, divisão e classificação do mundo social com o fito de naturalizar certas maneiras “de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer” (BOURDIEU, 2007, p. 174).

Por isso, noções como “capital humano”, “empreendedorismo” e as demais mencionadas são apregoadas, com efeito, como categorias da prática. Ou seja, elas podem ser transmitidas, aprendidas, cultivadas e aperfeiçoadas pelas organizações e pelos indivíduos para usos, relações e espaços que transcendem o comportamento econômico e a esfera das trocas econômicas, inclusive por meio de uma apropriação gerencialista de outras noções e categorias de significados mais amplos como “competição”, “meritocracia”, “responsabilidade individual”, “resiliência”, “motivação” (LAMONT, 2000; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; DARDOT; LAVAL, 2016).

Nesse sentido, o neoliberalismo e sua semântica impactam profundamente os sistemas simbólicos e os sistemas de disposições (HILGERS, 2013, p. 77). As linguagens e definições compartilhadas de valor pelas quais os atores organizam sua compreensão e avaliação do mundo social e, até mesmo, de suas condutas, personalidades e expectativas (LAMONT, 2000) são, nesse sentido, modificadas. Em outras palavras, a gramática e o repertório conceitual neoliberal tornam-se parte das ferramentas culturais e das práticas discursivas disponíveis e mobilizadas pelos atores para interpretar e dar sentido e significado a sua experiência em diferentes contextos e também a si próprios como determinados tipos de pessoas que almejam ou acreditam precisar ser para atender as demandas sistêmicas de desempenho e de autorrealização do capitalismo contemporâneo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; HONNETH; HARTMANN, 2006).

Não se trata apenas de mudanças e implicações a respeito do modo de compreender a organização e a ação do Estado e dos mercados mas também a propósito do que se espera dos indivíduos, dos seus modos de ser, pensar, agir e se relacionar nos

---

em sua instalação institucional nos mais diversos contextos nacionais (MIROWSKI; PLEHWE 2009; DAVIES, 2014).

mais diversos âmbitos de suas atividades e relacionamentos<sup>133</sup>. Ou, nas palavras de uma das mais conhecidas máximas da primeira ministra britânica, Margareth Thatcher, um dos símbolos políticos do neoliberalismo junto com Ronald Reagan nos EUA: “a economia é o método, o objetivo é mudar o coração e a alma”<sup>134</sup>. Não é surpreendente, portanto, que há quem considere a emergência do neoliberalismo coincidente com o “nascimento de uma nova ética do indivíduo ativo, optante, responsável, autônomo, obrigado a ser livre e a viver a vida como se ela fosse o resultado de uma escolha” (MILLER; ROSE, 2012, p. 30).

Nesse sentido, a contribuição do neoliberalismo, por assim dizer, ao capitalismo contemporâneo não se esgota em fornecer a esse último uma teoria das práticas econômicas e políticas ou um modelo eficiente de governança pró-mercado. O neoliberalismo oferece também uma moralidade. Ele se amalgama à reprodução do capitalismo contemporâneo igualmente por meio de um conjunto de pressupostos, convenções e crenças que orientam e integram as práticas, instituições e representações destes com respeito ao que valorizar como justo, melhor, legítimo, superior e desejável. Dito de outro modo, a racionalidade neoliberal é animada por certos princípios gerais e orientações de valor com respeito ao que constitui e significa uma forma de vida individual e coletiva bem sucedidas, mais livres, dignas, prósperas e com maior bem-estar, assim como também o seu oposto.

Então, longe de ser apenas uma ordem político-econômica, o neoliberalismo pode ser lido como uma ordem moral. A resposta normativa neoliberal para a questão ética acerca de como alcançar uma boa vida e uma boa sociedade, fundamenta-se, em grande medida, em dois pilares: primeiro, em metáforas, valores e princípios das racionalidades de mercado, ligados sobretudo à atividade empresarial e financeira<sup>135</sup>. A eficiência do

---

<sup>133</sup> Dardot e Laval enxergam uma pretensão universalista no neoliberalismo enquanto uma racionalidade que busca definir uma certa “forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.16).

<sup>134</sup> A frase foi dita em uma entrevista ao *Sunday Times*, em três de maio de 1981. O texto da entrevista está disponível em: <https://www.margareththatcher.org/document/104475>

<sup>135</sup> Na literatura recente sobre neoliberalismo, alguns trabalhos tem sustentado a tese segundo a qual a moralidade do neoliberalismo não se limita ao campo de valores e princípios de mercado. O neoliberalismo e sua gramática normativa tem, com efeito, se combinado e se alimentado de diferentes lógicas e repertórios morais e culturais. Ele tem sido um veículo eficiente no estabelecimento de ressonâncias, afinidades eletivas e interpenetrações com éticas e valores extra mercado - e, até mesmo extra liberais -, tais como o conservadorismo social da nova direita (BROWN, 2019, p. 10), o pentecostalismo evangélico (REIHARDT, 2021), o catolicismo e a cultura do voluntariado (MUEHLEBACH, 2012), o familismo (COOPER, 2017) e os Direitos Humanos (WHYTE, 2019).

mercado, a ênfase no desempenho e crescimento econômico, a defesa da competição e da livre iniciativa, a importância do autointeresse, do pensamento transacional de custo-benefício e do consumo material são concebidas e valorizadas como fontes superiores e indispensáveis para alcançar bem-estar, justiça, liberdade, desenvolvimento, riqueza e autorrealização. E, em segundo lugar, a noção de boa vida neoliberal está sustentada em uma orientação ética individualista em relação si mesmo e ao mundo, centrada no valor da agência, da autoconfiança e da autonomia do indivíduo compreendido como um agente livre, capaz e responsável por construir, a partir de suas capacidades, escolhas e esforço, a própria biografia e de realizar por si mesmo os seus interesses e aspirações pessoais.

Ainda que relacionado e relevante, o ponto central aqui, para o propósito principal da discussão das relações entre neoliberalismo e as narrativas da ascensão social como conquista individual, não consiste em apreender os sentidos de justiça neoliberais e seus parâmetros morais de avaliação e construção de uma ordem social justa e mais plena (AMABLE, 2011). Como também não é abordar como conceitos, motivações e reivindicações morais se conectam com processos econômicos e de mudança social (WEBER, 2004; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Quer dizer, compreender o papel de ideias morais na emergência e justificação do neoliberalismo ou para o engajamento dos atores neste. E, por último, tampouco significa examinar como os atores mobilizam pragmaticamente a retórica e gramática econômica neoliberal para legitimar e justificar suas posições e argumentos em situações de disputa e controversa política e moral (BOLTANSKI; THEVENOT, 2005; DAVIES, 2014).

Ao enfatizar as orientações de boa vida existentes na semântica moral do neoliberalismo, trata-se, como já dito no início, do seguinte: apreender a presença e atuação dos elementos normativos do neoliberalismo como uma ética de vida particular que orienta as formas de autocompreensão e autojustificação empregadas pelos indivíduos para construir suas narrativas de vida e concepções de *self*, em especial em relação à justificação de suas trajetórias de ascensão social, merecimento e valor pessoal. Os preceitos e apelos éticos de boa vida do neoliberalismo na medida em que reforçam a legitimidade do capitalismo contemporâneo e de suas políticas (AMABLE, 2011) também elevam certos modos de ser e agir ao status de uma concepção eticamente valorizada de pessoa e agência (ONG, 2006; GERSHON, 2011). E, a tal ponto, a meu ver, que acabam por se converter e funcionar como modelos e ferramentas culturais e

socialmente estimados de autocompreensão e avaliação da vida, da individualidade e dos sentidos de valor pessoal.

A semântica e o repertório conceituais neoliberais, à primeira vista dedicado para descrever e avaliar empresas e o comportamento econômico, existe de maneira entrelaçada à questões e pressupostos de natureza moral, principalmente aquelas implicadas à agência e à individualidade. Como diversos autores frisam, o neoliberalismo se notabiliza por sua significativa concentração no *self*, seus predicados de ação, seu desempenho, suas motivações, seu comportamento de escolha e preferências, seus humores (MILLER; ROSE, 2012; ONG, 2007; GERSHON, 2011). O neoliberalismo põe em ação concepções e orientações de valor em que noções, critérios e exigências da atividade e da racionalidade econômica de mercado se interpenetram e se justapõem com conceitos moralmente densos a propósito da personalidade e agência humanas, tal como, por exemplo, “autoconfiança”, “autonomia”, “autodeterminação”, “responsabilidade”, “autoaperfeiçoamento”, “autorrealização”.

No *ethos* neoliberal, a boa vida do ponto de vista da experiência individual é conquistada e assegurada mediante a iniciativa privada, a responsabilidade individual, a cultura da concorrência e a projetividade ativa e racional dos indivíduos em relação a suas ações e ao seu futuro. Entre as concepções e orientações de valor que caracterizam a noção de boa vida e o sentido e imagem de *self* neoliberais, três delas estão, como se viu, bastante presentes e atuantes nas narrativas pessoais de justificação da ascensão social aqui analisadas, quais sejam: o senso de autodeterminação, a valorização da agência e a responsabilidade individual.

Todos eles estão bastante sintonizados com imperativos infraestruturais muito fortes e definidores do projeto político e moral neoliberal: primeiro, o da transferência da responsabilidade e dos resultados da competição social, com todo o seu peso, complexidade e instabilidades, para o indivíduo. Questões sociais, isto é, que dizem respeito à convivência e interdependência humana em termos de suas causas, repercussões e soluções, são, com efeito, reduzidas à questões de ordem individual. Da mesma maneira que ocorre com os mercados, para o neoliberalismo, os indivíduos são a mais eficiente fonte para sua própria gestão e governo. Porém, não se trata apenas de uma questão de eficiência mas também de uma questão moral. De modo que, o indivíduo deve assumir, como um justo e inescapável compromisso ético com os outros e consigo

mesmo, enquanto alguém livre, potencialmente capaz e autodeterminável, a responsabilidade pelo seu destino, bem-estar e autorrealização. Isso significa ser responsável por tudo o que seja vital e necessário para a concretização e êxito de seus próprios projetos de vida e bem-estar material; ser responsável e provedor de sua educação, de sua saúde, de sua aposentadoria, de seu lazer e consumo, de sua saúde emocional.

Nesse sentido, a mobilidade social, ou simplesmente a melhoria socioeconômica das condições de existência, também entra nesse leque das questões pelas quais, prioritariamente, os indivíduos devem se responsabilizar e concretizar por conta própria. Assim como se pode observar nas narrativas pessoais analisadas, o apelo ao indivíduo e à individualidade se sobrepõem às estruturas sociais e aos limites e constrangimentos desiguais derivados dos arranjos coletivos da vida humana. Em sua famosa entrevista à revista *Woman's Own*<sup>136</sup>, em 1987, a primeira-ministra britânica Margareth Thatcher, sintetizou, com uma rotunda clareza, o imperativo neoliberal da responsabilidade individual:

(...) atravessamos um período no qual muitas crianças e pessoas foram levadas a acreditar que, se tenho um problema, é a missão do governo resolvê-lo ou que conseguirei uma subvenção para lidar com ele ou que, se sou um sem-teto, o governo deve dar-me moradia – de tal modo que essas pessoas estão arremessando seus problemas sobre a sociedade. Mas o que é a sociedade? Não existe essa coisa. O que existe são indivíduos homens e mulheres, e há famílias. E nenhum governo pode fazer nada, exceto através das pessoas, e as pessoas devem cuidar de si mesmas em primeiro lugar. É nosso dever cuidar de nós próprios (...).

A inspiração de Thatcher aqui é o economista e filósofo Friedrich Hayek, um dos principais estandartes intelectuais do pensamento neoliberal. Hayek concedia à responsabilidade individual um estatuto moral elevado. Para o ganhador do prêmio Nobel em economia de 1974, a redução das obrigações específicas e positivas para com os outros representava, com efeito, um resultado evolutivo, uma decorrência e indicativo do “avanço da moral” na cultura e sociabilidade humanas (HAYEK, 1982, p. 89).

O segundo princípio de valor, por sua vez, consiste na premissa, na verdade um misto de exigência e promessa, de que os indivíduos devem conceber e viver suas vidas como empreendimentos econômicos competitivos, como “projetos” (BOLTANSKI;

---

<sup>136</sup> A entrevista está disponível em: <https://www.margareththatcher.org/document/106689>

CHIAPELO, 2009). Para viver dignamente, ser competitivo e alcançar estima social e autorrealização em uma economia de livre mercado, globalizada, em intensa mudança e vulnerável a riscos de diferentes ordens, os indivíduos devem organizá-las e regê-las segundo princípios, critérios e virtudes típicos da atividade e do desempenho empresarial e financeiro. “Empreendedores de si mesmos” (FOUCAULT, 2008), eles devem se autoconceber como um tipo de empresa a ser gerenciada, tomar a si mesmos como objeto gestão e, assim, avaliar suas ações, decisões e expectativas como questões econômicas e de mercado. Para isso, devem ter iniciativa, realizar investimentos, cultivar atitudes de cálculo e de planejamento de riscos, projetar-se no tempo futuro, estabelecer exigências de desempenho e de resultados, ter senso de competitividade e prioridade, valorizar a satisfação individual e buscar o sucesso material, capitalizar oportunidades, otimizar e maximizar seus recursos.

Em resumo, além de uma concepção de agência moral, focalizada na responsabilidade, iniciativa, concorrência e projetividade racional, o neoliberalismo estimula, oferece - e depende de - uma concepção de pessoa, uma visão antropológica dominante a propósito dos seres humanos (GERSHON, 2011). A empresa e a racionalidade de mercado funcionam não somente como uma epistemologia para interpretar as relações, interações, instituições e estratégias sociais dos atores mas, também, constituem a base ontológica para uma concepção de si e de sentido de *self*, qual seja: de que a personalidade humana é uma “coleção de ativos e de processos” aperfeiçoáveis e gerenciáveis no sentido econômico e que podem ser bem utilizados, direcionados e investidos pelo próprio indivíduo para moldar-se e alcançar os seus objetivos e o que deseja ser por meio de sua agência e autogerenciamento. Nesse sentido, o neoliberalismo traz uma inflexão na concepção liberal de pessoa: no lugar do individualismo possessivo<sup>137</sup> e sua visão do indivíduo como “essencialmente proprietário de sua própria pessoa e de suas próprias capacidades, nada devendo à sociedade por elas” (MACPHERSON, 1979, p. 15), a visão do indivíduo como uma empresa e negócio autogerenciável (GERSHON, 2011).

---

<sup>137</sup> O conceito de individualismo possessivo é de autoria do filósofo e cientista político canadense C.B. Macpherson. Ele o desenvolve no contexto de seu clássico estudo sobre o pensamento político britânico dos séculos XVII e XIX. Em seu trabalho, Macpherson critica as limitações e os equívocos presentes nas suposições tácitas dos modelos de indivíduo, liberdade e sociedade que certas correntes do liberalismo abraçaram e fomentaram.

O último dos imperativos é o *ethos* da competição, o qual constitui, para o neoliberalismo, uma qualidade moral distintiva do mercado (DAVIES, 2014) e a base sobre a qual uma ordem social justa deve ser erigida e avaliada (AMABLE, 2011, p. 27), assim como as aspirações de bem-estar pessoal realizadas. Além dos benefícios para a eficiência global do sistema econômico e de um incentivo permanente de inovação, realizada por empresas e indivíduos que se provaram os melhores e os mais exitosos na concorrência de mercado, a competição é considerada tanto um princípio de justiça, pois recompensa os indivíduos de acordo com os seus méritos, quanto uma fonte de motivação subjetiva, pois estimula estes a dar o melhor de si e a se autoaperfeiçoarem para melhorar suas próprias condições de vida e perspectivas econômicas (AMABLE, 2011).

Dardot e Laval (2016, p. 346), mais uma vez, resumem bem o espírito que anima os imperativos da concepção neoliberal de boa vida, descritos acima, quando escrevem que, sob a normatividade neoliberal, “os resultados obtidos na vida são fruto de uma série de decisões e esforços que dependem apenas do indivíduo e não implicam nenhuma compensação em caso de fracasso”. Na ordem moral neoliberal, indivíduos verdadeiramente dignos, livres e autorrealizados são aqueles que se assumem e se mostram responsáveis por si mesmos, capazes de iniciativa e de serem mais competitivos e determinados do que os outros. São eles, a um só tempo, os modelos éticos de uma forma individualidade valorizada e superior, considerados a força motriz do poder de inovação e de produção de riqueza das economias de mercado. Juntamente com a competição como ideal ético e princípio de justiça (AMABLE, 2011; DAVIES, 2014), os traços psicológicos esperados do comportamento e personalidade do empreendedor “vencedor” são elevados à condição de um modelo estimado e valorizado de individualidade (LAMONT, 2000; 2019).

Sob a semântica e repertório conceitual e moral do neoliberalismo, a mobilidade social é enquadrada, cultural e subjetivamente, como parte de um imperativo de autoconstrução e autodeterminação através de um processo meritocrático de competição interindividual no qual os indivíduos e seus destinos pessoais são definidos por suas escolhas, habilidades e projetos, logo responsáveis pelos seus resultados, sejam eles de êxito ou de fracasso. Nesses termos, ascender socialmente torna-se quase sinônimo de sucesso profissional e financeiro, marcadores por excelência do mérito pessoal e do triunfo do indivíduo na competição social capitalista. Os que superam suas condições de

existência desfavoráveis de partida, contra todas as externalidades, inclusive contra outros indivíduos aspirantes, e, assim, alcançam uma vida melhor através do êxito material, educacional e profissional são, nessa perspectiva, os “vencedores” e os “melhores”. Por isso, merecedores dos louros de seu esforço árduo e talento singular, ou seja, legítimos merecedores de usufruir do acesso diferencial e permanente à riqueza, bens escassos, reconhecimento social, prestígio e autorrealização. A ideia da mobilidade social como conquista individual é, praticamente, um correlato lógico desse tipo de enquadramento da normatividade neoliberal.

Como se pode concluir, a ética de mercado do neoliberalismo não é importante somente para implementar e justificar determinadas políticas econômicas e certa visão do papel do Estado e dos mercados na vida social. Ao implicar uma pretensão ética de boa vida, o neoliberalismo é relevante também para os indivíduos ao colocar à disposição destes uma determinada maneira pela qual eles podem perceber, descrever e valorar a si mesmos como certos tipos de pessoas, como possuidores de certas capacidades ativas e qualidades éticas estimadas - no caso, como indivíduos responsáveis, de iniciativa, autodeterminados, autoconfiantes, autônomos, competitivos. Mas, acima de tudo, a ética de mercado neoliberal assegura para esses tipos de indivíduos um sentimento poderoso, atraente e vital de estar e sentir-se “justificado em existir como existe (BOURDIEU, 2001, p. 290), isto é, um sentido de justificação ética de suas posições, ações, modo de ser e pretensões no mundo.

Dessa maneira, parece-me correto destacar que o neoliberalismo fornece não somente tecnologias de produção do sujeito (MILLER; ROSE, 2012) mas, igualmente, uma linguagem moral por meio da qual o *self* é interpretado, comparado e valorado, inclusive no que diz respeito à justificação do seu valor pessoal e merecimento. Sua gramática normativa e repertório cultural, fortemente baseadas nas racionalidades de mercado, se fundem com as linguagens do *self* a partir das quais as pessoas organizam sua autocompreensão, autoconcepção e autoavaliação. Por isso que, como sustenta Lamont (2019), uma socióloga perspicaz e interessada nos mecanismos culturais de produção, hierarquização e negação do senso de valor social e pessoal das pessoas e suas identidades, o neoliberalismo, alçado à condição cultural de veredito social e simbólico legítimo do valor pessoal em nossa época, contribui decisivamente para produzir, disseminar e fortalecer novos roteiros e sentidos específicos do *self*.

A narrativa da ascensão social como conquista individual é, a meu ver, uma expressão do avanço e penetração das concepções e orientações de valor de boa vida e da linguagem moral neoliberal e de sua função simbólica e política como veredito de justificação e legitimidade (BOURDIEU, 2001). Um exemplo de sua adesão social e eficácia simbólica enquanto um repertório legítimo e atraente na construção das narrativas de vida, capacidades subjetivas valorizadas, formas de autocompreensão e senso de valor pessoal dos indivíduos contemporâneos.

Em conjunto, os três elementos nodais da narrativa da ascensão social como conquista individual, isto é, a superação pessoal, o valor do sucesso material e a crença no poder da agência individual, reivindicam uma imagem de si poderosa e valorizada, qual seja: a do indivíduo autodeterminado que se impõe como produtor e responsável por seu próprio destino. Ou seja, além de definir os “autores” das narrativas como dotados de características eticamente densas e socialmente reconhecidas, como iniciativa, responsabilidade individual, autoconfiança, determinação, disciplina, com as quais os entrevistados se reconhecem e gostariam de ser reconhecidos como portadores legítimos, a narrativa da conquista individual fomenta uma autocompreensão baseada na poderosa ideia de que eles são sujeitos autogeridos, economicamente independentes e produtores de e responsáveis por suas próprias biografias de ascensão social, logo, inegavelmente merecedores dela.

Os que logram ascender socialmente encontram no *ethos* neoliberal uma semântica moral e repertório de narrativas, de conceitos, orientações e modelos de valor a partir do qual eles podem articular para si e para os outros uma história justificada, reconhecida e legítima de êxito e conquista pessoal. Em outras palavras, eles encontram a justificação e confirmação de seu merecimento. Suas histórias de vida e mobilidade social tornam-se histórias sentidas e reconhecidas como merecidas e justificadas. Assim, a partir de um raciocínio tautológico, o neoliberalismo e a meritocracia oferecem aos atores, na forma persuasiva e eficaz de uma narrativa moral, uma maneira de interpretar a ascensão social como realização e merecimento individual: a experiência de mobilidade social ascendente enquanto prova cabal e legítima que atesta o sucesso pessoal e o mérito individual particulares - o que não necessariamente, entre os nossos entrevistados e

entrevistadas, caminha junto, por conseguinte, com o reconhecimento da natureza meritocrática geral da sociedade<sup>138</sup>.

Por outro lado, este é um repertório moral para poucos, seletivo e excludente, principalmente em uma sociedade desigual, como a brasileira, marcada por estreitos canais de mobilidade social ascendente, um histórico modelo concentrador de desenvolvimento e recorrentemente vulnerável à processos políticos e econômicos agravadores das desigualdades, do empobrecimento, da instabilidade e precariedade das oportunidades ocupacionais e da restrição do acesso à bens e serviços básicos para uma proporção significativa de sua população (ARRETCHE, 2015).

Paradoxalmente, os efeitos das práticas e políticas neoliberais produzem um mundo cujas condições de existência acarretam enormes dificuldades para a maioria das pessoas realizarem de fato em suas vidas e subjetividades as promessas e orientações de valor do neoliberalismo. Nele, a ascensão social converte-se em uma prova estrutural que os atores, em uma sociedade desigual, devem enfrentar e desejar enfrentar para provar seu próprio valor. A mobilidade ascendente é um desafio social cada vez mais consagrado e imperativo para ser individualmente vivido, exigindo e estimulando os atores a um engajamento e trabalho pessoal em que o que está em jogo, para os próprios atores, é a definição do valor relativo e da realidade dos seus atributos e valor moral pessoal, e, nesse sentido, de seu merecimento.

Assim, não seria exagero, a meu ver, considerar a semântica moral do neoliberalismo e sua narrativa meritocrática da ascensão social como conquista individual como uma espécie de teodiceia<sup>139</sup> secular dos afortunados no capitalismo contemporâneo.

---

<sup>138</sup> Inclusive entre os interlocutores tipificados como representantes mais afins da narrativa da conquista individual, os relatos pessoais não dão conta, obrigatoriamente, da aceitação lógica e moral da meritocracia como uma ordem social existente e desejável. Parece existir uma distinção e separação entre valorização e reconhecimento do mérito individual e valorização e reconhecimento da sociedade em que vivem como meritocrática. O que suscita um curioso paradoxo: ao mesmo tempo em que reconhecem a existência e o peso desiguais das oportunidades sociais e condições de vida, os interlocutores afirmam e defendem a crença no poder da agência individual como uma força inerente independente e suficiente para superar constrangimentos sociais objetivos, como desigualdades, pobreza e classe social, por mais salientes que estes sejam na realidade social dos indivíduos. Ou seja, a existência fática e moralmente reprovável de uma sociedade desigual não elimina, necessariamente, do ponto de vista subjetivo, a existência, a importância e a legitimidade do mérito individual para esses interlocutores.

<sup>139</sup> O termo teodiceia remonta ao filósofo alemão Gottfried Leibniz (1646-1716). Ele o utilizou para traduzir e responder um antigo e difícil problema enfrentado pelas religiões monoteístas, qual seja: como conciliar a onipotência, a justiça, a sabedoria e a bondade de Deus com a existência do mal no mundo? Leibniz recusou a suposta incompatibilidade e contradição da questão acima. Assim, tentou demonstrar, racionalmente, a coerência da perfectibilidade e justiça de Deus apesar da presença do mal e da imperfeição do mundo. Tal como explicou Max Weber (1982) em sua sociologia da religião, as teodiceias são soluções

Como bem observa Max Weber (1984, p. 314), não são apenas os pobres e desfavorecidos que precisam e se valem de teodiceias para encontrar um fundamento de justificação e consolo para a sua miséria e sofrimento. Também os afortunados deste mundo querem acreditar que sua boa sorte, felicidade e êxito são realidades justificadas e merecidas, que eles, acima de tudo, são dignos e merecedores de sua posição e status em comparação com os outros que não gozam da mesma posição, prestígio e status. “A boa fortuna, escreve o sociólogo alemão, deseja, assim, legitimar-se” (WEBER, 1982, p. 314).

---

teológicas de justificação das crenças religiosos perante um mundo cuja experiência sugere enorme irracionalidade e injustiça na distribuição da felicidade, sofrimento e miséria. **Para maiores detalhes ver:** LEIBNIZ, G.W. **Ensaio de teodiceia:** sobre a bondade de Deus, a liberdade do homem e a origem do mal. São Paulo. Estação Liberdade, 2017; WEBER, Max. Psicologia social das religiões mundiais. In. **Ensaio de Sociologia.** Rio de Janeiro. LTC, 1982.

## 6. A FORÇA DOS LAÇOS: A ASCENSÃO SOCIAL COMO RETRIBUIÇÃO

Considerado de um ponto de vista mais genérico, a narrativa da ascensão social como conquista individual faz parte de um repertório cultural dominante, fortemente influenciado por concepções neoliberais e valores meritocráticos, como discutido anteriormente. Inegavelmente, ela possui impregnante presença, apelo dramático e força ideológica na cultura e na política nas sociedades contemporâneas. Fato que, muitas vezes, resulta na invisibilização de outros repertórios e narrativas a respeito da mobilidade social.

No entanto, a despeito de reconhecer a desigualdade de circulação, de institucionalização e legitimidade dos discursos morais, há uma pluralidade de repertórios pelos quais os discursos e narrativas morais podem ser compostos e mobilizados pelos atores em seu cotidiano. De sorte que a referência e relação com discursos individualistas e meritocráticos da mobilidade social podem ser, até mesmo, realizadas e mantidas com negociações, ambivalências e críticas. Dessa maneira, para evitar uma naturalização e simplificação da relação dos atores com os valores, é preciso colocar as seguintes questões: até que ponto e de que maneiras os próprios indivíduos com trajetórias de mobilidade pelo espaço social assumem como a perspectiva principal pela qual eles próprios narram, avaliam e significam suas trajetórias um repertório individualista e meritocrático? Que repertórios alternativos de valores e significados também podem ser identificados na relação de justificação dos indivíduos com suas trajetórias pessoais de ascensão social?

À luz dos relatos obtidos nas entrevistas, abordo essas duas indagações a partir de um grupo de interlocutores cuja narrativa, em seus pontos principais, se organiza em torno de premissas baseadas no valor moral da retribuição, da relacionalidade e das obrigações de pertencimento familiares. Suas narrativas pessoais estão repletas de apelos à sentimentos morais de valorização da relação com o outro, tais como gratidão, cumplicidade, fidelidade, solidariedade. A mobilidade social, em seus significados e desdobramentos práticos e subjetivos, é, nas narrativas desses interlocutores, enredada em uma socialidade relacional afetiva e moralmente significativa (SKEGGS, 2011),

marcada e constituída por interdependências de afetos, histórias multigeracionais, compromissos e obrigações mútuos de pertencimento e retribuição.

Para interpretar e justificar as trajetórias de mobilidade social e seu merecimento, os atores mobilizam, então, o que poderia ser chamado de uma narrativa de retribuição. Vinculada aos laços sociais, afetivos e simbólicos das redes de parentesco, essa narrativa enfatiza a mobilidade individual como uma missão coletiva de continuidade, reparação ou redenção de um passado socialmente adverso e de superação da família de origem e de suas gerações anteriores. A trajetória de deslocamento social é narrada enfatizando uma preocupação e motivação ética com a afirmação e sustentação da relacionalidade e do pertencimento constitutivos dos atores.

A noção de família tem um lugar e papel centrais nas narrativas de justificação dos interlocutores aqui examinadas. Ela é usada nos discursos dos atores com significados que podem ser entendidos da seguinte forma: 1) A família como uma comunidade transgeracional de laços de interdependência, experiências, memórias e aspirações compartilhadas; 2) A família como uma rede de provisão e ajuda material e afetiva e, finalmente, 3) A família como fonte de recursos morais e simbólicos de superação das dificuldades e de motivação e engajamento para a ascensão social.

Esses usos e entendimentos estão carregados de moralidade na forma de compromissos, sentimentos, motivações e valores e, como se verá melhor ao longo da discussão, confluem para o cerne expressado pelas narrativas desse grupo de interlocutores, qual seja: a prevalência e afirmação de uma lógica moral da retribuição como princípio de justificação e valor da mobilidade social ascendente.

Algumas das narrativas de ascensão social, construídas pelos interlocutores da pesquisa, distinguem-se como construções alternativas de significados e valores em relação aos elementos mais convencionais e hegemônicos da visão individualista da mobilidade social e sua narrativa dominante. De sorte que elas redefinem e expandem os sentidos de merecimento, esforço, sucesso e realização em favor de entendimentos e compromissos normativos mais complexos e com maior acento coletivo e relacional, no estar-junto-relacionalmente-no-mundo (ZIGON, 2007).

Para melhor ilustrar seus elementos cognitivos e normativos principais, e distingui-la da narrativa da conquista individual, elaborei a tabela abaixo na qual, sinteticamente, pode-se identificar os princípios estruturantes e recursos de ação por meio

dos quais a narrativa da retribuição se caracteriza. Neles, relacionalidade e retribuição ocupam um sentido e poder de referência principal na construção de significado dos interlocutores para explicarem, justificarem e valorizarem suas trajetórias de ascensão social.

**Tabela 8. A estrutura cognitiva e normativa da “narrativa da ascensão social como retribuição”**

	Princípios de explicação da ação	Princípios de justificação da ação
Narrativa da Retribuição	<p>A ascensão social é o resultado de trajetórias anteriores de superação de dificuldades, renúncias e sacrifícios de outros significativos.</p> <p>A ascensão social é produto de aspirações, estratégias, engajamentos e investimentos coletivas;</p>	<p>A ascensão social é uma forma de retribuição ética aos esforços, contribuições e sacrifícios de gerações anteriores.</p> <p>A ascensão social é uma maneira de reparar e redimir injustiças, sacrifícios e sofrimentos vividos passados;</p> <p>A ascensão social é uma maneira de inspirar e de tornar-se exemplo de mudança de vida e transformação social;</p> <p>A ascensão social é uma forma de afirmação do pertencimento, da dignidade ética, da identidade e das realizações de um “nós” (família, classe, raça, gênero, sexualidade).</p>
Recursos da ação	Recursos motivacionais relacionais, simbólicos e institucionais	<p>Herança multigeracional;</p> <p>Redes de solidariedade;</p> <p>Exemplos éticos;</p> <p>Pertencimento;</p> <p>Relacionalidade;</p> <p>Interdependência; Obrigações mútuas; Laços afetivos;</p> <p>Oportunidades; Políticas públicas inclusivas</p>

### 6.1.A ascensão social como retribuição e redenção

Carolina, uma enfermeira negra com dois empregos, um público e outro privado, mora em um confortável e pequeno prédio de apartamentos na zona leste da cidade do Natal, há poucos quilômetros do bairro em que cresceu. Entre um plantão e outro, Carolina costuma visitar os seus pais, tias e avó, que ainda hoje residem no mesmo local em que ela viveu por quase três décadas; um conjunto popular de vielas entremeadas e ruas estreitas, próximo à praia em que vivem e trabalham muitos pescadores, vendedores ambulantes, pequenos comerciantes, estivadores, artesãs e donas de casa. “É um bairro precário, carente de muita coisa mas não de gente trabalhadora, unida e esforçada”, diz Carolina com convicção.

A enfermeira de quarenta e um anos se sente muito ligada a sua família e orgulhosa de suas origens. Para ela, morar perto de onde nasceu e cresceu foi um dos principais critérios quando decidiu comprar o seu apartamento. As mudanças sociais e econômicas que sua ascensão social trouxeram não a desenraizaram do seu contexto relacional original. A proximidade geográfica e afetiva da família é considerada por Carolina algo bastante valorizado.

Para contar sobre sua trajetória de vida, a enfermeira, primeiro, fala da história de sua família, dos exemplos e virtudes que admira, se inspira e partilha com seus entes queridos. Carolina não enxerga sua história de mobilidade como um processo individualizado de êxito pessoal. Nesse sentido, ela começa, emocionando-se bastante, contando sobre a força de sua avó, analfabeta e viúva, para criar e manter juntos seis filhos, destaca a bravura do pai, pescador, a quem define como “um herói”, que madrugava à dentro saía em direção ao mar para conseguir o sustento da casa; ela relembra às vezes que sua mãe, mesmo doente, saía para limpar e filetar peixe ou faxinar e lavar roupa para fora; exalta o espírito de cooperação de seus tios e tias que, com prontidão, se dispunha, sem queixas e empecilhos, a ajudar uns aos outros em qualquer situação. Perguntada a propósito de como vê o papel do seus pais em sua trajetória social, Carolina diz: “Como heróis, vejo nos dois, dois batalhadores. Criar quatros filhos numa área de pescaria é difícil, muito difícil, é uma verdadeira batalha, porque pescaria é sofrida, incerta, o que você ganha em um dia no outro já precisa de novo”.

Primeira a entrar no ensino superior em sua família, Carolina, por mais de uma vez, repete: “Eu sei de onde vim e porque sou uma mulher formada e empregada” para, em seguida, resumir do seguinte modo sua ascensão social: “o que sou hoje é o resultado

do esforço e batalha de muita gente que acreditou em mim, que batalhou comigo e por mim”. Quando ela conta acerca de sua trajetória social, Carolina enfatiza como sua família se mobilizou para ajudá-la no prosseguimento dos estudos. Oriunda da escola pública, seus familiares ajudaram-na a pagar um cursinho preparatório para o vestibular e, em seguida, para arcar com o transporte diário e os livros do curso de enfermagem na universidade federal. Uma tia cedeu um pequeno cômodo de sua casa para que ela pudesse usar como um salão de beleza para obter algum dinheiro e também como um lugar para que ela pudesse estudar com mais privacidade. Outros parentes, por sua vez, a ajudaram na reforma, pintando, arranjando materiais e móveis para salão/quarto de estudo. Um dos tios, que à época trabalhava como caminhoneiro, vez por outra enviava algum dinheiro para completar a mensalidade do cursinho preparatório ou quando Carolina precisava comprar algum livro ou mesmo roupas para ir à universidade e estágios.

“*Para mim, diz Carolina, eu tinha o dever de fazer bem feito, de estudar, de estudar pra valer, de me formar, porque eu estava ali por causa deles, então tudo que eu estava vivendo era por causa e para a minha família.*”. Sobre o significado de ter ensino superior como filha de pescadores, em uma passagem muito emotiva, Carolina relembra e descreve o dia da sua formatura:

*Eu entrei ali para lutar por mim e por todas as pessoas que me ajudaram a estar naquele lugar. Então, é o filme da nossa vida que passa na cabeça da gente. Você vê seus pais, ali, sentados na sua frente, e lembra dos momentos difíceis, das privações, dos sufocos, em como foi toda luta deles e dos meus familiares para que alguém como eles pudessem estar naquele espaço. Vê isso acontecer de verdade, e você ser esta pessoa que está proporcionando, de alguma forma, isso, é até difícil de falar.* Carolina, 41 anos, enfermeira.

De maneira semelhante, a narrativa da gerente de gestão de pessoas Andressa também está ancorada na história de sua família e na afirmação dos vínculos sociais e morais que mantêm com seus parentes<sup>140</sup>. Andressa não titubeia em afirmar que sua ascensão social é “*uma vitória da minha família!*”. Ela descreve seus pais e irmãos como pessoas “*muita religiosas (católica) e trabalhadores honestos*”. Andressa explica que passou sua infância reiteradamente ouvindo sobre a vida dura de trabalho suportada pelos

---

<sup>140</sup> A experiência de mobilidade social e a construção de sua narrativa e justificação pelos atores, isto é, tanto a “trajetória objetiva” quanto a “trajetória subjetiva vivida” (DUBAR, 1998), intervêm, certamente, na maneira como estes relem e se apropriam de sua história familiar. O que, com efeito, sugere um ponto interessante para estudar e comparar como as diferentes posições sociais e trajetórias objetivas e subjetivas dos membros de uma mesma família condicionam e orientam as formas de perceber, reter, organizar e significar as memórias individuais e coletivas e, assim, a própria interpretação da história pessoal e familiar.

pais e irmãos mais velhos, e da qual ela foi, em larga medida, poupada pela idade e pela insistência da mãe, que idealizava para a sua caçula um caminho diferente, voltado à dedicação aos estudos.

Andressa conta que ainda tem viva em sua memória as noites em que era acordada no começo da madrugada pela mãe e levada nos braços, agasalhada, para dormir na casa de alguma tia ou de um dos avós para que os pais pudessem ir trabalhar nas feiras do interior do estado. Ela recorda as ocasiões em que viajou junto aos irmãos para as feiras em cidades vizinhas na caçamba de uma caminhonete em meio às dezenas de caixas com mercadorias;

*Meus pais faziam naquela época umas três ou quatro feiras por semana. Saíam cedo, muito cedo, noite ainda, porque tem que tirar as mercadorias do carro, montar a barraca, organizar as mercadorias na banca. Eles passavam a madrugada literalmente na rua, esperando a feira começar, ali por volta das cinco da manhã, e ficavam até meio-dia, uma hora da tarde, até poder voltar pra casa. Em certas épocas do ano, eu tinha que ir ajudar, o movimento era bem maior, assim eu ficava olhando para ninguém roubar nada da banca, passava troco, pegava água, tomava conta do dinheiro, ou cobria minha mãe quando ela precisa ir ao banheiro. Depois eu ajudava a encaixotar as mercadorias quando a feira acabava. Minha mãe não queria, era contra a vontade dela. Andressa, 39 anos, gerente de gestão de pessoas.*

Andressa mostra-se consciente de que não passou pelas mesmas dificuldades e sacrifícios dos pais e irmãos, de modo que, por conta disso, sua narrativa transparece, em muitos momentos, a presença de sentimentos de obrigação, culpa e dívida para com seus familiares mais próximos. Ao contrário dos irmãos, ela estudou em escolas particulares de pequeno e médio porte em seu bairro e dispôs, ocasionalmente, da ajuda de professores particulares para aulas de reforço.

Como Carolina, Andressa foi a única, em seu núcleo doméstico, à alcançar o ensino superior e a se formar. Durante a entrevista, em sua residência, ela vai até outro cômodo de sua casa e me mostra a bela e comovente dedicatória que escreveu aos seus pais e irmãos em seu Trabalho de Conclusão do Curso de Administração. Ao longo de sua narrativa, a gerente de gestão de pessoas reforça, por diversas vezes, que sua mobilidade social está, inapelavelmente, conectada a sua família; além da evocação de uma herança de virtudes e exemplos de caráter, como honestidade, dignidade e o valor da educação, da dedicação ao trabalho e da responsabilidade com a família, sua justificação da ascensão social é balizada por um certo senso de justiça e de obrigação diante da árdua rotina de trabalho de sua família e das disparidades das experiências e oportunidades intrafamiliares passadas. Com respeito a este aspecto, ela diz:

*Minha motivação foi ver a luta dos meus pais e irmãos, o trabalho incansável deles. Ir para as feiras no meio da noite, com chuva, frio e ficar sem dormir, correndo perigo de assalto. A coluna da minha mãe hoje é toda deteriorada, até câncer de pele ela passou... Meus pais não quiseram fazer comigo o que infelizmente eles tiveram de fazer com meus irmãos (trabalhar prematuramente e regularmente nas feiras). Era um tempo difícil, não julgo a decisão deles, lamento, é claro. Não sei, de alguma forma, acho, meus pais viram que não foi o melhor para eles (irmãos). Talvez meus pais, principalmente minha mãe, tentaram corrigir isso através de mim. Desde mocinha, eu ouvia muito: “estude, estude, para não ter essa vida da gente”; “é você quem vai ajudar e cuidar da gente e de seus irmãos”; “olhe, seu pai vai ficar velho, não vai aguentar o repuxo da feira, estude”. Com o tempo, essas mensagens se transformaram em uma motivação, um impulso para que eu realmente seguisse em frente para dar uma vida melhor para a minha família, ter um bom emprego com um bom salário. Não podia decepcioná-los. Andressa, 39 anos, gerente de gestão de pessoas.*

Já vimos em Geraldo, o bancário aposentado apresentado e discutido anteriormente, esse senso de justiça com o qual, por vezes, a experiência de mobilidade social ascendente é revestido. A ascensão social pode ser, em alguns casos, experimentada e significada pelos atores como movida e justificada por anseios morais de correção e de redenção de expectativas frustradas de outros significativos e de experiências de injustiça, discriminação, desvalorização e sofrimentos vivenciadas por estes ou pelos próprios atores ao longo de suas vidas. Dito de outro modo, a ascensão social vivida e significada como a realização de uma redenção simbólica pessoal ou coletiva.

A narrativa pessoal do psicólogo Anderson, de quarenta e quatro anos, ilustra bem esse último ponto que faz da ascensão social não somente uma aspiração econômica mas, também, uma aspiração moral. Ele encontrou nas histórias pessoais dos seus pais poderosas referências para construir o significado de sua trajetória de mobilidade social. Seus pais, como ele conta, vieram ambos de contextos de poucos recursos econômicos e migraram do campo para a cidade em busca de melhores oportunidades de trabalho e renda. Ambos filhos de agricultores de subsistência, logo cedo, ainda no início da adolescência, interromperam os estudos para começar a trabalhar na roça e, segundo explica, também por falta de “estímulo” e da “*mentalidade dos avós*”. O psicólogo, aliás, confia um episódio muito marcante narrado por sua mãe; o avô de Anderson, por ocasião de notas baixas de um dos seus filhos, teria posto fogo nos livros escolares dos filhos, incluindo os da mãe do psicólogo, e dito ainda que pobre não tinha futuro estudando mas trabalhando no pesado.

Ecoando os relatos já citados e o senso de justiça e redenção a que se aludiu mais acima, a descrição de Anderson da vida dos pais confere destaque a uma certa experiência de classe, isto é, ao cotidiano de um trabalho mais subordinado, pesado e de baixa

remuneração e às restrições econômicas e pessoais que dele derivam. O psicólogo descreve seus pais como pessoas que, durante muito tempo, “*viveram trabalhando no que havia disponível para fazer e para ter dinheiro para criar os filhos. Uma vida de salário mínimo e esforço máximo, para resumir.*”

Enquanto o pai do psicólogo passou a maior parte da vida como operário em uma fábrica de sacos plásticos, sua mãe foi empregada doméstica e auxiliar de serviço gerais em escolas. No entanto, como prossegue Anderson, à despeito de todas as dificuldades, seus pais mantiveram vivo o desejo de estudar e de construir uma vida melhor. Após um hiato temporal, ambos, depois de adultos, retomaram os estudos e se estabeleceram profissionalmente em uma nova ocupação. “*Sou filho de uma empregada doméstica que se tornou professora e de um operário que se tornou proprietário de comércio*”, explica, com entusiasmo, Anderson sobre as trajetórias de seus pais.

A experiência de classe e o exemplo de mobilidade profissional e educacional dos pais ao longo do curso de vida - assim como as aspirações escolares inicialmente interrompidas destes - são, para o psicólogo, um elemento chave para a narrativa de justificação de sua trajetória social. Anderson vê sua própria ascensão social como a continuidade de um processo geracional de mobilidade iniciado pelos seus pais, que, por outro lado, em razão das circunstâncias, não lograram realizar todo seu potencial, o que, por sua vez, torna a sua mobilidade ascendente também uma maneira de reparar e fazer justiça a esse propósito:

*(...) Eles (pais) se empenharam para que eu fosse longe na vida, fizesse melhor do que eles. A importância da educação vem daí. Isso nunca saiu da cabeça e da boca dos meus pais. Reuniões da escola, e um deles estava lá, sempre. Eles sabiam os nomes de todos os meus professores. Impressionante, pode perguntar hoje que eles lembram de vários, do nome, da matéria, da série, do jeito de ser, lembram mais do que eu... A educação sempre foi uma prioridade absoluta para eles, porque acho que eles nunca jogaram fora o sonho de voltar para escola e terminar o que foi tão ríspidamente cortado deles. Eu ainda estava no ensino médio quando vi meus pais retomando os estudos; meu pai no supletivo e minha no curso de pedagogia. Eu realmente sou parte da história de superação deles, eu sentia que tinha alcançado por eles, chegar longe. Eu sou literalmente fruto das superações e realizações dos dois. A história deles está na minha essência e sempre me acompanhará. Anderson, 44 anos, psicólogo.*

Diferentemente da narrativa da conquista individual, entre esse estrato de interlocutores existe uma maior referência a outros agentes participantes e influentes das trajetórias pessoais de mobilidade social. Eles reconhecem, como contribuições vitais a suas trajetórias sociais de ascensão, as ações de um conjunto amplo de pessoas e também de instituições. Suas narrativas estão “povoadas” por outros personagens, espaços e ações

com os quais os atores consideram suas trajetórias entrelaçados e inseparáveis: irmãos mais velhos e membros da família extensa, as escolas e professores, as igrejas e religiões e, em menor grau, o Estado, governo e suas políticas públicas são citados na explicação subjetiva dos fatores determinantes da mobilidade social.

O professor Breno é um exemplo de uma narrativa de explicação da ascensão social organizada a partir do papel das políticas públicas em sua trajetória pessoal. Assim como os demais que constroem sua narrativa de ascensão social sob o signo da retribuição, Breno dá bastante atenção às memórias pessoais e às condições de vida de sua origem social. Filho de operário e de uma costureira, ele descreve, em detalhes, as carências e adversidades materiais de sua infância e adolescência. Compartilha episódios marcantes de sua vida pessoal, tais como quando teve de estudar durante meses, após a mesa da cozinha da casa de sua mãe quebrar, sobre uma tampa de isopor improvisada.

Como um símbolo de suas origens e desses tempos difíceis e de privações, Breno conta ainda que guarda, com zelo e carinho, muitos dos seus cadernos dos tempos mais difíceis de escola. Quando pergunto por que, ele diz: “*Eles me lembram de onde eu vim*”. E continua:

*(...) o dinheiro só dava para um caderno por ano. Erámos três crianças e meu pai tinha outra família. Ele passava muito mais tempo lá do que com nós. A prioridade era ter o que comer. Ponto final. Minha mãe dizia, cuide do seu caderno, porque você não terá outro. Minha letra até hoje é bem pequeninha porque eu aproveitava todo espaço, até a marcação da margem da folha. Breno, 37 anos, professor.*

Breno considera que seu destino e realidade sociais foram alterados graças às oportunidades que políticas públicas, como Bolsa Família<sup>141</sup>, Prouni<sup>142</sup> e Lei de Cotas<sup>143</sup>,

---

<sup>141</sup> O Programa Bolsa Família (PBF) foi um programa de transferência de renda, instituído pelo Governo Federal no início do primeiro mandato do governo Lula (2003-2009) pela Lei Federal n. 10.836 de 2004. O PBF consistia em um auxílio financeiro destinado à famílias em pobreza extrema e de baixa renda com gestantes, crianças ou adolescentes em sua composição. A frequência escolar de crianças e adolescentes e o devido acompanhamento de saúde e vacinação constituam as condicionalidades para o a manutenção do benefício.

<sup>142</sup> O Programa Universidade para Todos (Prouni) é um programa federal que consiste na concessão de bolsas de estudo integrais e parciais para cursar graduações em faculdades privadas. Ele foi instituído pela Lei n.º 11.096, de 13 de janeiro de 2005 durante o primeiro mandato do Governo Lula.

<sup>143</sup> A Lei de Cotas consiste na reserva de 50% das matrículas por curso nas universidades e institutos federais para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio na rede pública. Foi instituída pela Lei Federal nº 12.711/2012 durante o primeiro mandato presidencial de Dilma Rousseff e abrange ainda estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita e autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência.

lhe abriam. Para o professor, sem elas não seria possível, um estudante pobre, negro e de periferia como ele, estudar e alcançar uma profissão de ensino superior:

*Ninguém consegue nada sozinho. Se não fosse o Bolsa Família, eu teria largado a escola. O dinheiro para lápis, caderno, caneta, comprar algum livro em sebo, vinha tudo do Bolsa Família e alguma coisa que meu pai mandava muito de vez em quando. (...) Entrei na minha primeira faculdade com a bolsa do Prouni e depois, na segunda, com as cotas. Durante meses, minha escolha diária foi: pagar as cópias dos textos ou voltar de ônibus para casa. Assim, eu voltava andando, uns quatro, cinco quilômetros. Pude ter uma educação de qualidade porque passaram a existir oportunidades maiores para pessoas como eu. Hoje estou vivendo uma outra realidade muito melhor por causa das oportunidades que foram abertas para mim com esses programas.*

No lugar da tendência de atribuir as causas da ascensão social aos esforços, qualidades e projetos individuais, esses interlocutores estão mais inclinados a sustentar a influência positiva de outras pessoas, experiências e espaços em suas trajetórias de deslocamento social. Há um protagonismo compartilhado, por assim dizer, em que os esforços pessoais fazem parte, na verdade, de uma cadeia de outros esforços e ações interdependentes.

É o caso, também, do engenheiro Vitor que explica sua ascensão social com base nas práticas familiares de suporte mútuo e em eventos familiares marcantes, como o ingresso de suas irmãs na universidade e sua própria admissão na Escola Técnica Federal (atual IFRN). Vitor é o terceiro em uma família com quatro irmãos. Ainda adolescente, foi morar com as irmãs, que já estudavam e trabalhavam na capital potiguar, para melhor se preparar para o exame de admissão na então Escola Técnica Federal.

Seus pais, oriundos da região do Seridó norterio-grandense, apostaram em uma estratégia de mobilidade social baseada na imigração dos seus filhos para estudar na capital do Estado. A primeira a ir foi a filha mais velha que foi morar, inicialmente, na casa de um tio do lado paterno, o qual vivia já há alguns anos na cidade do Natal e gozava de uma boa estabilidade financeira. Com tempo, e com a chegada da outra irmã, conta Vitor, as duas passaram a viver em um pequeno apartamento alugado que era mantido com o dinheiro oriundo de bolsas, estágios e da ajuda financeira dos pais e outros membros da família. Essa situação perdurou por alguns anos até uma das irmãs se formar como professora de língua portuguesa e se casar com um corretor de imóveis, passando então a ser ela, em grande medida, a principal contribuidora para assegurar as condições de bem-estar e de estudo da irmã mais nova e do próprio Vitor que também passou a morar neste apartamento aos quinze anos de idade.

Para o engenheiro, sua ascensão social somente foi possível por essa rede de suporte econômico e educacional que a visão e empenho dos seus pais junto com a paixão pelos estudos e a iniciativa de suas irmãs conseguiram construir e manter. As condições favoráveis que moldaram seu deslocamento de classe derivam de um projeto exitoso de mobilização de recursos familiares para a mobilidade social e geográfica das filhas e filhos. Por causa da convergência de fatores familiares e escolares, Vitor se enxerga como alguém “privilegiado” para quem não faltaram “*boas condições, boas oportunidades e bons exemplos em casa*” que, para ele, funcionaram como um encorajamento contínuo e confiança para “*acreditar no próprio futuro*”.

Nesse sentido, se concebe sua ascensão social como um “*caminho difícil*”, este não foi, contudo, atravessado sozinho: “*Sem minha família e a escola técnica, meus professores, enfim, eu não seria quem sou e não teria alcançado o que alcancei. Se você entende isso não tem como esquecer suas origens*”.

Ao contrário da narrativa da conquista individual, a ação e o status individuais na forma de realização educacional, sucesso material e posição profissional são menos importantes como marcadores simbólicos e elementos normativos de justificação do merecimento e do significado da ascensão social. Esse ponto pode ser melhor percebido quando se analisa o significado da educação nas narrativas e seu valor relacional e diferencial nestas.

Para maior parte desse grupo de interlocutores, a educação constituiu, de fato, um valor e estratégia geracionalmente transmitidos para a ascensão social. Eles destacam como seus pais, através de regras rígidas sobre os horários, acompanhamento das atividades e notas, conversas cotidianas, investimento em escolas particulares e aulas complementares, deixavam claro que era preciso fazer da escola uma prioridade inegociável. Em suas narrativas, as escolas, os professores e a universidade gozam de enorme significado simbólico e prático enquanto fontes institucionais construtoras e motivadoras da mobilidade social, inclusive fornecendo suporte e conhecimentos não possíveis ou encontrados em suas pais e redes familiares. Nesse estrato em particular, a trajetória dos interlocutores Andressa, Anderson, Breno e Vitor são esclarecedoras desse modo de se relacionar com a educação enquanto um projeto familiar de ascensão social.

Por outro lado, para outros, a educação foi uma construção alternativa tardia, fortemente condicionada pelas pressões das urgências materiais na transição da juventude

para a vida adulta e tendo, principalmente, o sentido de uma aposta econômica para uma melhor inserção no mercado de trabalho e proteção contra as instabilidades deste. Ou, ainda, como o caso do empresário, dono de uma rede de oficinas de automóveis, João, para quem a educação não figura como importante em sua trajetória subjetiva, o que ilustra o argumento segundo o qual a narrativa da mobilidade social ascendente não é necessariamente dependente de significados notáveis e imprescindíveis atribuídos à educação<sup>144</sup>:

*Para ser sincero, eu não gostava de estudar, nunca morri de amores pela escola. Terminar a escola (o ensino médio) foi um alívio, aquela sensação de dever cumprido. Ufa, sobrevivi e já estava no lucro; fui mais longe do que os meus pais nos estudos. Tá bom, cumpri minha obrigação. Vários dos meus amigos não terminaram os estudos. Meu caminho foi trabalhar para mim mesmo, era por onde eu via e encontrei o jeito de ter uma vida melhor, de ajudar os meus pais. João, empresário, 43 anos.*

No entanto, à despeito dessas ressalvas, o ponto nodal que eu gostaria de reter neste aspecto do significado da educação nas trajetórias subjetivas, consiste no seguinte: a educação não é assumida meramente como um projeto individualizado de mobilidade social e realizador dos potenciais subjetivos do indivíduo enquanto tal. Ele desponta nas narrativas desse grupo de interlocutores com um forte significado relacional, isto é, como uma forma de trazer orgulho e ser exemplo e inspiração para outros significativos, principalmente à rede de parentesco mas também para aqueles que compartilham condições de existência semelhantes.

Quando perguntei sobre suas conquistas sociais e pessoais em sua vida, Carolina não citou bens, sucesso material, seu diploma e status profissional. Ela se reportou a uma lembrança e sentimento marcantes dos tempos de universidade. A enfermeira rememorou sua sensação de orgulho ao andar, vestida de branco e com os livros na bolsa à caminho ou voltando da universidade, pelas ruas do bairro onde nasceu e cresceu:

*Lembro da minha satisfação, orgulho mesmo, de pensar que as pessoas dali, pessoas de baixo como eu, podiam se inspirar e acreditar nelas para conquistar o que elas quisessem. Uma pessoa da vila dos*

---

<sup>144</sup> Ainda que tal ponto não seja devidamente analisado nessa tese, ele é importante para chamar a atenção para a naturalização com que, muitas vezes, principalmente nos discursos públicos, mobilidade social e educação são construídos como pares inseparáveis, como se somente esta fosse um caminho legítimo, uma fonte de sentido e motivação para a primeira. Entre os entrevistados e entrevistadas da pesquisa, não se pode afirmar que a educação escolar por si só e preponderantemente responde pelos conteúdos objetivos de construção de sentido e justificação das trajetórias subjetivas. Outras instâncias de socialização e da experiência subjetiva dos entrevistados e entrevistadas estão presentes em suas narrativas de ascensão social. Além da família, objeto principal aqui examinado, destaco as experiências e relações de trabalho e, em menor grau, a religião, ambas presentes como esferas de aprendizados práticos e morais relevantes na articulação das trajetórias subjetivas.

*pescadores chegou à universidade! Uma menina dali como outras tantas, que estudou na mesma escola que elas, que limpava peixe, que fazia o cabelo, estava ali, agora, com livros e aquelas roupas brancas, subindo e descendo as ruas para ir estudar na universidade. Carolina, enfermeira, 41 anos.*

Também a professora Diana, filha de agricultores, que, em sua narrativa pessoal, ressalta também a condição de analfabetismo e as dificuldades com os estudos de alguns membros de sua família, destaca a maneira pela qual sente-se percebida e valorizada pelos seus familiares, isto é, como uma “pessoa de sucesso”, “dedicada” e que foi “bem-sucedida” em seus objetivos. Ela diz:

*Como eu falei que, hoje na minha família tem eu e mais duas formadas na universidade pública, mas como eu fui a primeira eles (família) me veem uma pessoa que estava alcançando o sucesso “né?!” Assim não de forma financeira, porque eu acho que o professor merece ganhar bem mais, mas no sentido profissional, tipo você conseguiu o que você queria, conseguiu se formar e ser professora, eles me veem como uma pessoa dedicada e que atingiu o sucesso, pra mim, eu ainda não atingi, mas pra eles, sim, alcançou, se formou, participa de congressos, viaja, então eles veem como alguém saindo daquela realidade limitada da maioria da família. Diana, 37 anos, professora.*

## **6.2.Redes de entreaajuda, pertencimento e gênero**

Como se pode perceber, a construção de sentido da ascensão social desses interlocutores apresenta um forte senso da centralidade da família em suas trajetórias sociais. As atitudes e sentimentos que os interlocutores devotam a sua família e a maneira como situam sua própria autocompreensão e trajetória social na história e relacionalidade de suas famílias, proclamando uma conexão específica com essas últimas, são representativas de um outro tipo de narrativa de justificação da ascensão social e do merecimento. A narrativa sobre a ascensão social é organizada, aqui, a partir de compromissos morais de retribuição e responsabilidade vinculados às relações familiares e às redes de parentesco. Há, desse modo, a prevalência de uma lógica moral distinta da narrativa da conquista individual: ao invés da tríade meritocrática da responsabilidade individual, sucesso material e esforço pessoal, o valor do comprometimento, da relacionalidade e do pertencimento familiares.

Na explicação de suas trajetórias de ascensão social, os interlocutores atribuem uma enorme importância a sua família, de tal sorte que, para muitos, sua ascensão social é concebida como uma forma de retribuição ética para com o seu universo familiar. Em suas narrativas, eles transformam a ascensão social é uma forma de retribuir a dedicação e os esforços dispensados e, por vezes, até mesmo como símbolo e coroamento de uma

redenção coletiva, ou seja, de redimir os sacrifícios realizados e as injustiças e frustrações sofridas por gerações passadas, como vimos no caso de Carolina, Andressa e Anderson.

A centralidade da família e a responsabilidade de retribuir como princípios de justificação da mobilidade social ascendente entre esses interlocutores se devem, a meu ver, a dois fatores muito atuantes e salientes identificados na construção das trajetórias subjetivas dos atores: primeiro, as redes de ajuda recíproca e, segundo, as histórias familiares de lutas materiais, sacrifícios e busca por ascensão social de gerações anteriores. Ambas, reunidas, apontam para a importância dos relacionamentos cotidianos e familiares como locus crucial de preocupação moral e para a consideração, mais ou menos articulada pelos atores, de um pano de fundo de classe a partir do qual eles interpretam, justificam e negociam os significados de sua ascensão social.

Entre esses interlocutores, as práticas de entreajuda das famílias são mencionadas com recorrência e com grande peso em suas narrativas pessoais. Entre nossos trinta e seis interlocutores, vinte e nove deles afirmam participar e contribuir de algum modo e em algum grau com formas de suporte às suas famílias de origem. Eles enfatizam, com sentimentos de gratidão e certo senso de dívida social e moral, como as redes de parentesco de ajuda mútua atuaram em suas trajetórias pessoais. Diante das dificuldades de acessar recursos e serviços vitais, em uma sociedade secularmente desigual como a brasileira, as redes de suporte da família extensa são destacadas como fatores de contribuição efetiva para viabilizar a mobilidade social ascendente, a superação de dificuldades materiais e a ampliação de oportunidades educacionais e profissionais, como se viu nos casos dos interlocutores Carolina, Andressa e Vitor. As identidades para si e para o outro (DUBAR, 2005), entre esses interlocutores representativos da narrativa da retribuição, são fortemente dependentes e conectadas à sociabilidade relacional e à interdependência familiar que as redes de ajuda e as práticas de suporte condensam.

Dessa maneira, há uma tendência forte de valorizar a coesão, as práticas de suporte e o senso de cooperação e solidariedade das famílias. Perguntada sobre o que mais admira em sua família, a professora Diana responde o seguinte:

*Eu gosto da união, toda família tem problema, briga, não sei o quê, mas se um precisa todos vão lá ajudar e ninguém pensa no lado financeiro. Por exemplo, a minha avó, quando eu estava desempregada, vá lá eu pago pra você, assim e não esperava retorno, sabe? Do mesmo jeito minha tia e minha mãe são muito unidas, estou precisando de tanto pra isso, pra aquilo, vamos lá, vamos ajudar, então essa união sempre foi marcante pra mim, essa é a parte que eu mais gosto.* Diana, 35 anos, professora.

Por outro lado, tal não significa ausência de conflitos ou que a relação entre os que ascendem socialmente e suas famílias seja algo harmônico. Pelo contrário, os relatos dão conta que o relacionamento com a rede familiar é uma das áreas mais sensíveis, conturbadas e difíceis, exigindo dos interlocutores um trabalho afetivo, reflexivo e moral considerável para gerir e equilibrar relações, expectativas e obrigações, que podem ser concorrentes, antagônicas e emocionalmente e moralmente bastante estressantes e desconfortáveis, como se viu na análise da experiência de mal-estar com a mobilidade social. De todo modo, apesar dos vínculos familiares serem sobrecarregados de expectativas e demandas éticas, bastante suscetíveis a eclosão de tensões e conflitos, os nossos interlocutores encontram na participação nas redes de solidariedade familiar a expressão por excelência do pertencimento e da valorização da capacidade de cuidado e atenção às necessidades e situação dos outros.

Nossos interlocutores sublinham seu engajamento ativo em ações de retribuição e reconhecimento da centralidade das obrigações e necessidades da rede familiar já nos inícios de suas trajetórias de ascensão social. Suas primeiras inserções profissionais no mercado de trabalho, algumas delas, inclusive, anteriores à entrada no ensino superior, já são acompanhadas de retornos materiais e atos de cooperação. Ou seja, os compromissos de retribuição não esperam, necessariamente, a consolidação e estabilização de uma nova posição e status socioeconômico mais segura e vantajosa.

Com o salário de seus primeiros empregos, como assistente administrativa em um banco e digitadora em um laboratório de análises clínicas, a hoje professora, Diana, conta que, ainda no ensino médio e início da faculdade: *“Ajudava em casa e cobria ainda as minhas despesas com a minha preparação acadêmica e profissional, pra não ficar pesado em casa “né”!? Paguei alguns cursinhos para mim, e pra não ter que pesar em casa, pagava a escola da minha irmã...”*

A importância das redes de entreajuda e dos compromissos de apoio e cuidado persistem no presente como uma prática rotineira e consolidada, ainda que negociada e com focos de tensão, como destacado. Não se trata de algo apenas circunscrito ao passado na medida em que a maioria desses interlocutores participa de redes de ajuda mútua e mantêm prestações ocasionais ou contínuas de suporte aos seus familiares, principalmente aos mais vulneráveis, jovens e idosos.

Conforme os relatos, é possível identificar uma variedade de formas de auxílio e suporte às famílias e às redes de parentesco. Além das práticas de natureza mais econômica, como empréstimos financeiros e do cartão de crédito, remessas mensais de complemento doméstico, pagamentos de planos de saúde, mensalidades escolares e cursos, os conhecimentos profissionais e o capital social dos socialmente ascendentes são também disponibilizados para auxiliar os membros de suas famílias em demandas cuja resolução possui um caráter especializado. As visitas frequentes e convites para encontros e celebrações de reunião da família extensa também são uma outra modalidade de retribuição bastante lembrada por esses interlocutores.

Perguntada a respeito de como se ver economicamente e os usos que costuma fazer de seus rendimentos, a advogada Ingrid resumiu:

*Olha, eu tenho uma boa condição financeira. Realmente, me sinto bem recompensada pelo meu trabalho. Mas quem vem de baixo, de família humilde, salário bom vira redistribuição de renda. Não tem jeito e acho justo que seja assim. Quem está em uma melhor condição ajuda o outro que precisa. Um dia eu precisei e contei com a minha família. Hoje, é a minha vez, eu tento fazer o mesmo, de coração, para eles.*  
Ingrid, advogada, 38 anos.

Esta norma compartilhada de comprometimento com a família, tão cara à narrativa da ascensão social como retribuição, é informada por classe social; por preocupações com as condições materiais e com as aspirações de deslocamento social. Assegurar o bem-estar e as necessidades básicas dos familiares e aumentar as oportunidades de mobilidade social ascendente dos integrantes mais novos, isto é, “fazer a família seguir em frente”, predominam como as principais motivações sustentadas da participação e contribuição dos interlocutores nas redes familiares de entreatajuda. Contudo, este ingrediente de classe não é algo somente direcionado à situação e status do outro mas, também, alguma coisa que implica e envolve os próprios socialmente móveis e suas transações subjetivas e objetivas de construção identitária (DUBAR, 2005).

De um modo geral, as relações familiares são marcadas por profundas expectativas de obrigação moral das quais o status e a posição dos indivíduos nessas relações, assim como o próprio significado e natureza destas, dependem consideravelmente. Dado o papel das redes familiares de solidariedade, ascender socialmente significa assumir um compromisso ainda mais forte de retribuir o suporte material e afetivo recebido e, assim, fortalecer os laços e as práticas de apoio e cooperação das redes de parentesco. No seio das configurações relacionais das famílias populares

(FONSECA, 2004; SARTI, 2005), o êxito material pessoal, “subir na vida”, sinaliza não apenas a ascensão socioeconômica do indivíduo e sua autonomia em relação às urgências materiais mais imediatas. Significa assumir um novo lugar e status em matéria de poder, estima, respeitabilidade e responsabilidade junto à rede de parentesco. Por um lado, as expectativas e requisições de solidariedade e cooperação tendem a aumentar e, com isso, por outro, também podem aumentar as chances e as situações de tensionamento, de “quebra moral” e “momentos éticos” (ZIGON, 2007; 2008) que precisam ser negociados e geridos pelos atores em seus relacionamentos, como discutimos anteriormente.

Ao que parece, portanto, uma interessante transação é estabelecida entre aqueles que ascenderam socialmente e seus familiares. Uma transação que envolve tanto a negociação de expectativas, reivindicações e ideias sobre obrigações morais, responsabilidade, pertencimento e merecimento quanto a manutenção de um sentimento de identificação com o ambiente relacional de origem e de bem-estar consigo mesmo.

Nessa transação, a parentela ganha com o fortalecimento das próprias redes de ajuda via uma maior alocação de recursos objetivos e subjetivos, materiais e imateriais, oriundos da ascensão social de um dos seus membros - o que, por conseguinte, tende a melhorar as condições de coesão, bem-estar material e as oportunidades de mobilidade dos envolvidos. Ao passo que, os indivíduos que ascenderam socialmente, com seu engajamento, desfrutam de benefícios subjetivos relacionados à construção identitária do pertencimento e ao seu bem-estar pessoal.

Manter-se engajado na sociabilidade relacional das obrigações familiares constitui uma maneira dos atores socialmente ascendentes se enxergarem - e serem enxergados - como ainda fazendo parte de seu mundo de origem, isto é, de tê-lo como um espaço de referência e de sentirem-se como aceitos e respeitados pelos familiares e amigos de seu ambiente social original. E, desse modo, assegurar em relação a sua condição presente, a despeito de todas as mudanças e desafios do deslocamento social, um estado ou sensação de “segurança ontológica” (GIDDENS, 2003), ou seja, de que seu mundo é ainda um ambiente relacional seguro, previsível, inteligível e confiável.

Para aqueles que ascendem socialmente, as obrigações familiares de mobilizar e investir recursos e de prestar apoio constante ou em situações emergenciais temporárias funcionam como um arranjo prático para significar e negociar uma série de mudanças e desafios significativos que a conquista de um status de classe percebido como “superior”

coloca para os atores em seus relacionamentos familiares. Nos relatos compartilhados sobre as relações familiares entre nossos interlocutores, muitos recebiam serem julgados como “pessoas que mudaram seu caráter” e que, em virtude do status socioeconômico mais elevado que lograram, passaram a rejeitar ou se tornar mais distantes e alheios aos demais familiares e a sua origem.

Reforçar a participação nessas práticas de entreaajuda significa reforçar laços que produzem valor e legitimidade quanto às reivindicações de pertencimento à identidades familiares e de classe com as quais os atores sentem e desejam manter-se ligados e identificados em alguma medida. Assim, eles podem afastar percepções de “superioridade” e julgamentos de negação e “traição” de suas raízes e obter aprovação e validar expectativas e autorepresentações morais de si como a do “bom filho/filha”, da “humildade”, de ser “alguém que permanece como um de nós”. Ou seja, a valorização e engajamento nos compromissos da relacionalidade não se trata simplesmente de um fazer e contribuir para um outro significativo, ou pelo menos não se esgota nisso. É um trabalho relacional de sustentação, reparação e renovação de um mundo compartilhado de significados, histórias, relações e pertencimento. Nesse sentido, através do engajamento pessoal nessas redes e práticas é todo um mundo moral particular, isto é, um conjunto de suposições, expectativas, sentidos e avaliações normativas específicas sobre como viver, agir e ser (SAYER, 2005), que se sustenta em sua coerência e se mantêm significativo para os próprios atores.

No entanto, há nessa transação um componente de gênero relevante. Aliás, de um modo geral, gênero constitui um aspecto importante da narrativa da ascensão social como retribuição como todo. A própria noção de “retribuição” pressupõe uma certa disposição de valorização e prática de cuidado para com os outros, uma propensão que é, em grande medida, culturalmente organizada e produzida por relações de gênero e poder que a tornam uma perspectiva mais orientada e exigida às mulheres do que aos homens em nossa sociedade (GILLIGAN, 1993). Como se pode notar em vários dos relatos pessoais transcritos, eles deixam entrever, com facilidade, a importância das mulheres nas trajetórias subjetivas dos atores e em seus discursos de justificação da mobilidade social como retribuição. São elas, na condição de avós, mães, tias, irmãs, professoras, que, muitas vezes, são referidas como os exemplos de inspiração e superação, assim como as articuladoras e sustentadoras das redes de entreaajuda.

Dentre os vinte e quatro interlocutores que afirmam participar, de algum modo e em algum nível, das redes familiares de ajuda mútua, a maioria é de mulheres, conforme ilustra a tabela abaixo. Inclusive, cumpre sublinhar, somente três mulheres, entre todas as participantes da pesquisa, afirmaram não participar de redes familiares de suporte ao passo que esse mesmo número, entre os homens, é de nove.

**Tabela 9 – Distribuição da participação em redes familiares por gênero**

	%	N.
Homens	4,6%	10
Mulheres	58,3%	14
Total	100%	24

Fonte: Elaboração própria

As mudanças que a ascensão social de um dos membros da rede familiar geram na distribuição e expectativas das obrigações familiares não são idênticas e uniformes. Elas respondem, em suas diferenças de intensidade, cobrança e envolvimento, pelo gênero dos membros. São, de um modo geral, sobre as mulheres socialmente ascendentes que essas expectativas de entreaajuda tendem, entre os entrevistados e entrevistadas desta pesquisa, a pressionar e pesar mais. A associação estreita e naturalizada entre a capacidade de cuidar e mulheres condensa, portanto, uma sobrecarga objetiva e subjetiva sobre as mulheres em relação às obrigações de cooperação nas redes de ajuda das famílias. Isso traz, por óbvio, consequências na vida relacional e econômica das mulheres socialmente ascendentes e exigem delas, com efeito, um trabalho de racionalização de seus recursos materiais e de negociação da proximidade e da distância com seus universos sociais de origem e destino muito mais acurado e delicado do que o demandado para os homens.

Por outro lado, o maior engajamento nas redes familiares de solidariedade e outras práticas de cultivo e reprodução dos laços familiares por parte das mulheres socialmente móveis sugere, entre os nossos interlocutores, que elas estão mais protegidas dos efeitos de distanciamento e isolamento que o deslocamento de classe pode ocasionar. Uma vez que, entre os nossos interlocutores, são os homens os que mais apontam o isolamento e

distanciamento de suas famílias como um dos efeitos de suas trajetórias de ascensão social.

O papel ativo, social e simbolicamente, das mulheres nas narrativas de justificação da ascensão social examinadas neste capítulo indica que as normas de gênero moldam diferentes dimensões da mobilidade social e de sua experiência, assim como distintos momentos de suas trajetórias sociais. Ou seja, o espectro de sua influência e ação, como fator relevante, ultrapassa a questão da disparidade de oportunidades, das chances desiguais e tipos de tendência de mobilidade social entre homens e mulheres. Central também parece ser a atuação das mulheres no trabalho simbólico de construção e transmissão das identidades e aspirações de classe e mobilidade social. Nos relatos pessoais, são as mulheres que mais aparecem como os agentes diretamente envolvidos na transmissão desta modalidade de significado e de repertório para interpretar e justificar as trajetórias sociais e seu merecimento que irei discutir a seguir, qual seja: as histórias transgeracionais de luta por dignidade, sacrifícios e ascensão social das famílias.

### **6.3. Histórias de família, classe e temporalidade**

A construção de sentido sobre a mobilidade social, pelos atores representativos da narrativa do *ethos* da retribuição, vincula-se visceralmente a um discurso de significado moral direcionado às origens, sobretudo, à história e aos laços familiares e, também, em menor grau, ao pertencimento de classe. A relação com as origens é delineada nessas narrativas pelos atores como uma verdadeira fonte de motivação, explicação e justificação de suas trajetórias e conquistas sociais.

Os interlocutores possuem uma consciência aguda dos esforços e sacrifícios dos pais e outros parentes no que diz respeito a tornar possível seus próprios movimentos de deslocamento social. Afirmam ser, com efeito, motivados pelas trajetórias de dificuldades e superações pela qual familiares seus tiveram de passar para que eles pudessem concretizar seus projetos de ascensão social. Dessa maneira, a ascensão social de um indivíduo só faz sentido quando entendida como fruto, em grande medida, de um trabalho multigeracional cumulativo de lutas, aspirações, envolvimentos, renúncias e estratégias coletivas levadas a cabo por várias pessoas conectadas umas às outras por laços sociais, afetivos e simbólicos de interdependência, principalmente aqueles de ordem familiar.

Como a família é também uma realidade instituída e internalizada pela linguagem (SARTI, 2004), as histórias contadas e transmitidas sobre ela são relevantes para constituir o universo de relações plurais de interdependência - de parentesco, econômicas, morais, afetivas, - e as éticas familiares particulares que a caracterizam. Elas fornecem, com efeito, um pano de fundo histórico, e que é também afetivo e moral, a partir do qual os atores situam, ancoram e explicam suas histórias pessoais construindo, assim, uma compreensão de si mesmos e de suas vidas. Nas narrativas de ascensão social discutidas aqui, as histórias familiares são tomadas pelos atores como uma trama causal, isto é, como uma configuração de sentido que conecta temporalmente eventos, ações e significados em uma casualidade explicativa e judicativa (SOMERS, 1997), no caso a própria trajetória de ascensão social do indivíduo.

Para os atores, as histórias familiares são verdadeiras e poderosas fontes de significados. Elas permitem a construção de narrativas ontológicas que, dedicadas a significar quem somos e nossa história pessoal, só podem existir, contudo, interpessoalmente e explorando o nosso universo relacional, nossas interações sociais e estruturais ao longo do tempo (SOMERS; GIBSON, 1994, p. 61).

As histórias familiares constituem, assim, uma forma cultural de transmitir e de fazer circular, inter e intrageracionalmente, bens e recursos simbólicos relevantes para a ação de construção de significado dos atores. Através delas, circulam afetos, valores, identidades e compromissos que motivam e orientam os atores em suas concepções e disposições para a mobilidade social ascendente em condições sociais adversas. Na prática, como um repertório cultural que fornece ferramentas discursivas para interpretar à realidade (LAMONT et al, 2016, p. 21), as histórias familiares funcionam, portanto, como o quadro moral linguisticamente mediado (TAYLOR, 2011) a partir do qual os atores elaboram um discurso de justificação moral (BOLTANSKI; THEVENOT, 2006) de suas trajetórias sociais e, assim, reivindicam legitimidade, merecimento e dignidade éticas para suas identidades e realizações pessoais e familiares.

Desse modo, há nelas um tipo de transmissão intrafamiliar que não é, em absoluto, a dos capitais econômico, cultural e social (BOURDIEU, 2006). No caso dos interlocutores representativos da narrativa da ascensão social como retribuição, é a transmissão de uma herança simbólica e moral, derivada da experiência social e do passado de suas famílias. Mais concretamente, essa herança é, como se viu nos trechos

citados, formada pela articulação e afirmação moral de uma identidade narrativa multigeracional de memórias e de histórias de exemplos, sofrimentos e sacrifícios pessoais de parentes e outros significativos em sua luta por sobrevivência, manutenção da solidariedade familiar e por ascensão social.

Carolina, Andressa, Anderson, Vitor e Ingrid se veem como herdeiros de um legado de esforços, exemplos e sacrifícios que é entendido como parte essencial de suas identidades, dos rumos de seus destinos socialmente ascendentes e diante do qual eles e elas sentem-se no dever de honrar e retribuir. Suas narrativas pessoais estão carregadas não só de um sentimento de orgulho do sofrimento e de admiração das virtudes morais de suas famílias mas de um sentido coletivo de propósito. São histórias familiares de classe que, com ares de uma teodiceia secular dos dominados, incitam e transmitem a ideia e a sensação de um destino e providência compartilhados.

Nesse sentido, a ascensão social é experimentada como uma missão socialmente reconhecida e imbuída de sentidos e propósitos morais que atravessam gerações. De certo modo, eles se veem como herdeiros também de uma promessa a qual cabem realizar, que é a própria ascensão social que seus familiares, por forças das circunstâncias, não alcançaram. As histórias familiares que embalam suas narrativas pessoais como uma fonte de justificação e de sentido de suas trajetórias transformam, com efeito, a experiência de mobilidade social em uma aspiração moral, movida pelo dever e propósito de retribuir a dedicação e os sacrifícios para oferecer não somente uma vida material melhor, segura e estável, mas, de certa maneira, redimir esperanças frustradas e injustiças sofridas por outras gerações ou outros significativos de suas famílias.

Dessa maneira, as histórias familiares de luta e sacrifícios comuns funcionam como uma maneira de transmitir motivação e impulsionar os atores à mobilidade social. Além do senso de missão coletiva do qual se veem imbuídos com sua ascensão social, elas criam, no que diz respeito à relação subjetiva dos atores com sua origem e trajetória de classe e de suas famílias, um elevado sentimento de dignidade ética e de autojustificação.

Sob a lógica moral da retribuição, as trajetórias pessoais de ascensão social convertem-se, nesse sentido, em uma expressão de éticas e identidades familiares: princípios e valores fortes herdados da história e relacionalidade familiar são afirmados e compreendidos pelos atores como preservados e celebrados através de suas próprias

realizações de mobilidade social ascendente. Conceitos moralmente densos (ABEND, 2008) e significativos em contextos de classes populares, como lealdade, honestidade, humildade, respeito, ser generoso, trabalhador, persistente e verdadeiro (DUARTE, 1986; SARTI, 1994; LAMONT, 2000; SOUZA, 2012), ganham corpo e vida nas ações, compromissos e identidades dos atores justamente por meio dessas narrativas multigeracionais que transmitem e exaltam o passado de esforços, renúncias e sofrimentos pessoais de familiares.

A ascensão social torna-se, com efeito, uma maneira de prestar homenagem à história e à abnegação dos outros significativos que compõem sua famílias de origem e redes de parentesco. A advogada Ingrid ancora sua compreensão subjetiva com respeito a sua ascensão social em um quadro temporalmente estendido, anterior ao seu passado pessoal e biográfico. As histórias de migração, trabalho e luta por autonomia das tias e tios, nordestinos que foram, em suas juventudes, para a cidade de São Paulo em busca de melhores oportunidades de emprego, formam um quadro de significado maior dentro qual Ingrid procura embutir sua própria narrativa de ascensão social, vinculando esta última, portanto, a uma identidade familiar e de classe construída pelo empenho, sofrimento, dignidade e trabalho das gerações precedentes.

Para Ingrid, sua ascensão social é inseparável da trajetória coletiva de mobilidade social na qual diversos membros de sua família, particularmente os de ascendência materna, se lançaram, com diferentes resultados, antes dela. A advogada inscreve sua ascensão social no espírito de determinação de “ir à luta” de sua família para melhorar de vida:

*Eu venho de uma família de homens e mulheres batalhadores. A coragem para ir à luta está no sangue. Os meus tios e tias, vários deles, um atrás do outro, foram jovens viver e trabalhar em São Paulo; na minha família tem motoboy, empregada doméstica, doceira, enfermeiro, caminhoneiro. Uns ficaram por lá, casaram, outros voltaram. Não são ricos, é claro, mas conseguiram construir uma vida digna com muita esforço e coragem. Final do ano, lá em casa, estavam lá eles todos, com presentes, histórias engraçadas, contando sobre as dificuldades em São Paulo (...) eu cresci nesse ambiente com o exemplo de ser trabalhadora, determinada, de correr atrás mesmo. Ingrid, advogada, 38 anos.*

A evocação à história da família, das experiências de alguns parentes das redes extensas, é sugestiva de como o reconhecimento das contribuições extraindividuais para moldar objetiva e subjetivamente as trajetórias pessoais de mobilidade ascendente e os sentidos de justificação mobilizados se estendem no tempo, em direção ao passado e à experiência social das gerações anteriores. Ou seja, não se limitam às lembranças e

contextos das próprias infâncias e juventude dos atores em seus ambientes familiares domésticos. Como se pode observar no exemplo do psicólogo Anderson, as histórias de vida dos seus pais, de antes de seu nascimento, em especial a frustração das expectativas escolares destes, são integradas à narrativa de justificação do primeiro a propósito das razões subjetivas de sua mobilidade social.

A narrativa da ascensão social como retribuição efetua uma articulação entre diferentes orientações e ordens temporais (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998). Ela permite aos atores estabelecer continuidades, intersecções e sentidos entre passado, presente e futuro através do recurso às histórias familiares que eles mobilizam para explicar e justificar suas trajetórias pessoais de mobilidade ascendente. A experiência de mobilidade social é, então, conectada a um passado, a uma herança simbólica comum e transgeracional de experiências, exemplos, pessoas e eventos, que, no entanto, se desdobra e se prolonga ativamente no tempo na forma de ações, motivação, significado e pertencimento. O passado como uma força viva no presente capaz de motivar, engajar, efetivar e justificar a ação dos atores em relação à construção de suas identidades, pertencimentos e dos vínculos e significados de suas histórias pessoais de ascensão social, assim como uma força pertinente que ajuda a moldar o horizonte de projeção e imaginação de possibilidades futuras através do senso de responsabilidade dos atores com o futuro dos outros e dos compromissos de retribuição e exemplos de inspiração para as gerações atuais e seguintes.

Os elos entre essas diferentes temporalidades e orientações temporais na narrativa são atados pelo próprio sentido moral da ascensão social como uma forma de retribuição e de missão coletiva socialmente reconhecida. As histórias familiares relacionam, em uma mesma narrativa, tempo, classe e moralidade:

*Vejo minha família como cada um subindo um degrau por vez. Meus pais, tios e tias fizeram o melhor deles para ir mais longe do que meus avós. Eles queriam o mesmo de mim, que eu fizesse melhor, subisse mais um degrau. Todos eles foram grandes exemplos de vida para mim. Da minha parte, eu espero ser igual para os meus filhos e meus netos. Quero que um dia, no futuro, eles possam olhar para trás e pensar: “minha mãe, minha vó, conseguiu, eu vou conseguir também!”. Ingrid, advogada, 38 anos.*

As histórias familiares, mobilizadas para explicar as trajetórias pessoais e justificar a ascensão social, mostram como os atores usam o passado social de suas famílias para construir sentidos, justificativas e motivações morais que ordenam e significam uma certa experiência do tempo. A partir delas, eles elaboram o passado,

avaliam o presente e imaginam o futuro conforme um projeto transgeracional compartilhado. Para eles, as histórias de suas redes de parentesco situam, capacitam e orientam suas próprias trajetórias de mobilidade social no tempo. Assim, por meio delas, os atores constroem conexões afetivas e morais de um pertencimento através do tempo. Em resumo, os atores interpretam e justificam sua ascensão social pessoal através de um significado temporal-moral incorporado ao longo de sua relacionalidade familiar, das histórias familiares transmitidas e das práticas de *entreaajuda* vividas.

Dessa maneira, sua experiência de mobilidade social e seus *selves* são vinculadas com identidades familiares - e também, de maneira interrelacionada, ora tácita ora mais direta, com outras formas de identificação social, como classe, raça e gênero. O uso das histórias familiares, portanto, serve para os atores alinharem suas trajetórias pessoais, suas identidades para si (DUBAR, 2005) e suas aspirações de mobilidade e classe, produzindo vínculos e significado no tempo, com histórias, memórias e ações de outros significativos aos quais eles sentem-se ligados afetiva e moralmente.

As condições objetivas de existência das famílias, sua memória, experiência prática e, sobretudo, a narrativa produzida sobre elas, tornam-se, para os atores em trajetórias de ascensão social, um quadro de referência não somente para o que é possível, provável e desejável (BOURDIEU, 2013a) mas também para construir justificativas e reivindicar valor e legitimidade à sua própria história de vida e trajetória social. As histórias familiares de luta e sacrifícios em busca de ascensão social constituem uma atividade moral cotidiana.

Além de explicativa, essa operação de conexão temporal realizada pelos atores, ligando intimamente os sentidos de suas trajetórias pessoais à histórias de lutas, sacrifícios e superações familiares passadas, reveste e dota os interlocutores de um sentimento de merecimento ético, pois, a ascensão social destes torna-se a expressão de uma história comum e multigeracional de esforços, restrições e superações de várias outras pessoas. Como já dito, para alguns interlocutores, a mudança social em sua vida é significada até mesmo como uma forma de redenção dos sofrimentos, frustrações e injustiças vividos pelos membros passados e presentes de suas famílias.

Nesse sentido, ao apoiar suas narrativas de ascensão social no passado social de suas famílias, isto é, nas lutas socioeconômicas e experiências de classe oralmente transmitidas ou vivenciadas por seus familiares, esses interlocutores estão articulando

para si também uma fonte dinâmica de recursos culturais, cognitivos, afetivos e morais. Pode-se dizer, com efeito, um capital familiar (SOUZA, 2010, p. 59) pertinente e estratégico para a mobilidade social. As histórias multigeracionais de adversidades, superação e sacrifícios como uma prática moral cotidiana fazem parte de uma estratégia de socialização para transmitir e reforçar nos indivíduos disposições de ação e de sentimento para a mobilidade social e sua continuidade ou manutenção no espaço social, especialmente em frações mais estáveis e ascendentes das classes populares e que desfrutam de profícuos e amplos sistemas de ajuda mútua.

Para as famílias de classes populares, isto é, cujas condições, expectativas e estilos de vida são, em larga medida, condicionadas e marcadas por um status profissional e social subalterno, poucos recursos econômicos, um distanciamento relativo do capital cultural e uma tendência à reprodução social e geracional dessas condições (COLLOVALD; SCHWARTZ, 2006), as histórias familiares promovem uma abertura do horizonte de possibilidades. Elas representam uma fonte simbólica poderosa para imaginar uma vida melhor e para enfrentar, com motivação e defesa de uma autoimagem valorizadora, os constrangimentos e violências de uma condição social de dominação. Nessas condições, não raro, a mobilidade social reveste-se de sentidos afirmativos de busca por respeito, integridade e dignidade, sendo reclamada como uma estratégia pessoal ou familiar de defesa e afirmação do valor moral pessoal e do grupo contra um histórico de experiências de violências, privações e sentimentos de inferiorização e desvalorização, em larga medida, baseado em classe.

Compreendidas como vitais para a construção das identidades dos atores e para projetos familiares e individuais de mobilidade social, as histórias familiares sugerem uma forma interna às classes populares de produção, transmissão e circulação de recursos de ação, motivação e justificação para a mobilidade social. Nesse sentido, suas narrativas pessoais contrariam visões que estigmatizam e condenam as famílias populares como configurações relacionais cujos estímulos e condições para realização da ascensão social de seus membros seriam fatalmente incipientes, precários ou mesmo adversos, restando, assim, como única solução e alternativa a influência e a correção pela ação de contextos externos e secundários, como a educação formal e a religião.

Outro ponto a ressaltar consiste no fato de que as narrativas pessoais desses interlocutores, calcadas na lógica moral da retribuição, evidenciam estratégias de

justificação do merecimento da ascensão social que não apelam à sociodiceia do mérito individual, ou, como chama Bourdieu a justificação teórica dos dominantes com respeito a sua “boa fortuna” em nossa época<sup>145</sup>, ao “racismo da inteligência” e à “filosofia da competência” (BOURDIEU, 1983b; 1998b, p. 58-9).

Em vez da primazia do mérito individual como quadro valorativo, as narrativas pessoais da ascensão como retribuição destacam, na verdade, o valor de suas raízes e experiências de classe de caráter popular<sup>146</sup> enquanto um recurso de legitimação e de capacitação de sua ascensão social. A origem de classe ou popular é empregada, assim, com um significado positivo. Explicitamente, para alguns dos interlocutores, o fato de terem alcançado um outro status social e econômico de vida, em uma sociedade com tantas desigualdades, torna por si só suas realizações mais legítimas e seus esforços e talentos mais dignos e merecedores em comparação com aqueles que já nasceram em ambientes de classe média e contaram, ao longo da existência, com maiores e melhores oportunidades e recursos. Distante de um discurso fatalista baseado em uma compreensão deficitária de classe, algo que ainda costuma informar certas análises e pesquisas sociológicas, as origens de classe, portanto, são tomadas como um critério de legitimação de realizações pessoais e de hierarquização da legitimidade e do valor do merecimento delas.

Um segundo aspecto pelo qual a classe social é efetivada como uma recurso de valorização reside em seu caráter pedagógico e formativo. A origem de classe popular, através das experiências e condições típicas que a caracterizariam, é entendida como responsável por determinados aprendizados, atitudes e qualidades particulares que ajudaram os atores a garantir um futuro diferente e um modo de ser persistente, autoconfiante, íntegro e apto a lidar com dificuldades objetivas e privações. Nesse

---

<sup>145</sup> Para Bourdieu (1983b;1998b), nas sociedades avançadas e diferenciadas, a legitimação da ordem social e do merecimento dos indivíduos, quer dizer, de sua boa fortuna ou infortúnio na existência social, se desloca da racionalização religiosa para uma racionalização dos resultados e do desempenho diferencial dos indivíduos em esferas intramundanas da ação social, como a educação escolar, o mercado de trabalho e o Estado. Nesse sentido, os títulos escolares, o capital cultural institucionalizado, as posições ocupacionais e as credenciais profissionais e institucionais dos indivíduos são consagrados como os princípios estabelecidos e transversais de hierarquização e de justificação das desigualdades, isto é, das vantagens e privilégios dos dominantes e das desvantagens e privações dos dominados.

<sup>146</sup> Experiências e origens de classe não são necessariamente articuladas de maneira explícita nos relatos. Embora em alguns casos os interlocutores usem, de fato, o termo “classe”. No entanto, o mais comum foi um uso em que esta noção surgia através de variações metonímicas: “pobres”, “trabalhadores”, “pessoas humildes”, “baixa renda”, “do povo, de baixo”. Sobre a relutância contemporânea da atribuição subjetiva da noção de classe ver: SAVAGE, Mike, BAGNALL, Gaynor and LONGHURST, Brian. Ordinary, ambivalent and defensive: class identities in the Northwest of England. *Sociology*, n. 35, pp. 875-892, 2001.

sentido, do ponto de vista dos interlocutores, a classe lhes confeririam uma vantagem moral e prática em relação àqueles sem essa raiz e vivência no mundo popular. Por exemplo, o psicólogo Anderson comenta, orgulhosamente, suas habilidades como agricultor e como alguém que, ao contrário de muitos de seus colegas de profissão, saberia viver e se “virar” com seus conhecimentos manuais: “(...) *se tudo der errado, eu sei trabalhar duro, não tenho problema de ir para roça, plantar. Eu fui pobre por bem mais tempo*”.

Assim como a disposição ao trabalho duro e à capacidade de suportar e se adaptar à mudanças nas condições materiais, os interlocutores associam outras virtudes de caráter e conceitos moralmente densos (ABEND, 2008) às suas origens de classe e história familiar; espírito de persistência, o senso de responsabilidade, a cumplicidade com os familiares mais vulneráveis, o realismo, a maturidade, a argúcia para lidar com desvantagens e imprevistos, saber viver com pouco.

Percebida e valorizada pela lente das trajetórias e exemplos familiares, a narrativa da retribuição transforma a origem de classe em fonte moral de motivação, autoestima, resiliência e propósito para “seguir em frente”, “suportar” e “vencer na vida” contra as restrições e disparidades estruturais no campo social e cultural de classe. A narrativa da ascensão social como retribuição é representativa do trabalho de engajamento reflexivo e de autoanálise dos interlocutores em enraizar relacional e moralmente suas trajetórias pessoais e seus *selves* em histórias coletivas e multigeracionais de esforços e sacrifícios comuns. Algo que parece lhes dar uma maneira de atenuar, enfrentar e superar as inclinações à resignação e à auto restrição da agência, disposições comumente relatadas pela literatura sociológica como marcante entre indivíduos de classes populares por conta dos efeitos subjetivos dos constrangimentos materiais e simbólicos de classe (BOURDIEU, 1997).

Desse modo, motivados por uma narrativa transgeracional de lutas materiais, sacrifícios e busca por ascensão social, as desvantagens materiais e de oportunidades da situação de classe de origem foram interpretadas, conforme relatado nas entrevistas, como enfrentadas e ressignificadas à luz da valorização das identidades de família e de classe e do significado e valor moral atribuído a estas. Como escrevem Emirbayer e Mische (1998, p. 1009), ao “sujeitar suas próprias orientações agênticas à recomposição imaginativa e

juízo crítico, os atores podem se libertar dos padrões passados de interação e reformular seus relacionamentos com as restrições existentes”.

Portanto, no que diz respeito à experiência de mobilidade social, as identidades familiares construídas e afirmadas através uma narrativa multigeracional de esforços, esperanças e sacrifícios comuns, além de auxiliar na construção simbólica das trajetórias subjetivas dos atores e dos sentidos de justificação do merecimento, constituem uma importante fonte de produção de autoestima, autoconfiança, senso de propósito. Em uma sociedade desigual e marcada por relações institucionalizadas de subcidadania e padrões de não-reconhecimento dirigidas contra as classes populares (SOUZA, 2003), essa é uma fonte de valor e resistência vital para lidar e contrapor as práticas e os efeitos da violência simbólica de inferiorização do valor e do status moral, cognitivo e social.

Em resumo, a narrativa da ascensão social como retribuição, lastreada nas experiências incorporadas das redes de parentesco de entajuda e nas histórias familiares multigeracionais de luta por ascensão social e dignidade como repertório cultural (LAMONT; THEVENOT, 2000), ajuda estabelecer um senso de justificação que abrange tanto o indivíduo ascendente e o seu valor pessoal quanto um conjunto mais amplo de pessoas a este vinculado por laços de parentesco e simbólicos. A retribuição, como princípio de justificação e de produção de valor moral, está, portanto, no coração da reivindicação de legitimidade e de merecimento dos atores em relação a seu destino social e é, a partir dela, que eles também negociam seu pertencimento e identidades.

A narrativa de justificação da ascensão social como retribuição insere a própria ascensão social em uma lógica de reciprocidade e nos compromissos de dar, receber e retribuir (MAUSS, 2003) que a constitui. Ao mesmo tempo a concebe como uma experiência moral enraizada e emaranhada em uma socialidade relacional (SKEGGS, 2011), em uma rede de relações, afetos, expectativas, histórias, compromissos que constrói e mantém o pertencimento e cujas obrigações e responsabilidades devem ser observadas e geridas. O imperativo de retribuição, que a ascensão social implica para alguns, é material, com o abastecimento de recursos objetivos às redes de ajuda, como também moral e afetivo, na forma de exemplo, inspiração, autoestima e senso de pertencimento. O princípio de retribuição parece, inclusive, ter um valor ou significado terapêutico para os atores que vivenciam uma trajetória de ascensão social; uma fonte de pertencimento e identificação asseguradores de “segurança ontológica” (GIDDENS,

2003) e de sentido de justificação do existir (BOURDIEU, 2001) que lhes permite, em algum grau, atenuar e mediar os efeitos subjetivos e relacionais de ruptura, distanciamento e desenraizamento dos laços socioafetivos que a mobilidade social pode provocar.

Ao inserir elementos de alteridade na narrativa de justificação da ascensão social, classe e mobilidade social passam a ser, desse modo, entendidas de uma maneira mais relacional e coletivamente orientada em oposição à compreensões individualizadas. O foco no indivíduo e na ascensão social como um signo de sucesso e realização pessoal, uma das principais marcas do discurso público sobre a mobilidade social e da narrativa desta como conquista individual, é relativizado e nuançado. Com a narrativa da retribuição, aqui examinada, abre-se espaço, no complexo jogo discursivo e simbólico em que as pessoas se engajam para dar sentido e valor às suas trajetórias vividas, para reconhecer e examinar discursos alternativos e concorrentes em relação às concepções individualistas e meritocrática de mobilidade social e classe social.

Se, na narrativa da conquista individual, os atores vinculam a justificação de suas trajetórias de mobilidade ascendente à si mesmos, ou seja, à sua agência e as capacidades destas, o mesmo não ocorre na narrativa de justificação que proponho intitular da ascensão social como retribuição. Nessa, por sua vez, os atores enraízam sua experiência de mobilidade ascendente e a justificação de seu merecimento ético na trama transgeracional e relacional de seus laços, compromissos, valores e histórias familiares.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em uma pesquisa qualitativa, este estudo se empenhou em lançar uma perspectiva peculiar sobre a experiência vivida de mobilidade social ascendente. A partir de uma longa série de entrevistas com homens e mulheres, ouvindo e dialogando com eles e elas sobre suas histórias de vida e dramas pessoais, procurei apresentar um argumento que, por um lado, articulasse uma compreensão nova sobre os desafios e dificuldades vivenciados e relacionados às suas trajetórias sociais de ascensão social e à classe em geral; e, por outro, reorientasse o tratamento da clássica questão do mal-estar e dos efeitos negativos da mobilidade social para os atores.

Sob o foco de investigar a mobilidade social do ponto de vista da experiência subjetiva da posição e da trajetória social dos atores, concentrei-me, como objetivo principal, não exatamente nas percepções e comparações de localização social e identidade de classe mas sim nas situações e experiências que traziam à luz conflitos, crises, tensões, desconfortos. Não apenas descrever o que os atores vivenciam, sentem e pensam, isto é, as vicissitudes concretas da experiência de mobilidade social, mas também apreender os contextos, as ações e as interações nos quais os atores experimentam, avaliam e negociam a condição de mal-estar e os desafios da ascensão social. Propus, assim, abordar a experiência de mobilidade social como uma experiência moral que engaja os atores para lidar com e resolver determinados problemas, tensões e dilemas em sua experiência diária que os atingem, os afetam e os questionam em algumas de suas preocupações normativas mais caras, tais como seus sentidos de valor e autoestima, pertencimento, merecimento etc..

Nesse sentido, a pesquisa se debruçou sobre o caráter moral da condição de mal-estar com a ascensão social. O que permitiu lançar luz sobre as preocupações e dificuldades normativas que atravessavam as tensões emocionais e os conflitos pessoais e relacionais dos atores com os seus contextos de classe de origem e de destino. A moralidade que permeia as situações de mal-estar revelou-se sob a forma de autoavaliações, justificação do valor pessoal, percepção dos julgamentos e expectativas dos outros, assim como também na forma de respostas afetivas e emocionais dos corpos às trajetórias de ascensão social e às relações e experiências vividas de classe, isto é,

marcas afetivas e sentimentos morais mais situadas ou duradoras, como culpa, vergonha, ressentimento, raiva, inscritas nos atores pela experiência de mobilidade de classe.

Portanto, a experiência de mobilidade social não pode ser reduzida a um processo social inter ou intrageracional de mudança da posição objetiva dos atores em termos de seus recursos e credenciais escolares e ocupacionais. Ao concebê-la como uma realidade subjetiva e existencial em muitos aspectos instável, intrincada e incerta, marcada por implicações afetivas e morais que solicitam e mobilizam os atores e suas capacidades de agir e pensar sobre si mesmos e sobre outros, definir situações, construir significados, negociar exigências de ajuste e de adaptação, a experiência de mobilidade social pode ser estudada enquanto uma experiência moral. Ao invés de algo homogêneo, uma passagem de um ponto a outro no espaço social, a experiência de mobilidade social nos termos aqui trabalhados evoca pluralidade e complexidade em diversos sentidos e âmbitos da experiência do mundo e de si mesmos dos atores. A noção de experiência moral foi adotada exatamente para destacar tal pluralidade e complexidade em contraposição a uma visão linear e redutora da mobilidade social, pois ela envolve um campo amplo de possibilidades e relações variáveis e mutáveis em termos de ações, emoções, eventos, temporalidades, contextos, significados, relacionamentos, interações (ZIGON, 2007).

Dentre as ideias e ferramentas para explorar a experiência de mobilidade por essa senda e dar conta de sua compreensão em termos sociológicos, o ponto de partida da sociologia pragmática da crítica (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999) mostrou-se promissor, instigante e pertinente, seja para a execução de um programa de pesquisa mais estritamente pragmático da experiência de mobilidade social, seja, como foi o caso nesta tese, de orientar e inspirar um quadro analítico em conjunto com outras abordagens. Considero acertada a premissa de Luc Boltanski (2011, p. 3) segunda a qual os seres humanos não se contentam em reagir às ações dos outros. Eles, de fato, como insiste o sociólogo pragmático francês, revisam suas próprias ações e as dos outros para fazer julgamentos morais sobre si e sobre estes últimos, assim como a respeito das representações coletivas, dos princípios de valor e das propriedades simbólicas e normativas em geral que orientam e constituem suas identidades, práticas e interações.

As preocupações normativas também movem as pessoas. Como escreve o sociólogo inglês Andrew Sayer: “Somos seres normativos, no sentido de que nos preocupamos com o mundo e com o bem-estar do que nele valorizamos, incluindo nós

mesmos” (SAYER, 2005, p. 949). Na relação com suas trajetórias de vida, os nossos interlocutores buscam entender e justificar os seus sentimentos, anseios, suas escolhas, suas frustrações e realizações, e, desse modo, acabam por confiar, afirmar e hierarquizar uma pluralidade de crenças, valores e modos de ser tomados como bens valorizados e estimados (TAYLOR, 1997, SAYER, 2005). Assim, a experiência de mobilidade e classe social não se resume a uma exterioridade objetiva que é internalizada na forma de disposições corporificadas, um habitus peculiar, dividido e antagônico. Ela é também alguma coisa sobre a qual as pessoas refletem, avaliam, negociam e atribuem significado para suas construções e autoconstruções de sentido.

No entanto, a compreensão sociológica dos julgamentos morais, da atividade moral dos atores, não deve perder de vista, em nome da reflexividade e da definição da situação que a atividade moral inevitavelmente implica e exige, os afetos, as emoções e o passado que os julgamentos morais carregam e que, por vezes, os motivam enquanto respostas emocionais avaliativas e incorporadas à situações, experiências ou relações percebidas e sentidas como problemáticas em termos de suas repercussões biográficas, subjetivas e pessoais. Nesse sentido, e com base nos relatos e experiências de nossos interlocutores, três fatores pareceram-me importantes para continuar com a perspectiva dos “momentos críticos”, porém, calibrando-a e alargando-a para a inclusão de elementos menos desenvolvidos pelos seus autores, como afetos, corpo e o caráter normativo das relações e experiência de classe.

Assim, deslocar o problema dos “momentos críticos” de sua dimensão mais axiológica-cognitiva para uma dimensão axiológica-afetiva, de sua dimensão das disputas de legitimação pública para a dimensão das tensões e crises na experiência subjetiva dos atores consigo mesmos. Dessa maneira, procurei conferir: 1) um significado mais existencial para as lutas de justificação e um olhar para o indivíduo e sua experiência vivida de mal-estar; 2) um sentido de reflexividade menos cognitivo e deliberativo (esfera pública e seus problemas) e mais incorporado no qual a relação com a definição da situação e com a moralidade ocorre por mediações corporais, afetivas e normativas relacionadas aos efeitos das experiências passadas e classificações de classe sobre os sentidos de autoestima e de valor pessoal; 3) e, por último, tratar as justificações para reivindicar valor, legitimidade e merecimento a partir da construção de narrativas de vida e identidade como esforços de autojustificação, autoavaliações e de negociação de

sentidos e pertencimento, nem sempre bem-sucedidos, dos ascendentes em relação aos contextos de classe de origem e de destino para se verem como "pessoas de valor", "dignas", "independentes", "vencedoras", "merecedoras", "plenas", "iguais", "realizadas".

A pesquisa destacou que os elementos morais da estratificação social não estão contidos apenas nas percepções e opiniões genéricas das pessoas acerca da natureza da estrutura social, das causas das desigualdades e dos princípios de distribuição das chances de vida. Reforçou a ideia de que eles estão presentes e operam na existência pessoal e afetiva cotidianas das pessoas. Os movimentos e deslocamentos no espaço social de classes, com os afetos e os conflitos vividos que podem os acompanhar na experiência cotidiana dos atores, são vividos e significados, dessa maneira, como experiências moralmente carregadas e significativas, uma vez que eles colocam em questão e em avaliação concepções e orientações de valor, compromissos, julgamentos, sentimentos normativos e imperativos de justificação e autojustificação de diversos aspectos valorizados e estimados pelos interlocutores.

De diferentes maneiras e em diferentes espaços e momentos no curso das trajetórias sociais de nossos entrevistados e entrevistadas, a classe se impôs, em suas narrativas, enquanto um problema complexo com significado moral, afetivo e ontológico para os atores, impactando suas vidas de variadas maneiras: um contexto de incidentes diversos de inferiorização, sensação de ilegitimidade, senso de deslocamento em que afetos e sentimentos morais de mal-estar, como vergonha, raiva, ressentimento, humilhação, impotência, foram experimentados e enfrentados. A classe também se mostrou pertinente como um pano de fundo de demandas normativas de difícil conciliação e, também, enquanto algo que implica o passado, o presente e o futuro dos atores, assim como os seus corpos, a interação com os outros e suas relações e sentidos de si mesmos. De sorte que, para muitos, o deslocamento de classe foi vivido como algo intimidatório e repleto de custos pessoais e relacionais, tornando a ascensão social uma experiência moral atravessada por lutas internas de autojustificação contra lógicas de valores e de classificação ligadas às relações, interações e desigualdades relacionais de classe.

Ao longo da tese, pôde ser observado, com efeito, que, do ponto de vista da experiência dos atores, as preocupações afetivas, existenciais e normativas com a classe

são tão importantes quanto às diferenças e desigualdades sociais e materiais. A condição de mal-estar, recorrente entre pessoas com trajetórias de mobilidade social, revelou-se, em larga medida, relacionada às lutas relacionais de classificação e autoclassificação (BOURDIEU; 2008; LAMONT, 1992; 2000) que as relações de classe impõem aos atores em sua experiência diária, constituindo para os atores verdadeiras provas de si (PÉRILLEUX, 2001). A experiência de mobilidade social ascendente lança os atores em diversas situações conflitivas e problemáticas em que estes se veem instados a lidar - e elaborar -, na prática, com o “problema da classe”, ou melhor, do significado moral da classe (SAYER, 2005), seus custos pessoais e as exigências pragmáticas que dela decorrem para o ajustamento de suas vidas, interações cotidianas, bem-estar e sentidos de identidade, autoestima e de valor pessoal.

No que concerne às narrativas mais amplas, esta tese constatou a construção de e adesão à diferentes sentidos de justificação, valor e merecimento da ascensão social. Um forte comprometimento de uma parte dos interlocutores à alguns dos elementos centrais do discurso dominante e individualizante de justificação da ascensão social, nomeada aqui como a ascensão como conquista individual, bastante tributária de concepções e orientações de valor ligadas à semântica do neoliberalismo e sua ênfase, defesa e engrandecimento da ação e responsabilidade individuais como as forças determinantes e protagonistas das biografias e destinos pessoais. Por outro lado, a pesquisa também identificou a existência e o esforço de articulação por parte dos interlocutores para afirmar uma narrativa alternativa em termos de concepção e orientação de valor, nomeada aqui como a ascensão social como retribuição, cujo apelo se volta, por sua vez, ao papel e ao valor prático, motivacional e simbólico do pertencimento, da relacionalidade, dos compromissos e histórias familiares e do sentido de missão de redenção ética de um “nós”.

Em contraste com a primazia do individualismo competitivo com o qual a mobilidade social costuma ser cultural e politicamente enquadrado, a narrativa da retribuição aponta para as possibilidades de uma outra linguagem moral e cultural para compreender e significar a mobilidade social em seus aspectos mais coletivos, relacionais e social e afetivamente enraizado. O que pode ser, inclusive, pertinente e salutar para os atores socialmente móveis lidar e atenuar, com sentidos e recursos mais aptos e

apropriados à manutenção de contextos relacionais, com as consequências e efeitos adversos que o deslocamento pelo espaço social pode trazer.

Embora a pesquisa não tenha constado diferenças no grau de impacto ou extensão dos sentimentos de mal-estar conforme o tipo de narrativa adotada, tendo ambos os grupos de interlocutores enfrentado diferentes formas de conflitos, tensões e afetos de mal-estar, foi possível reconhecer que o desenraizamento e a ruptura relacional com os ambientes sociais de origem são mais presentes entre os interlocutores suscetíveis a tomar a narrativa da conquista individual como base para descrever e dar sentido a sua trajetória de ascensão social. O que não quer dizer que estes estão mais adaptados aos contextos atuais que suas trajetórias sociais o levaram nem, tampouco, que os demais interlocutores, que adotam uma narrativa relacional, não enfrentem conflitos e situações de mal-estar, inclusive em seus contextos originais.

Dito isto, há também pontos a se ressaltar sobre os rumos que pesquisa deve seguir para avançar sobre alguns limites do recorte e da composição do grupo de interlocutores. Certamente é o caso de melhor abranger as dimensões de gênero e raça na experiência subjetiva de mobilidade social. Tanto em suas especificidades, naquilo que as normas de gênero e os marcadores raciais aportam para modelar os conflitos e as tensões vividas e as narrativas de justificação da ascensão, quanto também a como classe, raça e gênero se entrelaçam nas situações de mal-estar e nas normatividades leigas mobilizadas. O diálogo com perspectivas mais interseccionais dos marcadores e identidades sociais e a construção menos aleatória e mais intencional dos interlocutores representam um caminho profícuo para esses propósitos futuros.

Outro aspecto a se considerar para aprofundamentos vindouros consiste na atenção a um problema central para os que ascendem socialmente, qual seja: o problema da reprodução e transmissão de sua posição social no tempo e aos seus filhos. A pesquisa cultivou e aplicou um olhar, principalmente, sobre passado e, em menor grau, o presente dos interlocutores. No caso da questão acima, ela implica trazer para a investigação os tipos particulares de relação com o futuro que experiência de mobilidade social ascendente estimula, ou seja, as aspirações, preocupações e estratégias de reprodução e transmissão da condição de mobilidade social, assim como as implicações normativas e afetivas em jogo a esse respeito.

Portanto, diante do que a pesquisa alcançou e tentou discutir e também por meio das questões menos tratadas e dos caminhos que se abrem para aprofundá-la, resulta claro, a meu ver, que a experiência vivida de mobilidade social, estudada do ponto de vista dos atores a partir de suas narrativas pessoais, apresenta um pertinente e significativo potencial. Tanto para manter e atrair o interesse sociológico dos campos mais focados na estratificação social e no tema da classe quanto também para aqueles que buscam articular as interdependências e afinidades destas com a moralidade, os afetos e outros tipos de marcadores sociais.

## REFERÊNCIAS

- ABBOTT, Owen. **The self, relational sociology and morality in practice**. Cham. Palgrave Macmillan. 2020.
- ADAMS, M. Hybridising habitus and reflexivity. **Sociology**, 40 (3), p. 511-528, 2006.
- ALVAREDO, Facundo; CHANCEL, Lucas; PIKETTY, Thomas; SAEZ, Emmanuel; ZUCMAN, Gabriel (coord). **WORLD INEQUALITY REPORT. THE SOURCE FOR GLOBAL INEQUALITY DATA**. Paris: World Inequality Lab at the Paris School of Economics, 2018. Disponível em: <https://wir2018.wid.world/>. Acesso em 02 de Junho de 2020.
- ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**, 34 (1), janeiro-abril, 2019.
- ATIKINSON, Will. Phenomenological additions to the bourdieusian toolbox: Two Problems for Bourdieu, two solutions from Schultz. **Sociological Theory**, 28 (1), p. 1-19, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Class in the new millennium**. The Structure, Homologies and Experience of the British Social Space. Routledge. London, 2017.
- ARCHER, Margareth. Making our way through the world: Human reflexivity and social mobility. Cambridge. Cambridge University Press, 2007.
- ARRETCHE, Marta. **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**”. CEM. Editora Unesp. São Paulo, 2015.
- AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor: um estudo de ascensão social**. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1955.
- \_\_\_\_\_. **Cultura e situação racial no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1966.
- BALL, Stephen J. **Educação global S.A.** Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa. Editora UEPG, 2014.
- BARBOT, Janine. Conduzir uma entrevista face a face. In: PAUGAM, Serge (org.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 102-123.
- BARBOSA, Alexandre. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo. Alameda, 2008.
- BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel. (Ed.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007.
- BARTHE, Yannick; REMY, Catherine; TROM, Danny; LINHART, Dominique; DE BLIC, Damien; HEURTIN, Jean-Philip; LAGNEU, Éric; BELLAING, Cédric; LEMIEUX, CYRIL. “Sociologia pragmática: guia do usuário. **Sociologias**, vol. 18, n.41, p. 84-129, 2016.
- BERGER, Peter. **Os múltiplos altares da modernidade: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2017.
- BERTAUX, Daniel. “Social genealogies commented on and compared: an instrument for observing social mobility process in ‘long duree’. **Current Sociology**, n.43, 1995, p. 68-88.
- \_\_\_\_\_. **Los relatos de vida: una perspectiva etnosociológica**. Barcelona, Ediciones Bellaterra, 2005.
- BERTAUX, Daniel; THOMPSON, Paul. **Pathways to Social Class: A Qualitative Approach to Social Mobility**. Oxford: Clarendon Press, 1997.

- BEAUD, S.; PIALOUX, M. **Retorno à condição operária**: investigação em fábricas da Peugeot na França. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BERTONCELO, E. R. E. As classes na teoria sociológica contemporânea. **Revista BIBCS**, 67: 25-49, jan./jun, 2009.
- \_\_\_\_\_. Classes sociais no Brasil. **Revista Plural**, 21 (2), p. 08-19, 2014.
- BOLTANSKI, Luc. **On Critique**: a sociology of emancipation. Cambridge. Polity Press, 2011.
- \_\_\_\_\_; THÉVENOT, Laurent. The sociology of critical capacity. **European Journal of Social Theory**, n. 2, v. 3, p. 359-377, 1999.
- \_\_\_\_\_; THÉVENOT, Laurent. **On justification**: Economies of worth. Princeton University Press, 2006.
- \_\_\_\_\_; CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo. Martins Fontes, 2009.
- BONELLI, Maria da G. **A Classe Média, do “Milagre” à Recessão**: mobilidade social, expectativas e identidade coletiva. São Paulo. IDESP, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **Travail et travailleurs en Algérie**. Paris/Haia, Mouton, 1963
- \_\_\_\_\_. **Algeria 1960**. Cambridge. Cambridge University Press, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Org. Renato Ortiz. São Paulo. Ática, 1983a.
- \_\_\_\_\_. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983b.
- \_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- \_\_\_\_\_. **The State Nobility**: Elite Schools in the field of power. Stanford. Stanford University Press, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.
- \_\_\_\_\_. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. Futuro de classe e causalidade do provável. In. NOGUEIRA, Maria A; CATANI, Afrânio (org.). **Pierre Bourdieu**. Escritos em Educação. Petrópolis. Vozes, 1998a.
- \_\_\_\_\_. **Contrafogos** – táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro. Zahar, 1998b.
- \_\_\_\_\_. Chamadas. In: LINS, Daniel. **O campo econômico**: a dimensão simbólica da dominação. Campinas: Papyrus, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo. Unesp, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Esboço de uma auto-análise**. São Paulo. Cia das Letras, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007a.
- \_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo. Perspectiva, 2007b.
- \_\_\_\_\_. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre/São Paulo, Zouk/Edusp, 2008a.
- \_\_\_\_\_. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer? São Paulo. Editora USP, 2008b.
- \_\_\_\_\_. **O senso prático**. 3ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013a.
- \_\_\_\_\_. Capital simbólico e classes sociais. In: **Novos Estudos Cebrap**, n. 96, 2013b.
- \_\_\_\_\_; WACQUANT, Loic. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago. Universit of Chicago Press, 1992.

- BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Relatório da Comissão para Definição da Classe Média no Brasil**. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2012.
- BRITO, Simone Magalhães. Traçando os limites da sociologia da moralidade: uma perspectiva adorniana. **Estudos de Sociologia**. Vol 1, n.17, 2011.
- \_\_\_\_\_; FREIRE, Alyson Thiago Fernandes; FREITAS, Carlos Eduardo. “Sociologia da moral: temas e problemas” In. FAZZI, Rita de Cássia; LIMA, Jair Araújo. **Campos das Ciências Sociais: figuras do mosaico das pesquisas no Brasil e em Portugal**. São Paulo. Ed. Vozes, 2020, p. 481-497.
- CÂNDIDO, Antônio. **Um funcionário da monarquia: ensaio sobre o segundo escalão**. Rio de Janeiro. Ouro Sobre Azul, 2002.
- CARDOSO, Ruth C. L. **Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo**. São Paulo. Primus Comunicação, 1995.
- CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Rio de Janeiro. FGV, 2010.
- CARR, Donald. **Time, narrative and history**. Bloomington. Indiana University Press, 1986a.
- \_\_\_\_\_. **Experience and history: Phenomenological perspectives on the historical world**. New York. Oxford University Press, 2014.
- CARVALHAES, Flavio; RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. **Tempo Social**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 195-233, abr. 2019. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702019000100195&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702019000100195&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 03 jun. 2020.
- CEFAI, Daniel. “Públicos, problemas públicos, arenas públicas... O que nos ensina o pragmatismo”. **Revista Novos Estudos do Cebrap**, 107: 187-213, 2017.
- CELSO CARDOSO JR., José. **Mundo do trabalho e (des)proteção social no Brasil: ensaios selecionados em 15 anos (1995-2010) de pesquisa aplicada e assessoramento governamental**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2013. v.1.
- COOPER, Melinda. **Family values: between neoliberalismo and the new social conservatism**. New York. Zone Books, 2017.
- CORRÊA, Diogo. Esboço de uma sociologia dos problemas íntimos. **Revista Sociologia; Antropologia**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 09, 2021.
- DAS, Veena. **Critical Events: An Anthropological Perspective on Modern India**. Deli, Oxford University Press, 1995.
- DAVIES, William. **The limits of neoliberalism: authority, sovereignty and the logic of completion**. London. Sage, 2014.
- DEVINE, Fiona; SAVAGE, Mike; SCOTT, John; CROMPTON, Rosemary. **Rethinking Class: Culture, Identities and Lifestyles** New York, Palgrave Macmillan, 2005.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Da vida nervosa (nas classes trabalhadoras urbanas)**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar/CNPq, 1986.
- \_\_\_\_\_; GOMES, Edlaine de Campos. **Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares**. Rio de Janeiro. FGV, 2008.
- DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educação e Sociedade**, v.19, n. 62, p. 13-30, 1998.
- \_\_\_\_\_. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo: neoimperialismo. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas, v.16, n.1 (29), 2007, p.1-19.

- EDER, Klaus. Rational action, communicative action and the narrative structure of social life. O'TUOMA, S. **Critical turns in Critical Theory: new directions in social and political thought**. London. Tauris, 2009.
- EDUCATION at a glance 2018: **OECD indicators**. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2018. 458 p. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/eag-2018-en.pdf?expires=1560773450&id=id&accname=guest&checksum=72598C66F3C57DF9090300172BE40266>. Acesso em: out. 2019.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro. Zahar, 1994.
- ERIKSON, Robert; GOLDTHORPE, John. **The Constant Flux: A Study of Class Mobility in Industrial Societies**. Oxford: Clarendon, 1992.
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo. Difusão Europeia, 1972.
- \_\_\_\_\_. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Difel, 1979.
- \_\_\_\_\_. **A integração do negro na sociedade de classes** (2 vols.). São Paulo: Globo, 2008.
- FERREIRA, S. G.; VELOSO, F. A. Mobilidade intergeracional de educação no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, 33(3), 481-513, 2003.
- FREITAS, Carlos Eduardo. **Entre compromissos e obrigações: um estudo das experiências morais das classes médias e populares no Nordeste na perspectiva da nova sociologia da moralidade**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2018.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**. Decadência do patriarcado rural do Brasil. São Paulo. Cia Editora Nacional, 1936.
- FIRDION, Jean-Marie. Construir uma amostra. In: PAUGAM, Serge (org.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 67-84.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Curso Collège de France (1978-1979). São Paulo. Martins Fontes, 2008.
- FRIEDMAN, Sam. Cultural omnivores or culturally homeless? Exploring the shifting cultural identities of the socially mobile. **Poetics**, 40 (3), p. 467-489, 2012.
- \_\_\_\_\_. The Price of the ticket: Rethinking the experience of social mobility. **Sociology**, 48 (2), p. 352-368, 2014.
- \_\_\_\_\_. Habitus clivé and the emotional imprint of social mobility. **The Sociological Review**, 64 (1), p. 129-147, 2016.
- GAULEJAC, Vincent. **A neurose de classe: trajetória social e conflitos de identidade**. São Paulo. Via Lettera, 2014.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro. Zahar, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A constituição da sociedade**. São Paulo. Martins Fontes, 2003.
- GOLDTHORPE, John H. **Social mobility and class structure in modern Britain**. Oxford. Clarendon, press, 1980.
- \_\_\_\_\_. Progress in Sociology: The Case of Social Mobility Research. In. SVALLFORS, Stefan (org). **Analyzing Inequality: Life Chances and Social Mobility in Comparative Perspective**. Stanford University Press, 2005, p.56-82.
- GRUSKY, David; WEISSHAR, Kate. **Social Stratification: class, race and gender in sociological perspective**. 4 ed. Boulder. Westview Press, 2014.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; AGIER, Michel; CASTRO, Nadya Araujo (Org.). **Imagens e identidades do trabalho**. São Paulo: HUCITEC; ORSTOM, 1995.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo. Loyola, 2008.

- HAYEK, Friedrich. **Law, Legislation and Liberty: the mirage of social justice**. London. Routledge, 1982.
- \_\_\_\_\_. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro. Instituto Liberal, 1990.
- HILGERS, Mathieu. The three anthropological approaches to neoliberalism. **International Social Science Journal**, 61 (202), p. 351-364, 2010.
- HIRSCHMAN, Albert O. **As Paixões e Os Interesses** – Argumentos políticos a favor do capitalismo antes do seu triunfo. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- HITLIN, Steven; VAISEY, Steven. **Handbook of the sociology of morality**. New York: Springer, 2010.
- HONNETH, Axel; HARTMANN, Martin. Paradoxes of capitalism. **Constellations**, v. 13, n. 1, p.41-58, 2006.
- INGRAM, Nicole. Within school and beyond the gate: the complexities of being educationally successful and working class. **Sociology**, n. 45 (2) 287-302, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Working-class boys and educational success: teenage identities, masculinities and urban schooling**. London, Palgrave Macmillan, 2018.
- \_\_\_\_\_. ABRAHAMS, Jessie. Stepping outside of oneself: How a cleft habitus can lead to greater reflexivity through occupying “the third space”. In. THATCHER, J.; INGRAM, N.; BURKE, C; ABRAHAMS, J. (org.). **Bourdieu: The next generation**. The development of Bourdie’s intellectual heritage in contemporary UK sociology. Abingdon: Routledge, 2016.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas**. Brasília, 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil - 1971**. Vol. 32. Rio de Janeiro. IBGE, 1971. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1971.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1971.pdf) . Acesso: 03 de Junho de 2020.
- \_\_\_\_\_. **Anuário Estatístico do Brasil - 1984**. Vol. 45. Rio de Janeiro. IBGE, 1985. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1984.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1984.pdf). Acesso: 04 de Junho 2020.
- \_\_\_\_\_. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro. IBGE, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais**. - Rio de Janeiro : IBGE, 2019.
- LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável**. São Paulo: Ática, 1997.
- \_\_\_\_\_. How to keep a critical tradition alive: a tribute to Pierre Bourdieu. **Review of International Political Economy** 9(4), 2002, p. 595–600.
- \_\_\_\_\_. **O homem plural: os determinantes da ação**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2002b.
- \_\_\_\_\_. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- \_\_\_\_\_. Patrimônios individuais de disposições. Para uma sociologia à escala individual. In: **Sociologia. Problemas e Problemáticas**, 2005. N. 49.
- \_\_\_\_\_. **A cultura dos indivíduos**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Franz Kafka. Éléments pour une théorie de la création littéraire**. Paris. La Découverte, 2010.
- LAMONT, Michèle. **Money, morals and manners: the culture of the French and the American middle class**. Chicago, The University of Chicago Press, 1992.

- \_\_\_\_\_. **The Dignity of Working Men.** Morality and the Boundaries of Race, Class, and Citizenship, Cambridge, Russell Sage Foundation, 2000.
- \_\_\_\_\_. From “having” to “being”: self-worth and the current crisis of American society. **The British Journal of Sociology** 70(3), 660, 2019.
- \_\_\_\_\_. SWIDLER, Ann. Methodological Pluralism and the Possibilities and Limits of Interviewing. **Qual. Soc.** New York, Springer Science, 2014.
- \_\_\_\_\_; BELJEAN, Stefan; CLAIR, Matthew. What is missing? Cultural processes and causal pathways to inequality. **Socio-Economic Review**, 12 (3), p. 573-608, 2014.
- \_\_\_\_\_; SILVA, G.; WELLBURN, J.; GUETZSKOW, J.; MIZRACHI, N.; HERZOG, A.; REIS, E. **Getting respect: responding to stigma and discrimination in the United States, Brazil and Israel.** New Jersey. Princeton University Press, 2016.
- LAVAL, Cristien; DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo. Boitempo, 2016.
- LAVINAS, Lena. Brasil 2000: mais consumo, menos redistribuição. In: SOUZA, Pedro Herculano (org.) **Brasil, sociedade em movimento.** São Paulo. Paz e Terra. Rio de Janeiro. Centro Internacional Celso Furtado, 2011.
- LEE, Elizabeth; KRAMER, Rory. Out with the old, in with the new? Habitus and social mobility at selective colleges. **Sociology of education**, 86 (1), p. 18-35, 2013.
- LEITE LOPES, José Sergio. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- \_\_\_\_\_. et alii. **Mudança Social no Nordeste.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- \_\_\_\_\_. **A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés".** São Paulo-Brasília: Marco Zero/Ed. da UnB, 1988.
- LEHMANN, W. I just didn't feel like I fit in: The role of habitus in University Drop-out decisions. **Canadian Journal of Higher Education**, 37 (2), p. 89-110, 2007.
- \_\_\_\_\_. Habitus transformation and hidden injuries. **Sociology of education**, 87 (1), 2014.
- LIMA, Diana N. O. “Ethos ‘emergente’: notas etnográficas sobre o ‘sucesso’”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 22, n. 65 São Paulo, 2007.
- KERSTENETZKY, Celia Lessa; UCHÔA, Christiane. Moradia inadequada, escolaridade insuficiente, crédito limitado: em busca da *nova classe média*. In: BARTELT, Dawid Danilo. **“A nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político.** Rio de Janeiro. Fundação Heinrich Böll, 2013.
- KLEIMAN, Arthur. **The Illness Narratives: Suffering, Healing and the Human Condition.** Basic Books. New York, 1988.
- KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco V.. **Modern Brazil.** A social history. Cambridge. University Cambridge Press, 2020.
- KNOP, Márcia; COLLARES, Ana Cristina Murta. A influência da origem social na probabilidade de concluir os diferentes cursos de ensino superior. **Sociedade e Estado**, v. 34, p. 351-380, 2019.
- MacINTYRE, Alasdair. **Depois da virtude: um estudo em teoria moral.** Bauru-SP. EDUSC, 2001.
- MACRINE, Sheila. Pedagogies of Neoliberalism. In. SPRIGER, S; BIRCH, K; MacLEAVY, J. (eds). **The Handbook of Neoliberalism.** New York. Routledge, 2016.
- MAHLMEISTER, Rodrigo et al . Revisitando a Mobilidade Intergeracional de Educação no Brasil. **Revista Brasileira de Economia.**, Rio de Janeiro , v. 73, n. 2, p.159-180, 2019. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71402019000200159&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402019000200159&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 19 Junho de 2020.

- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo. Cosac Naif, 2003.
- MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, PEDRO H. G. F. . A estabilidade da desigualdade no Brasil entre 2006 e 2012: Resultados adicionais. **Pesquisa e Planejamento econômico (RIO DE JANEIRO)** , v. 46, p. 7-31, 2016a.
- MEDEIROS, Marcelo.; GALVÃO, J. C. Educação e rendimentos dos ricos no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 2, p. 357-383, 2016b.
- MICHETTI, Miqueli. Périplos norte-atlânticos da sociologia contemporânea: a sociologia pragmática. **Revista Sociologias (UFRGS)**, v. 21, p. 1-15, 2019.
- MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. **Governando o presente: gerenciamento da vida econômica, social e pessoal**. São Paulo. Paulus, 2012.
- MIROWSKI, Philip. **Never let a serious crisis go to waste: how the neoliberalism survived the financial meltdown**. London. Verso Books, 2013.
- \_\_\_\_\_; PLEHWE, Dieter (eds). **The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective**. Cambridge-MA. Harvard University Press, 2009.
- MUEHLEBACH, A. **The moral neoliberal: welfare and citizenship in Italy**. Chicago. University Press, 2012.
- NAUDET, Jules. **Stepping into the elite**. Trajectories of social achievement in India, France and the United States. Oxford University Press, 2018.
- NERI, Marcelo. **A Nova Classe Média**. Rio de Janeiro: CPS, 2008.
- NUSSBAUM, Martha. **Justicia Poética**. Barcelona. Editorial Andres Bello, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Upheavals of Thought**. Cambridge. Cambridge University Press, 2001.
- O'DOUGHERTY, Maureen. Autorretratos da Classe Média: Hierarquias de "Cultura" e Consumo em São Paulo. **Dados** v. 41 n. 2. Rio de Janeiro, 1998.
- PASSERON, Jean-Claude. **O Raciocínio Sociológico: o espaço não-popperiano do raciocínio natural**. Trad. Beatriz Sidou. Petrópolis, RJ:Vozes, 1995.
- PASTORE, José. **Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil**. São Paulo. Editora T.A. Quei-roz, 1979.
- PASTORE, José. Desigualdade e mobilidade social: dez anos depois. In: BACHA, E.; KLEIN, H. S. (eds.). **A transição incompleta – Brasil desde 1945**. São Paulo. Paz e Terra, 1986.
- \_\_\_\_\_. Análise dos processos de mobilidade social no Brasil no último século. **Encontro Anual da ANPOCS**, 25., 2001, Caxambu. Anais..., Caxambu, MG, 16 a 20 out. 2001.
- PAUGAM, Serge (Org.). **A pesquisa sociológica**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2015.
- PAYNE, Geoff; LAWLER, Steph (eds). **Social mobility for the 21<sup>st</sup> century: Everyone a winner?** London and New York. Routledge, Taylor and Francis, 2018.
- PÉRILLEUX, Thomas. **Les tensions de la flexibilité**. Paris. Desclée de Breuwer, 2001.
- PEUGNY, Camille. O destino vem do berço? Desigualdades e reprodução social. Campinas, SP: Papirus, 2014.
- PIRES, Álvaro P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, Jean, et al. (orgs). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis. Vozes, 2014.
- POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?** São Paulo: Boitempo, 2012.
- \_\_\_\_\_. Brasil: segunda grande transformação no trabalho? **Estudos Avançados (USP)**, Vol. 28, pp.1-292, 2014.
- POLKINGHORNE, Donald. **Narrative Knowing and Human Sciences**. New York. State University New York Press, 1988.

- PRATES, Antonio Augusto Pereira; COLLARES, Ana Cristina Murta. **Desigualdade e expansão do Ensino Superior na Sociedade Contemporânea**: o caso brasileiro no final do Sec. XX e princípios do Sec. XXI . Belo Horizonte, Fino Traço, 2014.
- PULICI, Carolina. Migração de classe e vergonha cultural: trajetórias ascendentes entre a crítica e o reconhecimento das hierarquias simbólicas. **Pro-Posições** [online]. v. 27, n. 3, 2016.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao dizível. In: SIMSON, O. M. V. (org). **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Relatos orais**: do "indizível" ao "dizível". *Relatos*, n. 39, ano 3, p. 272-288, 1987.
- Relatório sobre o desenvolvimento Humano no Brasil, 1996 Brasília: **PNUD/IPEA**, 1996.
- REINHARDT, Bruno. “Oikonomia” pentecostal: reflexões teológico-econômicas sobre religião e neoliberalismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.36, n. 105, 2021, p. 1-20.
- REAY, Diane. “Beyond Consciousness? The Psychic Landscape of Social Class”. **Sociology**, vol. 39, n. 5, pp. 911-928, 2005.
- RIBEIRO, C. A. Quarenta Anos de Mobilidade Social no Brasil. **Dados**, n. 55, p.641-679, 2012.
- \_\_\_\_\_. OCCUPATIONAL AND INCOME INTERGENERATIONAL MOBILITY IN BRAZIL BETWEEN THE 1990s AND 2000s. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro , v. 7, n. 1, p. 157-185, Apr. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2238-38752017000100157&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752017000100157&lng=en&nrm=iso). Acessado em 01 Junho 2020.
- RICOUER, Paul. **Teoria da Interpretação**. Lisboa: Edições 70, 1987.
- \_\_\_\_\_. **O si-mesmo como um outro**. Campinas. Papyrus, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Tempo e narrativa** – vol. I. Campinas-SP: Papyrus, 1994.
- \_\_\_\_\_. Identidade narrativa e o problema da identidade pessoal. CORREIA, Carlos J. **Sentimento de si e identidade pessoal**. Lisboa. CFUL, 2012, p. 107-120.
- ROLLOCK, Nicola; GILLBORN, David; BALL, Stephen; CAROL, Vincent. Public identities of the Black middle classes: managing race in public spaces. **Sociology**, 45, 6:1078-1093, 2011.
- ROSALDO, Michele. Em direção a uma antropologia do self e do sentimento. **Revista Brasileira de Sociologia das Emoções** (RBSE), vol. 18, n. 54, 2019.
- SALATA, Andre. Quem é Classe Média no Brasil? Um Estudo sobre Identidades de Classe. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 58, p. 111-149, 2015.
- SARTI, Cynthia Andersen. **A Família como Espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo**. São Paulo, USP (TESE DE DOUTORADO), 1994.
- SAVAGE, Mike, BAGNALL, Gaynor and LONGHURST, Brian. Ordinary, ambivalent and defensive: class identities in the Northwest of England. **Sociology**. N. 35, pp. 875-892, 2001.
- SAYER, Andrew. **The moral significance of class**. Cambridge. Cambridge University Press, 2005.
- \_\_\_\_\_. Class and Morality. In: HITLIN, Steven; VAISEY, Steven. **Handbook of the sociology of morality**. New York. Springer, p. 163-78, 2010a.
- \_\_\_\_\_. Reflexivity and the habitus. In: ARCHER, Margaret. **Conversations about reflexivity**. London. Routledge, p. 108-122, 2010.

- SCALON, Célia. **Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Imagens da desigualdade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- \_\_\_\_\_. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. **Contemporânea - UFSCar**, v. 1, p. 49-68, 2011.
- \_\_\_\_\_.; SALATA, A. Uma nova classe média no Brasil da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica. **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, p. 387-407, 2011.
- SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro. Zahar, 1979.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais no novo capitalismo**. Rio de Janeiro. Record, 2004.
- SENNETT, Richard; COBB, Jonathan. **The hidden injuries of class**. Londres. Cambridge Press, 1977.
- SILVA, Josué Pereira da. Inequality in contemporary brazilian debate. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n.4, p. 703-722, out-dez, 2015.
- SKEEGS, Beverly. **Formations of class and gender: Becoming respectable**. London. Sage Publications, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Class, culture, self**. London, Routledge, 2004
- SMALL, Mario. How Many cases do I need? On science and the logic of case selection in Field-Based Research. **Etnography** 10 (1), p.5–38, 2009.
- SOMERS, Margaret. Reclaiming the epistemological “other”: Narrative and social constitution of identity. In: CALHOUN, Craig (org). **Social Theory and Politics of Identity**. Cambridge Mass. Blackwell Publishers, 1994.
- SOROKIN, Pitirim. **Social and Cultural Mobility**. New York. Free Press, 1959.
- SOUZA, Jessé. **A Construção da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte, UFMG, 2003.
- \_\_\_\_\_. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Os batalhadores brasileiros**. Nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- \_\_\_\_\_. Em defesa da Sociologia: o economicismo e a invisibilidade das classes sociais. **Revista Brasileira de Sociologia**, vol. I, nº 1. Jan/Jun 2013.
- SOUZA, Pedro H.. A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. **Universidade de Brasília**, Instituto de Ciências Sociais. Brasília, 2016.
- SOUZA, Pedro Ferreira de. Os ricos no Brasil: o que sabemos, o que não sabemos e o que deveríamos saber. **REVISTA BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS - BIB**, v. 85, p. 5-26, 2018a.
- \_\_\_\_\_. **Uma História da Desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013)**. 1. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2018b.
- SOROKIN, Pitirim. **Social and cultural mobility**. 2nd. Glencoe, IL. Free Press; 1959.
- SWIDLER, Ann. Culture in action: Symbols and strategies. **American Sociological Review**, 51(2): 273-286, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Talk of love**. How cultures matters. Chicago and London. The University of Chicago Press, 2001.
- TAYLOR, Charles. **As fontes do self: a construção da identidade moderna**. 3º ed. São Paulo: edições Loyola, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Uma Era Secular**. Rio Grande Sul, Editora Unisinos, 2010.
- VENUGOPAL, Rajesh. Neoliberalism as concept. **Economy and Society**. 44(2): 165–187, 2015. doi:10.1080/03085147.2015.1013356

- VELHO, Gilberto. **A Utopia Urbana**: Um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1973.
- \_\_\_\_\_. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- WACQUANT, Loic. Três etapas para uma antropologia do neoliberalismo realmente existente. **Caderno CRH**, vol. 25, n.66, Salvador, set-dez, 2012, p. 505-518.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo. Companhia das Letras, 2004.
- WERNECK, Alexandre. Sociologia da moral como sociologia da agência. **RBSE**, v.12, n.36, dezembro. 2013, 707-726.
- \_\_\_\_\_; OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de (orgs.). **Pensando bem**: estudos de sociologia e antropologia da moral. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.
- WETHERELL, Margeret. **Affect and emotion**: A new social science understanding. Los Angeles. London. Sage, 2012.
- WHYTE, Jessica. **The Morals of the Market**: Human Rights and the rise of neoliberalism. London. NewYork. Verso Books, 2019.
- WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 1999.
- ZIGON, Jarett. “Moral Breakdown and the ethical demand: A framework for an anthropology of moralities. **Anthropological Theory**. Vol.7, n. 2, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Morality**: An anthropological perspective. Oxford. Berg, 2008.
- \_\_\_\_\_; THROOP, Jason. Moral experience: introduction. **Ethos**, vol. 42 (1), p. 1-15.

**ANEXO I****Questionário: Caracterização socioeconômica e demográfica***1. Sexo/Gênero:*

- A. ( ) Masculino            B. ( ) Feminino        C. ( ) Prefiro não responder

*2. Considerando as categorias abaixo, como você se identifica em termos de cor/raça:*

- A. ( ) Preto        B. ( ) Branco        C. ( ) Pardo        D. ( ) Indígena        E. ( ) Amarelo  
F. ( ) Outro        G. ( ) NS/NR

*3. Idade: \_\_\_\_\_ Anos completos**4. Identificação religiosa*

- A. ( ) Católico  
B. ( ) Protestante/Evangélica  
C. ( ) Espírita  
D. ( ) Candomblé  
E. ( ) Umbanda  
F. ( ) Judaísmo  
G. ( ) Sem filiação religiosa  
H. ( ) Outra \_\_\_\_\_  
I. ( ) NS/NR

*5. Comparando com a situação social e econômica dos seus pais/responsáveis (renda e padrão de vida) quando você era criança e adolescente, você diria que hoje você está numa situação: Marcar apenas uma alternativa.*

- A. ( ) Muito melhor  
B. ( ) Melhor  
C. ( ) Igual  
D. ( ) Pior  
E. ( ) Muito pior  
F. ( ) NS/NR

*6. Na sua opinião, a que classe social você e a sua família pertenciam quando você era criança e adolescente:*

- A. ( ) Classe pobre  
B. ( ) Classe trabalhadora  
B. ( ) Classe média baixa  
C. ( ) Classe média  
C. ( ) Classe média alta  
D. ( ) Classe alta  
E. ( ) Outra. \_\_\_\_\_

F. ( ) NS/NR

7. *Na sua opinião, a que classe social você e a sua família atual pertencem hoje:*

- A. ( ) Classe pobre
- B. ( ) Classe trabalhadora
- B. ( ) Classe média baixa
- C. ( ) Classe média
- C. ( ) Classe média alta
- D. ( ) Classe alta
- E. ( ) Outra. \_\_\_\_\_
- F. ( ) NS/NR

8. *Como você classificaria o alcance de sua trajetória de ascensão social em relação à situação dos seus pais/responsáveis na sua infância e adolescência?*

- A. ( ) Muito baixa
- B. ( ) Baixa
- C. ( ) Mais ou menos
- C. ( ) Alta
- D. ( ) Muito alta
- E. ( ) NS/NR

9. *Em qual localidade da cidade/região metropolitana seu domicílio se encontra?*

Bairro: \_\_\_\_\_

10. *Em relação ao bairro e a cidade durante o período em que você morou com os seus pais/responsáveis, você atualmente:*

- A. ( ) Resido no mesmo bairro e cidade.
- B. ( ) Resido em um bairro diferente na mesma cidade.
- C. ( ) Resido em um bairro diferente em uma outra cidade.
- D. ( ) NS/NR

11. *Em relação às suas condições de habitação e ao valor econômico de sua residência atual, você diria que, em comparação à residência em que você morou com os seus pais/responsáveis durante sua infância e adolescência, elas são:*

- A. ( ) Piores.
- B. ( ) Iguais.
- C. ( ) Melhores.
- D. ( ) Muito melhores
- E. ( ) NS/NR

12. *Considerando sua educação básica você estudou a maior parte dos anos em:*

- A. ( ) Escolas públicas apenas;
- B. ( ) A maior parte em escolas públicas;
- C. ( ) Metade em escolas públicas, metade em escolas privadas;

- D. ( ) A maior parte em escolas privadas;  
E. ( ) Escolas privadas apenas;

*13. Seu atual grau de escolaridade é:*

- A. ( ) Nunca frequentou a escola  
B. ( ) Fundamental incompleto  
C. ( ) Fundamental completo  
D. ( ) Ensino médio incompleto  
E. ( ) Ensino médio completo  
F. ( ) Nível técnico-profissionalizante  
G. ( ) Superior  
H. ( ) Pós-graduação.

*14. Sua profissão e trabalho atual*

\_\_\_\_\_

*15. Profissão Mãe:*

\_\_\_\_\_

*16. Profissão Pai:*

\_\_\_\_\_

*17. Escolaridade Mãe*

- A. ( ) Nunca frequentou a escola  
B. ( ) Fundamental incompleto  
C. ( ) Fundamental completo  
D. ( ) Ensino médio incompleto  
E. ( ) Ensino médio completo  
F. ( ) Nível técnico-profissionalizante  
G. ( ) Superior  
H. ( ) Pós-graduação.

*18. Escolaridade Pai*

- A. ( ) Nunca frequentou a escola  
B. ( ) Fundamental incompleto  
C. ( ) Fundamental completo  
D. ( ) Ensino médio incompleto  
E. ( ) Ensino médio completo  
F. ( ) Nível técnico-profissionalizante  
G. ( ) Superior  
H. ( ) Pós-graduação.

*19. Que bens e patrimônios você possui em seu nome?*

\_\_\_\_\_

20. *Quanto é aproximadamente a renda familiar na sua casa? Somando todas as rendas das pessoas que moram com você e considerando o valor do salário mínimo atual R\$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais).*

- A. ( ) Até 1 salário mínimo (R\$ 1.045,00)
- B. ( ) Mais 1 até 2 salários mínimos (R\$ 1.046,00 a R\$ 2.090,00)
- C. ( ) Mais 2 até 5 salários mínimos (R\$ 2.091,00 a R\$ 5.225,00)
- D. ( ) Mais de 5 até 10 salários mínimos (R\$ 5.226,00 a R\$ 10.450,00)
- E. ( ) Mais de 10 até 15 salários mínimos (R\$ 10.451,00 a R\$ 15.675,00)
- F. ( ) Mais de 15 até 20 salários mínimos (Superior à R\$ 15.676,00)
- H. ( ) NR/NS

21. *Contando com você, quantas pessoas vivem em sua residência:*

\_\_\_\_\_

22. *Qual é sua renda mensal individual:*

- A. ( ) Menor que 1 salário mínimo
- B. ( ) Um 1 salário mínimo
- C. ( ) Entre 1 a 3 salários mínimos
- D. ( ) Entre 3 a 5 salários mínimos
- E. ( ) Entre 5 a 10 salários mínimos
- F. ( ) Entre 10 a 15 salários mínimos
- G. ( ) Mais do que 15 salários mínimos
- H. ( ) NR/NS

## ANEXO II

### Roteiro para entrevista em profundidade

- Descrição do objetivo da pesquisa;
- Explicitar a importância da colaboração do entrevistado para a pesquisa;
- Os resultados desta pesquisa são confidenciais e sigilosos e serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos.
- Solicitar autorização para gravação
- Comprometer-se a fornecer ao entrevistado uma cópia da transcrição das entrevistas, caso assim ele deseje.

✓ **Data** \_\_\_\_\_

✓ **Participante:** \_\_\_\_\_

✓ **Resumo das condições e dinâmica da entrevista:**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**TEMA I**  
**VIDA FAMILIAR**

**OBJETIVOS:**

- Investigar a história de vida centrada na família. Relações afetivas com os pais e quaisquer outros significativos no ambiente familiar.
- Explorar as relações de cuidado afetivo, a provisão e a falta dessas relações.
- Conhecer experiências, episódios e relações familiares.
- Descrição dos processos de socialização e identificação de seus efeitos de subjetivação.
- Identificar significados, conflitos, representações em relação a vida familiar.

- Identificar práticas familiares de lazer e consumo, atitudes em relação à educação e escola.

### **Perguntas (Explorar com Por que? Como? Quais?)**

*Qual era a profissão dos seus pais? E do seus avós, você lembra? Como seus pais conciliavam trabalho e família? Como era a vida de vocês: muito apertada, mais ou menos, ou viviam com folga? Quem cuidava de você? Como cuidava?? O ambiente na sua casa era tranquilo ou era mais conturbado? Quem mais morava na mesma casa? Como era a divisão do espaço e das tarefas? Descreva um dia típico da sua infância? Quais eram as preocupações centrais em termos financeiros? Faltava alguma coisa em casa? Sobre atividades de lazer e diversão com a família, o que os seus pais gostavam de fazer junto com você? Você se sentia motivado por sua família a estudar e alcançar os seus projetos? Nós sabemos que todas as famílias têm coisas boas e também têm muitos problemas. Quais eram as melhores coisas na sua família? E quais eram as piores? A gente sempre herda muitas coisas dos nossos pais. O que você herdou do seu pai? O que você herdou da sua mãe? Quais eram os valores mais importantes de sua família? Você acha que você assimilou, como? O que você acha que aprendeu de mais importante na sua família? O que você tentou fazer/ser diferente do seu pai? O que você tentou fazer/ser diferente da sua mãe? Olhando para a sua família hoje e para o tempo em que você vivia com seus pais, quais as grandes diferenças que você vê na sua condição social? Você acha que você melhorou de condição social em relação aos seus pais? Que sinais ou coisas você acha que sinalizam essa melhora de posição social em relação a sua família de origem?*

## **TEMA II VIDA ESCOLAR**

### **OBJETIVOS:**

- Conhecer as experiências e expectativas escolares, o cotidiano escolar (relações sociais, grupo de amigos, etc.) e episódios significativos.
- Interrogar acerca do papel da escola sobre a vida pessoal e profissional.
- Identificar significados, mudanças, práticas, conflitos, representações em relação à educação escolar.

### **Perguntas (Explorar com Por que? Como? Quais?)**

*Como era a participação da sua família na vida escolar, nas atividades, estudos? Você tinha alguma rotina de estudos em casa e na escola? Você fazia alguma atividade além da escola? Você se considerava um bom aluno e inteligente na escola? E seus pais e professores, em geral, eles te achavam inteligente? O que você mais gostava de fazer na escola? E o que você não gostava de fazer? E quando você ficou adolescente, o que mudou na sua vida escolar? Você fazia atividades extracurriculares, tipo cursos de idioma, esporte, música, essas coisas? Quando você começou a pensar em uma profissão? No que a escola te influenciou nisso? Para sua vida pessoal e projetos de vida, o que você aprendeu de mais importante na escola? O que seus pais falavam e queriam para o seu futuro profissional? Conte-me um pouco sobre como foi a experiência de entrar na faculdade, o que mudou, o que foi diferente? Como era a relação e como você se sentia em relação aos seus colegas de curso? Você acha que os estudos, a escola e a faculdade, foram importante para a situação social hoje? De que maneira?*

**TEMA III**  
**TRABALHO E VIDA PROFISSIONAL**

**OBJETIVOS:**

- Abordar a vida e biografia profissional: tipos de trabalho, trajetória, expectativas, experiências, capacidades requeridas.
- Identificar sentimentos e conflitos em relação ao trabalho e profissão.
- Identificar tensões e representações sobre os colegas de trabalho e de profissão.

**Perguntas (Explorar com Por que? Como? Quais?)**

*Quando você começou a trabalhar? Por quê? Quantos trabalhos diferentes você teve? Descreva um dia típico no seu trabalho atual. Como é a sua relação com seus superiores e colegas? Como você se sente em relação aos seus colegas de profissão? Como você os descreveria em termos de classe e posição social, eles são parecidos, diferentes de você? Qual era o trabalho dos seus sonhos? Ele tem a ver com seu trabalho atual? Que tipo de competências ou habilidades o seu trabalho exige? Como você desenvolveu essas habilidades? Você está contente com o seu trabalho ou você pretende mudar? No seu trabalho atual, o que você aprendeu em termos de valores? Quais são os valores que orientam a sua atuação profissional? Você tem uma renda estável? Como você acha que sua história profissional influenciou sua atual situação social? E a sua profissão, como ela foi importante para sua ascensão social? Como você se sente emocionalmente em relação ao seu ambiente profissional?*

**TEMA IV**  
**TRAJETÓRIA SOCIAL, MOBILIDADE E CLASSE SOCIAL**

**OBJETIVOS:**

- Identificar valores, representações e conflitos relacionados à trajetória social, à mobilidade, desigualdades e classe social.
- Identificar representações e sentimentos sobre as diferenças e distâncias simbólicas entre o entrevistado e o seu grupo social de origem.

**Perguntas (Explorar com Por que? Como? Quais?)**

*Levando em conta das condições de vida da sua família de origem quando você era criança, qual classe social você acha que sua família se encaixava naquela época? E, hoje, em termos de posição social como você se descreveria, a qual classe social você julga pertencer? Comparando-se aos seus pais, você acha que mudou na escala social, de classe social? Em relação aos seus irmãos e amigos de infância/adolescência, como você os descreveria em termos de classe e posição social, eles são parecidos, diferentes de você? O que você acha que define uma classe social?*

*Quais são as principais mudanças que você percebe em sua própria vida desde que era criança até agora? E em você como pessoa, o que mudou com essa trajetória social? Você*

*acha que algo mudou na sua relação com sua família de origem? Como você descreveria como você chegou a posição social atual? O que você acha que foi importante nessa trajetória para alcançar sua posição atual? Você acha que teve alguma desvantagem ou vantagem por causa das condições de vida de sua família de origem? Você considera que “venceu na vida”? O que você considera que ganhou em sua trajetória de vida? E o que perdeu? O que você entende por uma vida bem sucedida? Quais são suas conquistas pessoais e sociais? Por que outras pessoas próximas a você não conseguiriam atingir sua posição? Do ponto de vista social e cultural você se sentem mais próximo de sua família de origem ou de seus atuais amigos, os de profissão? Para você, a sociedade brasileira é uma sociedade desigual? As desigualdades interferem nas oportunidades de mobilidade social, das pessoas “subirem” na vida? Como você se sente a respeito de sua própria trajetória e atual posição social? Você acha que enfrenta algum tipo de mal-estar ou dificuldade relacionado às mudanças que você vivenciou na sua trajetória? Descreva. O que a situação, posição social que você alcançou hoje trouxe de positivo para sua vida? E de negativo? Como você lida com as dificuldades provocadas por sua trajetória? O que você consegue fazer hoje que não podia no tempo em que você vivia com sua família?*

## TEMA V CONSUMO, LAZER

### OBJETIVOS:

- Identificar as práticas, preferências e disposições culturais.
- Aprender mudanças, conflitos e significados relacionados ao consumo e lazer.

### Perguntas (Explorar com Por que? Como? Quais?)

*Geralmente, o que você faz para se divertir ou se distrair? Quando tem tempo livre, prefere ficar em casa ou gosta de sair? E o que faz nesse tempo? E onde você geralmente vai? Esses lugares que você frequenta, conte-me mais sobre eles. O que você mais gosta nesses lugares? Como você se sente neles? Você se confortável/adaptado a eles e a maneira como as pessoas que os frequentam se comportam? O que você mais gosta de comprar? Você percebe diferenças no seu gosto atual das coisas que você gostava quando morava com sua família de origem? E entre o seu gosto atual e da sua família origem? Você percebe diferenças entre o seu estilo de vida e o de seus irmãos e amigos no tempo de infância e adolescência? E quando você, seus pais, irmãos estão todos juntos, o que gostam de fazer? Como você se sente? Como você classifica o seu gosto? E o da sua família de origem?*

**ANEXO III****Termo de Consentimento****TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO**

Eu, \_\_\_\_\_, aceito participar, na condição de interlocutor, da pesquisa de doutoramento de Alyson Thiago Fernandes Freire. Declaro que fui esclarecido (a) acerca dos objetivos da pesquisa e de que a mesma poderá se utilizar para fins acadêmicos de observações, informações, transcrições de gravações e imagens fotográficas, sendo assegurado o sigilo nominal de minha identidade e o compromisso com as normas éticas e legais quanto ao uso. Desse modo, autorizo a divulgação das informações e observações produzidas para fins exclusivos de publicação e divulgação científica.

Natal/RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

**Assinatura:** \_\_\_\_\_.

**Assinatura do pesquisador-responsável:** \_\_\_\_\_.